

Ateliê de História

Departamento de História ISSN 2358-4440 Volume 03, nº2, 2015



Universidade Estadual de Ponta Grossa

Reitor: Carlos Luciano Sant'Ana Vargas

Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes

Diretor: Luis Fernando Cerri

Diretor Adjunto: Lucimar Araújo Braga

Departamento de História

Chefe: Roberto Edgar Lamb

Adjunto: Rosângela Wosiack Zulian

Revista Ateliê de História UEPG (Departamento de História
- Universidade Estadual de Ponta Grossa).
Ponta Grossa, PR, 2015-137p.

Volume 03, nº2, 2015

Editores

Marco Antonio Stancik (UEPG)

Edson Armando Silva (UEPG)

Francieli Lunelli Santos (NUTEAD/UEPG)

Conselho Editorial

Amanda Cieslak Kapp

Cláudio Luiz Denipoti

Myriam Janet Sacchelli

Niltonci Batista Chaves

Projeto gráfico e criação capa

Edson Gil Santos Jr.

Diagramação

Edson Gil Santos Jr.

Pareceristas ad-hoc deste número

Alessandra Izabel de Carvalho
Alessandro Atanes Pereira
Angela Ferreira
Antonio Paulo Benatte
Caroline Pacievitch
Christiane Szesz
Claudio Carlan
Fernando Bagiotto Botton
Gustavo Calovi
José Augusto Leandro
Josie Silva
Julio Cesar Magalhães de Oliveira
Leomar Rippel
Marco Antonio Stancik
Marco Aurélio Monteiro Pereira
Mateus Buffone
Moacir Santos
Murilo Prado Cleto
Nilton Pereira
Raphael Carvalho
Robson Laverdi

Os textos publicados na revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

APRESENTAÇÃO.....	08
A PEDOFILIA NA IGREJA CATÓLICA CONTEMPORÂNEA: DA SANTA SÉ À ORDEM MEXICANA LEGIONÁRIOS DE CRISTO	
Luis Felipe Machado de Genaro Antonio Paulo Benatte	11
UMA HISTÓRIA DA INTRODUÇÃO DO GÊNERO PINUS SPP ADVENTÍCIOS NOS CAMPOS GERAIS DE PONTA GROSSA/PR AO LONGO DO SÉCULO XX	
Josias Pacheco Rosa Alessandra Izabel de Carvalho.....	39
“NO DIA EM QUE CHEGAMOS”: A MEMÓRIA DOS MIGRANTES NA CIDADE DE SARANDI-PR	
Fellipe Luiz Totoro Ognibeni Fernando Bagiotto Botton.....	75
CULTURA POLÍTICA E A LEGITIMAÇÃO DO PODER DE OTÁVIO CÉSAR POR MEIO DAS REPRESENTAÇÕES EM MOEDAS ROMANAS REPUBLICANAS: UMA ANÁLISE DAS CUNHAGENS MONETÁRIAS DO CATÁLOGO DO BRITISH MUSEUM (43 A.C. - 31 A.C.)	
Litiane Guimarães Mosca Julio Cesar Magalhães de Oliveira	91
JOGOS VIRTUAIS NA CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS HISTÓRICOS DE ESTUDANTES DE 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Marcela da Silva Soares Caroline Pacievitch	107

AROTA DOS ALIMENTOS NORDESTINOS QUE ABASTECEM CUBATÃO-
SP E O CONSUMO DE REFEIÇÕES TÍPICAS COMO REFERÊNCIA
IDENTITÁRIA DOS MIGRANTES NORDESTINOS DA CIDADE. UM
ESTUDO NO ANO DE 2015

Morgana Souza Monteiro

Alessandro Alberto Atanes Pereira | 19

PRÁTICA PEDAGÓGICA ARTÍSTICA: A INOVAÇÃO DO ENSINO DE
ARTE NO MUNICÍPIO DE AMPÉRE (PR), DE 2009 A 2014

Raquel Antunes Silva

Gustavo Ellwanger Calovi | 27



Ilustração capa:

Que se rompe la cuerda

Francisco de Goya y Lucientes (1810-1814)

Museo del Grabado de Goya

(Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Que_se_rompe_la_cuerda_\(77\).JPG](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Que_se_rompe_la_cuerda_(77).JPG))



APRESENTAÇÃO

Com a presente edição finalizamos o terceiro volume de Ateliê de História UEPG. Dando prosseguimento a uma tendência presente desde o seu primeiro número, esta nova edição conta uma grande diversidade de abordagens, temáticas de estudo e metodologias. Inicialmente apresentamos dois trabalhos de conclusão de curso do Bacharelado em História.

Abrindo a presente edição, temos dois estudos produzidos por acadêmicos do curso de Bacharelado em História. O trabalho de Luis Felipe Machado de Genaro, intitulado “A pedofilia na Igreja Católica contemporânea: da Santa Sé à Ordem Mexicana Legionários de Cristo”, assinado também pelo orientador, Antonio Paulo Benatte. Além de outros documentos institucionais investigados, o texto analisa publicações veiculadas através do portal de notícias on-line Folha de S. Paulo, no intuito de compreender a maneira como esse segmento da mídia se manifestou em relação à temática.

Em “Uma história da introdução do gênero *Pinus spp*”, Josias Pacheco Rosa e Alessandra Izabel de Carvalho, a partir da abordagem permitida pela História Ambiental, discorrem sobre sua introdução na flora brasileira e paranaense.

Como trabalhos de conclusão de curso produzidos pelo curso de Especialização em História, Arte e Cultura temos cinco artigos. Fellipe Luiz Totoro Ognibeni e Fernando Bagiotto Botton nos trazem o manuscrito “No dia em que chegamos: a memória dos migrantes na cidade de Sarandi”. Sob o amparo da História Oral, constroem um estudo sobre a cidade do chamado norte pioneiro, tendo em vista elementos de memória dos seus primeiros habitantes.

As representações produzidas no governo do imperador romano Otávio César e veiculadas por intermédio de moedas são objeto da análise de Litiane Guimarães Mosca e Julio Cesar Magalhães de Oliveira. Seu estudo, intitulado “Cultura política e a legitimação do

poder de Otávio César por meio das representações em moedas romanas republicanas” desenvolve a análise das cunhagens monetárias do catálogo do British Museum no período de 43 a 31 a.C. e assim nos auxiliam na compreensão a respeito de como tais objetos serviram para legitimar o poder e a autoridade de imperadores.

Retornando à contemporaneidade, Marcela da Silva Soares e Caroline Pacievith analisam “Jogos virtuais na construção de conhecimentos históricos de estudantes de 7º ano do Ensino Fundamental”, em uma escola no município de Palotina. As autoras indicam que o jogo “A Aldeia Virtual”, sobre o qual se baseiam suas inferências, foi um incentivo aos alunos no ensino da História, por permitir uma facilitação do aprendizado no conteúdo referente à temática do jogo virtual.

As práticas alimentares dos paulistas da cidade de Cubatão são analisadas a partir da referência identitária dos migrantes nordestinos em estudo produzido por Morgana Souza Monteiro e Alessandro Alberto Atanes Pereira. O texto indica que a “Casa Sergipe”, um centro de distribuição de alimentos, recebe mensalmente 46 toneladas de mercadorias dessa natureza da região nordeste do país. Tal viagem traça sobre o mapa brasileiro uma rota desses produtos típicos sobre a qual se debruçam os interesses dos autores.

Por fim, o texto intitulado “Prática pedagógica artística: a inovação do ensino de arte no município de Ampére (PR), de 2009 a 2014”, traz reflexões de Raquel Antunes Silva e Gustavo Ellwanger Calovi sobre a prática pedagógica desenvolvida no Curso de Licenciatura em Artes da Faculdade de Ampére (FAMPER).

Desejamos a todos os nossos leitores e colaboradores uma prazerosa leitura deste número que encerra as edições referentes ao ano de 2015.

Ponta Grossa, julho de 2015.

Francieli Lunelli Santos
Marco Antonio Stancik
(Editores)



Ateliê de História

Palavras - chave:

História do Tempo Presente.
Igreja Católica. imprensa.
Papado. Pedofilia.

Resumo: Tomando como fonte a imprensa virtual brasileira, precisamente o portal de notícias on-line do jornal Folha de S. Paulo e, em conjunto, expressiva documentação gestada pelo Estado do Vaticano, principado soberano da instituição católica, nos debruçamos sobre a temática da pedofilia na Igreja Católica contemporânea. Partimos inicialmente da compreensão do contexto histórico de seu centro político-administrativo, suas estruturas de poder e influência, disputas internas e cisões ideológicas, do Concílio Vaticano II ao pontificado de Francisco. Em seguida, confrontamos diferentes autores que recentemente abordaram a temática da pedofilia em âmbito clerical, apontando suas interpretações e críticas. Finalmente, focalizamos um estudo de caso envolvendo a Santa Sé e uma influente ordem religiosa latino-americana, os Legionários de Cristo, no epicentro de um turbilhão de escândalos e revelações de casos de pedofilia que abalaram os pilares do catolicismo na primeira década do século XXI. Nesta monografia, abordamos de maneira inédita um documento institucional eclesiástico gestado pelo Vaticano em março de 1962, revelando o que havia sido ignorado até o momento sobre a temática discutida.

A PEDOFILIA NA IGREJA CATÓLICA CONTEMPORÂNEA: DA SANTA SÉ À ORDEM MEXICANA LEGIONÁRIOS DE CRISTO

Luis Felipe Machado de Genaro ¹

Antonio Paulo Benatte ²

INTRODUÇÃO

Compreender as diferentes nuances históricas que permeiam a temática da pedofilia em uma instituição milenar como a Igreja Católica Apostólica Romana carece do pesquisador um acurado entendimento de seu contexto histórico recente e, em maior ou menor grau, um entendimento de seu funcionamento interno e suas estruturas de poder.

Tendo em vista a complexidade e a lógica de aparelhamento desta instituição, salientemos a importância de nos voltarmos para seu centro político-administrativo-financeiro, a Cidade do Estado do Vaticano, nas discussões aqui percorridas. Sabemos da quantidade incontável de informações sobre uma temática com tamanho peso e controvérsia como a explorada. Muitas delas não tão confiáveis como anteriormente supúnhamos.

Sabemos que jamais concluiríamos este problema. Caso tentássemos narrar uma história da pedofilia na Igreja Católica contemporânea em todos os seus ângulos e aspectos, sairíamos frustrados.

Não nos cabe aqui a autoridade de julgar ou inocentar quem quer que seja. Muito menos visamos um manifesto ou movimento que vá opor-se à instituição analisada. A temática, exaustivamente abordada pela imprensa no final da primeira década do século XXI, jamais foi alvo de uma pesquisa de cunho histórico ou historiográfico. Por isso, desde já estamos cientes de nossas falhas, desvios e escolhas.

Não analisaremos a fundo a parafilia em si ou abordaremos sua origem pelo viés psíquico e espiritual, nem nos concentraremos nas discussões jurídicas e canônicas que o assunto claramente denota, mas desfiaremos a malha de relações que se urdiu ao seu redor. Relações de poder, estratégia e de autoridade, de fala e também de silêncio, baseando-se nas recentes discussões que englobam um montante variado de pesquisadores e abordagens. De maneira interdisciplinar, iremos perpassar e confrontar autores ligados à teologia, à psicologia, o direito e também à filosofia.

Reconhecemos a importância de uma pesquisa rigorosa ao focalizar as pequenas marchas e contramarchas da História, nunca perdendo de vista o horizonte e o panorama que delineiam os sujeitos históricos neles presentes. Para compreendermos a pedofilia na Igreja Católica, sobrevoaremos o pequeno principado católico, a Cúria Romana e suas disputas internas, do Concílio Vaticano II, no início dos anos 1960, aos nossos dias.

Em seguida, apresentaremos as principais, mais recentes e conflituosas

¹ Licenciado em História pela UEPG. Email: lfggenaro@hotmail.com

² Orientador. Doutor em História (UNICAMP). Professor do Depto. de História e do Mestrado em História (UEPG).

correntes de pensamento sobre a temática. Não obstante, analisaremos um intrigante documento eclesiástico encontrado ao acaso quando garimpávamos as principais manchetes sobre a temática no portal de notícias on-line do jornal *Folha de S. Paulo*. Sua titulação e conteúdo pouco conhecidos no meio acadêmico, até mesmo nos mais renomados simpósios de religião & religiosidades do país, ainda é um enigma deveras intrigante.

Por fim, para deixar nossos leitores a par das tramas que rondaram a pedofilia em âmbito clerical, concluiremos com um estudo de caso baseado nas notícias filtradas da imprensa virtual brasileira, discorrendo sobre um escândalo notório envolvendo uma das mais poderosas ordens religiosas latino-americanas, fundada no início dos anos 1940. Até hoje uma das mais influentes do mundo.

Discursos institucionais, cartas e declarações coletadas no Arquivo Digital do Estado do Vaticano também serão utilizados para reconstruir este crítico contexto.

Ao trabalharmos com a história contemporânea da Igreja Católica, uma temática conceitualmente recente, e sujeitos ainda vivos e atuantes, nos debruçamos, mesmo que de maneira breve, nos preceitos da chamada História do Tempo Presente. Contudo, é sabido entre os pares que a historiografia e grande parte dos historiadores têm certa relutância em apreender e analisar de forma histórico-crítica o tempo presente.

Rememoremos que, como tudo no vasto pensamento histórico, isso nem sempre foi assim.

Com o advento do movimento historicista atrelado às ondas cientificistas que transformaram tanto a prática como as cátedras de História do século XIX, o estudo das décadas mais recentes tendeu a ser renegado pelos historiadores profissionais. Questões prementes como a perspectiva histórica, o distanciamento do objeto e a neutralidade científica, hoje por muitos estudiosos repensadas nortearam as pesquisas e os trabalhos de cunho histórico e historiográfico durante todo um período e, de certa forma, ainda norteiam.

Foi durante a segunda metade do século XX, após a II Guerra Mundial, entre outros eventos belicosos e traumáticos, como o Holocausto nazista, que a *historia temporis sui*³ regressaria de forma a complementar os estudos sobre o contemporâneo. “Regressar”, pois durante as eras Antiga, Medieval

e Moderna, a história do próprio tempo jamais foi renegada por aqueles que registraram processos e acontecimentos históricos, fossem grandes ou miúdos. Como esquecer-se de Tucídides?

A crítica mordaz à escrita de uma história do tempo presente muito se dá ao assemelharem-na de forma vã a um jornalismo cotidiano – tão menos-prezado por uns e outros – ou mesmo a um despreocupado memorialismo. Esse olhar desconfiado de alguns historiadores, poucos sabem, tem corroído alguns dos pilares mais básicos de nossa profissão. Isso quem nos fala é Carlos Fico.

O direito de estabelecer o que é histórico, território quase exclusivo do historiador durante séculos, tornou-se, na segunda metade do século XX, uma atribuição compartilhada com os jornalistas. A imprensa – com a autoridade que a palavra imprensa e a imagem publicamente veiculada têm – afirma que dado fenômeno do presente possui características tais que o situam, indubitavelmente, no rol daquilo que o senso comum chama *factos históricos*: uma antecipação do trabalho do historiador. (FICO, 2012, p. 72-73)

Escrever sobre o presente, ou sobre períodos próximos ao próprio tempo, requer um trabalho acurado. Trabalhar periodizações recentes não significa, no entanto, praticar jornalismo ou memorialismo (jamais aqui, desqualificando nenhuma das duas práticas). Trabalhar com a História do Tempo Presente resulta em uma ânsia individual de ampliar, questionar e elucidar o atual, o nosso próprio tempo, amparado pelos inúmeros sujeitos, ações, acontecimentos, conjunturas e processos do passado. Evocar temporalidades diversas no afã de redescobrir nos turbilhões do imediato o que fora dito para muitos e compreendido por poucos.

Nos dias em que vivemos, a História do Tempo Presente não só evidencia-se uma discussão teórica e um suporte metodológico para trabalhos acadêmicos, mas uma arma a ser delicadamente manejada.

Outra controvérsia surge ao tentarmos compreender a pedofilia na Igreja Católica. Quando, por exemplo, propomos explicar as relações que se estabeleceram entre o Papado, a Cúria Romana e uma ordem religiosa latino-americana, pequenos acontecimentos emergem de manchetes, notícias e colunas jornalísticas. De fato, o regresso do acontecimento para a prática histórica vem ocorrendo de forma lenta e gradual desde as últimas décadas do século XX, no início de 1970.

Acontecimentos que, quando organizados, rea-

3 História do próprio tempo

grupados, comparados e contextualizados, compõem conjunturas e processos mais longos e complexos. São peças-chave de um quebra-cabeça abrangente e, em alguns casos, desconexo. O chamado “acontecimento histórico”, conceito varrido pelo mesmo eclipse que ofuscou a História do Tempo Presente, regressaria então de forma enigmática.

Um acontecimento histórico pode romper conjunturas, desencadear processos e transformar um sem número de contextos. O mesmo acontecimento, no entanto, não está isento de inúmeras interpretações e pontos de vista. Moldado pela imprensa, por mídias diversas, oralidades e silêncios, sua construção se faz com o trilhar do tempo e a labuta de dispostos historiadores. Finalmente, devemos atentar para o fato de que “para que haja acontecimento, é preciso que [antes] ele seja conhecido” (LE GOFF, 1977, p. 246).

A imprensa não fez ou faz de forma constante uso de prognósticos e demagogias – mesmo que em muitos casos o faça de maneira proposital e correspondendo a certos interesses políticos e econômicos.

Acontecimentos como o vazamento de documentação sigilosa dos escritórios pontifícios, conspirações entre os membros do Instituto para Obras Religiosas (IOR) e a prisão repentina de Paolo Gabriele, mordomo do papa Bento XVI, exaustivamente noticiados, culminariam, como veremos adiante, na histórica abdicação papal. Notemos que todos estes acontecimentos passaram antes de tudo pelas manchetes dos jornais. Assim refletiu Pierre Nora:

Só nele, [o jornal], parece recair um tipo de acontecimento: aqueles que os factos se furtam e apelam para a crítica da informação, a confrontação das testemunhas, a dissipação do segredo mantido pelos desmentidos oficiais, pondo em causa princípios que fazem apelo à inteligência e à reflexão, apelo obrigado a um acontecimento prévio que só a imprensa escrita pode fornecer e recordar. Porque do jornal local ao quotidiano nacional, do órgão de grande tiragem ao semanário de opinião, só o que é impresso dispõe de uma gama de virtualidades sem rival, um leque excepcionalmente rico de manipulação da realidade. [...] Qualquer Watergate, na sua fase de divulgação, depende da imprensa, antes de se por em movimento, na fase judicial, na televisão. (LE GOFF, 1977, p. 246-247)

Mesmo relativizando-a mediante uma erudição que não nos cabe semelhar, Nora assinala a importância da imprensa na construção de acontecimentos históricos através de um jornalismo intensamente participativo nos meios políticos, sociais e, em

nosso caso, eclesiásticos.

Como vimos, Fico fez essa mesma crítica ao apontar o distanciamento de certos historiadores em apreender o presente e abraçar em suas pesquisas acontecimentos recentes e/ou imediatos. Firmamos que é trabalho do historiador engendrar acontecimentos históricos. Ao renegarmos o contemporâneo, renegamos também a História.

Ao tomarmos a imprensa como fonte histórica, seguindo o intuito de contextualizá-la, caímos em uma discussão há tempos proposta pelos historiadores. Discussão que hoje vem se tornando extremamente coeva e crucial. Ao tomarmos consciência que estamos fiando uma narrativa delicada a respeito de acontecimentos marcantes de nosso tempo presente, tratamos de compreendê-la nas suas diferentes singularidades em face de outras fontes históricas.

As informações coletadas obedecem a critérios e seleções inúmeras, sempre relacionadas ao seu espaço de criação, aqui, o jornal – ou precisamente um portal jornalístico on-line. Analisar os discursos e o poder que deles emanam não foi nossa principal preocupação.

Ainda assim compreendemos que o discurso contido nas notícias analisadas seguem intenções diversas, sejam elas de autores, editores e patrocinadores. Nenhuma informação é por si só imparcial. Conforme observou Derocina Sosa, nos dias de hoje “mesmo o jornalismo informativo moderno não perdeu o caráter político e suas inter-relações com o poder” (SOSA, 2006, p. 121). Sobre essa questão esclarece Renée Zicman.

[Na] imprensa a apresentação de notícias não é uma mera repetição de ocorrências e registros, mas antes uma causa direta dos acontecimentos, onde as informações não são dadas ao azar, ao contrário, denotam as atitudes próprias de cada veículo de informação. Todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio “filtro”. [...] A imprensa como todo constitui uma realidade específica com formas próprias e podemos mesmo dizer que a informação é fornecida aos leitores através de uma escrita própria – a escrita dos artigos, manchete, títulos, etc., que chamamos “escrita de Imprensa”. (ZICMAN, 1985, p. 90-91)

Em outras palavras, para Zicman, cabe ao pesquisador uma leitura rigorosa dessa “escrita de Imprensa”, unindo entendimentos que extrapolem a linguagem meramente jornalística e cotidiana, reedificando conjunturas e processos mais amplos incapazes de serem estampados nas muitas páginas de

um só jornal.

Sobre a temática da pedofilia na Igreja Católica, propomos uma nova interpretação e abordagem diferentes das que até o dado momento constatamos na imprensa.

A escolha de nossa fonte documental, o portal de notícias on-line do jornal brasileiro *Folha de S. Paulo*, via seu Acervo Digital, foi feita por certa razão simbólica. Foi ele o primeiro periódico nacional de grande tiragem a opinar em um Editorial histórico os acontecimentos e agitação que se percebiam em Roma, nas Américas e no mundo em razão dos recém-descobertos casos de pedofilia em âmbito clerical.

Lançar luz sobre casos de pedofilia e exigir sua punição nada tem a ver com preconceito anticlerical ou com algum tipo de campanha contra a igreja – como afirmou, tipicamente, a imprensa oficial do Vaticano. De uma perspectiva leiga, moderna e democrática, nenhuma instituição, por mais veneranda que seja, está a salvo da investigação e do julgamento público. (FOLHA DE SÃO PAULO, 28 mar. 2010, p. A2)

Editada na grande São Paulo, a *Folha de S. Paulo* foi criada em 1921, denominado inicialmente *Folha da Noite*. Contudo, em 1925 houve o primeiro desmembramento do periódico, sendo lançada concomitantemente a *Folha da Manhã*. Neste vai e vem de lançamentos e desmembramentos, em 1949 lançou-se a *Folha da Tarde*.

Houve na década de 1960 a fusão deste trio em apenas um, intitulado *Folha de S. Paulo*. Sendo o primeiro jornal a publicar em cores e um dos mais antigos do país, ocupa hoje uma posição de destaque na esfera midiática tanto nacional como internacional.

O jornal, apesar de autocaracterizar-se “apartidário” e “neutro”, orientado pela poderosa família Mesquita e seu Grupo Folha, influenciou em contextos politicamente conturbados da história brasileira, como o movimento de 1930 e o Golpe militar de 1964.

Ao utilizar o portal de notícias on-line mostramos a possibilidade de acesso que os pesquisadores possuem nos dias atuais. Em um suporte diferente, interativo e democrático, nos deparamos com as mesmas informações que as folhas de papel nos proporcionariam.

Outrora, parte das fontes primárias analisadas no segundo capítulo – um documento eclesiástico institu-

cional – foi alvo de breves análises de dois dos principais autores que abordaremos: Thomas Patrick Doyle e Geoffrey Robertson. Outros autores ou ignoraram ou omitiram sua existência.

No Brasil e no mundo se desconhece a origem de tal documentação. O que propomos é confrontá-la de forma histórico-crítica com o período em que foi forjada, elucidando as relações que permearam a sua criação. Sobre isso e ainda pautado nas discussões sobre o regresso do acontecimento, evoco Pierre Nora.

Saber é a primeira forma do poder, numa sociedade de informação democrática. O corolário nem sempre é falso: supõe-se que quem detém o poder é sabedor. Daí resulta uma dialética nova, adequada ao aparecimento nas nossas sociedades de um tipo de acontecimento, ligados ao segredo, à política, à conspiração, ao rumor e aos ruídos. (LE GOFF & NORA, 1977, p. 255)

Até o dado momento não encontramos monografias, dissertações ou teses no campo das humanidades que abordassem a temática da pedofilia na Igreja Católica contemporânea como aqui abordamos.

Sabemos que por ser este um trabalho pioneiro, os métodos e abordagens escolhidas são puramente experimentais. Ao construirmos essa narrativa, discussões como as de Pierre Nora, Carlos Fico, Renée Zicman e mais adiante Michel Foucault, parecem fundir-se em consonância com o que propomos, discorreremos e apresentamos.

Para que, inicialmente, compreendamos as discussões da forma mais totalizante possível, tratamos de ambientar nosso leitor narrando alguns breves apontamos teóricos e contextuais concernentes à formação da instituição católica moderna.

Território governado pela monarquia papal dos primórdios do medievo a segunda metade do século XIX, os Estados Pontifícios esfacelavam-se após movimentos revolucionários atingirem o continente europeu, culminando no episódio da Unificação Italiana, em 1870. Foi durante o pontificado de Pio IX (1846-1878), o mais logo da História, que tais acontecimentos se sucederam.

Contestado com fulgor séculos anteriores, assim como nos dias atuais⁴, quando os Estados Pontifícios ainda cobriam grandes fatias a oeste da península itálica, e Nicolau Maquiavel redigia seu tratado

4 O advogado e jurista britânico Geoffrey Robertson, ao publicar em 2011 uma obra sobre a pedofilia na Igreja Católica, questionou a condição de “Estado” dos 44 hectares pertencentes à Santa Sé baseando-se principalmente nas denúncias de ativistas e defensores dos Direitos Humanos no que concernem aos diversos escândalos de pedofilia ao redor do mundo. Para Robertson, qualquer Estado pode, em teoria, ser julgado por uma corte internacional. Por que não o Vaticano? Através dos critérios estabelecidos na Convenção de Montevidéu, realizada em 1933, o jurista descaracteriza o “Estado” do Vaticano como tal. Para ele “[...] o argumento de que, por ter relações diplomáticas com 170 Estados, a Santa Sé tem de ser um Estado, reflete a obsoleta teoria constitutiva desenvolvida para negar a vantagem da condição de Estados a países com um governo não reconhecido pela maioria dos outros, muitas vezes por meios políticos. [...]”. Ver: ROBERTSON (2011, p. 99-100).

político ilustrando de quais maneiras o principado católico se firmara, o Estado do Vaticano hoje concebido germinou nas décadas em que Benito Mussolini esteve no controle da Itália liderando um regime totalitário de caráter fascista, arrastando uma sociedade disciplinada para a Segunda Grande Guerra.

Imortalizou-se nos anos que antecederam o conflito um encontro vespertino no palácio católico de Latrão selando uma aliança diplomática entre o governo italiano e a Santa Sé, corporizada pelo então secretário de Estado Pietro Gasparri, em pleno pontificado de Pio XI (1922-1939).

Desestabilizada após anos de impasses terrenos, o pacto reergueria financeira e politicamente os pilares da Igreja Católica. Com as rubricas assinadas, prostrava-se perante Benito Mussolini a tiara papal.

À parte o breve panorama, não existem teorias ou vastos compêndios que expliquem a natureza geopolítica da Igreja Católica na contemporaneidade.

Sabe-se que a Igreja Católica Apostólica Romana é uma organização internacional que fornece acesso exclusivo para certos destinos de um porvir transcendental. Já a Santa Sé, uma monarquia absolutista cujo governante é indicado pelo divino mediante um colegiado de príncipes – o cardinalato. A Santa Sé é, ao mesmo tempo, governo central da Igreja Católica e também do Estado do Vaticano. Por fim, há a Cidade do Estado do Vaticano, país com menos de um quilometro quadrado cujos cidadãos não permanentes são todos membros da hierarquia eclesiástica – padres, Guarda-Suíça, núncios, professores, freiras, administradores, arquivistas, etc.

De maneira simultânea ela vive também três diferentes temporalidades: o tempo cotidiano, aquele que é experimentado diariamente pela sociedade em geral; o tempo histórico, arrastando-se por quase dois mil anos; e o tempo mítico-religioso, pregado por sua mensagem baseada à luz do Cristianismo.

De acordo com Luiz Alberto Gómez de Souza, na Igreja Católica,

[...] se cruzam diferentes tendências que têm a ver com a diversidade social, política, cultural e claro está, espiritual da sociedade mais ampla onde ela se insere. Assim, alguém que faz parte de uma pastoral comprometida com as lutas sociais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) tem uma prática e opções diferentes de um membro da Opus Dei. Mas, além disso, temos de distinguir a Igreja Católica como instituição, com suas estruturas de poder eclesiástico e como comunidade de fiéis, ou povo de Deus, para empregar uma expressão do Concílio Vaticano II. (SOUZA, 2004, p. 1)

Observa-se aqui o grau de complexidade da instituição católica, seja em suas divisões externas ou internas. Gómez de Souza preocupa-se em teorizar uma dicotomia muitas vezes esquecida ou simplesmente renegada: o distanciamento entre a estrutura eclesiástica e a comunidade de fiéis.

Não obstante, hoje, mesmo que muitas teorias no campo das humanidades que abordam o poder em suas mais diversas formas e nas mais variadas relações questione sua arcaica forma piramidal, notória no pensamento político tradicional, não podemos deixar de apontar traços marcantes deste arcaísmo nas seculares estruturas burocráticas e administrativas da instituição.

Feitos os apontamentos necessários, nos aprofundaremos na primeira formulação, a *estrutura eclesiástica*, compreendendo-a por intermédio dos acontecimentos grandes e pequenos que se sucederam em seu centro político-administrativo-financeiro entre e após o Concílio Vaticano II (1962-1965).

DE WOJTYLA A BERGOGLIO: PODERES TENCIONADOS

ENTRE RUPTURAS E CONTINUIDADES

Questiona-se atualmente se o papa João Paulo II e seu sucessor, o papa Bento XVI, perpetuaram os sonhos de João XXIII durante seus respectivos pontificados. Pergunta-se se o Concílio Vaticano II (1962-1965) teria perdido o seu valor, desvirtuando-se nas décadas seguintes à sua realização.

Analisa-se no âmbito interno em quais planos a Igreja Católica avançou e em quais retrocedeu. Por último comparam-se as estruturas da época com o tempo presente, deixando intrigados os historiadores do catolicismo contemporâneo.

É indiscutível a relevância do maior evento religioso do século passado, reunindo um número jamais visto de padres, bispos e autoridades religiosas, em sua grande maioria cristão-católica, em um mesmo cenário, abalando as mais diferentes esferas do poder eclesiástico. Um poder que até o dado momento parecia intocável.

O intuito do concílio foi decidir os rumos de uma tradição milenar frente a um mundo em constantes, velozes e violentas transformações. Para Rodrigo Coppe Caldeira,

O fato é que este concílio se diferenciou de todos os anteriores, pois não tinha sido convocado para

condenar uma forma de se pensar e agir, nem para promulgar dogmas, como ocorrera nos vinte já então realizados. Em quatro anos, de 1962 a 1965, inúmeras questões doutrinárias, morais e políticas foram debatidas em uma assembleia instalada na nave central da Catedral de São Pedro, no Vaticano. [...] A Igreja precisava dar uma resposta a esse mundo em transformação, reafirmar seu papel na contemporaneidade e apontar novos rumos. (CALDEIRA, 2012)

Era evidente que a humanidade, atropelada por guerras e revoluções, mudava de forma singular. A bipolarização crescente entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas intensificava-se. O espanto pela modernidade e sua tecnologia avançada, sem contar a sedução pelos extremos – uma rebeldia revolucionária ou um inquieto conservadorismo – dividia povos e nações, órgãos e instituições. A Igreja Católica, provavelmente a mais antiga e influente das congregações humanas, não seria renegada por este turbilhão que assolava o mundo.

O Concílio Vaticano II, inaugurado pelo papa João XXIII no início da década de 1960 e concluído pelo papa Paulo VI, firmara-se sob a égide da mudança. Palavra incômoda principalmente para as facções conservadoras e tradicionalistas do Colégio de Cardeais. Icônica tornou-se a frase do cardeal Antonio Maria Montini, até então exilado em Milão, sobre as ações “revolucionárias” do *papa buono*: “este santo velhote não percebe que está a mexer num ninho de vespas?” (HEBBLETHWAITE, 1984, p. 284).

O desenrolar dos fatos e as discussões registrados na vasta historiografia do concílio, de vertentes católicas e não católicas, demonstraram as dimensões múltiplas e a importância teológica e pastoral do evento encabeçado por João XXIII e seus mais íntimos assessores.

À parte, se adentrarmos os corredores palacianos que cortavam o Vaticano à época, nos depararíamos com uma realidade labiríntica. Se as dicotomias e desavenças pairavam sobre hemisférios nos tempos de bipolaridade, a guerra silenciosa entre as autoridades da Igreja pairava também sobre o rio Tibre.

Investigações recentes sobre as origens do concílio mostraram até que ponto a velha guarda do Vaticano se opunha à sua realização. A tendência do pontificado de Pacelli [Pio XII] tinha sido subordinar as igrejas locais e os seus bispos à administração central do papado, a Cúria. A ideia de reunir os três mil bispos de todo o mundo e permitir que conversassem uns com os outros e talvez até lançar novas ideias, era aterrorizadora. (DUFFY, 2006, p. 355)

Desde sua formação institucional, passando pelo surgimento do Colégio de Cardeais, tempo dos Orsini, Collona e dos Borgia, diferenças internas entre os membros da estrutura eclesial permaneceram uma constante em sínodos e decisões entre o alto escalão da hierarquia católica.

Se regressarmos aos meses que antecederam o concílio, veremos que os prefeitos da Cúria Romana – rede de secretariados, congregações, tribunais e conselhos que auxiliam o papa, espécie de corte máxima responsável pela administração, justiça e as finanças do Estado do Vaticano – maquinaram em frentes diversas para impedir seus preparativos. Ao notar a ineficácia de seus métodos, iniciaram a sabotagem, recusando-se a participar, discutir e seguir caminhos reversos aos trilhados até então.

O cardeal responsável pelo Santo Ofício à época, o italiano Alfredo Ottaviani, quando afirmou: “vamos continuar a ser senhores de nossa própria casa” (DUFFY, 2006, p. 355), dava um ultimato aos cardeais progressistas e liberais a frente do evento. A guerra silenciosa entre os que eram pró e contra a mudança chegava ao seu ápice.

Para Eamon Duffy, o pontificado do controverso Pio XII (1939-1958) havia sido responsável pela centralização da monarquia papal, subordinando paróquias, mosteiros e ordens aos ditames do Vaticano. Aumentando consequentemente o poderio da Cúria Romana e sua influência nos mais variados âmbitos de ação. Evidente que o Concílio Vaticano II almejava o oposto, mesmo que de forma lenta e gradual.

As rupturas e continuidades das ideias conciliares evidenciam-se hoje com mais nitidez tanto nos aspectos da doutrina, da teologia, assim como das posições políticas e morais adotadas pela Igreja Católica naquele tempo. O que não impede discussões a respeito da permanência de seus fundamentos durante os pontificados de João Paulo II (papa de 16 de outubro de 1978 a 2 de abril de 2005) e Bento XVI (papa de 19 de abril de 2005 até sua renúncia em março de 2013).

Neste ínterim observa-se que cada pontificado carregou singularidades e complexidades próprias, cabendo ao historiador do tempo presente analisar suas múltiplas facetas, jamais de maneira isolada, mas adjunto ao complexo sistema-mundo.

Se as ideias centrais do Concílio Vaticano II eram a mudança, a descentralização e o diálogo inter-religioso, muitas dessas abordagens foram esquecidas após a morte nebulosa do papa João Paulo I, em outubro 1978, e a escolha do então arcebispo

de Cracóvia, Karol Wojtyła.

A energia titânica do pontificado de Wojtyła teve consequências importantes para a Igreja, mas nem todas boas. As viagens intermináveis, destinadas a unir a Igreja em torno do papa, na verdade às vezes pareciam realçar divisões existentes. [...] a autonomia das hierarquias locais foi sistematicamente restringida. Os departamentos do Vaticano aumentaram o seu domínio sobre questões anteriormente na instância das hierarquias regionais, incluindo até os pormenores da tradução da liturgia para línguas nacionais. (DUFFY, 2006, p. 376)

O Estado do Vaticano, corporificado na figura de uma liderança ímpar, voltava a centralizar-se. Por um lado, a Igreja Católica abria-se para o mundo mediante os esforços e viagens de João Paulo II; por outro, a estrutura vaticana fechava-se em si mesma. A Cúria Romana permaneceria uma corte monárquica, o Colégio Cardinalício, o mais alto degrau da hierarquia eclesiástica, e a Santa Sé, um principado infalível e inquestionável.

No período, tensões e controvérsias variaram. De transações e desvios bilionários entre a instituição financeira da Igreja Católica, o Instituto para Obras Religiosas (IOR), e organizações políticas e criminosas italianas⁵, até o início de sussurros e murmúrios nos corredores sagrados a respeito de sistemáticos abusos sexuais cometidos por padres em diferentes lugares do globo. Somente após a morte de João Paulo II que muito se explicaria e que tudo, ou quase tudo, seria revelado.

As centralizações tanto papal como curial foram notadas de maneira crítica pela imprensa brasileira no início dos anos 1980. Kenneth L. Woodward, correspondente especial do jornal *Folha de S. Paulo* em Roma, imerso nos bastidores do poder, não poupou palavras para descrever o Vaticano à época:

A Cúria Romana tem sua própria pirâmide de poder, bem isolada do papa. Mas o poder real está nas mãos do *establishment* vaticano, uma rede de velhos que pensam e agem como se ninguém mais no Vaticano tivesse o direito de estar em Roma. Em seu cerne o *establishment* consiste em uns 18 cardeais italianos, todos sexagenários e setuagenários, e em uma das três dúzias de bispos e monsenhores cujas carreiras dependem desses cardeais. Como cada

congregação curial inclui um conselho de consultores, esse pequeno grupo de cardeais exerce um grande poder em Roma. (WOODWARD, 1982)

As análises de Duffy caminham rumo às descrições críticas de Woodward, pois Wojtyła, “sempre em viagem, nunca prestara muita atenção ao pormenor administrativo ou às estruturas da Igreja, deixando geralmente esses assuntos ao seu pessoal” (WOODWARD, 1982). Essas questões intensificaram-se principalmente após a descoberta de uma grave doença degenerativa.

O carismático Karol Wojtyła, assolado por Mal de Parkinson, morreria em abril de 2005, vítima de complicações após uma infecção urinária, gerando comoção global após um quarto de século como líder da Igreja Católica. João Paulo II deixava para trás um Papado centralizado, envolto de uma Cúria eficiente e articulada, mas extremamente burocrática e poderosa.

Até sua morte, no que tangia a assuntos paralelos condizentes ao catolicismo, como a moral sexual, o casamento e o avanço científico, o papa permaneceu resolutivo, condenando métodos contraceptivos, o divórcio, a procriação artificial e manipulações genéticas.

No plano geopolítico, suas ações e interferência no Chile pinochetista, na Cuba castrista e na União Soviética haviam deixado claro que os interesses da Santa Sé, fossem a paz, fossem a guerra, não deveriam ser jamais esquecidos.

Constata-se que o pontificado de João Paulo II foi marcado por um velado conservadorismo e uma forte centralização burocrática, mesmo nos mais básicos problemas e nas mais custosas decisões. Em abril de 2005, a comunidade de fiéis uma vez mais voltava-se para o Vaticano. Os sinos badalavam com intensidade. A *Sede Vacante* era proclamada. João Paulo II estava morto.

DOS CONFLITOS À RENÚNCIA

Os cardeais trancafiados na Capela Sistina escolheriam, não por acaso, o cardeal alemão Joseph

5 Em 2010 o jornalista investigativo italiano Gianluigi Nuzzi publicava sua primeira obra intitulada “Vaticano S. A.”, fruto de uma longa pesquisa nos arquivos do arcebispo e monsenhor Renato Dardozzi, falecido em 2003, e considerado uma das figuras mais importantes na gestão das finanças da Igreja Católica de 1974 até o final dos anos 1990. Abalando e surpreendendo a comunidade católica, o livro-reportagem, baseado em correspondências, relatórios e documentação oficial e sigilosa, revelou tramas entre personagens célebres da Cúria Romana e da direção do Instituto para Obras Religiosas (IOR) – entre eles o cardeal e núncio apostólico no Chile, Pio Laghi, o secretário de Estado Angelo Sodano, o cardeal Castillo de Lara – e o partido italiano Democracia Cristã (DC). Transações e desvios de dinheiro, corrupção e paraísos fiscais foram responsáveis pela abertura de um dos mais custosos processos italianos encabeçados pelo Ministério Público que, na década de 1980, tornou-se conhecido como operação “Mãos Limpas”.

Ratzinger; teólogo de exímia erudição e um clérigo imbricado nos pormenores da Cúria Romana desde o início dos anos 1980. Para as facções progressistas e liberais do colegiado, a escolha havia sido um fracasso, pois esperava-se um papa africano ou latino-americano que alterasse as tendências do Papado moderno.

Para a facção conservadora e tradicionalista um papa europeu dava continuidade aos desígnios de Wojtyła e da maioria dos prefeitos da Cúria Romana. Contudo, era desejo mútuo um pontificado transitório, menos dramático e capaz de praticar uma autorreflexão que o papa João Paulo II não havia realizado.

A eleição de uma figura tão controversa num dos conclave mais curtos dos tempos modernos apunhou muitos comentadores de surpresa. Na realidade, os cardeais contrários à candidatura não tinham sido capazes de identificar uma alternativa credível, e Ratzinger tinha entrado no conclave já com uma impressionante base de apoio. Era claramente o porta-voz mais eficiente dos valores do antigo pontificado, e um dos poucos cardeais da Cúria com reputação internacional. (DUFFY, 2006, p. 389)

Acadêmico, o papa Bento XVI foi e permanece um dos maiores pensadores católicos da atualidade. Suas obras são comumente publicadas em diferentes dialetos e sua extensa trajetória tornou-se notória no campo teológico, cultivando contatos e influência internacionais. Foi arcebispo de Munique de 1977 a 1981, e a convite do papa João Paulo II, por quem nutria profunda admiração, liderou um dos mais importantes órgãos da Igreja Católica de 1981 a 2005, a Congregação para a Doutrina da Fé (CDF), conhecida até o pontificado de Paulo VI (1963-1968) como Suprema e Sacra Congregação do Santo Ofício.

Se após a escolha de Ratzinger vaticanistas e parcelas do clero esperavam um tranquilo pontificado, seus palpites haviam sido em vão. O reinado de Bento XVI foi um dos mais intensos da contemporaneidade – culminando na sua abdicação em fevereiro de 2013, seis séculos após a última renúncia papal.

Disputas intestinas entre os membros da Cúria Romana, diferente daquelas ocorridas durante o Concílio Vaticano II, assim como em pontificados anteriores à morte de João Paulo II, intensificaram-se de forma jamais observada, noticiada e registrada.

Se em décadas anteriores a imprensa havia publicado especulações e fatos pouco cognoscíveis, como os escritos de Kenneth Woodward no coração de Roma, durante o pontificado de Bento XVI ela fez da Santa Sé um alvo fácil.

O choque entre jornalistas, estando os italianos à frente, e o Estado do Vaticano, fez parte da conjuntura crítica em que o papa Bento XVI encontrava-se. A imprensa, seus portais de notícias on-line e redes de comunicação instantâneas, sem contar as famigeradas redes sociais, esmiuçaram os acontecimentos que se sucederam no Vaticano. Colunistas e editoriais católicos e não católicos de diversos jornais e revistas do mundo expressaram e opinaram a respeito.

A imprensa internacional, incluindo a brasileira, desempenhou papel importante neste crítico contexto. Através de suas publicações pressionou o Vaticano a esclarecer o que em tempos passados jamais esclareceria.

Escândalos de corrupção financeira, pedofilia em âmbito clerical e disputas pelo controle da Cúria Romana irromperam em manchetes nos anos que antecederam a renúncia de Bento XVI, trazendo à tona acontecimentos até então renegados às sombras da História, causando convulsão jamais vista nas estruturas da Igreja Católica.

Sobre este contexto, no seio da Santa Sé, Clóvis Rossi, correspondente em Roma pela *Folha de S. Paulo*, destrinchou:

Na usina de intrigas e boatos em que se transformou o Vaticano nos últimos meses, o salesiano Tarcísio Bertone, 78 anos completados no dia 2 de dezembro, é sempre um dos personagens principais, em geral o principal. É natural que seja assim: em 2006, ou seja, no ano seguinte a eleição de Joseph Ratzinger como papa, Bertone foi nomeado Secretário de Estado, o segundo posto na hierarquia do Vaticano. Um ano depois, seria designado cardeal, sempre por Bento XVI, como é óbvio. [...] Que há divisões na Igreja o próprio Bento XVI o admitiu. [...] (ROSSI, 2014)

Para compreendermos estes acontecimentos na “usina de intrigas” em que se transformou o Vaticano de Bento XVI, devemos destacar entre os notáveis pertencentes à Cúria Romana a figura do cardeal citado, Tarcísio Bertone, Secretário de Estado. Bertone, sacerdote influente nos principais círculos políticos e eclesiásticos italianos, teria atraído a ira da Cúria Romana ao afastar homens de confiança do papa alemão, como Carlo Maria Viganó (FOLHA DE SÃO PAULO, 16 mar. 2013), à época chefe-geral do Governatorato, órgão responsável pelas licitações e abastecimento do Instituto para Obras Religiosas (IOR), o Banco Vaticano.

Em seguida, na Cúria, o cardeal português Manuel Monteiro de Castro, liderando o Tribunal de Penitência Apostólica, julgando questões de foro interno e indulgências; o cardeal estadunidense Ray-

mond Leo Burke, liderando o Tribunal de Assinatura Apostólica, a principal corregedoria jurídica da Igreja; e o bispo polonês Antoni Stankiewicz, à frente do Tribunal da Rota Romana, a Corte Suprema do Vaticano.

Nas congregações, o monsenhor alemão Gerhard Ludwing Muller, sucedendo-o na Congregação para a Doutrina da Fé; o cardeal argentino Leonardo Sandri, à frente da Congregação para as Igrejas Orientais; e o cardeal canadense Marc Ouellet, na Congregação para os Bispos. Em conjunto, o banqueiro italiano Ettore Gotti Tedeschi como presidente do Instituto para Obras Religiosas, o Banco Vaticano; o decano do Colégio de Cardeais, cardeal-bispo Ângelo Sodano; e por fim o padre jesuíta Federico Lombardi como Porta-Voz oficial da Santa Sé.

A Cúria Romana continuava isolando-se do restante da comunidade de fiéis assim como do clero. A centralização do Papado frente a dioceses, mosteiros e organizações levada a cabo por João Paulo II, contrariando os ideais do último concílio, manter-se-ia o princípio norteador do pontificado de Bento XVI.

Se a Cúria Romana havia sofrido mudanças ao longo desses anos, essas seriam ínfimas, pontuadas por especialistas⁶ apenas na troca de cargos de um ou outro cardeal. O *establishment* vaticano, como observara a *Folha de S. Paulo* no início dos anos 1980, permaneceria intacto.

Depois de um quarto de século em que a maior organização religiosa do mundo foi governada por um dos líderes mais extravagantes e carismáticos, a Igreja Católica Romana passou a ter um acadêmico idoso, enfadonho e tradicionalista à sua cabeça. Apesar de terem sido amigos próximos e colaboradores, João Paulo II e Bento XVI são tipos de homens radicalmente diferentes. (DUFFY, 2006, p. 371)

Assim como seu antecessor, e apesar das diferenças apontadas por Duffy, Bento XVI trabalhou pela manutenção da ordem cardinalícia, o equilíbrio do poder eclesiástico entre forças em choque constante, neutralizando todo pensamento progressista nos meios em que se encontrava. Enfim, manteve-se complacente com o *establishment* vaticano optando pelos caminhos da continuidade.

Seu embate contra o movimento dos teólogos

da Libertação, por exemplo, vertente da doutrina católica que mesclou pensamento socialista às práticas cristãs, havia sido uma forte marca em sua trajetória. Nem mesmo Leonardo Boff, teólogo, intelectual e ambientalista brasileiro, e Hans Kung, teólogo e professor suíço, foram poupados da censura e do afastamento sacerdotal. Nas batalhas travadas com o então cardeal e prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, ambos foram derrotados.

Para Bento XVI, quaisquer movimentos que tendessem à esquerda política trariam de volta seus dias como docente na Universidade de Tubingen, quando em 1968 foi pego pela mesma onda revolucionária que da capital francesa espalhou-se pelo mundo.

Na época havia dito: “qualquer pessoa que quisesse continuar um progressista neste contexto tinha que renunciar à sua integridade” (DUFFY, 2006, p. 371). Além disso, renegou todo seu trabalho durante o Concílio Vaticano II, realizado principalmente como assessor e escrivão, renegando os fundamentos conciliares de diálogo e mudança quando tornou-se papa em abril de 2005.

Tudo estava prestes a mudar. A comunidade de fiéis, a imprensa internacional e as facções da Cúria Romana foram surpreendidas na manhã do dia 10 de fevereiro de 2013. Ao consistório ordinário que presidia, Bento XVI leu aos presentes sua *declaração* cotidiana, deixando lembretes rotineiros para o segundo ato. O papa renunciava ao cargo de Sumo Pontífice da Igreja Católica.

Depois de ter examinado repetidamente a minha consciência diante de Deus, cheguei à certeza de que as minhas forças, devido à idade avançada, já não são idôneas para exercer adequadamente o ministério petrino. [...] Todavia, no mundo de hoje, sujeito a rápidas mudanças e agitados por questões de grande relevância para a vida da fé, para governar a barca de São Pedro e anunciar o Evangelho, é necessário também o vigor quer do corpo, quer do espírito. (RATZINGER, 2013)

Em 304, nos primórdios da Igreja Católica, o bispo de Roma Marcelino abdicava o trono de São Pedro devido à impasses com um Império Romano em decadência.

No medievo, em um dos períodos mais inexplorados da história cristã, o *Saeculum Obscurum*, era a

6 Especialistas na história contemporânea do Papado, precisamente dos acontecimentos cotidianos que se sucedem na Cidade do Estado do Vaticano, são chamados vaticanistas. A grande maioria trabalha no próprio Vaticano e para a imprensa oficial da Igreja. Imersos no mundo virtual, seus textos, análises, vídeos e mensagens são postados corriqueiramente no microblog Twitter e em outras páginas da Web. Citemos John L. Allen Jr., jornalista e escritor; Alessandro Speciale, repórter e economista; e Andrea Tornielle, repórter e jornalista do periódico Vatican Insider. Entre vaticanistas pouco conhecidos estão Claudio Rendina, historiador e jornalista italiano; e Juan Arias, teólogo e jornalista espanhol, correspondente em Roma por 14 anos do jornal El País.

vez do papa Bento IX renunciar, vendendo o cargo ao seu padrinho, que tornar-se-ia dias depois Gregório VI.

Em 1294, o papa Celestino V, saturado e desorientado frente às tribulações do período também abdicaria. O último a renunciar ao Papado, antes de Bento XVI, havia sido Gregório XII, em 1415, em meio ao Grande Cisma do Ocidente.

Bento XVI renunciava dando clímax a uma das conjunturas mais críticas do catolicismo contemporâneo. Iniciavam-se os questionamentos e as desconfianças por intermédio do clero e da imprensa. Pontuemos alguns dos acontecimentos que antecederam sua renúncia.

Em fins de 2012, já desgastada por denúncias de corrupção financeira nos autos do Instituto para Obras Religiosas (IOR) e escândalos de pedofilia nos mais diversos cantos do planeta, a corte jurídica do Estado do Vaticano condenava o italiano Paolo Gabriele, mordomo de Joseph Ratzinger, a 18 meses de prisão em uma cela improvisada no pequeno Estado católico.

O pandemônio crescia após denúncias de que, auxiliado pelo técnico em informática Claudio Sciarpeletti, ele havia furtado volumosa documentação oficial da mesa de trabalho do pontífice, repassando-a em uma operação secreta para o jornalista Gianluigi Nuzzi, repórter investigativo italiano. Este acontecimento forçou mais uma vez as câmeras do mundo todo a voltarem-se para a Santa Sé.

O livro de Nuzzi, *Sua Santidade – As Cartas Secretas de Bento XVI*, publicado no Brasil pela Editora Leya em outubro de 2012, baseou-se na mesma documentação furtada de Joseph Ratzinger. Seu conteúdo: intrigas e disputas por poder, controle e dinheiro entre os dirigentes da Cúria Romana.

Em 30 de setembro de 2012, a *Folha de S. Paulo* noticiava o início do julgamento de Gabriele.

Se for condenado, poderá pegar quatro anos de prisão. Já o técnico em informática pode ser condenado a, no máximo, um ano. O escândalo, que ficou conhecido como “VatiLeaks”, veio à tona ainda antes do lançamento do livro, quando uma TV italiana revelou cartas enviadas pelo arcebispo Carlo Maria Viganó ao papa. Nelas, havia denúncias de corrupção, prevaricação e má gestão no Vaticano. (FOLHA DE SÃO PAULO, 30 set. 2012, p. A21)

Enquanto a justiça vaticana ordenava a prisão de Paolo Gabriele e de seu técnico assessor, amparados por magistrados italianos e defendidos por advogados escolhidos pela Santa Sé, tudo dentro das próprias

muralhas da Igreja Católica, uma ruidosa revelação era omitida pelos registros do jornal brasileiro.

Para Gianluigi Nuzzi, peça central deste frágil tabuleiro, a operação secreta de furto e revelação de documentos confidenciais (diplomáticos, financeiros, etc.), intitulada “Vatileaks”, não havia sido obra de Paolo Gabriele e muito menos de Claudio Sciarpeletti. Não com a certeza decretada pela imprensa.

No prefácio de sua obra, Gianluigi Nuzzi esclarece fatos e modifica a versão estampada no jornal *Folha de S. Paulo*, assim como em toda imprensa internacional. Clichês à parte, a culpa não era do mordomo.

Membros do alto escalão da hierarquia católica haviam participado do esquema. Facções da Cúria Romana digladiavam-se entre demissões forçadas, rombos fiscais e escândalos de pedofilia. Era nítido que o papa Bento XVI havia perdido o controle e a autoridade perante membros-chave de seu pontificado. Tamanhas revelações arrastaram a Igreja Católica para o epicentro da maior crise de sua História recente.

Nuzzi afirma que Paolo Gabriele

[...] foi preso sob a acusação de haver-me passado os documentos explosivos e inéditos. [...] Sobre essa matéria eu não posso, obviamente, falar nada. O código deontológico dos jornalistas me impõe a proteção das fontes que contribuíram para a pesquisa e para a investigação. Nem tampouco posso desmentir, falando que não foi ele. Se eu fizesse isso, estaria contribuindo para a identificação de muitas pessoas que ajudaram-me a conhecer o que acontece para lá da colunata de São Pedro. (NUZZI, 2010, p. 12)

Sobre a detenção do ex-mordomo Paolo Gabriele, desabafou:

Em primeiro lugar: era mesmo necessário e impreterível prender Gabriele, contrariando a regra não escrita de que, no Vaticano, se confia mais na religião do que nas algemas? Jamais havia sido preso um funcionário, um dirigente; pelo contrário, até hoje, sempre que um juiz estrangeiro pedia a prisão de algum cidadão vaticano, era recebido como resposta um seco “não” da Santa Sé. (NUZZI, 2012, p. 12)

Nos holofotes da imprensa, e em pé de guerra com o Porta-Voz oficial da Santa Sé, Federico Lombardi, Gianluigi Nuzzi fazia revelações sigilosas e documentadas por Bento XVI e seus assessores. É intrigante que em seu prefácio Nuzzi tenha defendido abertamente Paolo Gabriele e acusado o Estado do Vaticano de confiar mais nas algemas que no diálogo.

O discurso proferido pelo repórter poderia

muitas vezes passar despercebido a olhares desatentos, mas suas palavras são dotadas de significados múltiplos. Por que ele “desmentiria” o que foi aceito como “verdade” pela imprensa e pela versão oficial do Estado do Vaticano? Se o fizesse, colocaria em risco a identificação de quais outras pessoas? Não fora Gabriele o único culpado?

Se Paolo Gabriel não foi o único, ou o próprio culpado, as palavras empregadas por Nuzzi mostraram um outro lado desses acontecimentos, tenha as escolhido de propósito ou por mero descuido.

Em razão destes acontecimentos Bento XVI escolheu abdicar. Na sua última missa pública realizada na Basílica de S. Pedro, missa de Quarta-feira de Cinzas, em tons de desabafo e crítica contundente frente aos cardeais membros de seu pontificado, disse:

De fato, também nos nossos dias, muitos estão prontos a estraçalhar as roupas diante a escândalos e injustiças – naturalmente cometido pelos outros –, mas poucos parecem dispostos a agir sobre o próprio “coração”, sobre a própria consciência. [...] Penso em particular nos golpes contra a unidade da Igreja, as divisões no corpo eclesial. (VATICANO, 2013)

REFORMA E REVISÃO

Um helicóptero da força aérea italiana havia sobrevoado noites passadas o domo da Capela Sistina com destino ao Castelo Gandolfo, tendo Joseph Ratzinger como único passageiro, agora apartado de seu cargo, quando o cardeal protodiácono Jean-Louis Tauran anunciou da sacada da Basílica de São Pedro a escolha do novo pontífice da Igreja Católica.

Vaticanistas e comentadores, repórteres e enviados especiais a Roma foram surpreendidos quando a silhueta de Jorge Mario Bergoglio apareceu frente a uma multidão heterogênea e esperançosa. Sorridente e com as mãos levantadas, o arcebispo de Buenos Aires e membro da Companhia de Jesus saudava a comunidade de fiéis e autoridades presentes, dando sua primeira bênção apostólica. Diferente dos últimos dois conclaves o impacto da escolha não havia sido em vão.

A escolha de Jorge Mario Bergoglio, adotando Francisco como nome papal, não significou meramente bonança após semanas de tormenta. Indagavam-se se adversidades, disputas e comoções internas como as presenciadas nos últimos anos haviam gerado o primeiro papa latino-americano.

Evidente que o cardinalato havia entrado em

um consenso. Com a escolha de Francisco, a lógica político-demográfica do Papado alterava-se pela primeira vez em sua História, modificando a orientação institucional mantida até aquele momento por João Paulo II e Bento XVI – agora papa emérito e sem recurso algum de governabilidade.

A escolha de um papa não europeu, a decrescente influência sacerdotal europeia em congregações, ordens e na direção da Cúria Romana, sem contar a crescente secularização do Velho Continente e a ação pastoral do catolicismo nas áreas mais carentes do globo, como a América e a África, são há décadas discutidas por teólogos, filósofos e pesquisadores da religião e religiosidades.

Constatamos em contextos históricos distintos, como durante o Concílio Vaticano II, assim como a dogmática e as estruturas da instituição católica conduziram e deixaram-se conduzir por processos políticos, econômicos e culturais durante os tempos de Guerra Fria, as conjunturas do século XXI não deixaram de modificá-la.

Embora não faça muito tempo desde a época em que o Sacro Colégio pontifício era quase totalmente europeu, sua composição sofreu uma modificação completa. O Sacro Colégio recebeu seu primeiro membro africano em 1960 – o tanziano Laurian Rugambwa. Em 2001, no entanto, o papa João Paulo II sagrou 44 novos cardeais, nada menos de 11 vieram da América Latina, além de dois da Índia e dois da África. Seguindo essa infusão de sangue novo, mais de 40% dos cardeais com direito a voto nas eleições papais passaram a vir de nações do Terceiro Mundo. Foi um novo cardeal da Venezuela quem tirou a conclusão óbvia de que “o verdadeiro centro da Igreja estava mudando da Europa para a América Latina”. (JENKINS, 2004, p. 265)

Conforme Jenkins, a lógica demográfica do Papado modificava-se desde o pontificado de João Paulo II, entre marchas e contramarchas. Bastariam algumas poucas votações em um breve conclave para virar radicalmente uma página importante de sua história.

Na noite do dia 13 de março de 2013, diante de uma multidão envolvida por um dos rituais mais remotos do Ocidente, barrou-se o retorno de uma liderança católica europeia ou de linhas centralizadoras e conservadoras como as de Wojtyla e Ratzinger. Impávidos, vaticanistas, repórteres e cientistas sociais permaneceriam discorrendo sobre os acontecimentos que sucederam no Estado do Vaticano até a barca de São Pedro finalmente aquietar-se.

Na manhã seguinte ao conclave, Buenos Aires acordou em polvorosa – pró e contra Jorge Bergo-

glio. Em postes e muros cartazes com o semblante do novo papa com a seguinte legenda: peronista⁷. Depois, surgiram denúncias de cumplicidade individual com o regime autoritário argentino das décadas de 1970 e 1980 quando esteve à frente do arcebispado latino (FOLHA DE SÃO PAULO, 14 mar. 2013). Não obstante, cartas com diálogos extensos com o ditador Jorge Rafael Videla espalharam-se pela imprensa, portais de notícias on-line e redes sociais.

Apesar de creditarmos grande valor na História do Tempo Presente, não há documentação ou fontes suficientes para chegarmos a conclusões tão imediatistas. As que existem ou não estão traduzidas ou carecem de uma análise exaustiva, o que não propusemos neste capítulo.

DOS SILÊNCIOS E ESTIGMAS

ABORDAGENS E REFLEXÕES BIBLIOGRÁFICAS

Face o Concílio Vaticano II (1962-1965) e pontificados posteriores, entre rupturas e continuidades, sínodos e discussões pelos corredores sagrados, a pedofilia em âmbito clerical foi relegada aos porões do silêncio até o fim da primeira década do século XXI, já nos anos derradeiros de Bento XVI.

Referências bibliográficas que discorrem sobre o tema são escassas. São elas, portanto, três obras de importância elementar. *Igreja e Pedofilia: uma ferida aberta*, de Giovanni Cucci e Hans Zollner, propondo uma abordagem psicológica-pastoral voltada aos anseios do clero; *O papa é culpado? A responsabilidade do Vaticano por violações de direitos humanos*, do jurista britânico Geoffrey Robertson, conhecido mundialmente pela defesa de Julian Assange no caso “Wikileaks”; e *Sex, Priests, and Secret Codes: The Catholic Church’s 2.000-Year Paper Trail of Sexual Abuse*, obra referência do teólogo e ex-embaixador da Santa Sé, Thomas Patrick Doyle, principal autoridade no assunto.

A necessidade premente de expormos as únicas referências deste capítulo e, não menos importante, da temática nos dias atuais, elucida um campo inexplorado pelos historiadores do catolicismo contemporâneo e da História do Tempo Presente.

Debater as causas e os efeitos da pedofilia no sujeito não é o que propomos; muito menos julgá-lo por suas ações frente à medicina, justiça e a psiquiatria modernas. Julgar não é tarefa do historiador, mas compreender, questionar e elucidar.

Propomos neste capítulo uma discussão entre as principais correntes de pensamento abordadas acima, salientando, enfim, a atuação e conduta do Estado do Vaticano e sua Cúria Romana frente aos casos registrados pela imprensa.

A pedofilia na Igreja Católica emergiu publicamente, e de forma meteórica, no ano de 2002, precisamente na cidade estadunidense de Boston⁸, arrastando-se até o ano 2013, abalando as principais estruturas da instituição e sua comunidade de fiéis.

Dos Estados Unidos ao Brasil, da Irlanda a Holanda, do México a Venezuela, dezenas de casos foram noticiados e imbuídos nas páginas do catolicismo recente. Notemos que a pedofilia em âmbito clerical não encrustou-se apenas em uma região específica ou foi verificada em um determinado período, o que torna sua compreensão totalizante uma construção histórica que demandaria décadas de pesquisa.

Comportamento sexual de complexa definição, a pedofilia tornou-se questão de custoso enfrentamento para uma das mais respeitadas instituições moralizadoras do mundo. No Ocidente contemporâneo, o termo “pedofilia” vem designar uma prática socialmente inadequada e, na maioria dos países, criminosa. Um transtorno sexual classificado como parafilia – fantasias ou comportamentos sexuais recorrentes e intensos que envolvem objetos, atividades ou situações incomuns – assim como uma perversão sexual.

Por essa razão, tanto polemizou-se quando casos diversos em âmbito clerical vieram à tona. Sabe-se que este comportamento não ocorreu – e ocorre – única e exclusivamente nos espaços da Igreja Católica, mas lamentavelmente em escolas, residências e outras instituições religiosas no Brasil e no mundo.

7 Peronismo é uma denominação dada de forma sintética ao Movimento Nacional Justicialista, liderado por Juan Domingo Perón, militar que governou a Argentina em 1946, 1951 e 1973.

8 A pedofilia na Igreja Católica contemporânea iniciou-se cronologicamente em uma manchete histórica no tradicional jornal estadunidense Boston Globe, datado de 6 de janeiro de 2002. Intitulada “Igreja permitiu que padre cometesse abuso durante anos”, o periódico imiscuiu-se em uma das mais ferrenhas batalhas judiciais contra o arcebispado de Boston, corporificado pelo então cardeal Bernard Law, trazendo à tona o delicado assunto da pedofilia em âmbito clerical. A partir daí, mídias impressa e virtual passaram a noticiar abusos, casos e escândalos, pressionando o Vaticano, o Papado e a Cúria Romana a falar sobre o tema e resolver a questão.

Ao analisar os pontificados posteriores ao último concílio ecumênico, certificamos uma permanência contrária aos fundamentos conciliares: a centralização político-administrativa do Papado envolto de sua Cúria.

Uma centralização pensada por Pio XII, rompida em partes por João XXIII e Paulo VI, rearticulando-se tempos depois com João Paulo II e Bento XVI. Os conflitos (FOLHA DE SÃO PAULO, 11 fev. 2013) intestinos na malha de poder que cobriu Roma nos últimos dois pontificados atestam nossa constatação.

Para os padres jesuítas italianos Giovanni Cucci e Hans Zollner, ambos psicólogos formados pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, a pedofilia na Igreja Católica vai além das muralhas do Vaticano, de paróquias e sacristias. Ao enfrentarem a questão, tentam compreender as razões e as origens da pedofilia em âmbito clerical de outra forma. Para eles

[...] o tema das perversões, até extremas, de que a pedofilia é apenas um aspecto, muitas vezes não pôde encontrar uma pesquisa e um estudo adequados por serem consideradas expressões de liberdade sexual, a ser defendida contra possíveis “repressões” e “discriminações”, um *slogan* infelizmente, aceito amplamente e de modo acrítico nestes decênios. (CUCCI, 2011, p. 48)

Para os padres jesuítas, diferentes espaços e *slogans* midiáticos, a internet, programas de televisão, revistas, etc., influenciam o indivíduo de inúmeras formas. Uma influência que supostamente desencadearia pensamentos e anseios pedofílicos.

No entanto, quando os escritores apontam o ato pedofílico como defesa das “liberdades do corpo”, suas ideias se chocam com as de movimentos políticos e sociais inerentes da contemporaneidade, como o movimento LGBT e a causa das mulheres, movimentos que almejam voz e direitos civis a essas tantas minorias marginalizadas.

A compreensão sobre o corpo e a sexualidade, principalmente para jovens e adolescentes, e a defesa das múltiplas liberdades sexuais, não significam incitar diretamente às perversões sexuais. Mesmo assim, em sua obra, Cucci e Zollner atacam o que chamam “cultura da pedofilia”. (CUCCI, 2011, p. 48).

Nesse clima cultural não se pode deixar de destacar a difusão e a defesa em relação à abolição da diferença sexual, divulgada pela chamada te-

oria do *gender*, segundo a qual se deveria extirpar do dicionário os próprios termos “homem” e “mulher”, para substituí-los pelo mais neutro *gender*. [...] A morte da diferença, a situação pela qual “tudo é substituível” manifestam, do ponto de vista psicológico, a típica dinâmica narcisista, entendida como a tentativa de reduzir o outro a espelho de si, anulando-o como outro, revelando nisso sua raiz intolerante e violenta. A dinâmica narcisista, separando da sexualidade os afetos, além de ser antiética à antropologia cristã, está na base de perversões e abusos como a pedofilia. (CUCCI, 2011, p. 51)

A obra propõe uma discussão acalorada sob a ótica do cristianismo católico a respeito de uma urgência no meio eclesiástico. Cucci e Zollner são a minoria que de dentro, e para a instituição católica, discutem o problema da pedofilia.

O ataque intelectual é destinado àqueles que pensam o gênero sob uma ótica laica, seja sobre questões como a teoria do *gender* ou relações individualistas – “narcisistas”, como disseram. Neste ínterim, ao timbrarem a contemporaneidade como “tempo de perversões” e “liberdades sexuais” que, para ambos, sequer deveriam existir, os autores poderiam ser inseridos na facção mais conservadora e tradicionalista do clero católico que, nestes últimos anos, tem se debruçado sobre o tema.

Os autores tentam justificar a pedofilia na Igreja Católica amenizando suas causas e efeitos, culpando toda uma sociedade, uma imprensa e toda uma cultura em constante transformação. Diferente de alguns setores mais progressistas da Eclésia, eles discorrem:

Evitemos, antes de mais nada, a insinceridade, ou seja, evitemos nos concentrar no limitado número de casos de pedofilia verificados na Igreja Católica; em vez disso, abramos os olhos diante do drama de uma infância violada e abusada com muita frequência e por toda parte, mas sem escândalo. (CUCCI, 2011, p. 63)

Diferente dos autores jesuítas, o jurista britânico Geoffrey Robertson abalou as esferas jurídica e eclesiástica ao publicar sua obra concernente à pedofilia em âmbito clerical. Robertson importa-se mais com as estruturas que com os próprios sujeitos.

Ativista dos direitos humanos reconhecido em toda Inglaterra, em 2010 assumiu a defesa do criador do site *Wikileaks*, Julian Assange, mantido há mais de um ano na embaixada equatoriana em Londres⁹.

Para abordar e discutir a problemática da pedofilia

na Igreja Católica, Robertson defende uma tese que se impõem como estrutura teórica-chave de seu trabalho: a contestação da condição de “Estado” do pequeno principado católico.

Mantendo-se nos 44 hectares que cortam Roma, delimitando territorialmente a Santa Sé, membros do clero católico possuem imunidade diplomática. A explicação de Robertson, que escreve visando um culpado pelos casos de pedofilia – Joseph Ratzinger –, conclui que o papa deveria ser processado e julgado formalmente perante cortes internacionais por suas ações dúbias à frente da Congregação para a Doutrina da Fé (CDF), durante a segunda metade do século XX.

Recaiu sobre a CDF, órgão da Cúria Romana responsável pela averiguação de fatos internos, criminosos e subversivos aos olhos do Código de Direito Canônico, o não julgamento de casos de pedofilia “em tribunais públicos no mundo todo nos cinquenta anos seguintes, em momentos e lugares nos quais hoje sabemos que esse problema era amplamente disseminado” (ROBERTSON, 2011, p. 28).

Para Robertson, a condição de “Estado” do Vaticano exerceria contraditórias presença e influência em toda a comunidade internacional, inclusive na Organização das Nações Unidas (ONU), relativo principalmente às políticas de controle de natalidade, direito das mulheres e homossexuais e o uso de preservativos, causando impactos diversos em assunto que deveriam ser políticos, não religiosos.

Robertson ainda confronta a ideia de Cucci e Zollner de que viveríamos uma “cultura da pedofilia” ou “cultura das perversões”.

Estudos mostram que a vasta maioria dos padres molestadores da Igreja Católica havia sido ordenada antes do final dos anos 1970 (desqualificando assim afirmações feitas de que a culpa era da “cultura gay” dos anos 1980 e 1990), e que muitos fizeram diversas vítimas ou cometeram abusos por um longo período de tempo. Grande parte das vítimas tinha de 11 a 14 anos e a ampla maioria – 81% – era de garotos. (ROBERTSON, 2011, p. 35)

Outro entrechoque é sentido quando analisamos a obra dos padres jesuítas e do jurista britânico. Uma das principais questões abordadas por Robertson e omitida por Cucci e Zollner foi a sujeição de indivíduos que cometeram abusos sexuais de menores de idade “às leis dos países onde vivem”

(ROBERTSON, 2011, p. 13). Resumindo: à esfera da justiça. Neste caso, a pedofilia em âmbito clerical e a reação de membros dos altos escalões da hierarquia da Igreja que, de formas diversas, sabiam dos inúmeros casos.

Se o temor de Cucci e Zollner era o escândalo, ou a transformação de casos de pedofilia em escândalos mediante o poderio da “escrita de Imprensa” e, segundo sua interpretação, a Igreja Católica conta em seu trilhar com limitado número de abusos sexuais cometidos por membros do clero, culpando uma sociedade promíscua e radicalmente libertária, o jurista britânico aborda um assunto delicado contrapondo este discurso – assunto que os jesuítas não ousaram tocar.

Quando o direito canônico foi organizado, em 1917, o abuso de crianças menores de 16 anos [a idade agora é 18] foi especificamente classificado como um pecado e, cinco anos depois, a Igreja criou sua primeira instrução no direito canônico sobre os procedimentos e as penas a serem usados para essa transgressão. O código foi repassado para todos os bispos em 1962 [...]. (ROBERTSON, 2011, p. 27)

Ao citar um “código legislativo” amparado ao Código de Direito Canônico, Robertson não aprofunda suas análises a respeito. Esclarece apenas que a pedofilia em âmbito clerical não é uma novidade para os principais dirigentes da instituição católica. Não emergiu nos anos 1970 ou 1980, como afirmaram Cucci e Zollner.

Obra notória dentre as redigidas sobre a pedofilia em âmbito clerical, *Sex, Priests, And Secret Codes*, escrita por Thomas Patrick Doyle, tornou-se uma referência sobre a questão. Para irmos adiante e compreendermos aquilo que propôs Robertson, este estudo é fundamental.

Em 1984, enquanto servia à embaixada da Santa Sé, Doyle entrou em contato com diversas vítimas de abusos sexuais cometidos por membros do clero. A partir daquele momento passou a estudar o tema e combatê-lo judicialmente, tornando-se uma das vozes dissonantes na estrutura eclesial.

Diferente dos jesuítas Cucci e Zollner e do jurista Robertson, Doyle não aponta a cultura e a sociedade ocidentais ou almeja a desestruturação do centro político-administrativo da Igreja Católica.

Para ele, a questão da pedofilia em âmbito cle-

9 O “caso Wikileaks” ocorreu em 2010, quando o principal mentor e atualizador do site Wikileaks, o ciberativista Julian Assange, revelou centenas de documentos diplomáticos confidenciais, expondo acordos e relações político-econômico-militares entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, desde suas táticas de guerra, desvios de dinheiro, rombos fiscais a assassinatos misteriosos e pactos financeiros feitos às escondidas.

rical não reside em nenhuma das duas proposições. Thomas Patrick Doyle aponta como causa principal para a ocorrência de abusos sexuais na instituição católica a castidade clerical: o celibato.

A obrigação do celibato clerical possui uma longa e ferrenha história na Igreja Católica. Do século IV aos dias de hoje, vários papas e concílios mantiveram o celibato obrigatório. Ainda assim, não foi antes do II Concílio de Latrão (1139) que o celibato universal foi decretado e o casamento entre clérigos foi declarado inválido. Essa legislação foi reafirmada no Concílio de Trento (século XVI) e foi incluída em 1917 no Código de Direito Canônico. [...] [Todavia], a História recorda significativa oposição de clérigos e leigos a respeito do celibato obrigatório, da decretação das leis ao século XX. (DOYLE, 2006, p. 10)

Como pontuou Doyle, as discussões a respeito do celibato obrigatório para os membros da Igreja Católica remontam a séculos de debates, pelos próprios clérigos como para teólogos e outros pesquisadores. Sua obrigatoriedade não é contemporânea, mas nasce dos concílios ecumênicos realizados ao longo de quase dois mil anos. Do século IV ao XX, Roma tentou ordenar por decretos e legislações, muitas vezes sem sucesso, os anseios instintuais de seus integrantes.

A abstinência sexual ou mesmo conjugal seria objeto de disputas já no início da era cristã, principalmente nos vastos escritos dos Pais da Igreja. Santo Ambrósio (339-397) considerava o sexo, mesmo na união matrimonial, parte intrínseca das esferas do pecado. São Jerônimo (342-420) já alertava os primeiros cristãos a respeito do controle do corpo e das atrações sexuais. Santo Agostinho (354-430), talvez um dos mais reconhecidos do período patristico, apesar de compactuar com o sexo no matrimônio, punha a castidade como a essência da vida cristã.

Seria na Alta Idade Média, entre sínodos e concílios ecumênicos, que o celibato obrigatório se firmaria. A reforma papal de Inocêncio III (1198-1216) preocupou-se além de celebrações litúrgicas, elementos doutrinários e novos regulamentos burocráticos em meio à Questão das Investiduras¹⁰, também com a sexualidade, o corpo e a questão celibatária.

Ao inaugurar o IV Concílio na pequena cidade de Latrão, em 1215, Inocêncio proclamaria que “os clérigos deveriam ser continentes, celibatários, só-

brios e santificados. Ou seja, precisariam manter o controle sobre os desejos e impulsos do corpo” (SILVA & LIMA, 2002, p. 2).

No início da modernidade, contudo, decretos não passariam apenas de frases em um rolo de papel, e o celibato obrigatório, do alto ao baixo clero, seria incisivamente testado. “Nos locais de peregrinação e até nas igrejas, alcoviteiras seduziam donzelas e prostitutas atraíam sua clientela. Em determinadas quermesses, ofereciam-se indulgência como prêmios” (DELUMEAU, 1989, p. 71).

Sobrinhos, filhos e netos sentavam-se no trono papal sucedendo-se como uma monarquia hereditária. Tanto para Inocêncio VIII (1484-1492), Alexandre VI (1492-1503) como para Paulo III (1534-1549), “continência” e “sobriedade” não estavam nas ordens do dia.

Para os clérigos da Igreja Católica, do medievo aos nossos dias, o celibato dita vivências, práticas em uma vida entregue aos desígnios da alma. O assunto regressou com virulência em fins da primeira década do século XXI, após inúmeros casos de pedofilia serem noticiados pela imprensa. O celibato seria novamente discutido e questionado por membros da instituição católica, tanto por sua duradoura permanência como viabilidade.

Doyle, conhecendo a fundo a história do celibato, ataca não só sua legislação e decretos canônicos como os dirigentes que a mantêm.

O celibato é essencial para a continuidade do poder e proeminência da subcultura clerical, lar de uma elite minoritária que controla a Igreja Católica. Apesar de um documentado histórico de violações ao celibato através dos séculos, lideranças católicas resistiram fortemente a qualquer consideração de que possa haver algo errado com o conceito em si. Abandonar o celibato significaria arriscar a morte do fortificado mundo clerical e a consequente perda de poder e influência. (DOYLE, 2006, p. 8)

Este fortificado mundo clerical, seu poder e influência, aqui materializados nos recintos mais suntuosos do Estado Vaticano, diferente das proposições de Cucci e Zollner, temendo escândalos ou uma sublevação interna contra as determinações celibatárias e uma indignação global de sua comunidade de fiéis, o que em partes ocorreu, propôs décadas atrás e às escuras do restante do mundo uma legislação, decretos e um *modus operandi* internos

10 A quem caberia nomear sacerdotes para os cargos eclesiásticos: o papa ou o imperador? A questão remonta o século X, quando o Sacro Império Romano Germânico passou a interferir nos assuntos do Papado. No século XI surgiria um movimento eclesiástico interno de caráter reformista que pretendia recuperar o poder da Igreja. Apenas em 1122, através da Concordata de Worms, que os ânimos esfriariam e a questão se resolveria.

para velar a pedofilia em âmbito clerical.

Se Robertson não aprofundou suas análises a respeito, os autores jesuítas as omitiram, enquanto Doyle abordou sua origem e contexto, mas não seus preceitos propriamente ditos, a descoberta e análise interna deste documento vêm iluminar um acontecimento marcante da história recente da Igreja Católica.

Finalmente, para compreendermos as relações conflituosas que se urdiram entre as mais proeminentes lideranças do Estado do Vaticano por conta da pedofilia em âmbito clerical, precisaremos uma vez mais regressar para o início da década de 1960, momento em que inaugurava-se o Concílio Vaticano II, o concílio da mudança e da transparência.

O VATICANO E SEUS “CRIMES DE SOLICITAÇÃO”

Ao filtrarmos as principais manchetes, colunas e artigos do portal de notícias on-line do jornal *Folha de S. Paulo*, constatamos junto ao corpo do texto (FOLHA DE SÃO PAULO, 01 out. 2006) de uma notícia a respeito das filmagens de um polêmico documentário britânico sobre a pedofilia na Igreja Católica¹¹, pequeno anexo contendo um documento eclesiástico institucional datado de 16 de março de 1962. A princípio pensamos ser uma farsa. Constatamos depois, principalmente pelo crivo de Thomas Patrick Doyle, que estávamos diante de um documento verdadeiro.

Em língua inglesa, datilografado e escaneado, provavelmente pelos jornalistas que o anexaram ao corpo da notícia, fomos impelidos a regressar para o conturbado período do Concílio Vaticano II, evento religioso que ainda dava seus primeiros passos.

Intitulado *On The Manner Of Proceeding In Cases Of Solicitations* [Maneiras de Proceder em Casos de Solicitação], o documento foi gestado pela Suprema e Sacra Congregação do Santo Ofício, quatro anos depois chamada Congregação para a Doutrina da Fé (CDF), sendo timbrado pela *Vatican Press* [Editora Vaticana].

Um pequeno carimbo com letras garrafais e negras vinha marcar o que, apenas com o desenrolar

da pesquisa nos seria esclarecido: *Confidential* [Confidencial]. Tratava-se, para o período, de uma documentação estritamente sigilosa.

Assinado pelo então secretário de Estado Alfredo Ottaviani em uma audiência concedida pelo papa João XXIII, suas prerrogativas seriam confirmadas e liberadas pelo mais alto cargo da Igreja Católica Romana.

Destinado a todos os patriarcas, arcebispos, bispos e outros líderes diocesanos, até mesmo do rito Oriental, o documento evidencia-se um modelo de cartilha legislativa metodicamente estruturada, fracionada de forma a elucidar o leitor a respeito das ações a serem realizadas na esfera eclesiástica, e nela apenas, após uma suposta confissão de abuso sexual entre membros do clero.

Orientado pelos artigos do Código de Direito Canônico, o documento teria de ser mantido, segundo aqueles que o articularam, nos escudos de segredo do Santo Ofício, conservado nos arquivos secretos pré-existentes das muitas cúrias dispersas pelo globo. Comentar sobre a existência de tal documentação seria estritamente proibido.

Nas primeiras seis folhas, nos deparamos com as *Preliminares* da cartilha. Sua razão de existir. “Crimes de solicitação”, como caracteriza sua titulação, ocorrem quando um clérigo, através da penitência confessional, seja ela em âmbitos tradicionais – sacristias – ou em outros espaços minimamente reservados, atenta um penitente com gestos de natureza sexual ou

[...] assuntos impuros e obscenos, seja por palavras, signos ou acenos de cabeça, seja pelo toque ou uma mensagem escrita para ser lida no ato ou depois, ou caso ele, por imprudência, ouse ter conversas ou interações inadequadas e indecentes com essa pessoa. (VATICANO, 1962)¹²

Ocorrido o crime de solicitação, “qualquer ato externo obsceno, gravemente pecaminoso, atentando contra clérigos, crianças ou até sexo com animais” (VATICANO, 1962)¹³, e tomado conhecimento os ordinários locais, bispos ou abades de preferência, caberia orquestrar nos âmbitos eclesiásticos um tribunal próprio para julgar o clérigo, baseando-se estritamente no Código de Direito Canônico. Tudo sob os auspícios da Sé Apostólica, o Vaticano.

11 O documentário “Sexo, Crimes e o Vaticano” é de autoria de Colm O’ Gorman, filmado especialmente para o programa semanal britânico Panorâmica. O’ Gorman viajou para Irlanda, Estados Unidos, Brasil, Itália, entre outros países, realizando uma série de entrevistas com diversas vítimas de pedofilia, membros e ex-membros da Igreja Católica, juízes e magistrados. “Sexo, Crimes e o Vaticano” foi um dos primeiros filmes-documentários que abordaram a temática. Número ainda escasso nos dias de hoje.

12 “toward impure and obscene matters, whether by words or signs or nods of the head, whether by touch or by writing whether than or after or whether he has had with prohibited and improper speech or activity with reckless daring”. Trad. L. F. M. Genaro.

13 “any obscene, external act, gravely sinful, [...] attempt by him with youths of either sex or with brute animals”. Trad. L. F. M. Genaro.

“Entretanto, por particularidades e razões mais sérias, de acordo com a norma canônica 247, § 2, estes casos podem ser direcionados diretamente à Congregação para a Doutrina da Fé” (VATICANO, 1962)¹⁴. A Preliminar de nº I frisa que todo o julgamento interno deveria ser orientado pela consciência e ação dos ordinários locais, e apenas deles.

Ainda assim, sem prejuízo do direito do ordinário, isso não impede que os próprios superiores, caso descubram que um de seus subalternos tenha cometido um crime na administração do Sacramento da Penitência, sejam capazes e obrigados a exercerem vigilância sobre ele; para repreendê-lo e corrigi-lo, também por meio de penitências salutares; e, caso seja necessário retirá-lo de qualquer tipo de ministério. Eles também poderão transferi-lo para outro posto. [...] ¹⁵.

Apoderados de julgamentos morais ou singelas advertências aos acusados, clérigos do alto escalão da hierarquia católica tratavam de seus dolos internos como questão privada, quando fieis não membros da estrutura eclesiástica encontravam-se intimamente envolvidos no curso dos processos.

A transferência de clérigos acusados de “crimes de solicitação” para outro cargo em uma distante diocese, paróquia ou seminário, por exemplo, poderia ocorrer sem a mínima interferência de magistrados civis ou cortes jurídicas regionais, guiada apenas pela esfera eclesiástica. Ela ocorreria ao menos que os “ordinários [clericales] do lugar tenham-no proibido em razão da aceitação da denúncia e os inquéritos já tenham começado”. (VATICANO, 1962)¹⁶

Conforme o documento, “crimes de solicitação” ocorrem nos espaços da confissão. Momento em que o fiel prostra-se perante o divino conforme ordena seu mediador, o clérigo. A confissão, uma das práticas mais antigas e arraigadas do Ocidente, assim como o celibato, conta com suas especificidades históricas. Sobre esta questão, Michel Foucault esclarece:

Desde a Idade Média, pelo menos, as sociedades ocidentais colocaram a confissão entre os rituais mais importantes de que se espera a produção da verdade: a regulamentação do sacramento da penitência pelo Concílio de Latrão em 1215; o de-

envolvimento das técnicas de confissão que vêm em seguida; o recuo, na justiça criminal, dos processos acusatórios; o desaparecimento das provações de culpa (juramentos, duelos, julgamentos de Deus); e o desenvolvimento dos métodos de interrogatório e de inquérito; a importância cada vez maior ganha pela administração real na inculpação das infrações – e isso às expensas dos processos de transação privada – a instauração dos tribunais de Inquisição, tudo isso contribui para dar à confissão um papel central na ordem dos poderes civis e religiosos. (FOUCAULT, 2011, p. 66-67)

Não procuramos compreender a temática da pedofilia em âmbito clerical como impelida a persistir e subsistir mediante duas práticas sacramentadas pelo catolicismo romano – o celibato e a confissão – metodicamente construídas e debatidas no trilhar de sua História. Não nos cabe acusá-las como causas diretas ou indiretas da parafilia pedofílica. Conforme o documento, entretanto, é no momento da confissão, espaço e práticas há séculos circunscritas, que ela acontece.

Nem mesmo o documento, pensado nos escritos da Cúria Romana, contesta âmbitos e práticas sacramentadas, mas delimita relações, ações e reações em seus entornos. Seu propósito é orientar o que não deve e o que se deve fazer. Há a quem dirigir-se e há a quem abster-se. Quando e onde calar-se.

As ações cometidas nos espaços de confissão, “impuras” ou “obscenas”, como mostram os parágrafos iniciais das *Preliminares*, são integrantes do que Foucault conceitua “linguagem do sexo”. A partir do contemporâneo,

denominar o sexo seria [...] mais difícil e custoso. Como se para dominá-lo no plano real, tivesse sido necessário, primeiro, reduzi-lo ao nível da linguagem, controlar sua livre circulação no discurso, bani-lo das coisas ditas. (FOUCAULT, 2011, p. 23)

Reduzindo os casos de pedofilia que desde a década de 1960 vinham sendo notados em diferentes regiões do mundo ao “nível da linguagem”, controlando sua “circulação no discurso” e na fala de proeminentes lideranças católicas membros do alto clero e, finalmente, banindo-o das “coisas ditas”, erigiu-se

14 VATICANO, 1962, op. cit., “However, because of particular and serious reasons, according to the norm of Canon 247, §2, these cases can be directly deferred to the Holy Congregation of the Holy Office or be so ordered”. Trad. L. F. M. Genaro.

15 “However, having safeguarded the right of the Ordinary, there is nothing to prevent superiors themselves, if by chance they have discovered subjects delinquent in the administration of the sacrament of Penance, from being able and having the obligation of being diligently watchful over those same persons, and, if the case demands it, to remove him from some ministry. They will also be able to transfer him to another assignment [...]”. Trad. L. F. M. Genaro. 16 “any obscene, external act, gravely sinful, [...] attempt by him with youths of either sex or with brute animals”. Trad. L. F. M. Genaro.

16 “unless the Ordinary of the place has forbidden it because he has already accepted the denunciation and has begun the inquisition”. Trad. L. F. M. Genaro.

entre o Estado do Vaticano e suas inúmeras filiais e territorialidades, uma cultura do silêncio documentalmente orientada.

Diferente do que conhecia a comunidade de fiéis sobre o posicionamento público de seus líderes espirituais, fosse o divórcio, o sexo antes do matrimônio, a masturbação, a prevaricação, etc., os “crimes de solicitação”, a pedofilia em âmbito clerical ou ações que, como vimos no parágrafo primeiro das *Preliminares*, chegavam a ser inomináveis, para o público, inexistiam.

Para os articuladores do *On The Manner Of Proceeding In Cases Of Solicitations*, o silêncio baseado no segredo era o componente crucial para o sucesso da cartilha e dos inquéritos internos. Sua importância era tamanha que ao final das *Preliminares*, lemos:

Por isso, [...], o que for tratado nestes casos precisa ter grandes degressos de cuidado e observação, para que estes mesmos assuntos sejam seguidos da maneira mais secreta possível, e, depois deles terem sido definidos e executados, precisam ser restritos ao perpétuo silêncio. (VATICANO, 1962)¹⁷

Os casos que por ventura viessem a ocorrer, ou já estavam ocorrendo – caso contrário não haveria razões para que o documento fosse gestado em um contexto tão conturbado como o analisado –, exigia dos envolvidos em “crimes de solicitação”, tanto clérigos quanto vítimas, o silêncio. Tudo aquilo que os ordinários locais tinham de produzir após a leitura e a utilização da cartilha, do inquérito e do processo, deveria passar aos altos escalões da estrutura eclesiástica, no Vaticano. “Todas [estas] comunicações oficiais devem ser feitas sob o segredo do Santo Ofício”. (VATICANO, 1962)¹⁸

Baseada no inconstante Código de Direito Canônico, agrupamento de decretos legislativos unificados no século XX, compilado e promulgado em 1917, reformulado e republicado em 1983, a cartilha possui aspectos e abordagens distintas.

Como analisamos no primeiro capítulo, facções que dirigiam o Estado Vaticano à época do II Concílio, entre marchas e contramarchas, almejavam ora abertura, diálogo e transparência, ora uma centralização político-administrativa marcada pelo *establishment* vaticano incrustado, como vimos ante-

riormente, à estrutura eclesiástica.

Nos parágrafos da cartilha observamos as marcas desta centralização. Como afirmara o secretário de Estado Alfredo Ottaviani, “vamos continuar sendo senhores de nossa própria casa” (DUFFY, 2006, p. 355), problemáticas solenes deveriam ser tratadas por um seleto número de notáveis dentro da estrutura.

Seriam eles os responsáveis pela manutenção terrena da Igreja Católica, seu poderio e influências. Ottaviani foi um dos mentores do documento junto à Suprema e Sacra Congregação do Santo Ofício (VATICANO, 1962)¹⁹, órgão intitulado quatro anos depois Congregação para a Doutrina da Fé, no qual o cardeal italiano gozava de notoriedade e prestígio. De 1966 a 1968 chegaria a dirigir o mesmo órgão, renomeado e atualizado pela papa Paulo VI.

Todos os “crimes de solicitação” deveriam ser conhecidos pela Santa Sé. Conhecidos, julgados, absolvidos e arquivados.

Feita a apelação, o juiz [clérigo] deve transmitir uma cópia autêntica ou a própria original de todos os autos do caso para o Santo Ofício o mais rápido que possa ser possível, adicionando informações de necessário ou como julgar oportuno. (VATICANO, 1962)²⁰

Hoje, muitos bispos asseveram que desconheciam a natureza de tal documentação e que jamais detiveram-na em seus arquivos. Esta assertiva mostra-se incoerente, pois o próprio Estado do Vaticano revelou sua existência (VATICANO, 2014). Para nossa análise, isso importa pouco, pois as diretrizes vaticanas são bastante claras.

Propusemos analisar a conduta do Estado do Vaticano frente aos casos de pedofilia em âmbito clerical, não de outras territorialidades da estrutura eclesiástica. Ratificando que a Santa Sé é quem delibera diretrizes, normas e decretos para o restante de suas filiais.

A chamada cultura do silêncio, a omissão do Palácio Apostólico, sem contar dos degressos mais eminentes da hierarquia em todas as instâncias que proliferaram casos de pedofilia, persistiram muito em razão da estratégica centralização burocrática da instituição católica envolta da Santa Sé.

17 “Because [...] what is treated in these cases has to have a greater degree of care and observance so that those same matters be perused in a most secretive way, and, after they have been defined and given over to execution, they are to be restrained by a perpetual silence”. Trad. L. F. M. Genaro.

18 “All these official communications shall always be made under the secret of the Holy Office [...]”. Trad. L. F. M. Genaro.

19 “From the Audience of the Holy Father” [Da audiência com o Santo Padre].

20 “The appeal having been made, the judge must transmit an authentic copy or the original itself of all the Acts of the case to the Holy Office, as quickly as it can be done, adding information as necessary or as he has judge to be opportune”. Trad. L. F. M. Genaro.

A sistemática obstrução jurídica intrincada nas relações entre o Estado do Vaticano e cortes jurídicas regionais, evidencia o conhecimento explícito dos dirigentes da instituição a respeito dos abusos sexuais de menores de idade desde o início da década de 1960.

Por meio da cartilha *On The Manner Of Proceeding In Cases Of Solicitations*, constata-se que o Estado do Vaticano durante o pontificado de João XXIII (1958-1963), pelos caminhos do segredo, almejou velar à comunidade de fiéis casos de pedofilia em âmbito clerical, a principal causa de “crimes de solicitação”, temendo futuros escândalos (VATICANO, 1962).

A grande maioria dos “crimes de solicitação”, intrincados nas redes de poder clerical, troca de influências e cargos; a descoberta de vítimas já adultas e desaparecidas, seria desnudada pela imprensa, como veremos no próximo capítulo, apenas na primeira década do século XXI.

ESTUDO DE CASO: DA SANTA SÉ AOS LEGIONÁRIOS DE CRISTO

Até agora fomos impelidos a reconstruir e contextualizar a história da Igreja Católica contemporânea em moldes panorâmicos, focalizando seu centro político-administrativo e refletindo, logo em seguida, sobre a pedofilia em âmbito clerical em três possíveis abordagens bibliográficas. Trataremos agora de afunilar ainda mais nossa análise, salientando um estudo de caso noticiado pelo portal on-line do jornal brasileiro *Folha de S. Paulo*, do ano de 2006 a 2012.

Os casos de pedofilia na Igreja Católica são inúmeros. Cada um conta com suas próprias especificidades e singularidades. Houve casos na Europa e também nas Américas. Os locais variaram: seminários, mosteiros, paróquias, dioceses e até mesmo residências domésticas onde o acusado praticava o abuso.

Sabe-se que o Estado do Vaticano tinha plenos conhecimentos a respeito da problemática já no início da década de 1960, através da publicação da cartilha *On The Manner Of Proceeding In Cases Of Solicitations*. Alguns casos, como veremos, tornaram-se marcantes na história da pedofilia na Igreja Católica. Um deles aconteceu no México.

Uma breve reflexão sobre o espaço estudado e as relações nele estabelecidas merece nossa atenção.

A partir do século XVI, com a conquista europeia de inúmeros povos e seus territórios, o catolicismo aportou e se expandiu por toda a América Latina. Isso se deu pelo caráter bifrontal das colonizações espanhola e lusa, onde a coroa e a cruz eram os símbolos máximos dos navegantes recém-chegados.

Ao analisarmos os espaços eclesiásticos latino-americanos, e não apenas neles, constatamos que as esferas da religião e da política foram sempre limiares entre trocas e influências conflitantes. Certos momentos aproximando-se em demasia, em outras repelindo-se fortemente. Na América Latina, no que tange as estruturas do catolicismo,

[...] embora a análise [...] mostre uma variedade de relações entre Igreja, Estado e sociedade, a presença do religioso no espaço público na maioria dos países da América Latina, e inclusive na instância política em alguns deles, estaria indicando que as sociedades e culturas latino-americanas seriam possuidoras de uma lógica que admite, tolera e reconhece a religião e as religiosidades enquanto instâncias de mobilização e formação social. [...] Em alguns casos, segundo certos estudos, a conexão entre o religioso e o político seria tão estreita que suas fronteiras se tonaram porosas. (BERNARDO & MARTUCELLI, 2008, p. 44)

O caso do padre Marcial Maciel Degollado, envolvendo a ordem religiosa Legionários de Cristo, exemplifica o choque e a troca de influências entre as esferas religiosa e política. A conexão entre elas nunca se mostrou tão porosa como nesta crítica conjuntura. Nosso trabalho será historicizar estes acontecimentos reportados pelo jornal de segunda maior tiragem e um dos mais antigos do país, a *Folha de S. Paulo*.

Confrontaremos essas notícias com correspondências e discursos gestados pelo Estado do Vaticano à época, reedificando conflituosas relações de poder que se erigiram entre a ordem mexicana, a Cúria Romana e o Papado.

Raios quentes cerravam os céus romanos quando o papa Bento XVI iniciou uma cerimônia solene na lotada praça de S. Pedro. Quatro novos santos seriam integrados na longa lista de canonizados que, nesse conturbado século XXI, parece somente aumentar. Entre os canonizados estava o sacerdote italiano Filippo Smaldone (1848-1923), a religiosa italiana Rosa Venerini (1656-1728), a francesa Anne-Thérèse Guérin (1798-1858) e, não menos importante, o bispo mexicano Rafael Guizar Valencia (1878-1938), avô de Marcial Maciel Degollado.

Este quarto integrante da lista evidenciara que os interesses de setores privilegiados da hierarquia católica não se desvanecem com a chegada da morte. Com sua voz rouca e inabalada, Bento XVI afirmou: “Ele era um exemplo de quem deixou tudo para seguir Jesus” (FOLHA DE SÃO PAULO, 15 out. 2006). Em seu cerne, a canonização do sacerdote latino tinha diferentes propósitos. Seis mil mexicanos assistiam ao evento.

Cinco meses antes, em maio de 2006, a Cúria Romana havia se colocado contra as ações de Marcial Maciel Degollado, 85 anos, acusado de abusar sexualmente de dezenas de seminaristas membros da ordem Legionários de Cristo – ordem por ele fundada. As acusações incluíam poligamia, estupro, pederastia, o uso de entorpecentes e a descoberta de vários filhos e filhas com diferentes mulheres. O Vaticano pediu gentilmente ao sacerdote que abandonasse todas as suas “responsabilidades clericais”.

A Congregação para a Doutrina da Fé decidiu, levando em consideração sua idade avançada e sua frágil saúde, renunciar a qualquer processo canônico e convidar o padre a uma vida discreta de orações e penitência, renunciando ao ministério público. [...]. (FOLHA DE SÃO PAULO, 19 mai. 2006)

Marcial Maciel retirou-se do ministério público, como ordenado. Retirou-se da vida secreta entre corredores sagrados e estreitas relações com o Papado. Retirou-se, enfim, para um apartamento luxuoso em Miami, oeste dos Estados Unidos, com vista para o mar. Emergia neste momento a profunda relação entre os Legionários de Cristo e o Estado do Vaticano.

A ordem religiosa Legionários de Cristo foi fundada na primeira metade do século XX, em meio a transformações políticas e sociais que transcorriam em toda a América Latina. A direita política encontrou no contexto anterior à Segunda Grande Guerra espaços inócuos a serem trabalhados e moldados, tanto no México como em vários outros lugares. Rememoremos que na Europa fortaleciam os fascismos de Benito Mussolini, Adolf Hitler e Francisco Franco.

No cenário político mexicano, acontecimentos semelhantes sucediam. Com o fim do governo de Lázaro Cárdenas (1895-1970), talvez um dos mais populares de sua história, subiu Manuel Ávila Camacho (1897-1955), mantendo relações estreitas com as Forças Armadas e setores mais conservadores da sociedade mexicana.

Um de seus mais importantes sustentáculos era

Ezequiel Padilla Peñaloza (1890-1971), secretário de Assuntos Exteriores de 1940 a 1945. Ao assumir, Peñaloza manteve uma postura conservadora, tecendo relações comerciais com a ditadura franquista.

A proposta de Peñaloza para as Américas era alinhar-se com todos os Estados latinos – mesmo àqueles orientados por ditaduras militares –, levar a cabo a “unidade nacional” e cimentar as bases do Novo Mundo no cristianismo católico, nos valores de justiça e nobreza.

A Igreja mexicana não ficaria para trás. Aliado ao presidente Camacho, o arcebispo Luis María Martínez (1881-1956), purpurado influente, tratou de construir coalizões e manter cooperações, abençoando todas as prerrogativas do novo governo. Neste bojo, surgiam correntes de pensamento contrárias à ala governista dentro da Igreja Católica mexicana – todas veladas internamente. Fraturas, cisões e incômodos foram inevitáveis.

O jovem padre Marcial Maciel Degollado, fundador de um agrupamento clandestino de clérigos ultraconservadores – que futuramente tornar-se-ia a ordem Legionários de Cristo – permaneceu resolutamente à frente da linha colaboracionista. Para Maciel, o governo de Camacho e, principalmente, as ideias de Peñaloza, deveriam ser espalhados com fulgor para todo o México e América Latina.

No dia 03 de janeiro de 1941, amparado pelo governo e pelos altos escalões da hierarquia eclesial mexicana, contando com o apoio inequívoco de jovens conservadores, Marcial Maciel Degollado fundava a ordem Legionários de Cristo. Para Ricardo Melgar,

A permissividade de Ávila Camacho com Maciel não foi excepcional; a aposta era clara: ele queria ganhar o clero católico e de passo seus paroquianos. Ele compartilhou com o alto clero valores ideológicos de unidade, ordem e paz social. Em 1945, autorizou a Igreja abertamente a inserir-se em espaços públicos. (MELGAR, 2012, p. 267)

Com o correr dos anos, desde sua germinação durante o governo de Manuel Ávila Camacho, o Legionários de Cristo tornou-se uma das ordens mais influentes e financeiramente poderosas da América Latina. Comparada com a prelazia multibilionária de José Maria Escrivá, a Opus Dei, a ordem de Marcial Maciel Degollado converteu-se em um dos principais pilares de sustentação da esfera dominante mexicana, contando com aproximadamente “800 padres e 2.500 seminaristas em mais de 20 países”(FOLHA

DE SÃO PAULO, 31 mar. 2009).

Três anos após o “pedido de afastamento” de Maciel, em 2009, quando a imprensa internacional parecia ter se esquecido do padre mexicano, o Estado do Vaticano iniciaria uma série de investigações no interior do Legionário. O secretário de Estado, cardeal Tarcísio Bertone, estava à frente da comissão de sacerdotes fiscalizadores. Tamanha seria a empreitada que todas as escolas, seminários e instituições pertencentes aos Legionários seriam minuciosamente investigadas.

A “visita apostólica”, ou a intervenção vaticana duraria meses. É intrigante que o portal de notícias on-line da *Folha de S. Paulo* tenha omitido, ou apenas não registrado que Marcial Maciel Degollado havia falecido um ano antes, em 2008, aos 87 anos.

Constata-se que o Estado do Vaticano tentou, no período, velar à comunidade de fiéis uma relação antiga. A decisão “incomum” do papa Bento XVI de iniciar uma investigação, como bem apontou o jornal diversas vezes, mostrou que intervenções administrativas em uma ordem eclesiástica privilegiada apontavam para um momento delicado na história Igreja Católica. Um limiar que muitos desconheciam.

Em 2010, enquanto, no México, a comissão presidia por Bertone desenrolava-se, casos de pedofilia eram expostos cotidianamente nos principais jornais do mundo. Advogados e magistrados iniciariam uma série de movimentos solicitando indenizações às vítimas de abuso sexual, enquanto ativistas dos Direitos Humanos criticavam as ações dúbias do Estado do Vaticano.

Pressionado pela imprensa internacional, por forças jurídicas e inúmeras vítimas de pedofilia ao redor do globo, o papa Bento XVI redigiu então uma carta pastoral histórica (FOLHA DE SÃO PAULO, 18 mar. 2010) rompendo com a cultura do silêncio que alçava todos os degraus da hierarquia eclesiástica.

A respeito da carta pastoral, a *Folha de S. Paulo* não trouxe muitas informações. Alimentado por comentários de vaticanistas ligados à Igreja Católica, como John Allen Jr. e Marco Politi, listou sinteticamente alguns casos que foram timbrados como relevantes para que se concretizasse uma ação inédita como a de Joseph Ratzinger.

A notícia cita o caso envolvendo o próprio papa quando arcebispo de Munique, segundo denúncias da imprensa alemã que o acusaram de ter hospedado, em 1980, em sua diocese, um sacerdote com

antecedentes de abuso a crianças. Em seguida, cita o acontecimento emblemático da cidade estadunidense de Boston, ocorrido no início de 2000, e por fim aborda o escândalo de Marcial Maciel Degollado.

A carta pastoral de Bento XVI pode ser encontrada no Arquivo Digital do Estado do Vaticano. Ela foi anexada como apêndice na obra dos jesuítas italianos Cucci e Zollner.

Como vós, fiquei profundamente perturbado pelas notícias divulgadas sobre o abuso de adolescentes e jovens vulneráveis por parte de membros da Igreja, em particular por sacerdotes e religiosos. Não posso deixar de partilhar o espanto e a sensação de traição que muitos de vós experimentaram ao tomar conhecimento desses atos pecaminosos e criminosos e do modo com as autoridades da Igreja o enfrentaram. (CUCCI & ZOLLNER, 2011, p. 113)

Passado alguns dias desde que a carta pastoral veio a público, em março de 2010, a comissão de sacerdotes fiscalizadores que investigavam a ordem mexicana Legionários de Cristo concluía suas operações.

Na esteira dos acontecimentos, os principais dirigentes da ordem foram categóricos ao reconhecerem as práticas de Marcial Maciel Degollado, como a descoberta de vários filhos com duas mulheres diferentes em relacionamentos “estáveis”.

“Pensávamos e esperávamos que as acusações apresentadas contra nosso fundador fossem falsas ou infundadas”, mas não foi assim, por isso “não podemos olhar para a pessoa dele como modelo de vida cristã ou sacerdotal”, escreveram os Legionários de Cristo em uma nota. (CUCCI & ZOLLNER, 2011, p. 113)

No mês seguinte, o secretário de Estado Tarcísio Bertone propôs uma reunião de portas fechadas com a comissão investigativa. Ao término da mesma, foi a vez do Estado do Vaticano pronunciar-se mediante uma nota explicativa sobre a confirmação daquilo que os jornais já haviam registrado: o “comportamento imoral” de Marcial Maciel.

De maneira minuciosa o comunicado expôs algumas das conclusões da comissão de sacerdotes fiscalizadores, o que o documento chama “visitadores apostólicos”.

Durante a visita, foram contatados pessoalmente mais de 1.000 Legionários e foram analisados várias centenas de testemunhos escritos. Os visitadores foram a quase todas as casas religiosas e a muitas das obras do apostolado dirigidas pela Congregação. Auscultaram, de viva voz ou por es-

critico, o juízo de muitos bispos diocesanos dos países onde atua a Congregação. [...] A visita apostólica pôde apurar que a conduta do P. Marcial Maciel Degollado causou consequências tão sérias na vida e na estrutura da Legião que se requer um caminho de profunda revisão. (VATICANO, 2010)

Tendo em vista os acontecimentos que se sucediam, as tensões paralelamente aumentavam. O Estado mexicano tomou a iniciativa de agir pelas vias da Fundação Nacional de Crianças Roubadas e Desaparecidas. A fundação apresentou no mês de maio uma denúncia formal contra os Legionários de Cristo à Procuradoria-Geral do México.

Dessa vez a denúncia não recaía sobre padres que abusaram sexualmente de crianças, mas dezenas de mulheres consagradas pela ordem que viviam em regime de semiescravidão, trabalhando nas casas de inúmeros membros do Legionários. As mulheres que conseguiram desvincular-se foram a público e relataram o que haviam sofrido. Aquelas que ainda colaboravam com a ordem negaram qualquer acusação ou boato. Segundo consta a notícia, “negaram ser exploradas, mas reconheceram que eram submetidas a sacrifícios, dizendo ser ‘escravas, mas de Cristo’” (FOLHA DE SÃO PAULO, 07 mai. 2010).

Outro poder advindo do país latino pronunciou-se nestes dias conturbados para a ordem Legionários de Cristo. A arquidiocese do México, responsável pela jurisdição eclesiástica da capital e de inúmeras regiões nas redondezas, publicou instruções para fiéis que quisessem denunciar casos de abuso sexual em âmbito clerical.

As investigações ocorreriam nos moldes do Estado do Vaticano. Primeiro, o arcebispado mediaría as acusações e analisaria os fatos; depois, em caso de escândalo ou seriedade extremada enviaria o caso para a Congregação para a Doutrina da Fé (CDF), no centro político-administrativo da Igreja, responsável pela averiguação dos acontecimentos. A arquidiocese advertiu também que não aceitaria acusações “anônimas”. Finalmente esclareceu que não colocaria “pessoas na prisão, porque essa não era sua função” (FOLHA DE SÃO PAULO, 25 mai. 2010).

Constata-se que o ano de 2010 abalou significativamente as estruturas institucionais da Igreja Católica, tanto no México como em vários outros lugares, ligando a pedofilia em âmbito clerical diretamente à imagem do Papado. Bento XVI, no período, foi acusado de ser o principal culpado e articulador das omissões vaticanas no que concerniam os casos ao redor do globo.

Publicada uma carta pastoral abordando o cerne do assunto, corroendo as bases seculares da cultura do silêncio, a Igreja Católica tentava solucionar casos antigos, tomando as rédeas de situações inusitadas em todas as regiões afetadas por casos ou suspeitas de pedofilia.

Concluídas as primeiras reuniões com a comissão investigativa foi a vez do papa dirigir-se aos Legionários. Bento XVI ordenou uma “profunda revisão” na conduta da ordem, de seus membros e dirigentes. Os mesmos acataram o pedido do Papa, agradecendo a “solicitude paterna do Santo Padre” e acolhendo “suas disposições com fé e obediência” (FOLHA DE SÃO PAULO, 01 mai. 2010).

Os acontecimentos que se sucederam desde o último encontro organizado pela comissão presidida por Tarcísio Bertone até o ato intervencionista final orientando pelo Estado do Vaticano nos corredores da ordem religiosa, não foram veiculados pela *Folha de S. Paulo*.

No mês de julho, em meio a negociações administrativas com a Santa Sé, os dirigentes Legionários receberam com “plena disponibilidade” (FOLHA DE SÃO PAULO, 09 jul. 2010), a intervenção permanente do arcebispo italiano Velasio De Paolis, até então prefeito de Assuntos Econômicos da Santa Sé, encarregado de delegar em nome do pontífice, a partir daquele momento, a poderosa ordem mexicana. De Paolis, no México, seria os olhos e ouvidos de Bento XVI.

Em fevereiro de 2011, a própria ordem estruturaria uma comissão interna chamada “Comissão de Aproximação” para escutar as vozes ainda quietas e acabrunhadas de antigas vítimas de Marcial Maciel Degollado. Na notícia veiculada pelo jornal, quem fala a respeito é o então diretor-geral dos Legionários de Cristo, Alvaro Corcuera.

“Pretende-se seguir lidando com seriedade e responsabilidade os acontecimentos de nossa história recente, a referente conduta do padre Marcial Maciel e as implicações e consequências que ela teve em algumas pessoas”, disse o diretor-geral dos Legionários de Cristo. “Queremos dentro do que for humanamente possível, encerrar este capítulo e seus aspectos mais dolorosos, além de buscar a reconciliação e fazer com que a justiça e a caridade imperem”, completou. (FOLHA DE SÃO PAULO, 01 nov. 2011)

Finalmente quando o caso parecia encerrado e Marcial Maciel, Corcuera e a ordem Legionários de Cristo esquecidos pela imprensa, novos tremores foram sentidos na Catedral de São Pedro.

Como observamos no primeiro capítulo, um dos principais acontecimentos que pressionaram o pontificado de Bento XVI foi a revelação de documentos, relatórios e correspondências sigilosas furtadas da mesa de trabalho do pontífice e a publicação de um livro-reportagem baseado nesta mesma documentação, redigido por Gianluigi Nuzzi, em 2012.

Em posse de uma documentação até então confidencial, Nuzzi revelou um acontecimento inédito, desconhecido pelo portal de notícias on-line da *Folha de S. Paulo* e omitido pela documentação disponível no Arquivo Digital do Estado do Vaticano. A interpretação do repórter a respeito de uma série de pequenos acontecimentos merece ser lida na íntegra e com a máxima atenção.

Os secretários do papa [Bento XVI] ficam sabendo em 19 de outubro de 2011, às nove horas da manhã. No escritório do terceiro piso do Palácio Apostólico, chegado do México, apresenta-se discretamente d. Rafael Moreno. Ele não é um dos muitos missionários da América do Sul. Ao longo de 18 anos esse padre foi o assistente privado de Marcial Maciel: Moreno é o colaborador mais próximo ao padre fundador do movimento. Faz tempo que ele vive no Brasil, mas desde que o chefe morreu, ele se sente atormentado por uma inquietação: os casos que haviam feito Maciel estrelar no bem e sobretudo no mal nunca haviam sido examinados atentamente pela hierarquia vaticana. No início desse mês, Moreno, hóspede da Paróquia de Nossa Senhora de Guadalupe, em Roma, na Via Aurelia, havia escrito ao Papa manifestando sua perplexidade sobre o trabalho do diretor De Paolis, que ele acusava de não ouvir as dificuldades dos Legionários. Hoje, no entanto, Moreno está querendo revelar uma verdade que, em sua opinião, muitos nunca quiseram ouvir. [...] Por muitos anos, para além da verdade oficial, as acusações foram ignoradas pelas cúpulas. Os segredos de atrocidades inomináveis foram assim sendo mantidos em sua memória e todo dia, com insistência, se manifestando em sua consciência. É essa história perturbadora que, naquela manhã de outono, Moreno entrega para os secretários de Bento XVI, para que o Santo Padre a conheça. O secretário o recebe. O que ele está contando é tão chocante que o secretário escreve suas notas em sua língua materna, o alemão. (NUZZI, 2010, p. 192-193)

Secretaria Particular de Sua Santidade, 19 de outubro de 2011. Encontro 9:00-9:30. Comigo. Encontro com D. Rafael Moreno, secr. Privado de M.M. Foi por 18 anos secretário privado de M.M. Destruí provas incriminatórias. Quis informar PP II já em 2003, mas esse não quis escutá-lo, não acreditou. Queria informar o card. Sodano, mas esse não concedeu audiência. O card. De Paolis teve muito pouco tempo. (NUZZI, p. 282)²¹

O pedaço de papel escrito às pressas pelo secretário pessoal do papa Bento XVI, o padre Georg Ganswein, e furtado da mesa de Joseph Ratzinger pelo que a imprensa acusa ser o mordomo papal, revela um acontecimento enredador.

De secretário para secretário, de subordinado para subordinado, D. Rafael Moreno trás à tona fatos inéditos. A tentativa de revelar antes de 2006 os sistemáticos abusos sexuais cometidos pelo mexicano Marcial Maciel Degollado, fundador dos Legionários de Cristo, já havia sido feita.

Na época, o cardeal italiano Angelo Sodano ocupava o cargo de seu amigo íntimo, Tarcísio Bertone, na secretaria de Estado. Três anos antes da *Folha de S. Paulo* e a imprensa internacional noticiarem a narrativa oficial orientada pelo Vaticano e a ordem Legionários de Cristo, indivíduos dos mais altos degraus da Cúria Romana estavam cientes da conduta e ações de Marcial Maciel Degollado – assim como o papa João Paulo II.

Para Ricardo Melgar há uma resposta para tamanha omissão.

A figura paradigmática dos Legionários de Cristo segue gravitando em seu seio [Cúria] graças à poderosa rede que teceu e que segue ativa em suas hierarquias, na política e no manejo de enormes recursos econômicos que possuem. O fato de que Maciel não foi julgado pelos crimes que cometeu prova a força da rede macielista. (MELGAR, 2012, p. 273)

Como revelaram partes da documentação disponibilizada pela Santa Sé sobre o pontificado de João Paulo II, o vínculo entre o Estado do Vaticano e os Legionários de Cristo era estreito e antigo. Em 15 de novembro de 1994, o papa Wojtyła agraciava Marcial Maciel Degollado na celebração festiva dos 50 anos de sua ordenação sacerdotal, ocupando à época a diretoria-geral da ordem mexicana. O discurso proferido por João Paulo II evidenciava uma profunda admiração por Maciel.

Desde o dia de sua ordenação você queria colocar Cristo, o Homem Novo, que revela o amor infinito do Pai para os homens necessitados de redenção como critério, centro e modelo de toda sua vida e labor sacerdotal, fazendo com que aqueles que desde 1941 te seguiram, encontrassem em você um pai espiritual próximo e um guia eficaz na apaixonante aventura da entrega total a Deus mediante o sacerdócio. (VATICANO, 1994)

21 Nota redigida à caneta do padre Georg Ganswein a um encontro seu com Rafael Moreno, assistente do fundador dos Legionários de Cristo Marcial Maciel, considerado culpado de abuso sexual de menores. 19 de outubro de 2011.

Frente a estes acontecimentos uma indagação inquieta-nos – a mesma que parece ter inquietado o secretário pessoal de Maciel, d. Rafael Moreno. Por quais razões o papa polonês e a Cúria Romana à época, mediante os poderes delegados à Congregação para a Doutrina da Fé (CDF) presidia pelo cardeal alemão Joseph Ratzinger, futuro Bento XVI, omitiram-se perante os fatos apresentados e as suplicas de Moreno?

João Paulo II, assim como os papas que o antecederam, apenas manteve o pêndulo da governabilidade às custas de estreitas relações com ordens, congregações e prelazias apêndices e mantenedoras da estrutura vaticana. A rede macielista, conceito cunhado por Ricardo Melgar, integra, segundo números e contabilidades, importância econômica crucial para as finanças da Igreja Católica.

Assim como a Opus Dei de José Maria Escrivá, canonizado por Wojtyła em 2002, a ordem religiosa Legionários de Cristo abarcou ao longo de sua trajetória uma notória teia patrimonial, relacionando-se mediante apoio financeiro com inúmeras outras instituições, órgãos e associações civis.

A *Investigación Y Estudios Superiores* ligada a Universidade de Anáhuac e fundada em 8 de outubro de 1979; o *Centro de Actualización Y Planeación Pedagógica*, fundado em 25 de fevereiro de 1975; a organização ecumênica *Mano Amiga*, registrada como associação civil em 20 de agosto de 1965; a *Asociación Cultural Cobreces*, ligado ao *Instituto Cumbres de Saltillo* e constituída em 21 de maio de 1981; o colégio irlandês *Promoción Bundoran*, constituído em 8 de setembro de 1987 e transformado em sociedade civil em 1987, são apenas alguns dos exemplos de pactos onde se fiaram as redes macielistas ligadas organicamente à ordem mexicana, circulando enormes quantias de dinheiro.

Este dinâmico capital não só é atrelado a empresas e corporações internacionais: 17% provêm especificamente de programas de cooperação com instituições pedagógicas privadas; 26% são gerados por inúmeros outros projetos sociais; 49% são doações de fiéis e empresa que repassam aos bancos legionários suas quantias mensais; 8% são caracterizados como “sem procedência”.

Todos os registros, contas e porcentagens citadas foram com muita dificuldade coletadas e analisadas pelo analista econômico Raúl Olmos (2013, p. 34-41) da Universidade Carlos III de Madrid.

Finalmente, utilizando uma fonte jornalística nacional, o portal de notícias on-line da *Folha de S.*

Paulo e confrontando-a em seguida com outros documentos de procedências variadas, reconstruímos uma interpretação à luz da “escrita de Imprensa” do icônico caso de Marcial Maciel Degollado, clérigo fundador de uma das mais poderosas ordens latino-americanas e indivíduo influente nos mais diferentes círculos políticos e eclesiásticos, do fim de 1940 aos anos derradeiros do século XXI.

Constatamos as dúbias e complexas relações de poder que se urdiram entre os principais dirigentes do Estado do Vaticano e, não menos importante, da Igreja Católica mexicana. Além dos escândalos de pedofilia, pelos quais o padre Maciel nunca foi julgado formalmente, a dimensão de seus atos causou tamanho incômodo institucional que impulsionou uma ação concreta e emblemática do Papado e da Cúria Romana jamais realizada na história da pedofilia na Igreja Católica contemporânea: um pedido de desvinculação de um clérigo influente, uma carta pastoral e a criação de uma comissão investigativa e fiscalizadora orquestrada pelo governo central da Igreja Católica, a Santa Sé.

Durante a análise e o estudo de caso não encontramos relação direta com a cartilha *On The Manner Of Proceeding In Cases Of Solicitations*. As principais características da mesma, o silêncio e o segredo, contudo, fundamentam o caso de Marcial Maciel Degollado e a ordem Legionários de Cristo. A cultura do silêncio erigida no início da década de 1960 ainda estava de pé quando faleceu, em Miami, o velho padre mexicano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dezenove meses se passaram desde a crise política que culminou na renúncia do papa Bento XVI, a breve *Sede Vacante* e a histórica eleição do primeiro latino-americano a ocupar o mais alto cargo da instituição católica, Jorge Mario Bergoglio.

No que tange assuntos controversos à moral cristã, o pontífice argentino parece emitir opiniões diferentes das de seu antecessor. Francisco parece enfrentar questões prementes de seu tempo em um diálogo aberto com aquela velha dicotomia observada por Luís Alberto Gómez de Souza – a estrutura eclesiástica e a comunidade de fiéis – ao menos, nos mais variados assuntos, àqueles que estão dispostos a ouvi-lo em meio aos ecos destes dois polos que se entrecrocaram.

No dia 05 de outubro de 2014, na abertura de um importante sínodo reunindo mais de 200 mem-

bro do alto clero, a 3ª Assembleia Geral Extraordinária do Sínodo dos Bispos sobre a Família, Francisco impôs-se como mediador entre os dois principais setores que ainda cerram o Colégio de Cardeais: progressistas e conservadores, os que estão dispostos a acatar mudanças e os que querem conservar resquícios da suntuosidade sacra que um dia sua instituição foi expoente.

Mais que um mediador, tratou de denunciar dissensões e disputas intestinas entre os membros do alto clero, rememorando Bento XVI em sua última missa pública. “As reuniões do sínodo não têm o objetivo de discutir ideias lindas e inteligentes ou de ver quem é o mais inteligente” (FOLHA DE SÃO PAULO 05 out. 2014). Pautas como o casamento civil igualitário, a contracepção e o divórcio foram as principais debatidas no encontro ocorrido nos vários salões da Catedral de São Pedro. Além da questão homossexual, a pedofilia em âmbito clerical tornou-se um dos grandes alvos do ímpeto reformista de Francisco.

Em editorial de 25 de setembro de 2014, intitulado “Papa contra a pedofilia”, exprimindo a opinião do Grupo Folha, o portal de notícias on-line da *Folha de S. Paulo* pareceu sobrepor o pontificado de Francisco como o escolhido em meio a adversidades e crises para suprimir a pedofilia de uma vez por todas da estrutura eclesial. Lembremos que foi a *Folha de S. Paulo* o primeiro periódico a opinar a respeito, em março de 2010.

“Trata-se de evidência do comprometimento de Francisco com o combate à pedofilia, problema que ele próprio elegeu como prioritário desde o início de seu pontificado” (FOLHA DE SÃO PAULO, 25 set. 2014).

Pelas qualidades morais que dizem tê-las e bem representar, a imprensa conduz o papa Francisco à salvação do catolicismo recente. Liderança “subversiva” capaz de dissolver as permanências e resquícios da secular cultura do silêncio.

O editorial é escrito em um contexto ímpar, onde o papa impõe prisão domiciliar a um membro influente do alto clero. O arcebispo polonês Jozef Wesolowski, outrora núncio apostólico na República Dominicana, foi acusado de abusar sexualmente de crianças durante sua longa estadia como diplomata no país caribenho.

Observa-se que a opinião do jornal não deixa de buscar certa imparcialidade. Para o Grupo Folha, a prisão de Wesolowski foi simbólica e o papa Francisco parece ter um árduo trabalho pela frente.

O combate sem privilégios ao abuso de crianças e adolescentes faz parte das reformas impulsionadas por Francisco. Atuando tanto interna como externamente, o pontífice tenta debelar focos de escândalo – como os desvios no banco do Vaticano – e sinaliza posições mais flexíveis sobre gays e o divórcio. (FOLHA DE SÃO PAULO, 25 set. 2014)

Como observamos nos primeiros capítulos, em um contexto de mudanças estruturais e mentais de uma instituição que conduziu e deixou-se conduzir por inúmeros processos políticos, sociais e culturais, o órgão-imprensa, responsável muitas vezes por atravancar e compelir esses processos tem papel fundamental na manipulação, formação e compreensão da opinião pública.

A imprensa escrita atua, desse modo, em um cenário com o qual interage o discurso; fazendo parte de sua atividade e enquanto órgão de informação e formação, é capaz de manipular a opinião pública, colocando-a ao lado de um ou de outro discurso. Ela é um órgão político, que representa os anseios da sociedade e ao mesmo tempo é responsável pela mudança de comportamento dessa mesma sociedade. (SOSA, 2006, p. 118)

Derocina Sosa adverte para a intrincada relação entre sociedades modernas e órgãos de imprensa, conforme sua interpretação, órgãos de caráter político. A imprensa transforma-se em conjunto com os anseios da sociedade, ao mesmo tempo em que fabrica estes e outros anseios de acordo com seus próprios interesses.

Por certo, nesta monografia, focalizamos nos pilares da instituição católica mais suas entranhas políticas que meramente religiosas. Mais as relações entre sua elite dirigente em Roma que os anseios de sua heterogênea comunidade de fiéis. Mais os conflitos com a imprensa que o diálogo com o “povo de Deus”.

Usamos a imprensa virtual brasileira como fonte. Fonte essa que apesar de contrariar a velha pesquisa debruçada em periódicos empoeirados, carrega as mesmas idiosincrasias de seu velho suporte.

Visto que a Igreja Católica tem na Santa Sé, seu centro político-administrativo-financeiro como guia moral, doutrinário e burocrático, analisamos no capítulo *De Wojtyla a Bergoglio: poderes tencionados*, o conturbado contexto em que esteve inserido o Estado do Vaticano e as relações de poder que nele fiaram-se entre membros-chave da Cúria Romana pós-Concílio Vaticano II.

Ao focalizarmos os dois principais pontificados da segunda metade do século XX e início do XXI, de João Paulo II (1978-2005) e Bento XVI (2005-

2013), suas singularidades políticas e administrativas, encontramos um atributo estratégico que os assemelhou. Tal semelhança teve relevância crucial para compreendermos as ações dúbias da instituição a respeito dos casos de abuso sexual de menores por membros do clero: a centralização burocrática, papal e curial.

Todos os casos deveriam passar pelo crivo de um dos mais importantes órgãos fiscalizadores da Cúria, a Congregação para a Doutrina da Fé (CDF), impossibilitando e cerceando magistrados civis e cortes jurídicas regionais conhecer e interferir nos processos de “crimes de solicitação”.

No capítulo *Dos silêncios e estigmas* confrontamos diferentes pesquisadores de formações diversas que em obras recentes abordaram a temática da pedofilia em âmbito clerical. Cada autor apresentou sua interpretação para as causas e efeitos da parafilia nos membros da instituição católica.

Não obstante, analisamos um documento eclesiástico institucional e sigiloso articulado no início da década de 1960 pela Suprema e Sacra Congregação do Santo Ofício, visando à contenção de casos “obscenos” e “impuros” à esfera eclesiástica, a manutenção do segredo e a formação de uma duradoura cultura do silêncio.

No último capítulo, *Estudo de Caso: da Santa Sé aos Legionários de Cristo*, focalizamos ainda mais nosso olhar. Tudo aquilo que havíamos analisado nos primeiros dois capítulos foram exemplificados em um caso notório noticiado pelo portal de notícias on-line da *Folha de S. Paulo*: o escândalo do padre mexicano Marcial Maciel Degollado, fundador da ordem religiosa Legionários de Cristo.

Cegos por abarcar a maior quantidade de informações, inter-relacionadas e baseadas em fontes variadas, mas fidedignas, nos aventuramos nesta monografia fundamenta em uma pesquisa de Iniciação Científica ocorrida em agosto de 2013 a agosto de 2014, financiada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Almejamos ser este o trabalho que dará o pontapé inicial em uma temática controversa, abundante e pouco explorado no campo da História das religiões, instituições, imprensa e do Tempo Presente. Será tarefa de nossos leitores criticá-lo afundo, apontando novos caminhos, abordagens e interpretações, exigindo do autor, se necessário, uma revisão completa de seu próprio olhar e perspectivas.

FONTES

Acusações contra atuação do papa na ditadura argentina. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 14 de Março de 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/bbc/2013/03/1246100-entenda-acusacoes-contratuacao-do-papa-na-ditadura-argentina.shtml>>. Acessado em: 11 de novembro de 2014.

Bento 16 enfrentou escândalo de pedofilia e suspeita de corrupção. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 11 de Fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1229423-bento-16-enfrentou-escandalo-de-oedifukua-e-suspeita-de-corrupcao.shtml>>. Acessado em: 11 de novembro de 2014.

Bento XVI ajudou a acobertar pedofilia, diz documentário. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 01 de Outubro de 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u57425.html>>. Acessado em: 11 de novembro de 2014.

Carta pastoral do papa sobre pedofilia marca fim da política do silêncio. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 18 de março de 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.com.br/folha/mundo/ult94u708962.shtml>>. Acessado em: 11 de novembro de 2014.

Começa o julgamento do mordomo de Bento XVI. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 setembro 2012. Mundo, p. A21.

Em abertura de sínodo, papa pede que bispos parem disputas internas. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 05 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/10/1527691-em-abertura-de-sinodo-papa-pede-que-bispos-parem-disputas-internas.shtml>>. Acessado em: 11 de novembro de 2014.

Folha de S. Paulo. **Imperdoável** [editorial]. São Paulo, 28/03/2010, p. A-2. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/03/28/2/>>. Acessado em: 11 de novembro de 2014.

Folha de S. Paulo. **O papa contra a pedofilia** [editorial]. São Paulo. 25 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2014/09/1522119-editorial-o-papa-contraa-pedofilia.shtml>>. Acessado em: 11 de novembro de 2014.

Igreja mexicana divulga instruções para denúncias de vítimas de pedofilia. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 25 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/740006-igreja-mexicana-divulga-instrucoes-para-denuncias-de>>

-vítimas-de-pedofilia.shtml>. Acessado em: 11 de novembro de 2014.

Legionários de Cristo afirmam que obedecerão ordens de Bento 16. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 01 de maio de 2010. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u728863.shtml> >. Acessado em: 11 de novembro de 2014.

Legionários de Cristo dizem acolher nomeação de delegado pontifício. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 09 de julho de 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/764644-legionarios-de-cristo-dizem-acolher-nomeacao-de-delegado-pontificio.shtml>>. Acessado em: 11 de novembro de 2014.

Legionários de Cristo criam comissão para avaliar abuso sexual. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 01 de novembro de 2011. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/868877-legionarios-de-cristo-criam-comissao-para-avaliar-abuso-sexual.shtml> >. Acessado em: 11 de novembro de 2014.

México registra primeira denúncia formal contra grupo Legionários de Cristo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 07 de maio de 2010. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2010/05/731928-mexico-registra-primeira-denuncia-formal-contra-grupo-legionarios-de-cristo.shtml> >. Acessado em: 11 de novembro de 2014.

Nota redigida à caneta do padre Georg Ganswein a um encontro seu com Rafael Moreno, assistente do fundador dos Legionários de Cristo Marcial Maciel, considerado culpado de abuso sexual de menores. 19 de outubro de 2011. In: NUZZI, Gianluigi. Anexo: Os documentos secretos de Bento XVI. p. 282.

Papa canoniza neste domingo quatro novos santos. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 15 outubro de 2006. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u100947.shtml> >. Acessado em: 11 de novembro de 2014.

Papa ordena investigações em ordem religiosa devido a abusos feitos por fundador. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 31 de março de 2009. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2009/03/543708-papa-ordena-investigacao-em-ordem-religiosa-devido-a-abusos-feitos-por-fundador.shtml> >. Acessado em: 11 de novembro de 2014.

RATZINGER, Joseph. **Declaratio**, Estado do Vaticano, 10 de fevereiro de 2013. Disponível em:

<http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2013/february/documents/hf_ben-xvi_spe_20130211_declaratio_it.html>. Acessado em: 11 de novembro de 2014.

ROSSI, Clóvis. Nº 2 do Vaticano, cardeal é alvo de intrigas. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 16 fevereiro 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/94072-n-2-do-vaticano-cardeal-e-alvo-de-intrigas.shtml>>. Acessado em: 11 de novembro de 2014.

Vaticano é dono oculto de imóveis caros em Londres: Santa Sé também controla edifícios de apartamentos em Paris e na Suíça. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 janeiro 2013. Mundo, p. A14.

Vaticano mostra preocupação com finanças. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 16 de março de 2013. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/03/1247410-vaticano-mostra-preocupacao-com-financas.shtml> >. Acessado em: 11 de novembro de 2014.

VATICANO. **Santa Missa: Benção e Imposição das Cinzas**. Estado do Vaticano, 13 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/homilies/2013/documents/hf_ben-xvi_hom_20130213_ceneripo.html>. Acessado em: 11 de novembro de 2014.

VATICANO. **Código de Direito Canônico**. Disponível em: < http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf >. Acessado em: 11 de novembro de 2014.

VATICANO. Suprema e Sacra Congregação do Santo Ofício. **On The Manner of Proceeding in Cases of Solicitations**. Roma: Vatican Press, 1962. Datloscrito.

VATICANO. Introdução Histórica pela Congregação para a Doutrina da Fé. Disponível em: < http://www.vatican.va/resources/resources_introd-storica_po.html >. Acessado em: 11 de novembro de 2014.

Vaticano pune sacerdote acusado de pedofilia no México. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 19 de maio de 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.br/folha/mundo/ult96061.shtml>>. Acessado em: 11 de novembro de 2014.

VATICANO. **Comunicado da Santa Sé sobre a Congregação dos Legionários de Cristo**. 01 de Maio de 2010. Disponível em: <<http://www.vatican.va/resource-comunicato-legionari-cristo-2010.po.html>>. Acessado em: 11 de novembro de 2014.

VATICANO. **Carta de sua Santidade Juan Pablo II Al Padre Marcial Maciel Degollado com Ocasión El 50 Aniversario de su Ordenación Sacerdotal**. 15 de Noviembre de 1994. Disponível em: <<http://www.vatican.va/holyfather/johnpaulii/letters/1994/documentas/hfip-ii19941115padre-degolladosp.html>> . Acessado em: 11 de novembro de 2014.

WOODWARD, Kenneth. Vaticano: a cidade dos paradoxos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Domingo, 28 de março de 1982. S/p.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, Sorj; MARTUCELLI, Danilo. **O desafio latino-americano**: coesão social e democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. Novos rumos para velhos dogmas. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, nº 86, 01 de novembro de 2012. s/p.

CUCCI, Giovanni; ZOLLNER; Hans-Bernd. **Igreja e Pedofilia**: Uma ferida aberta. São Paulo: Loyola, 2011.

DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo. Ed.: Pioneira, 1989.

DOYLE, Thomas P. **Sex, Priests, and Secret Codes**: The Catholic Church's 2.000-Year Paper Trail of Sexual Abuse. Los Angeles: Ed. Volt, 2006.

DUFFY, Eamon. **Santos e Pecadores**: a História dos Papas. Lisboa: Ed. 70, 2006.

FICO, Carlos. A História que temos vivido. In: VARELLA, Flávia Florentino. (Org.). **Tempo Presente e Usos do Passado**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

HEBBLETHWAITE, Peter. **John XXIII**: Pope of the Council. Londres: Bloomsbury, 1984.

JENKINS, Philip. **A próxima cristandade**: a chegada do cristianismo global. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). **Fazer história**, I: Novos problemas. Trad. Maria Eduarda Correia. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977.

MELGAR B., Ricardo. Los Legionarios de Cristo: red pederasta, poder y corporación empresarial transnacional. **Rev. Investig. Psicol.** (Online), vol.15, n.2, 2012.

NUZZI, Gianluigi. **Sua Santidade**: As Cartas Secretas de Bento XVI. Rio de Janeiro: Leya, 2010.

OLMOS, Raúl. La Mafia Financiera de Los Legionarios de Cristo. **Revista Emeequis**. México. 10 de junho de 2013.

ROBERTSON, Geoffrey. **O papa é culpado?**: A responsabilidade do Vaticano por violações de direitos humanos. Porto Alegre: Ed. L&PM, 2011.

SILVA, Andréia C. L. F.; LIMA, Marcelo P. A reforma papal, a continência e o celibato eclesiástico: considerações sobre as práticas legislativas do pontificado de Inocêncio III (1198-1216). In: **Questões e Debates. Instituição e poder no medievo**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em História da UFPR/Editora UFPR, (37), jul-dez 2002.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. As várias faces da Igreja Católica. **Estudos Avançados**. Vol. 18, Nº. 52. São Paulo, 2004.

SOSA, Derocina A. C. Imprensa e História. **Revista Biblos**. Rio Grande, 2006.

ZICMAN, Renée Barata. História através da Imprensa: Algumas considerações metodológicas. In: **Revista de História e Historiografia nº4**. São Paulo: EDUC, 1985.

UMA HISTÓRIA DA INTRODUÇÃO DO GÊNERO PINUS SPP ADVENTÍCIOS NOS CAMPOS GERAIS DE PONTA GROSSA/PR AO LONGO DO SÉCULO XX

Josias Pacheco Rosa¹

Alessandra Izabel de Carvalho²

Palavras - chave:

Adventícias. *Pinus spp.*
Campos Gerais de Ponta
Grossa. Reflorestamento.

INTRODUÇÃO

Resumo: Neste trabalho de pesquisa buscaremos refletir como as espécies *Pinus spp* foram descritas e empregadas, e qual o sentido dos elogios e das posteriores críticas feitas sobre estas espécies arbóreas nos meios científicos e nos meios de expressão pública. A pesquisa em história ambiental aqui realizada tem como preocupação e anseio contar uma história sobre o processo de “florestamento” de áreas de campos naturais, os Campos Gerais, do estado do Paraná, mais especificamente os campos de Ponta Grossa, tendo em vista a utilização de espécies exóticas ou adventícias do gênero *Pinus spp*. Aqui a pesquisa de uma história da introdução do *Pinus spp* no Brasil e nos Campos Gerais de Ponta Grossa está sujeita a certas tendências a nível estadual e nacional, permanências, transformações e as implicações dessas inter-relações entre seres humanos e paisagem natural e de como um afeta a vida do outro. Existem variados discursos sobre as introduções de adventícias arbóreas, mas que não condizem cronologicamente com as literaturas agronômicas, de engenharia florestal e manuais de indústrias florestais analisadas. O que fica evidente nesse trabalho é que as árvores mudam: as características da paisagem de campos, a dinâmica da ecologia da paisagem e as relações sociais ao longo do século XX transformando até a relação de entendimento da floresta.

A América do Sul é, portanto, o campo de batalha mais recente para o historiador florestal, no qual todos o que tombaram ainda jazem insepultos e os vencedores ainda vagueiam por toda parte, saqueando e incendiando o entulho. A história florestal corretamente entendida é, em todo o planeta, uma história da exploração e destruição. O homem reduz o mundo natural a “paisagem” – entornos domesticados, aparados e moldados para se adequarem a algum uso prático ou á estética convencional – ou também, o que ainda mais assustador, a “espaço” – planícies desertas aplainadas a rolo compressor e sobre as quais o extremo do narcisismo da espécie se consagra em edificações. As intervenções humanas quase nunca realizam as expectativas humanas. Seus campos se empobrecem, seus pastos se tornam magros e lenhosos, suas cidades entram em colapso. O mundo natural, simplificado, em desacordo com os desejos humanos mas em resposta a seus atos, converte-se em uma enorme macega cosmopolita de luto.

Warren Dean

As florestas e campos foram ao longo da história meios de intervenções e de inter-relações das mais diversas ordens antrópicas. As diversas maneiras pelas quais sentimos, pensamos, interpretamos, atribuímos significados e observamos os ambientes naturais na contemporaneidade são diferentes das percepções dos humanos de períodos passados. Aos historiadores isso torna-se um chamado à interpretação das narrativas e representações sobre um meio natural circunscrito, com o intuito de entender como se deu esse processo de construção, significação e organização espaço-temporal pelas pessoas que ali vivem ou viveram.

A história florestal pode ser problematizada como a história do florestamento, ou reflorestamento, de campos nativos, das matas econômicas, plantios industriais de espécies de plantas adventícias,¹ e dos processos de desmatamentos, o que não caracteriza, vale frisar, somente uma história da exploração, da devastação e destruição no mundo natural como um todo (SCHAMA, 1996, p. 20). De uma forma ou de outra, a história florestal sem-

1 Graduado em História pela UEPG. Email: jprturb45@hotmail.com

2 Orientadora. Doutora em História (UNICAMP) Professora do Depto. de História e do Mestrado em História (UEPG).

3 O conceito de reflorestamento é empregado e entendido por cientistas naturais no tempo presente como a recomposição da floresta natural com espécies nativas do bioma, uma recuperação de áreas degradadas o que não compreende as matas econômicas e as áreas de extrativismo florestal com exóticas ou adventícias. Espécies Adventícias são organismos, nesse caso plantas que estão fora de suas áreas de dispersão geográfica natural ou alóctone, logo estrangeiras e são chamadas pela literatura florestal especializada de espécies exóticas da flora.

pre aborda as interfaces entre pessoas e florestas.

A História enquanto campo de conhecimento nos aproxima do entendimento da formação, organização e reorganização das paisagens (SAUER, 1997, p. 3) que estiveram sujeitas a certas tendências, às permanências e mudanças do comportamento dos humanos para com as florestas e campos naturais. O geógrafo Carl Sauer no início do século XX já estava bem atento as transformações socioambientais nas construções humanas que denominamos paisagens. No seu entendimento de paisagem, Sauer introduz dialética na interpretação da morfologia da paisagem para pensar as transformações que quase nunca estão sob o controle pelos grupos humanos.

A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural é o resultado. Sob a influência de uma determinada cultura, ela própria mudando através do tempo, a paisagem apresenta um desenvolvimento, passando por fases e, provavelmente, atingindo no final o término do seu ciclo de desenvolvimento. Com a introdução de uma cultura diferente, isto é, estranha, estabelece-se um rejuvenescimento da paisagem cultural ou uma nova paisagem se sobrepõe sobre o que sobrou da antiga. A paisagem natural é evidentemente de fundamental importância, pois ela fornece os materiais com os quais a paisagem cultural é formada. A força que modela está na própria cultura (SAUER, p. 2004, p. 59).

O diálogo com autores da geografia se fará presente, muito pelos geógrafos estarem mais atentos às transformações espaciais e sociais impressas nas representações das paisagens. Muito embora historiadores da segunda metade do século passado, como por exemplo, Jacques Le Goff dos *Annales* franceses, já estivessem com olhares voltados para o fato de as paisagens estarem sendo transformadas em documentos pelo historiador na ausência de textos impressos:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando

não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo que, pertencendo ao homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (LE GOFF, 1994, p. 540).

A investigação se deu em narrativas, representações sociais e em construções discursivas sobre a introdução da espécie *Pinus spp.* nas paisagens dos Campos Gerais (LE GOFF, 1994, p. 58-59) produzidas e transformadas ao longo do século XX. A história ambiental é fruto de um contexto de transformações significativas e de reinterpretações das posturas dos humanos em relação às questões socioambientais e o mundo natural. Um contexto de diálogo e interpretação interdisciplinar que nos propiciaram ampliar não só a nossa concepção de tempo-espço antropológico mais também do tempo do meio natural e suas noções de tempo que nos levam para o período *Devoniano* sem sair do *Antropoceno*. O refinamento de sistemas e categorias de análise propiciou à história ambiental investigar a natureza biofísica nas suas manifestações heterogêneas circunscritas.

Pesquisas em história florestal e ambiental⁴ nortearam o trabalho e sugeriram algumas picadas a se desbravar nesse saber, no que tange ao contexto paranaense e brasileiro. Essas marcas deixadas pelos seres humanos na construção que denominamos paisagens e, mais especificamente no bioma, são histórias que precisam e devem ser contadas. As paisagens⁵ dos Campos Gerais de Ponta Grossa podem ser lidas enquanto um texto⁶ e suas representações fornecem ferramentas para análises interpretativas de sua morfologia e suas diversas facetas ao longo do século XX. Na interpretação da paisagem dos Campos Gerais percebemos o parcelamento das áreas rurais e o processo de florestamento de algumas áreas com árvores exógenas ou exóticas⁷ como os *Pinus spp*⁸ e dentre muitas outras *spp*⁹. Os ques-

4 Nos Estados Unidos da América encontraremos uma significativa produção em História Ambiental e em separado História Florestal. No Brasil, generalizamos mesmo que arbitrariamente com nome de História Ambiental que no nosso entendimento engloba os dois campos de pesquisa reservadas suas especificidades.

5 "Os alemães {geógrafos} têm repetido durante muito tempo uma frase: "a transformação da paisagem natural em paisagem cultural"; expressão que proporciona um programa de trabalho satisfatório no qual o conjunto das formas culturais em uma área merece a mesma atenção que os das formas físicas." SAUER, Carl O. Geografia Cultural. Espaço e Cultura. Rio de Janeiro, 1997. p. 4-5..

6 Paisagem enquanto texto, segundo Augustin Berque, em sua problematização sugere ser apreendida como marca e matriz. BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: Editora da VERI, 1998. p. 84-91.

7 Espécies exóticas ou exógenas, que aqui denominamos espécies arbóreas adventícias, são as não-nativas no bioma, que podem ter sido introduzidas por fatores bióticos e abióticos e por terem se desenvolvido em outro local de distribuição espacial geográfica e histórica natural.

tionamentos e sugestões críticas desta pesquisa fazem parte de um campo de pesquisa peculiar da historiografia chamado História Ambiental, que é essencialmente interdisciplinar por dialogar e problematizar abordagens das Ciências Sociais e Ciências Naturais. A história ambiental possui uma instigante e vasta produção historiográfica principalmente nos países onde a problemática da introdução de invasoras tem sido incorporada à reflexão historiográfica. No contexto da América Latina, a produção de uma historiografia ambiental e florestal vem avançando ¹⁰ e demonstrando a grande potencialidade de temas, abordagens e objetos suscitados por esse campo do saber.

Nesta pesquisa, em especial, problematizamos os florestamentos dos *Pinus spp* nos Campos Gerais/PR relacionados a indícios históricos, políticos, sociais, econômicos e culturais.

Um dos interesses de nossa pesquisa é tentar entender em que contexto e como nesse processo foram sendo construídas (ou não) as justificativas para introdução e utilização do *Pinus spp*. A investigação iniciada tenta perceber se haviam narrativas a favor, indiferentes e contrárias ao florestamento e se existiram ressignificações no meio técnico-científico brasileiro ao longo do século XX.

O que objetivamos, em termos gerais, é saber quando, em que locais e para qual finalidade as adventícias *Pinus spp* foram introduzidas no Paraná, mais especificamente na região dos Campos Gerais. Os suportes técnicos para a introdução de adventícias e suas implicações poderão ser observados a partir desta pesquisa.

O referencial teórico e metodológico utilizado abordou o tema do florestamento por outros vieses e outros problemas que não o das transformações

socioambientais, porém transitam no campo do saber e nos aproximaram do interessante trabalho de pesquisa que entrecruza a história, a cultura e a natureza.

Quando olhamos para as paisagens socialmente construídas e sua sobreposição por outra paisagem, pensamos que esse processo se deu em um tempo histórico delineado numa processualidade dinâmica de reelaboração, de morfologia e assim em uma outra paisagem: o florestamento ordenado homogêneo de *Pinus spp* nos Campos Gerais de Ponta Grossa.

No que tange o nosso tema e materiais, a análise de conteúdo será uma das ferramentas utilizadas na investigação das fontes e dos referenciais teóricos, sendo assim parte constitutiva do desenvolvimento das argumentações desta narrativa.

Segundo Laurence Bardin, análise de conteúdo advém de

Um conjunto de técnicas de análise da comunicação visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. Pertencem, pois, ao domínio da análise de conteúdo, todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais mais complementares, consistam na explicação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação, a partir de um conjunto de técnicas, que embora parciais, são complementares. Esta abordagem tem por finalidade efectuar deduções lógicas e justificadas, referentes à origem das mensagens tomadas em consideração (o emissor e o seu contexto, ou, eventualmente os feitos desta mensagem). O analista possui a sua disposição (ou cria) todo um jogo de operações analíticas, mais ou menos adaptadas a natureza do material

8 *Pinus* significa o gênero e *spp* compreende mais de uma espécie à todas, ou seja, espécies existentes e das quais foram identificadas como introduzidas no Brasil em especial nos Campos Gerais.

9 Os Campos Gerais de Ponta Grossa não são cobertos predominantemente por *Pinus spp* no tempo presente, mas é visível sua invasão e dispersão em Áreas de Proteção Ambiental (APA da Escarpa Devoniana), Unidades de Conservação (UC), em muitas propriedades a substituição da vegetação nativa por áreas de invasão involuntária e plantios monoculturais de *Pinus spp*. Outros exemplos de espécies exóticas: Cinamomo, Casuarina, Acácia Negra, Eucaliptus, Acácia Mimosa, etc.

10 Nossa pesquisa investigou a possibilidade de existência de livros, artigos, teses, dissertações e historiografia, em produções publicadas em revistas interdisciplinares e outros campos do saber a menção sobre o florestamento com uma espécie florestal chamada *Pinus spp*. Sobre o *Pinus spp* encontrados e em destaque na referência: o pesquisador João Rodrigues Mattos agrônomo, a pesquisadora Sílvia Ziller eng^a florestal e pesquisadora Samira Moretto historiadora e algumas passagens do pesquisador José Augusto Pádua. MATTOS, João Rodrigues. Espécies de pinus cultivados no Brasil. São Paulo: Grupo Editorial Chácaras e Quintais. 1977. p.06-07; p.27-28; p.42-47; p. 74; p.118-121. ZILLER, Sílvia Renate. A estepe gramíneo-lenhosa no segundo planalto do Paraná: diagnóstico ambiental com enfoque na contaminação biológica. 2000, 265f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000; ZILLER, Sílvia. Os processos de degradação ambiental originados por plantas exóticas invasoras. Revista Ciência Hoje, São Paulo, 2001. MORETTO, Samira Peruchi. Remontando a floresta: a implementação do *Pinus* e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960 – 1990). 2010, 285f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. MORETTO, Samira Peruchi; NODARI, Eunice Sueli. (Re) Florestar: A introdução das espécies exóticas no sul do Brasil no século XX. 2º Simpósio Internacional Ambiental e Migrações. LABIMHA, UFSC, 2012. 13p. PÁDUA, José Augusto. Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Zahar. 2ªed, 2004. 307p. _____. As bases teóricas da história ambiental. Revista Estudos Avançados. Rio de Janeiro. UERJ, 2010. p.81-101.

e a questão que procura resolver” (BARDIN, 1977, p. 14; 42-43).

A análise de conteúdo aqui empreendida terá como materiais: documentos oficiais, mapa, debate público em matérias de jornais da cidade sobre madeira, relatórios do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, Anais do Congresso do Instituto Nacional do Pinho (INP), livros sobre técnicas em florestamento e plantios industriais. Utilizando essas fontes, a tentativa é de interpretar e problematizar se e, no caso, como os discursos, os indicadores, as tabelas e relatos sobre a introdução dos adventícios *Pinus spp* influenciaram no plano prático nos Campos Gerais de Ponta Grossa. Nos relatórios do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, por exemplo, observamos a recorrência da expressão e orientação para que se criassem as *mattas econômicas* prevendo uma futura escassez de madeiras de construção.

Em nosso trabalho investigativo pudemos nos aproximar de pessoas do passado que viveram nos Campos Gerais do Paraná através de seus escassos relatos e alguns dos “vestígios” por elas deixados. Através deste programa analítico e crítico de pesquisa, tivemos em mente sempre as recomendações do historiador Marc Leopold Benjamin Bloch, na obra *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*:

[Nenhum outro cérebro humano precisa ser convocado para isso, como intermediário. Não é absolutamente verdade, para retomar a comparação de ainda há pouco, que o historiador seja necessariamente reduzido a só saber o que acontece em seu laboratório por meio de relatos de um estranho. Ele só chega depois de em concluído o experimento, sempre. Mas se as circunstâncias o permitem, o experimento terá deixado resíduos, os quais não é impossível que perceba com os próprios olhos]. É portanto em outros termos, ao mesmo tempo menos ambíguos e mais compreensíveis, que convém definir as indiscutíveis particularidades da observação histórica. Como primeira característica, o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, deve ser, [segundo a feliz expressão de François Simiand,] um conhecimento através de vestígios. Quer trate das ossadas emparedadas nas muralhas da Síria, de uma palavra cuja forma ou emprego revele um costume, de um relato escrito pela testemunha de uma cena antiga [ou recente], o que entendemos efetivamente por documentos senão um “vestígio”, quer dizer a marca, perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si mesmo impossível de captar? Pouco importa que o objeto original se encontre, por natureza inacessível à sensação, como o átomo cuja trajetória é tornada

visível na câmara de Wilson, ou que assim tenha se tornado só no presente, por efeito do tempo, como o limo, apodrecido há milênios, cuja impressão subsiste no bloco de hulha, ou como as solenidades, caídas em desuso, que vemos pintadas e comentadas nas paredes dos tempos egípcios. Em ambos os casos, o procedimento reconstituição é o mesmo todas as ciências oferecem muitos exemplos disso. [Mas, do fato de um grande número de pesquisadores de todas as categorias verem-se obrigados a não apreender certos fenômenos senão através de outros fenômenos deles derivados, não resulta, entre eles – longe disso – uma perfeita igualdade de meios. É possível que, como o físico, tenham eles próprios o poder de provocar o surgimento desses vestígios. É possível, ao contrário, que fiquem reduzidos a esperá-lo do capricho de forças das quais não exercem a menos influência.] Em ambos os casos, a posição deles será, muito evidentemente, bastante diferente. O que foi feito dos observadores dos fatos humanos? Aqui a questão da data reassume seus direitos (BLOCH, 2002, p. 72-73).

Nessa perspectiva, “criticamos” nossas fontes documentais sabendo de antemão que não são um relatório do real ou uma verdade absoluta; esses relatos serão sempre parciais e incompletos no que tange a totalidade dos fatos ocorridos, dos quais temos contato pelas vozes de outros agentes históricos já adormecidos e silenciados pelas areias do tempo. A citação de Bloch nos traz luz também para pensar que os vestígios desvelam pontos de vista sobre os fatos históricos, tendo vista a grande variedade e infinidade de representações destes que não foram anotados e nem registrados. Fugazes são os fatos históricos como os *pirilampas fosforescentes* ou vagalumes contemplados por Ferdinand Braudel no estado da Bahia no Brasil (BRAUDEL, p. 1978, p. 23). E é com esses *resíduos* e *vestígios* que nos aproximaremos por reconstituição retrospectiva das narrativas sobre uma história da introdução do gênero *Pinus spp* adventícios nos Campos Gerais de Ponta Grossa no Paraná ao longo do século XX.

A HISTÓRIA, OS DOCUMENTOS UTILIZADOS E AS BASES HISTORIGRÁFICAS PARA UMA PESQUISA SOCIAMBIENTAL DOS CAMPOS GERAIS DE PONTA GROSSA/PR

O trabalho de pesquisa do historiador britânico Keith Thomas no livro *O homem e o Mundo Natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e os animais, 1500-1800*¹¹ analisa criticamente algumas das

11 Fala sobre a sujeição humana sobre a paisagem natural, como se organizou e reorganizou o espaço e as relações dinâmicas e processuais na cultura europeia ocidental para com o mundo natural. THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e os animais, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.33.

relações estabelecidas sobre o mundo natural e sua dinâmica histórico cultural. Thomas refletiu sobre algumas das relações de dependência das sociedades de corte inglesas para com a ambiência física e de como estes aspectos são significativos, tanto na edificação de moradias, na produção de alimentos e no desenvolvimento de suas técnicas e outras tantas apropriações simbólicas e religiosas e que configuram espaços de relações de poder.

A partir destas interações os ambientes campestres e florestais foram desbravados, explorados, descampados e desmatados ao longo dos tempos para uso das culturas, tanto no reconhecimento e demarcação de territórios como dos recursos naturais disponíveis. Um dos indícios de mudança de entendimento da paisagem pode em certa medida ser identificado na passagem que Thomas se refere, no século XI, a Guilherme “O Conquistador”. O normando Guilherme decreta a criação das primeiras áreas de preservação¹² para uso régio e para salvaguardar florestas e a caça de grande porte de camponeses autorizados a caçar somente animais pequenos.

O historiador inglês Raymond Willians analisa as relações culturais e as ideias construídas sobre o meio natural, ou seja a natureza, e como elas não devem ser pensadas alheias aos agentes históricos:

Hoje é notório que, como uma espécie, nós crescemos com confiança em nossos desejos e nossa capacidade de intervir. Mas não podemos entender esse processo, não podemos nem mesmo descrevê-lo, até que estejamos cientes do que a ideia de natureza inclui e, em particular, se ela inclui o homem. Pois falar do homem “intervindo” no processo natural implica na suposição de que ele possa crer não ser possível fazê-lo, ou possa decidir não fazê-lo. A natureza tem de ser pensada, então, como separada do homem antes de qualquer questão sobre intervenção ou comando, para que o método e a ética de cada um possam surgir. É isso que vemos acontecer no desenvolvimento da ideia (WILLIAMS, 2005, p. 100).

Williams compreende a inter-relação humanos e mundo natural em um dinâmico processo histórico que passou a ter características dualistas e mecanicistas no Período Moderno ocidental. A partir de então os humanos se percebem fora da natureza, ou seja, distintos da complexidade e de sua materialidade biofísica e não fazendo parte da abstração complexa chamada de natureza. A relação humano e natureza, segundo ele, deve ser contextualizada

e interpretada ao longo da História, pois a ideia de natureza remete não somente ao mundo biofísico mais também aos significados humanos atribuídos e suas relações estabelecidas ao longo do tempo-espaço materializadas nas representações criadas e constantemente recriadas.

O historiador brasileiro José Augusto Pádua pensa o campo de pesquisa da história ambiental no contexto do Brasil colonial e contemporâneo. A investigação de Pádua se deu em narrativas dos discursos políticos e as comunicações oficiais do fim do período imperial e início do republicano tentando perceber se era presente um possível “pensamento ecológico”:

Procurei entender, em primeiro momento, a natureza das ideias sobre a destruição ambiental que circularam no Brasil dos séculos XVIII e XIX. O estudo das práticas e políticas ambientais requeriam uma outra importante investigação. É importante deixar claro que não procurei fazer uma história das transformações ambientais ocorridas durante o período analisado, mas sim das ideias produzidas no contexto dessas transformações. Mesmo levando-se em conta o fato de que os estudos dos autores de época fornecem uma importante via de acesso para a visualização dos problemas ambientais concretamente vividos (PÁDUA, 2004, p. 31).

Os documentos utilizados na pesquisa de *Um sopro de destruição* descrevem o meio natural em discursos e representações das paisagens e nas formas de organização do espaço do contexto brasileiro, mesmo não tendo como enfoque a transformação da natureza biofísica.

No texto *As bases teóricas da história ambiental*, Pádua faz uma contextualização a cerca dos referenciais metodológicos do campo da história ambiental e reafirma algumas de suas potencialidades enquanto campo do saber. Mas também alerta para com alguns cuidados para uma pesquisa o mais distante possível de determinismos simplificadores e já rechaçados de ontem

Dito de outra maneira, ao dialogar hoje com as ciências naturais, a história ambiental se situa em um contexto teórico muito diferente daquele que alimentou as formulações deterministas do passado. Sem falar na herança teórica de toda a crítica interna produzida nas ciências sociais em relação aos riscos dos reducionismos geográfico, biológico etc. As ciências naturais adquiriram maior sofisticação teórica, calcando-se em finas metodologias ecológicas, radicalmente abertas e interativas. Os sistemas naturais se auto-organizam por meio da constante interação entre todos os seus elementos, bióticos e

12 Conceito anacrônico e desconhecido dos agentes históricos do contexto do século XI, porém tem características semelhantes as contemporâneas unidades de conservação privada e de uso sustentável..

abióticos. O caminho é feito ao andar (para lembrar o belo verso de Antonio Machado). As consequências de tal interação, por sua vez, são abertas, podendo, no limite, levar ao colapso, ou então à emergência de formas mais resilientes de organização. A presença do caos, do acaso e da contingência ganha força nas análises. A própria ideia de “adaptação” vem sendo questionada por sua rigidez analítica, com o fortalecimento de conceitos como “coevolução” e “mútua construção de nichos”, entre outros (PÁDUA, 2004, p. 90).

Os distanciamentos da natureza biofísica nas pesquisas históricas nos retiram o chão de terra batida debaixo dos pés, distancia-nos da vegetação rasteira de campos que se engrinaldam e dificultam o caminhar e por fim nos omitem peculiares lageados de arenitos da beira de rios caudalosos, como a exemplo do Rio Tibagi. Longe de pensar em determinação pelo meio natural ou simplesmente de dominação deste meio, o que se busca é compreender o longo processo de coevolução, ressignificação e reelaboração das paisagens em diferentes contextos. O complexo campo de pesquisa da história ambiental faz leituras críticas em narrativas referentes aos ambientes naturais a partir das perspectivas dos significantes e suas apropriações simbólicas, as inter-relações e quais as suas implicações.

O século XX, porém, testemunhou o aparecimento de novas formulações teóricas, ainda mais surpreendentes, que contribuíram para consolidar a ideia da irreversibilidade e da seta do tempo, poder-se-ia mesmo dizer “da história”, como um componente fundamental no entendimento da Natureza. Um marco radical nesse sentido está na visão muito recente, formulada com mais propriedade a partir da década de 1940, de que o próprio universo – antes visto como o bastião último da firmeza e solidez da natureza – se manifesta mediante um processo de expansão e de transformação permanente. Tudo isso tem implicações teóricas profundas para um problema frequentemente lembrado quando se fala de história ambiental: a ameaça do determinismo geográfico ou ecológico. Ora, a longa tradição que fala das determinações da natureza, especialmente do clima, sobre a vida social, calcava-se exatamente em visões fixas e definidas das suas manifestações. Desde as primeiras formulações de Hipócrates no século V a.C. – que no livro *Ares, águas e lugares* atribuiu a superioridade do modo de vida europeu em relação ao asiático à influência das condições naturais –, o pano de fundo do determinismo baseou-se na presunção de uma firme estabilidade dessas condições (Arnold, 1996, p.15). Ocorre que a meteorologia contemporânea, com seu enfoque historicizante e suas investigações de longa duração, revela que o clima de cada região sofre grandes variações no curto e no longo prazo. O mesmo pode ser dito da vegetação e de outros componentes do mundo natural (PÁDUA, 2010, p. 91).

Nossa investigação tem o interesse de narrar

uma história (CERTEAU, 1982, p. 65-109) com um olhar próximo do que sugeriu José Augusto Drummond quando pensa a história ambiental. Segundo ele,

Um historiador ou cientista social com um olhar minimamente treinado pode, por exemplo, distinguir (a) uma floresta madura de (b) uma floresta secundária (capoeira) renascida depois de um desmatamento total, ou de (c) uma floresta apenas derrubada ou, ainda, de (d) um reflorestamento. Cada tipo de floresta indica usos humanos distintos, recentes ou remotos, com antecedentes e consequentes ambientais relevantes (DRUMMOND, 1991, p. 184).

Drummond assim fala de um olhar interdisciplinar e do que ele pode perceber e/ou revelar. E, de fato, a pesquisa direcionou nossos olhares para o que é vegetação nativa e vegetação não-nativa nos Campos Gerais de Ponta Grossa com base em estudos de especialistas das ciências naturais e técnicos ambientais. Para esse trabalho foi necessário também o conhecimento dendrológico das espécies introduzidas: seu bioma, sua biologia e sua dispersão histórica e biogeográfica natural.

A narrativa do historiador norte-americano Donald Worster também norteou o refinamento, a adaptação da metodologia e a nossa análise direcionando para os dados botânicos do gênero *Pinus spp*, sua biologia, adaptação e seus indicadores no processo de aclimação ou aclimatação. Para a produção da narrativa, Worster nos propõe uma metodologia para a história ambiental feita em três níveis estratificados: narrativas sobre ambientes naturais do passado, narrativas sobre as inter-relações humanas no âmbito trabalho e por fim as idéias, representações e significados socioculturalmente construídos nos espaços-tempos analisados (WORSTER, 1991, p. 198-215). Assim, adaptando para este estudo as três dimensões analíticas de pesquisa em História Ambiental apontadas por Worster, teríamos que: (1) verificar o estado botânico do *Pinus* e sua Biologia, (2) as relações sociais que brotam do trabalho com o *Pinus* e as (3) representações construídas sobre o *Pinus*. Segundo Worster, a pesquisa multinível de metodologia em história ambiental não precisa conter necessariamente todos os níveis sugeridos numa mesma pesquisa. O nosso trabalho caminhará próximo do primeiro e do terceiro níveis aliado a argumentações e sugestões metodológicas de José Augusto Drummond e José Augusto Pádua, pois além de apresentar uma espécie de “história natural” da própria espécie e da região dos Campos Gerais e sua ocupação humana, também pretendemos verifi-

car em que momento o *Pinus* passou a ser descrito no plano discursivo e científico como “salvação”, solução e antídoto à impacto ambiental, um problema e distúrbio prejudicial para o meio ambiente. Portanto, nossa problemática procura identificar especificamente como as introduções de adventícias de *Pinus* mudaram as paisagens de campos e concomitantemente transformaram posteriormente na década de 1970 as relações de produção extrativista da região dos Campos Gerais paranaenses.

O historiador norte-americano Warren Dean, na obra *A ferro e Fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*, pesquisou as relações tensionadas no processo extrativista na Mata Atlântica e outros ecossistemas a ela associados. Warren Dean tinha o olhar para a Mata Atlântica e seus processos lentos de coevolução e seleção natural desde sua constituição. Segundo Dean,

Os ecossistemas são delineados pela própria natureza; portanto, são cobaias naturais – Ilhas, lago ou desertos, por exemplo. A Mata Atlântica é uma cobaia dessa ordem. Graças a seu tamanho avantajado, sua complexidade e variabilidade, os biogeógrafos e ecologistas tatearam em busca de designações comuns para seus componentes, mas seu caráter distinto é indiscutível. Nessa história, pouca menção terá o extremo norte da floresta, acima dos treze graus sul, ou do segmento montanhoso ao sul denominado por coníferas. Trata-se de limites justificáveis apenas em termos práticos; *ars longa, vida brevis*. Fontes dispersas e inacessíveis, multiplicidade de jurisdições políticas, distâncias imensas e restrições orçamentárias estenderam o tempo necessário a reunir o material para esse estudo truncado muito além do normalmente esperado e único pesquisador esse vasto domínio natural de maneira mais local e minuciosa. Enquanto isso, o leitor não incorrerá em grande erro ao tomar essa região central pelo todos; ela contém mais de sete décimos da área da Mata Atlântica e quase todos os aspectos de sua história de assentamento humano são típicos também na área restante. Essa história da Mata Atlântica não é uma história natural; ou seja, não é uma explicação das criaturas da floresta e das relações que estas mantêm entre si. É, antes, um estudo da relação entre a floresta e o homem (DEAN, 1996, p. 28).

Na obra *A ferro e fogo*, Dean se aproxima e muito dos três níveis de análise propostos por Donald Worster. A pesquisa de Warren Dean publicada em 1996 é uma das peças fundamentais para pesquisadores tentarem montar esse grande “quebra-cabeça” da história da Mata Atlântica e de suas culturas. As narrativas sobre as relações processuais de transformação de parte do domínio biogeográfico chamado Floresta Ombrófila Mista, os campos gramados especificamente, que são denominados cien-

tificamente Floresta Pluvial Subtropical Mesófila e a Estepe Gramíneo Lenhosa; são os atos florestadores, as faces dos aspectos sócio históricos que motivaram e acenderam o interesse de pesquisa neste presente trabalho. Dean irá falar sobre o projeto de aclimação encabeçada por Navarro e seus *Eucalyptus spp.*

Em 1904, Antônio Prado, presidente da Companhia FERRORIÁRIA Paulista, a mais próspera das linhas propriedade brasileira que desembocavam na Paulista de Estradas de Ferro, contratou Edmundo Navarro de Andrade para implantar uma reserva florestal. Não estava claro se o propósito era apaziguar as críticas à companhia ou simplesmente achar um emprego adequado para Navarro, então com 23 anos. Afilhado de Veridiana Prado, viúva do clã, fora despachado para Portugal para obter um grau em agronomia após ter sido expulso da academia militar e demonstrar pouco talento para a carreira literária. Antônio Prado, um dos filhos de dona Veridiana e ministro da Agricultura no império, fora atuante na fundação do Instituto Agrônomo e na promoção da imigração e pode ter escolhido o opaco Navarro por mera persistência de sua mãe. Surpreendentemente, o jovem partiu para a ação. Instalou diversas estações experimentais em Jundiá, Campinas e Rio Claro, onde cuidadosamente testou quase cem espécies de árvores nativas e exóticas em condições variadas de solo para determinar qual produzia mais rapidamente a lenha mais útil. O resultado dessas experiências, já evidente em 1906, foi uma vitória nítidas das árvores do gênero *Eucalyptus*, nativas da Austrália e das ilhas próximas. Não se tratou de uma descoberta inesperada; Leofgren já havia recomendado o eucalipto em 1903. Um espécime do *E. gigantea* fora plantada no Jardim Botânico do Rio de Janeiro já em 1825, e no início dos anos 1870 dúzias de outras espécies, que incluíam o *E. globulus*, resistente e de uso geral, foram plantadas no Rio de Grande do Sul e no Rio de Janeiro a partir de sementes trazidas do Uruguai, onde aquela variedade havia sido introduzida em 1853, também procedente da Austrália. Esses plantios iniciais, contudo, destinavam-se a fins sanitários e medicinais. O eucalipto absorve água em grande quantidade; tinha a capacidade, portanto, de absorver água parada, reduzindo, assim, as populações de mosquitos. Seus olhos aromáticos também eram dotados de qualidades desinfetantes e curativas. O objetivos de Navarro eram diferentes de seus predecessores. Isso era muito necessário por que havia umas 450 espécies de eucalipto, com requisitos e qualidades variadas. Seus campos experimentais, portanto, logo se tornaram fonte de informações para outras companhias ferroviárias e para os fazendeiros previdentes do bastante pra antever o fim de seus bosques nativos. Navarro organizou, durante sua longa administração das florestas da ferrovia paulista, dezessete reservas ocupando 175 km². Viajou pela Austrália e praticamente por todo país para onde o eucalipto tivesse sido transferido, buscando conhecer tudo o que fosse possível sobre o gênero e os métodos ótimos de cultivá-los. Publicou diversos tratados sobre o plantio do eucalipto que passaram por inúmeras edições e que, se tivessem sido traduzidos do por-

tuguês fariam dele o maior especialista mundial no assunto. Em 1911, Navarro recebeu Loeftgren o Serviço Florestal e Botânico, que agourentamente perdera o “Botânico” de seu título. Navarro converteu o órgão em uma sementeira de eucalipto – em um ano, a distribuição subiu da média de 25 mil mudas por ano para 250 mil. Infelizmente, Navarro enfatizou exclusivamente a difusão do eucalipto. As pesquisas botânicas que poderiam ter estabelecido o valor industrial e medicinal da floresta nativa foram interrompidas. O herbário de Loeftgren desapareceu (DEAN, 1996, p. 250-251).

No capítulo III *A segunda leva de invasores humanos* da obra, Dean estabelece um diálogo com algumas indagações de Alfred Crosby quando irá pensar o intercâmbio e a introdução de espécies em um complexo fluxo biótico colonizante. Nas palavras recitadas de Dean, ele avança e fala

Alfred Crosby demonstrou que, historicamente, a colonização tem sido um fenômeno essencialmente ecológico, no qual os colonizadores clandestinos comandam um processo abrangente e crítico de dispersão de plantas e animais. Invasores que chegam com recursos bióticos próprios contam com uma grande vantagem, pelo fato de que as espécies transferidas escapam a pragas e predadores com os quais haviam co-evoluído (Ibidem, p. 71).

O historiador norte-americano Alfred Crosby pensa a história ambiental com um olhar mais acurado nas transformações ambientais e com uma “crítica” mais ácida na questão do “*imperialismo ecológico*” quando se refere a introdução de espécies “exóticas” (adventícias) invasoras (CROSBY, 2011).

O MEIO NATURAL DOS CAMPOS GERAIS DE PONTA GROSSA NO PARANÁ

Quando olhamos para a paisagem dos Campos Gerais muitas histórias podem ser contadas. A história de sua paisagem natural¹³ é uma delas e de como

se organizou ao longo do lento *tempo profundo* onde os processos ecológicos é que impõem o ritmo.

Conceitos de geologia, que fazem nossas noções de história recuar até o Pleistoceno, o Siluriano, o Pré-Cambriano. Gráficos de climatologia, nos quais as temperaturas e as chuvas oscilam para cima e para baixo através dos séculos, indiferente à estabilidade de reis e de impérios. A química dos solos, com os seus ciclos de carbono e hidrogênio e seus índices de PH mudando com a presença de sais e ácidos, traçando os limites da agricultura. Qualquer um destes dados pode ser uma ferramenta nova e poderosa para os estudos do desenvolvimento das civilizações¹⁴.

Na sua gênese, a região dos Campos Gerais do Paraná foi constituída historicamente por paisagens naturais campestres recobrimdo terraços e vales denominados de Floresta Pluvial Subtropical Mesófila. Esses ecossistemas são híbridos compostos de Campos Gerais (Estepe Gramíneo Lenhosa), espigões florestados (Floresta Ombrófila Mista Montana) e depressões florestadas (Floresta Ombrófila Mista Aluvial) e tiveram muitas espécies remanescentes de Mata Atlântica nas depressões, principalmente às arbóreas¹⁵, porém havia nestes campos planálticos um predomínio de gramíneas rasteiras¹⁶ que dialogam com suas características geomorfológicas regionais¹⁷.

O segundo planalto paranaense é limitado a oeste pela escarpa “triássica”, conhecida como Serra da Esperança e, a leste, pela escarpa “devoniana”. As camadas sedimentares constituintes desse planalto distinguem-se por dois aspectos: heterogeneidade da composição e facilidade de alteração das várias seqüências litológicas. Na região tem lugar uma decomposição química intensa de todas as rochas relacionadas com os fatores climáticos, assim como, uma energia hidrodinâmica para a modelação das formas superficiais (BIGARELLA et al., 1994, p. 74).

As rochas sedimentares que afloram na paisa-

13 Utilizamos aqui o termo paisagem natural no sentido de se tratar de uma observação em retrospectiva sobre o espaço geográfico em questão.

14 O tempo profundo a que nos referimos vai muito além das aspirações e da perspectiva da longa duração de Braudel, porém é perceptível contribuições metodológicas das sucessivas gerações dos Annales para constituição da História Ambiental contemporânea. Exemplos das permanências dos primeiros Annales podem ser identificados pela sua característica interdisciplinar, o jogo de escalas nas durações (acontecimento, conjuntura e as estruturas de longa duração), os estudos culturais, as mentalidades e a sua filiação a Nova História Cultural e o impacto dos estudos antropológicos da segunda metade do século XX. WORSTER, op.cit., p.202.

15 Figueiras – Ficus guaranítica, etc. Ver PLANO DE MANEJO PEVV. Capítulo fatores bióticos da unidade de conservação. PARANÁ (Estado). Instituto Ambiental do Paraná. Plano de Manejo do Parque Estadual de Vila Velha. Ponta Grossa, 2004. 304p. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br>> Acesso em 13/08/2012.

16 ZILLER, Sílvia R. Uma explicação e geografização instigante sobre o que se entende por estepe é registrado por Sílvia onde percebemos que essa denominação engloba: os campos de Ponta Grossa, os campos de Guarapuava até os Pampas Rio-Grandenses. A estepe gramíneo-lenhosa no segundo planalto do Paraná: diagnóstico ambiental com enfoque na contaminação biológica. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) UFPR, Curitiba, 2000.

17 O geógrafo Carl O. Sauer já na década de 1940 argumenta: “O homem deve ser considerado como um agente geomorfológico, já que vem alterando cada vez mais as condições de denudação e de colmatação da superfície da terra, e muitos erros têm ocorrido na geografia física por esta não suficientemente que os principais processos de modelagem da terra não podem ser inferidos com segurança com base nos processos atualmente vigentes a partir da ocupação do homem”. SAUER, Carl O. Geografia Cultural. Espaço e Cultura. Rio de Janeiro, 1997. p. 3- 4.

gem dos Campos Gerais já estiveram submersos por um raso mar glacial e possuíam temperaturas muito baixas. Um mar isolado que recebe estudos paleontológicos desde o século XIX, com Orville A. Derby, e o início do século XX com Frederico Waldemar Lange, que mostraram a existência de espécies endêmicas chamadas *Braquiópodes spp* e *Tribolites spp* encravadas nas rochas sedimentares que fizeram parte da história evolutiva das espécies no planeta (BOSETTI, 2007, p. 35-47) como uma das primeiras formas de vida da terra.

A região de estudo está assentada sobre uma bacia sedimentar (MAACK, 1947, p. 63-15) onde ocorreu uma longa deposição e entulhamento de detritos de rochas ígneas desde o Cambriano (PARANÁ, 2004). As eras geológicas impuseram variações climáticas sazonais, tempos instáveis e de intensa atividade tectônica e plutônica, discordantemente intercalada por glaciações. O soerguimento da crosta, chamado Arco de Ponta Grossa, iniciado posteriormente no período Mesozóico¹⁸ abaulou e fraturou a crosta intracratônica elevando acima da superfície desse mar provinciano uma grande quantidade de material sedimentar. Nas bacias sedimentares esse material foi sendo drenado, por morainas ou morenas aliado a remodelação e dissecação de vales da paisagem natural. As características fisionômicas destas paisagens foram sendo esculpidas e entalhadas por degelos e imensas corredeiras de água das glaciações.

Existem correlações diretas entre as características das rochas, as condições climáticas e das formações florísticas encontradas nessa paisagem subtropical. Os campos planálticos de Ponta Grossa no Paraná, onde estavam originalmente e predominantemente os *campos stricto sensu*, campos limpos, campos sujos, várzeas e capões são encontrados desde aproximadamente 60 milhões de anos (MORETTO, 2010, p. 67) antes do presente ao longo da “Escarpa Devoniana” (MAACK, 1947, p. 63-15). A

formação campestre é um tipo de vegetação que é considerada pioneira e esteve presente nas regiões sudeste e sul do Brasil como cobertura vegetal predominante na paisagem, porém sua história natural demonstra que pela sua permanência e incompatibilidade com o clima contemporâneo também é considerado como um tipo de sucessão clímax¹⁹.

Toda a extensão do relevo da Floresta Pluvial Subtropical Mesófila contém em geral características paleogeográficas herdadas das últimas eras geológicas, principalmente da última era glacial entre 16 mil e 12 mil anos, quando muitas perturbações geomorfológicas remodelaram essa sua superfície rochosa erodindo lentamente e formando os solos. Porém a vegetação resistiu.

A elevação dos Campos Gerais está na casa de 790 m até 1070 m acima do nível do mar, a região está situada a leste do Paraná e sul do Brasil, esse local possuía em média precipitações de 1.402 milímetros ao ano aproximadamente²⁰. Neste planalto houvera um predomínio de gramíneas nas regiões de topo em seus morros testemunhos, terraços, interflúvios ou espigões chegando até os limites das áreas de transição para os capões ou até as formações de várzeas²¹ e terrenos alagadiços que em alguns casos encobriam as nascentes dos rios. Estas paisagens de campos, enquanto construção discursiva posterior fora junto a *Araucaria angustifolia* elemento de coesão simbólica, de identidade regional e paisagística da biodiversidade dos campos limpos paranaenses (MAACK, 1981, p. 255-260).

A partir de relatos e registros de pesquisas do geólogo e naturalista Reinhard Maack e seus estudos fitogeográficos, geológicos e biogeográficos, os Campos Gerais do Paraná foram classificados como um local de vales escarpados e de uma vasta área de campos naturais *como forma de relictos*. Estes campos limpos no passado, em sua grande maioria entremeados de capões nas depressões em forma de mata de galeria estão assentados sob uma bacia sedimen-

18 O arqueamento de Ponta Grossa fora à atividade de soerguimento ocorrida no interior crosta terrestre do supercontinente Pangéia. A atividade que separou a América da África e da Antártida e deu origem ao oceano Atlântico, onde as temperaturas eram muito baixas e semelhantes as da Antártida. Esta separação é chamada de Gondwana. Essa argumentação se baseia na teoria das derivas continentais e a tectônica de placas estudadas pelo geólogo alemão Alfred Lothar Wegener (ver Plano de Manejo PEVV).

19 “Ou também comunidade clímax. É um tipo de sucessão ecológica, um processo natural de recomposição da vegetação que recobre a paisagem devido arrasamento, queda de encosta, intervenções antrópicas, ou seja, estágios sucessórios após intervenções por algum fator biótico ou abiótico”.

20 A referência sobre a altitude e a topografia tem por base o perfil contemporâneo tendo em vista quem em tempos de subsidência a região intraplaca estava abaixo do nível do mar. Referência pluviométrica retirada dos trabalhos de pesquisa sobre o pinus, realizados na década de 1970. MATTOS, João Rodrigues. Espécies de pinus cultivados no Brasil. São Paulo, Grupo editorial Chácaras e Quintais. 1977. A precipitação anual pode ser classificada dentre 1200mm e 1800mm segundo trabalho de pesquisa de Gilson Campos Ferreira da Cruz no trabalho. CRUZ, Gilson Campos Ferreira da. Alguns Aspectos do Clima dos Campos Gerais. In: O patrimônio natural dos Campos Gerais e a sustentabilidade regional. Ponta Grossa: UEPG, 2007. p.61-72.

21 Planícies de pediplanos: áreas de fundo de vale alagadiças, fruto de deposição de detritos e entulhamento de minerais na drenagem e dissecação da paisagem.

tar com grande potencial de armazenagem hídrica.

Foram esses ambientes naturais que consistiam nas paisagens naturais do passado. Segundo estudos de Maack a paisagem de campos estava salpicada em maior número com afloramentos de rochas areníticas Vila Velha do Grupo Itararé descendo até o Folhelho Ponta Grossa e posteriormente na base o arenito Furnas (MAACK, 1947, p. 63-15).

Foram essas as características naturais destes campos onde há um predomínio de solos rasos silicatos e substratos fossilíferos, compostos basicamente da aluvião das rochas erodidas no período Quaternário.

Essa paisagem depois de um lento processo de coevolução voltou a ter campos nativos como vegetação pioneira. Antes da chegada dos primeiros homínídeos essa região sofrera com algumas perturbações através dos incêndios involuntários, que, em certa medida, foram fundamentais para manter suas características primitivas evitando assim o processo de sucessão ecológica que o transformaria em um tipo de bioma mais arbustivo.²²

Queimadas leves e periódicas da macega convertiam a floresta em um terreno de caça facilmente atravessado e vistoriado. Com que frequência o fogo era usado contra floresta? Esses invasores haviam chegado no mesmo momento em que sua paisagem preferida de campo aberto – na verdade, o seu nicho – começava a recuar diante da floresta revigorada. Teriam as queimadas, feitas pelos homens em arvoredos e também nas planícies, retardado o avanço milenar da floresta, prolongando seu isolamento nos refúgia? Queimadas periódicas impedem a restauração das espécies da floresta primária e depois de um longo período talvez favoreçam a vegetação dos campos gramados e dos cerrados, porque eles são naturalmente sujeitos ao fogo e se adaptam à sua influência. Dessa forma, os homens agiram como aliados dos campos gramados e dos cerrados e podem ter conquistado vitórias imerecidas para os mesmos. Essas especulações são antigas, porque geralmente faltam evidências. Gerações de observadores têm se perguntado, porém, por que faltavam árvores em áreas tão grandes do continente na época em que os europeus o invadiram, já que as árvores podem facilmente ser plantadas em muitas dessas regiões onde florescem. O pampa, a planície gramada que se estendia da Bahia Blanca, na Argentina, por 2300 quilômetros ao norte até a atual cidade de São Paulo, é a maior e mais intrigante destas anomalias. Seriam essas paisagens humanizadas? Existem vestígios, na região da Mata Atlântica, de sítios de ocupação humana em que evidentemente se praticavam técnicas de caça apropriadas a campo aberto, até no âmbito do “ótimo climático” da estação mais quente e úmida, 5800 a 4800 e de 4100

a 3400 anos antes da atualidade, quando a floresta, e não os campos gramados, deveria ter estado presente (DEAN, 1996, p. 41).

Warren Dean faz um questionamento que merece atenção por parte dos diversos pesquisadores das transformações do *mundo natural* dos campos do sul do Brasil. Parte deste meio natural é fruto de intervenções humanas e suas processuais inter-relações, porém seu surgimento e desenvolvimento independeu dos humanos, pois, essas paisagens dialogam diretamente com as características geomorfológicas do sul do Brasil.

Os angiospermos *Pinus spp* são predominantemente do hemisfério norte, sendo encontrados: na Ásia, em Cuba, Estados Unidos da América, México, Europa Setentrional, etc. A pesquisa do biogeógrafo David M. Richardson trabalhou cientificamente para refazer a trajetória dos angiospermos da família *Pinaceae* ao longo de sua história natural. Ele aponta, a partir de estudos arqueológicos, que seu aparecimento e coevolução pode ser situado no Terciário e/ou Cretáceo. Na introdução da obra *Ecology and Biogeography of Pinus* Richardson fala sobre a intensa inter-relação humanos e *Pinus* ao longo da história e sua utilização econômica em alguns países da América do Sul. Segundo Richardson

Pines are important, and very often dominant, components of the vegetation over large part of the northern hemisphere (Fig1.1). Besides having major economic value as sources of timber, pulp, nuts, resin and other products, pines also influence ecosystems in many ways. They affect biogeochemical processes, hydrological and fire regimes, and provide food and create habitats of animals. The boreal forest, of which pines are an important component, plays a significant role in regional and global climate. For example, the presence of forest in these northern latitudes masks the high reflectance of snow leading warmer winter temperatures than would be the case if trees were absent (Bonan, Pollard & Thompson 1992). Pines feature in ancient myths and rituals, have influenced human history and have been celebrated in visual art, prose poetry and music (as in Ottorino Respighi's *The Pines of Rome*). Pines have also been cultivated in many parts of world, both within and well outside their natural range, they form the foundation of exotic forestry enterprises in many southern hemisphere countries. *Pinus* is without a doubt the most ecologically and economically significant tree genus in the world.

This chapter provides an introduction to this volume by placing the genus in perspective. We discuss of the origin and evolution of pines, the features that distinguish them from other woody taxa, and the

22 Plano de Manejo, PEVV 2007. Na lógica da sucessão ecológica uma floresta com árvores de grande porte é considerada uma sucessão clímax, porém, o campo é um tipo de sucessão clímax pela sua biodiversidade incompatível ao clima atual e sua história natural.

position of pines in the landscape in each of the major habitats in which they occur. We consider some of the many interaction between pines and humans, and discuss some recent developments in the study of pines. The expansion of angiosperms and concurrent decline of gymnosperms was one of the most important phytogeographic processes in the history of earth. The earliest-known angiosperms arose in the Early Cretaceous (c 120 million years ago), and there are now between 250 000 and 300 000 extant species. Gymnosperms arose much earlier (Middle Devonian, 365 million year ago) but there have never been more than a few thousand species. Evidence from fossilized cones shows that ancestors of Pinaceae had evolved by the Lower Cretaceous, These is some evidence that *Cedrus* possibly *Larix* appeared before de Tertiary, but the other genera of the family appeared only the early Tertiary of later (STEWART, 1983 apud RICHARDSON, 1998, p. 2-3).

A obra, em questão, *Ecology and Biogeography of Pinus* (Ecologia e Biogeografia do Pinus) trazem importantes considerações sobre o gênero, distribuições biogeográficas e comportamentos das mais de 111 spp identificadas com olhares focados na conservação e preservação na sua paisagem alóctone e enquanto espécies arbóreas pensando no ciclo hidrológico regional. Em destaque está a importância das coníferas no contemporâneo momento de adesão da noção de crise ambiental e climática regional e global na perspectiva da sua história natural e arqueológica. Os *Pinus spp* foram identificados da Ásia subtropical até a zona temperada da América do norte e de forma introduzida na América do Sul e Oceania, e outros países com plantios industriais.

OS PRIMEIROS MIGRANTES NOS CAMPOS GERAIS DE PONTA GROSSA

Segundo a teoria mais recorrente, as incursões e excursões transumantes dos primeiros homínidos na América do Norte se estabeleceram com a passagem de caçadores e coletores nômades pelo estreito ainda congelado da Beríngia e posteriormente na América do Sul com a transposição do canal do Panamá²³.

Os primeiros migrantes a chegar nesse país de imigrantes que é o Brasil foram os grupos indígenas. Provenientes da Ásia, provavelmente em migrações

sucessivas no decorrer da última glaciação, foram pouco a pouco ocupando o imenso território americano e procurando formas mais eficientes de adaptação às paleo-paisagens frias da época glacial. Ao longo dos milênios, terminaram por ocupar também toda a região sul-brasileira (KERN, 1999, p. 263).

Uma fauna herbívora provavelmente atraiu os primeiros habitantes nômades onívoros²⁴ caçadores e coletores para a região dos Campos Gerais que seguiam seus rastros e digitais deixados nas florestas e nos campos naturais. Na América do Sul a caça e a pesca foram a sua principal fonte de proteínas junto à coleta de pinhão, que foi no período *Holoceno* a base da alimentação autóctone. A semente do Pinheiro-do-Paraná, o pinhão, também é fruto de teorias que debatem sobre a ação humana de dispersão em campos através de sua usança

This process becomes more selective while the angiosperms disperse in the inferior stratum of the aciculifoliate forests. The *Araucaria angustifolia* seems to escape from the forest formations where the lack of luminosity constitutes an element of constraint for its development. Nevertheless, in the areas of glassland where the luminosity is not a factor of constraint nor is there the competition of the latifoliate species, it evolves much better. On the other hand, to dispersal, Kindel (1996) indicates that *Araucaria Angustifolia* needs a dispersal agent, mentioning birds, animal and humans. Backes (1983) comments that the *Araucaria Angustifolia* seed are heavy, all vertically and do not show any mechanism that may contribute to its dissemination. The dissemination of the seeds is always dependent on vectos such as the birds 'gralha-azul' (*Cyanocorax caeruleus*) besides many other species of rodent animals. On the other hand, the territorial occupation by the hunter-collector by groups of Taquara/Itararé Tradicion having the domain of the *Araucaria* forest, hunting animals and collecting vegetables (Jacobus, 1991), the utilization of the *Araucaria* nut, and manipulation of the forest cleaning the understory whether in the excavation of the pit houses, or the plantation of crops specially corn, reinforce the idea of a possible prehistoric anthropogenic contribution in the dispersal of the *Araucaria angustifolia* (BITENCOURT; KRAUSPENHAR, 2006, p. 112).

A região subtropical campestre paranaense oferecia uma quantidade limitada de variedade de árvores frutíferas de grande porte nativas e, as que haviam, obtinham frutos de menor tamanho, e algumas frutas rasteiras e arbustivas como a guabiroba,

23 Dean faz uma reflexão mais aprofundada sobre estas teorias pré-históricas dos primeiros homínidos nas Américas em sua obra: DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica. Tradutor: Cid Knipel e José Augusto Drummond. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. p.38-58.

24 No sul do continente, diversos gêneros mamíferos desapareceram repentinamente – o glosotério, uma enorme preguiça de hábitos terrestres; o gliptodonte, um tatu do porte de um boi; o toxodonte, similar ao rinoceronte; o esmilodonte, o tigre de dente de sabre; o elefanteí-de mastodonte e cavalos. Sem dúvida, estes animais estavam entre aqueles que atraíram os homens para o cerrado. DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica. Tradutor: Cid Knipel e José Augusto Drummond. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. p.39. Antas, catetos, emas, capivaras, perdizes, corças, tatus.etc.

araçás, palmeirinhas anãs chamadas de -guarirí etc.

Após a última era glacial a pastagem empreendida pelos animais herbívoros remanescentes desempenhou praticamente um papel análogo ao do fogo como agente conservador, evitando a sucessão ecológica das gramíneas das estepes.

A biomassa dos campos foi o principal alimento da fauna herbívora, tanto para animais de grande porte, por exemplo, a anta, quanto os de pequeno porte como a capivara, os catetos, tapetí etc (PLANO DE MANEJO, PEVV 2007).

A transumância dos primeiros migrantes aliada ao transporte de espécies úteis e de aclimação de espécies da fauna e flora foram recorrentes e importantíssimos para sua sobrevivência. Sendo assim, as introduções florestais têm história, porém algumas das informações e vestígios dos povos silvícolas estão por vezes inscritas na própria paisagem dos Campos Gerais.

Os primeiros textos que registram introduções e plantações em nível industrial homogêneos e manipulados pelos humanos no ocidente foram empreendidas no século XIV e remontam o contexto do Sacro Império Romano Germânico. Na América Anglo-Saxônica e posteriormente na América Hispânica o plantio se deu no decorrer do final do século XVIII:

O reflorestamento artificial, com espécies introduzidas pelo Homem, originou-se na Alemanha no século XIV. Por volta de 1360, fazia-se o reflorestamento com pinheiros, cedros e abetos nas proximidades de Nuremberg. Na América, o país pioneiro foi os Estados Unidos por volta de 1750, com a plantação de pinheiros (MORETTO; NODARI, 2012, p. 281).

No Brasil, introdução de espécies florestais na natureza biofísica passa a ter um caráter oficial com a intervenção do Estado Brasileiro, historicizada por José Augusto Pádua na análise crítica de comunicações de intelectuais no Rio de Janeiro do final do século XIX vinculados ao Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA). A discussão e operacionalização do projeto de reflorestamento da Tijuca fora uma produção emergencial para a recuperação ambiental de nascentes de rios e para silvicultura²⁵ de madeiras de construção. Pádua contextualiza o processo de “reflorestamento” nos relatórios do

Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA) no maciço da Floresta da Tijuca e percebe a recomendação na qual aparece a utilização do *pinho* na falta de outras “madeiras de lei” tanto em capitais como em cidades do interior do país:

Uma política desse tipo era premente no Brasil, pois “é tempo de cuidarmos seriamente da replantação das madeiras de construção, em nossas montanhas. Nas cidades e vilas beira-mar, e até em muitas do interior, já são mui custosas as edificações e quem as tem de fazer vê-se obrigado a procurar recursos no pinho”. O sentido histórico dessa política foi também afirmado em outro relatório do IIFA, o de 1870, quando Ferraz alertou que “não pode a geração presente descuidar-se por mais tempo do futuro, continuando a deixar progredir a destruição de nossas florestas e abandonando o estudo do cultivo de madeiras de lei” (PÁDUA, op. cit., 224).

A opção dos técnicos do IIFA pelas árvores alóctones, outras de *pinho escandinavo*²⁶ e outras adventícias foram de caráter emergencial para recomposição da Floresta da Tijuca assim abrindo caminho para se desenvolver a primeira escola voltada ao plantio de espécies econômicas e silvicultura de *Mattas Econômicas*.

AS RELAÇÕES ENTRE AMBIENTE NATURAL E COMUNIDADES (I)MIGRANTES

O transporte de espécies úteis foi um dos fatores que favoreceram a bem sucedida reorganização do espaço-tempo no Novo Mundo. Muitas espécies adventícias foram introduzidas pelas aventuras das navegações e foram iniciadas desde o desembarque das naus na costa da Ilha de Vera Cruz.

No início do século XX, Gilberto Freyre argumentava sobre a aclimação de espécies como elemento central no bem sucedido processo colonizador quando esteve investigando a família luso-brasileira, o uso da terra, a *casa grande* e a *senzala* dos imigrantes.

No caso do Brasil, que foi um fenômeno do século XVII, o português trazia mais a seu favor, e a favor da nova colônia, toda a riqueza e extraordinária variedade de experiências acumuladas durante o século XV, na Ásia e na África, na Madeira e em Cabo Verde. Entre tais experiências, o conhecimento de plantas úteis, alimentares e gozo que para aqui se-

25 Cultura de árvores florestais. 2. Ciência que trata do cultivo, reprodução e desenvolvimento de árvores florestais. Dicionário Michaelis.

26 Chegamos à conclusão que Pinho é uma denominação generalista e arbitrária para designar as arbóreas coníferas usadas como madeira de construção, levando em consideração sua resistência e utilidade prática. A denominação generalizante e identificação botânica, Pinho brasiliensis, foi empregada pelo naturalista Auguste de Saint-Hilaire na sua passagem pelo Brasil meridional do século XIX. Denominação esta, que no tempo presente, é motivo de confusões na designação e identificação discursiva dificultando saber de qual espécie de Pinho se referiam.

riam transplantadas com êxito, o de certas vantagens do sistema de construção asiático, adaptáveis ao trópico americano, o da capacidade do negro ao trabalho agrícola (FREYRE, 2003, p. 84).

As monoculturas de espécies adventícias vêm sendo instaladas na colônia a partir do século XVI e XVII, segundo Gilberto Freyre, e tem como correlação o extrativismo e trabalho escravo.

A igualdade de interesses agrários e escravocratas que através dos séculos XVI e XVII predominou na colônia, toda ela dedicadas com maior ou menor intensidade à cultura do açúcar, não a perturbou tão profundamente, como a primeira vista parece, a descoberta das minas ou a introdução do caféiro. Se o ponto de apoio econômico da aristocracia colonial deslocou-se da cana-de-açúcar para o ouro e mais tarde para o café, manteve-se o instrumento de exploração o trabalho escravo (FREYRE, 2003, p. 93).

O interesse por descobertas de potencialidades e de investigação das terras brasileiras e paranaenses foi intenso após a abertura em 1808, quando expedições de naturalistas, viajantes, curiosos e estudiosos rumavam para o “sertão” à procura e pesquisa do desconhecido.

Alguns viajantes ilustrados da expedição para sondagem e reconhecimento do território que passaram e deixaram relatos sobre os Campos Gerais, já no século XIX, o perceberam e descreveram como “uma espécie de paraíso em terra”. Foi o que afirmou o botânico e naturalista francês August de Saint-Hilaire, quando iniciava a sua expedição terrestre pela 5ª comarca de São Paulo, mais especificamente em Itararé (SAINT-HILAIRE, 1995). Porém, os registros da obra “Viagem a Comarca de Curitiba” esclarecem pouco sobre a organização, complexidade e biodiversidade destas mesmas paisagens de campos naturais e sua fitofisionomia. Em contrapartida, o *Pinho Brasiliense* desperta grande atenção e interesse descritivo do botânico. A definição empregada por Saint-Hilaire aos campos do sul do Brasil se deu por comparação e alusão as estepes boreais da Europa setentrional. Em seus relatos percebe-se uma ênfase nas descrições do comportamento das espécies de cereais e outras adventícias aclimatadas que são amplamente relatadas, a exemplo do:

Algodão

A cana de açúcar e o cafeeiro tem seus limites no planalto de São Paulo, do lado de cá dos Campos Gerais; mas o algodão, menos refratário ao frio, é encontrado até a 20 léguas de Curitiba. Depois da Serra de Furnas, os capulhos do algodão ainda não estão maduros quando sobrevivem as geadas, e em consequência seria inútil cultivar essa planta a partir dali²⁷.

Feijão

Planta-se o feijão no mês de outubro e a colheita é feita em janeiro, rendendo 150 por 1. Quando misturado ao milho, o feijão não produz nada²⁸.

Trigo

O trigo é cultivado nas terras onde havia matas e nos descampados. Não é plantado, e sim semeado, e seu rendimento é pequeno se a semeadura for feita logo após ter sido derrubada a mata virgem; em vista disso tem-se o cuidado de semeá-lo nas capoeiras e nos campos²⁹.

Arroz

O arroz é cultivado nas margens dos rios, principalmente nas do Assungui, que, como já disse, não é senão começo da Ribeira do Iguape. O plantio é feito em setembro, metendo-se um punhado de grãos em buracos feitos com a enxada e distantes um do outro uns 22 centímetros. Os campos de arroz capinados uma vez, mas esses cuidados não são tomados com os de milho, de feijão ou de trigo³⁰.

Fumo

O fumo é cultivado tanto em campos quanto nos terrenos desmatados e queimados. Quando o plantio é feito nestes últimos, a terra é esterçada e revolvida com a enxada, mas se a plantação é feita no campo o agricultor se limita a passar nele somente o arado³¹.

Linho

Alguns agricultores semearam linho nos Campos Gerais, com bons resultados, disseram-me mesmo que puderam ser feitas três colheitas por ano. Havia nos arredores da fazenda de Jaguariaíba um homem da comarca de São João d'El Rei que cultivava o linho e tecia com ele panos com os quais vestia as pessoas de sua casa³².

27 *Gossypium* spp. *G. hirsutum* L, por exemplo, é natural dos EUA e Austrália. Idem. 1995. p.28.

28 *Phaseolus* spp. natural da África, Egito e Europa setentrional. Ibidem. p.28.

29 *Theobroma cacao* L, natural do Egito. Ibidem. p.28-29.

30 *Zizânia* spp são encontradas espécies na América do Norte e Ásia. SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pela Comarca de Curitiba. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. p.29-30.

31 *Nicotiana* spp natural da América do Norte e do sul, porém o autor não especifica a espécie. Idem. p.30.

32 *Linum usitatissimum* L natural da Ásia. Ibidem. p.31.

Segundo a narrativa do naturalista Saint-Hilaire, a região dos Campos Gerais do Paraná era muito salubre, tinha um clima temperado e uma vegetação muito semelhante às terras Suíças e alguns locais da Europa setentrional. Considerou, por comparação, que os Campos Gerais eram similares às terras da Europa setentrional, porém sempre inferiores aos campos boreais³³. O naturalista dissertou longamente sobre como se comportavam quantitativa e qualitativamente as espécies adventícias européias aclimatadas nas diversas regiões climáticas do Brasil e dos Campos Gerais, como por exemplo: as frutíferas, as de forragem etc. Os relatos de viajantes naturalistas do século XIX contribuem significativamente para se pensar a introdução de espécies da flora e fauna. Suas narrativas tinham também esse enfoque. Podemos identificar relatos de como estavam se comportando algumas espécies aclimatadas nas diferentes regiões climáticas do Brasil, e nessa obra em especial, os Campos Gerais de Ponta Grossa.

No conteúdo do discurso da narrativa de Saint-Hilaire, o naturalista parece fazer apologia e estimular a imigração europeia para o sul do Brasil, alegando que as terras têm potenciais inesgotáveis para agricultura e pecuária citando exemplos de uma série de plantas e animais aclimatadas que já vinham se desenvolvendo. Mas ainda se precisava de “*talento e virtude*” e “*menos preguiça*” para o cultivo “*ainda pouco difundidas*” pelas fazendas dos Campos Gerais. Podemos perceber em seu relato as transformações do espaço e uma reorganização da paisagem cultural com a introdução de diversas espécies exóticas já no início do século XIX.

Outros naturalistas viajantes também passaram pelos Campos Gerais e deixaram relatos sobre o Paraná e as suas florestas e campos, são eles: Thomas P. Bigg-Wither, Robert Avé-Lallemant e Johann Eduard Wappäus (MORETTO, 2010).

A paisagem dos Campos Gerais do Paraná do século XIX também foi alvo do olhar e das pinceladas atentos de Debret. Sua representação carregada

de sensibilidade, subjetividade e de busca pela perfeição deram vida às formas onduladas da paisagem.

O pintor Jean B. Debret retratou esse mundo natural, os campos naturais, com a forte presença da perspectiva que tenta retratar até onde a visão alcança no horizonte e passava a ser traço constitutivo das representações de paisagens no século XIX. A paisagem dos Campos Gerais é caracterizada por uma topografia que propicia ver quem chega e quem sai dos arredores dos vilarejos. Os capões nas áreas baixas, o relevo planáltico coberto de gramineas em seus espigões e os vales são presentes nessa sua representação. Observamos também que a declividade é bem acentuada o que é recorrente na região dos Campos Gerais, bem como, a flora com caraguatás, que é uma bromélia nativa e o que parece ser um dos cactos endêmicos da região.

FLORESTAMENTOS COM PINUS SPP E EUCALIPTUS SPP E A MORFOLOGIA DOS CAMPOS GERAIS DE PONTA GROSSA DO SÉCULO XX

A colonização e reorganização do território dos Campos Gerais se fez em grande parte por habitantes das estepes no início do XIX. Os autóctones sucumbiram aos enfretamentos, miscigenações, missões, excursões escravizadoras bandeirantes e às doenças estrangeiras, restando atualmente poucos redutos daquelas populações. Depois da migração dos *tupi* e *guarani*, antes do século XVI, sobre os planaltos habitados pelas etnias xetá e kaingang, vieram os estabelecimentos de outros imigrantes portugueses, os sesmeiros (SAINT-HILAIRE, 1995), e posteriormente no século XIX também poderemos citar alguns membros da sociedade curitibana (MARTINS apud DITZEL, 2004). A gênese desta ocupação esteve também muito vinculada ao fato da região dos Campos Gerais margear e ser entroncamento do caminho das tropas, favorecendo o estabelecimento de alguns de seus integrantes – que por vezes eram os pujantes Patrões da Tropa – tornando-se

33 Hoje em dia sabe-se que a complexidade e biodiversidade das espécies dos Campos Gerais é muitas vezes superior as das estepes europeias que estão reduzidas a poucos exemplares de gramineas. As afirmações de Saint-Hilaire, nesse sentido, são questionáveis pela superior diversidade de espécies contidas nos Campos Gerais do Paraná e das Florestas Austrais. As generalizações e comparações com o já conhecido são marcas de grande força em sua narrativa. O próprio naturalista não pôde somente com palavras descrever o que virá nas terras do Brasil meridional. O local onde se poderá encontrar alguns poucos talhões desta vegetação de campos limpos conservados e preservados na contemporaneidade está no Parque Estadual de Vila Velha - PEVV - (Ponta Grossa), Parque Estadual do Canyon do Guartelá - PEG - (Tibagi), Parque Estadual do Cerrado - PEC - (Jaguariaíva) e na APA da Escarpa Triássica. A região onde está situado hoje o PEVV local anteriormente no início do século XIX fora chamada pelos viajantes da expedição botânica de Saint Hilaire de “Carrapatos”, entre os Rio Pitangui e Rio Tibagi. Nesta Unidade de Conservação estão os remanescentes de campos limpos e sujos, e que não será seu estado de sucessão primário, mas poderá ilustrar como fora outrora a fitofisionomia da paisagem natural. Ver catálogo das exsicatas de espécies nativas e adventícias encontradas nos Campos Gerais. http://www.uepg.br/uepg_cursos/bachbiologia/herbario.htm.

um ponto de apoio para as comitivas e abastecimento de suas diligências.

A atividade tropeira e as bandeiras foram dois dos fatores que estimularam a adesão e assimilação, como atividade econômica, da criação de animais pelos primeiros imigrantes destes campos. Os diversos vales da região campestre foram salpicados por poucos capões em relação ao grande predomínio de diversas áreas campestres, que em certa medida atraíram os padrões de tropa para estabelecimentos permanente e aos tropeiros a usarem-nas como internada de aluguel e ponto de referência comercial. A atividade extrativista e de exportação de erva-mate tem um papel significativo na configuração social e fora elemento de divergências e polarização política dos Campos Gerais da virada do século XIX (PEREIRA, 1990); uma economia que já vinha empreendendo um tipo livre comércio, segundo Magnus Roberto de Mello Pereira.

Então algumas freguesias foram se estabelecendo no meio deste longo do trajeto: para comercialização do gado muar e também alguns produtos essenciais para continuidade da viagem que ia de Sorocaba a Vião e vice-versa (Ibidem, p. 38). Havia nesse trânsito de tropas de gado o transporte de sementes úteis. Neste contexto, nos informa Alfredo Romário Martins (MARTINS, 1950) que a nova cidade e a região recebera uma grande quantidade de imigrantes de diferentes nacionalidades.

Inicialmente esses imigrantes obtinham suas principais atividades econômicas baseadas na agricultura e nas atividades agropastoris de gado: cavalar, muar e vacum. Simultaneamente havia o extrativismo ervateiro e de madeiras de lei. A erva-mate, *Ilex paraguariensis*, fora uma das principais atividades econômicas e de exportação da cidade de Ponta Grossa e do Paraná. A pujança e a abundância florestal da região fora grande, pois as madeiras de lei (GONÇALVES; PINTO, 1983, p. 48-72), dentre outros usos, foram utilizadas para se confeccionar barricas para transporte de erva-mate para exportação. A extração florestal de madeira nativa e de lei era, na verdade, constante. Esse processo propiciou, na virada do século XX, o estabelecimento de uma grande quantidade de estabelecimentos comerciais, engenhos de corte e serrarias nos Campos Gerais de Ponta Grossa.

O trabalho de pesquisa *Ponta Grossa e seus 100 anos de vida (1823- 1923)* (GONÇALVES; PINTO, p. p. 124) faz apontamentos com relação à importância que o comércio de madeira teve para desenvolvimento econômico e demográfico da região dos Campos Gerais. Segundo as historiadoras Maria Aparecida Cezar Gonçalves e Elisabete Alves Pinto,

A 27 de julho de 1850, o Sargento-Mor Miguel Ferreira da Rocha Filho Carvalhaes requereu a Casa da Câmara que “nomeie uma comissão para examinar um engenho de Placagem na sua Internada Bom Sucesso”. A Câmara nomeou Antonio José Xavier Faria e Albuquerque, Generoso Pinto Leal Castro e Domingos Martins de Araújo para em comissão, examinarem o engenho. A comissão, impressionada com o que virá, apresentou a seguinte parecer: “O Engenho de serrar horizontal, servindo no mesmo maquinismo várias serras de diferentes graduações, que substituem umas às outras, conforme as peças de madeira que se quer extrair, contendo casa de máquinas, dita de morada e outra de senzala. Era primeira indústria de Ponta Grossa e, ao que consta, a primeira de madeira do Estado”. Na primeira década do século XX, mais exatamente em 1906 foi fundada, por Theodoro Klüppel, a Serraria Olinda, situada ao lado esquerdo da Viação Férrea São Paulo-Rio Grande, com desvio próprio. Esta empresa que muito honrou a indústria madeireira no Paraná era dotada por um possante locomóvel de 60 cavalos e todas as instalações de serraria, beneficiamento de madeira e fábrica de caixas. Com a morte de seu proprietário a indústria prosseguiu sob a direção do Sr. Nicolau Klüppel Neto, sócio da viúva Dna. Adelaide Klüppel (GONÇALVES; PINTO, p. 57).

Segundo as historiadoras, a primeira indústria madeireira da cidade de Ponta Grossa e do estado do Paraná foi uma serraria, de nome Serraria Olinda, que ficava nas margens dos trilhos da ferrovia São Paulo – Rio Grande. Em contrapartida, o historiador Magnus Roberto de Mello Pereira argumenta que primeira indústria e fábrica dos Campos Gerais fora o engenho de erva-mate (PEREIRA, 1990, p. 56). Ambas as relações de trabalho estavam diretamente ligadas ao mundo natural dos Campos Gerais.

A exploração florestal se acelerou na virada do século XX devido à valorização internacional da madeira. A retirada de madeiras, o extrativismo ervateiro e o florestamento do campo desencadearam processos de transformação do ambiente da região dos Campos Gerais. Nesse contexto as serrarias foram ficando cada vez mais numerosas, bem como as indústrias de implementos e máquinas de desdobro que acompanharam a expansão da ferrovia São Paulo-Rio Grande. Porém, percebemos apontamentos sobre muitas deficiências na racionalização dessa atividade extrativa e resistência de alguns mercados europeus, historiadas por Aida M. Lavallo. Segundo Lavallo, as madeiras de *pinho paranaense* perdiam muito da sua qualidade ou apodreciam nos pátios da ferrovia, muito devido as suas condições de acondicionamento que diminuía sua durabilidade, falta de vagões para transporte e exigência na qualidade para os mercados a que iriam ser exportados. As técnicas de corte e processamento também sofriam críticas pela baixa qualidade final dos desdobros (LAVALLE,

1974, p. 74; p. 142). A exploração madeireira para uso de construção empreendeu o desflorestamento quase que total da FOM. E, conseqüentemente, o declínio da indústria da erva-mate que se desenvolve em quantidade considerável quando associada a outras nativas.

O Estado brasileiro, por intermédio do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, percebendo a pressão exercida sobre os recursos madeiráveis empreendeu tardiamente

A criação de parques nacionais, **mattas econômicas**, de bosques de ensaios e de silvicultura, assim como o auxílio aos particulares que se dediquem á futura industria silvícola, são outras tantas medidas cujo alcance é geralmente compreendido. Aos particulares, sobretudo, mediante o reconhecimento, ao Governo Federal, direito de seleccionar as essências, fiscalisar a sua plantação systematica e regular o seu corte e exploração economica, com o que, aliás, muito lucrariam elles, poderia a União auxiliar com premios pecuniarios e com as mudas necessarias, durante um limitado numero e annos, e mesmo com um silvicultor para dirigir o trabalho. O serviço florestal dos particulares merecerá e poderá ainda ser auxiliado por muitos outros modos. Uma medida que reputo indispensavel, seria a da prohibição absoluta das queimadas, pois as vantagens desse velho systema são apenas apparentes, ao passo que as desvantagens reaes consideráveis e positivas. Acredito, todavia, ser facil conciliar a rotina com o progresso, sem recorrer a meios extremos. A protecção contra os incendios das florestas, assumpto cuja importancia aumentará para nós a medida que formos creando **mattas uniformes**, e, provavelmente de especies resinosas, precisa de ser regulada convenientemente, determinando-se a cobertura de *aceiros* ou faixas de terreno limpo, por onde deverão ocorrer os tapumes a que se refere o decreto legislativo nº 1.787 de 28 de novembro de 1907, e que muito aumentarão o valor das propriedades ruraes. Incendios ateados por locomotivas das estradas de ferro são assás frequentes e por vezes tem causado prejuizos consideraveis, que justificam cabalmente a adopção providencias tendentes a diminuir esses casos e que estabeleçam de modo claro e inilludivel a responsabilidade das companhias, simplificando o processo da indemnisação correspondente, a exemplo do que se faz em outros paizes (grifos meus. BRASIL, 1907).

O relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas reforça a importância da disseminação da silvicultura de *espécies resinosas* e de práticas menos agressivas como, por exemplo, o abandono das frequentes queimadas, um resqúicio da coivara empreendida pelos autóctones.

De fato, a madeira foi se transformado no principal artigo de exportação da região dos Campos Gerais e desse modo surgiu a necessidade de prevenção, ou seja,

A distribuição gratuita de plantas e sementes, tal como intento realizar, ficará com uma divisão da Directoria do Serviço de Inspeção, Estatística e Defesa Agrico-

la e será completada por informações praticas sobre as diferentes questões agrícolas e economicas que se prendem á cultura as plantas fructíferas á utilização, embalagem, transporte e commercio dos seus productos.; A distribuição de sementes seleccionadas deverá ser precedida de exame e ensaio na séde do Serviço e no laboratorio de ensaio de sementes e physiologia vegetal do Jardim Botânico, assim como os estudos de molestias das plantas será affecto aos laboratorios de phytopatologia e entomologia do Museu Nacional.; Os maiores cuidados deverão presidir á remessa de plantas, não só quanto ao grão de desenvolvimento, como no que se refere ás condições de embalagem, procurando-se evitar propagação de germens e moléstias transmissíveis e plantas nocivas. O governo será obrigado a manter por algum tempo o systema de adquirir plantas e sementes nacionaes e estrangeiras para as fornecer aos agricultores, porque não reúne, no momento, os elementos precisos para novas praticas.; É preciso, entretanto, que se preocupe desenvolver a cultura e a producção de plantas e sementes uteis á agricultura em todos os estabelecimentos do Ministerio que lhe forem adequados e nos campos de demonstração, aprendizados agrícolas e escolas praticas que se installeem como corollario do ensino agrônômico (BRASIL, 1909-1910).

Os emissários do relatório de exercício dos anos 1909-1910 do Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas à Sociedade Nacional de Agricultura foram pragmáticos. Era esse o órgão oficial que fazia a orientação teórica e prática, fornecendo mudas e/ou sementes às propriedades rurais e às nascentes Fazendas-Modelos. Porém as informações ainda não eram horizontalizadas a todos os estados do país e de forma igualitária. Há, no início do século XX, uma intensa distribuição de sementes e mudas de variadas espécies para diversas localidades do Brasil. Dentre estas tantas arbóreas, em especial no caso do *Pinus spp* que é listado dentre as espécies que estavam em fase de teste no Brasil. As investidas em melhorias da semente e testes deste tipo vão até a década de 1970 quando “ainda” estavam em fase de testes em algumas regiões climáticas do Brasil. Ao que parece a comunicação entre os produtores, mesmo com o relatório, ainda era muito dificultada e lenta ou até, em alguns casos, inexistente.

Os técnicos e pesquisadores do Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas de 1910-1911 por uma necessidade extrema orientava os governos estaduais e aos atores extrativistas privados que conservarem as *mattas de encosta*, bem como criarem *mattas econômicas* prevendo a “migração” das serrarias, assim

Pretendia a directoria montar as installações necessarias para se avaliar a resistencia de madeiras interradas em diversos terrenos, secos e humidos, arenosos e argilosos, installações essas que tiveram de ser adiadas para a occasião mais opportuna, não

obstante da sua provada necessidade para andamento dos trabalhos a effectuar. Não foi o Horto creado com o exclusivo intuito de produzir plantas para distribuição à lavoura comquanto seja esse o seu serviço mais prompto e immediato; incumbelhe prestar serviço de outra ordem, igualmente de utilidade instante, porém, mais duradoura, como seja o ensino, a aprendizas, de rudimentos de botânica e silvicultura; o estudo das madeiras nacionaes; a sua resistência e conservação; o estudo de outros productos florestaes, e plantas nacionaes e estrangeiras que se possam desenvolver em nosso meio. Posse o Horto Florestal, plantados em 1912, diversos pequenos bosques de plantas nacionaes e exóticas que mais podem contribuir para a reflorestação das nossas terras abandonadas. Dos bosques distinguem-se especialmente, pelo seu desenvolvimento e agradável aspecto, algumas especies de eucalyptus e as casuarinas cuja plantação se póde aconselhar francamente, na certeza de sucesso real no tocante ao crescimento e qualidade da madeira, quer para a industria quer para a lenha, por serem essas ultimas productoras de grande de calorías. Existem no Horto bellos exemplares de pau-Brasil, pau-ferro e jacarandá, especies que diminuem de dia para dia, e que o Estado tem necessidade de desenvolver por contribuírem para sua riqueza. O mesmo se poderá dizer da caviúva, ao cedro e as arvores de construção. Ao todo, no anno de 1914 o Horto distribuiu 585.841 mudas de plantas da mesma natureza distribuídas no anno anterior, ocupando o eucalyptus o primeiro lugar, ou melhor, constituindo a quasi totalidade da distribuição feita (BRASIL, 1914).

A grande utilização de lenha *Eucalyptus sp* e *Casuarina sp* como fornecimento de energia e como quebra vento se deu pela sua baixa rejeição das espécies às variáveis climáticas subtropicais, assim facilitando o seu manejo e recobertura de áreas devastadas.

A tentativa de diálogo e orientação não foi disseminada por todos os estados e recantos do país. Em páginas anteriores deste documento, o Estado Brasileiro adota uma postura que beira um discurso conservacionista, porém nada disso se consolidou no plano prático. O interesse específico era proteger as matas ciliares antevendo a dessecação de mananciais que abasteciam as cidades. Lendo os documentos oficiais dos primeiros anos do século XX encontramos uma preocupação com quais das espécies deveriam ser plantadas, e as *mattas economicas* teriam de ser empreendidas com espécies econômicas e madeiras de construção. Foram 100.140 mudas de espécies variadas enviadas para o Paraná, seguindo o relatório do ano de 1912-1913.

Distribuição de mudas, pelo Estados, durante o anno de 1913

1	Acre	18.106
---	------	--------

2	Amazonas	40.250
3	Pará	10.465
4	Piauí	3.810
5	Maranhão	7.410
6	Ceará	64.020
7	Parahyba do Norte	15.300
8	Pernambuco	4.000
9	Rio Grande do Norte	1.000
10	Sergipe	1.200
11	Alagoas	7.000
12	Bahia	61.015
13	Espírito Santo	14.373
14	Rio de Janeiro	340.367
15	Distrito Federal	73.551
16	Minas Geraes	619.854
17	S. Paulo	88.664
18	Paraná	100.410
19	Santa Catarina	5.610
20	Rio Grande do Sul	5.61029.600
21	Mato Grosso	150
	TOTAL	1.506.155

Fonte: MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS O ATUAL MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1913.

O estado do Paraná no relatório ministerial de 1913 ficou em terceiro lugar dentre os estados que mais receberam semente ou mudas de arbóreas frutíferas, ornamentais e “econômicas”, em primeiro lugar Minas Gerais e segundo o Rio de Janeiro. São Paulo ficou em quarto lugar no recebimento mudas e sementes.

Relatório do Ministério da Agricultura

	Transporte	999.800
27	Eucalyptus créba, F Muell	202
28	piperita, Smith	2
29	maculata, Hook	302
30	diversicolor, Schan	452
31	acmenioides, Sch	25.512
32	punctata, D. Cand	2
33	cosmophylla, F Muell	2
34	salubris, F Muell	2
35	resignifera, Smith	102
36	cornuta, Labill	2
37	eugenioides, Sieb	2
38	Pinus pinea, L	1076

39	Robinia Psedoacacia	13.390
40	Cupressus glauca, Lam	5.135
41	Caesalpina echinata, Lam	198
42	ferrea, Mart	4.807
43	Terminalia catappa, L	6.907
44	Carapa Guyanensis, Aubl	5.234
45	Cupressus glauca pendula vera	1.700
46	Tecoma insignis, Miq	1.187
47	Pinus laricio, Poiret	10
48	austriaco	10
49	Nephelium longana, Lam	1.320
50	Centrolobium robustum, Mart	480
51	Guarêa Thichilioides, Cav	2.260
52	Enterolobium monjolo, Mart	3.870
53	Erythroxylon pulchrum, St. Hill	100
54	Copaifera Langsdorfii, Desf	20
55	Enterolobium timbouva, Mart	21
56	Dalbergia nigra, FR. All	20
57	Tecoma crhysostricha, Mart	60
58	Quercus robur, L	218
59	Adenantha pavonia, L	82
60	Albizia Lebeck, Benth	67
61	Piptadenia colubrina, Benth	20
62	Cupressus sempervirens pyramidalis, Targioni	25
63	Hieronima alchornionoides, Fr. All	70
64	Pithecolobium tortum, Mart	20
65	Cupressus fragrans, Kellogg	1
66	Casuarina equisetifolia, Forster	50
67	Hevea brasiliensis, Müll. Arg	77
68	Ipê Preto	100
69	Acacia Baileyana, Willdenow	143
70	farnesiana, Willdenow	1.987
71	Molissima, Willdenow	311
72	dealbata, Link	493
73	trinervis	391
74	cultriformis	94
	A transportar	1078.336

Fonte: MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS O ATUAL MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1913.

Uma quantidade significativa e uma diversidade de espécies para agricultura e pecuária, silvicultura e fruticultura foram sendo adquiridas pelo Estado Brasileiro através das viagens de Edmundo Navarro, aquisições da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, *Directoria do Ser-*

viço de Inspeção, Estatística e Defesa Agrícola e Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Algumas espécies podem ser identificadas através da leitura do relatório de 1914:

Relação das plantas florestais, ornamentais e frutíferas distribuídas desde janeiro 1 de janeiro a 28 de fevereiro do corrente ano

1	Eucalyptus robusta, Smith	25.768.
2	Eucalyptus botrioides, Smith	12.810
3	Eucalyptus rostrata, Schlech	4.010
4	Eucalyptus globulus, Labill	3.784
5	Eucalyptus paniculata, Smith	3.226
6	Eucalyptus gunnii, Hook	125
7	Eucalyptus acmenoides, Schlech	1.110
8	Eucalyptus corynocalix, F. Muell	625
9	Eucalyptus tereticornis, Smith	204
10	Eucalyptus longifolia, Link	200
11	Eucalyptus polyanthema, Schlech	178
12	Eucalyptus collosa, F. Muell	102
13	Eucalyptus viminalis, Labill	500
14	Eucalyptus saligna, Smith	102
15	Eucalyptus citriodora, Hook	14
16	diversicolor, Schan	2
17	Robinia Pseudoacacia, L	404
18	Cupressus glauca, Lam	259
19	Guarêa Trichioides, Cav	200
20	Carapa GUyanensis, Aubl	50
21	Pinus pinea, L	20
22	Albizia Lebeck, Benth	10
23	Nephelium Longana, Lam	10
24	Caesalpina echinata, Lam	6
25	Tecoma insignis, Miq	5
26	Caesalpina férrea, Mart	2
27	Acacia saligna	215
28	Acacia cavenia, Hook e Arnolt	492
29	Acacia molissima, Willdenow	168
30	Acacia speciosa excelsa	4
	A transportar	55.605

Fonte: MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS O ATUAL MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1913.

É relevante perceber nos relatórios a quantidade de espécies de *Eucalyptus spp* que estavam sendo distribuídas e como a somatória destas é muito mais expressiva que as demais espécies por suas propriedades como madeira de construção e para lenha.

O comércio da madeira teve um papel significativo e relevante para o desenvolvimento econômico, social e demográfico da região dos Campos Gerais iniciando também, nesse processo, a produção de outra paisagem: o plantio monocultor de *Pinus spp* e *Eucalyptus spp*. As reservas florestais com essências tipicamente brasileiras e paranaenses foram se eximindo e começam ficar cada vez mais distantes das áreas de embarque e de comércio. A atividade extrativa madeireira

como citada acima havia sido iniciada na segunda metade do século XIX.

Em 1912-1913 aparecem as primeiras páginas escritas que se referem a levadas de mudas e sementes de *Pinus spp* discriminadas no relatório e enviadas pelo Ministério da Agricultura ao estado do Paraná. As mudas podem ter sido distribuídas antes mesmo dos anos 1900 até para se avaliar seu processo de aclimação, para então começar a distribuição sistemática de sementes. Supomos também que a partir dos testes bem sucedidos e previamente realizados surgirão solicitações de sementes e mudas ao Ministério que segundo os relatórios operavam em capacidade máxima já não conseguindo atender a todos pedidos de envio.

Quadro de plantas solicitadas ao Horto Florestal durante os meses de janeiro e julho de 1913

ESTADO	JAN	FEV	ABR	MAI	JUN	JUL
Acre	24.450	-	-	-	-	16.500
Amazonas	-	-	-	-	-	6.610
Pará	-	-	-	19.990	-	-
Maranhão	-	-	-	6.010	-	-
Piauí	-	-	-	3.400	200	-
Ceará	95	-	-	5.200	4.000	1.000
Parahyba	-	-	-	-	15.700	-
Pernambuco	-	4.000	-	-	-	-
Sergipe	-	-	-	1.200	500	-
Bahia	200	-	-	16.660	470	3.055
Espírito Santo	-	2.040	-	490	952	94
Rio de Janeiro	9.350	2.963	16.860	10.468	15.492	15.225
Distrito Federal	2.040	4.090	7.751	1.553	6.986	10.092
Minas Gerais	37.417	30.935	27.050	10.342	12.468	6.235
São Paulo	450	1.603	920	10.130	12.702	8.928
Paraná	-	60	-	20.000	25.350	35.500
Santa Catarina	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Sul	-	-	-	-	1.700	7.000
Mato Grosso	-	-	21.200	-	-	1.780
TOTAL	74.002	46.228		105.443	96.520	112.019

Fonte: MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS O ATUAL MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. O ATUAL MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1913.

Total de Plantas solicitadas.....713.64
Média mensal.....101.953

O estado do Paraná lidera, em 1913, as solicitações de mudas e sementes ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. A delicada situação propiciada pela expansão da fronteira agrícola, pelas queimadas, desmatamentos e a inexistência de uma fiscalização e de políticas públicas agravou esse quadro de devastação e destruição, e exigia à intervenção conjunta entre a iniciativa privada e estatal que, nos Campos Gerais, se confundiam nos mesmos personagens.

Com a diminuição de florestas naturais a solução encontrada foi aclimatar algumas espécies arbóreas que atendessem a demanda de madeira e que recriassem os espaços vazios deixados pela devastação e diminuíssem as pressões sobre as remanescentes florestais alóctones. As aclimações de diversas adventícias já haviam sido feitas nos jardins botânicos e hortos de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Ainda no século XIX a introdução do gênero *Eucalyptus* sp no Brasil, segundo o engenheiro florestal Fábio Espósito Altoé, teve como personagem principal o monarca D. Pedro I (1825-1868). Altoé destaca que o *Pinus* sp era utilizado, posteriormente em 1904, por Edmundo Navarro de Andrade no empreendimento de florestamentos e matas econômicas a serviço da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. Edmundo Navarro de Andrade, Armando Navarro³⁴ e Carlos Arnold Krug se destacam com seus trabalhos dedicados aos melhoramentos na seleção de mudas e plantas aclimatadas para Cia. Paulista de Estradas de Ferro e entidades oficiais, a exemplo do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.

A introdução do gênero *Eucalyptus* no Brasil, foi através de D. Pedro I (1825 – 1868, *E. robusta* e *E. tereticornis*), no atual Jardim Botânico da cidade do Rio de Janeiro e também através de Navarro de Andrade na região de Rio Claro/SP, em povoados florestais para fins de produção de dormentes para a Cia. Paulista de Estradas de Ferro em 1904. Em 1915, o Instituto Florestal do Estado de São Paulo implantou programas de pesquisa para os gêneros *Pinus* e *Eucalyptus*. Navarro de Andrade e Carlos Arnold Krug elaboram o Programa de melhoramento genético de *Eucalyptus*, visando um aperfeiçoamento na espécie em 1941 (ALTOE, 2008, p. 26).

Em Rio Claro/SP a imbuia, espécie de ocorrência associada à floresta com araucária, já começava a ser substituída pela espécie *Eucalyptus citriodora* como dormentes por ser um tipo madeira mais re-

sistente para construção, segundo orientações do próprio Edmundo Navarro de Andrade mencionadas por Armando de Andrade (NAVARRO, op. cit., p. 100).

Determinadas, como foram, por Edmundo Navarro de Andrade, as espécies econômicas de eucalyptos para as suas diferentes finalidades, procuramos plantar o maior número possível dessas espécies, de acordo com os diversos tipos de solos que possuímos. Não misturamos, no entanto, na mesma parcela, as espécies, pois como cada uma tem um comportamento diverso com relação ao seu desenvolvimento médio, se as misturássemos as mais rápidas prejudicaríamos as outras que, apesar de terem desenvolvimento inicial menor, são de muito bom rendimento e de ótima madeira para os fins a que se destina o nosso trabalho, isto é para uma estrada de ferro. Há eucalyptos, como, por exemplo, o “*Citriodora*”, que tem desenvolvimento inicial bem mais lento que outros, tais como o “*Saligna*” e o “*Grandis*”; a madeira do primeiro, no entanto, é preciosíssima para dormentes, vigas, enfim para obras de grande responsabilidade, ao passo que os últimos produzem madeira apenas aproveitável para combustível e celulose (Ibidem).

O que se nota é que as espécies adventícias *Eucalyptus spp* e *Pinus spp*, dentre outras espécies, vinham sendo introduzidas desde a virada do século XX com relativo sucesso no território brasileiro. Nos campos de Ponta Grossa/PR sua chegada parece ter sido simultânea a criação da Fazenda-Modelo em 1912.

A introdução dessas espécies em alguns latifúndios rurais de Ponta Grossa e em outras localidades do Paraná proporcionou a estruturação de outras atividades econômicas, juntamente com as novas perspectivas quanto ao uso da terra, ao passo que diminuía a representatividade da atividade ervateira, agropastoril e a da produção de gêneros alimentícios legada aos pequenos agricultores.

A região dos Campos Gerais foi se industrializando no início do século XX, mas as suas atividades industriais estiveram, quase sempre, vinculadas direta ou indiretamente à madeira. A madeira de lei foi se tornando seu principal produto de exportação, a região tornou-se referência na administração da economia da madeira, na produção e venda de máquinas desdobro para madeiras, logística e implementos para extração de madeiras no início do século XX (STELMACKI, 2008).

Com a eclosão da Primeira Guerra, e posteriormente da Segunda Guerra Mundial, as matas e enge-

34 Eng. Agrônomo Chefe do Serviço Florestal da Campanha Paulista de Estradas de Ferro. Trabalho apresentado no Congresso do INP em 1951. NAVARRO, Armando. O Reflorestamento de Aplicação Industrial: Estudo de espécies adequadas – sua execução por entidades particulares e oficiais. Anais do 1º Congresso Florestal Brasileiro. Curitiba: Imprensa do Paraná, 1954. p.95-105.

nhos de corte dos Campos Gerais foram responsáveis pelo abastecimento de madeira de pinheiro-do-Paraná para construção, se tornando já na década de 1940 a principal exportadora nacional (LAVALLE, op. cit.).

Nesse contexto, as elites da “princesa dos campos” viveram uma aura de ascensão socioeconômica propiciada pelos rendimentos gerados pelas exportações de madeira principalmente para a Argentina e países da Europa setentrional pelos portos de Paranaguá/PR e São Francisco do Sul/SC. Sua posição geográfica estratégica enquanto entroncamento ferroviário facilitara a instalação de muitos escritórios encarregados de fomentar as negociações, o beneficiamento, a logística e atividades correlatas à madeira (STELMACKI, op. cit., p. 24).

Outros municípios circunvizinhos ficaram em segundo plano neste cenário e não trilham o mesmo caminho no início do século XX e suas características ficaram mais próximas às cidades de pequeno porte industrial. A *modernidade local* era evidente pelas vicissitudes da ferrovia e outros serviços a ela atrelados o comércio de madeira e de mate (DITZEL, op. cit., 73). Cidades como, por exemplo, Castro e Lapa que haviam sido anteriormente referências regionais, deram lugar a Ponta Grossa, então mais bem servida de malhas ferroviárias que fortaleceram por um tempo a indústria e comércio e alguns dos mais diferentes e “ilustres” camponeses.

Mesmo com as tentativas de racionalização das práticas de plantio, de melhorias tecnológicas, melhoramentos e seleções as matas econômicas, plantios florestais ordenados utilizando técnicas de silvicultura apareceram em hortos florestais, jardins botânicos, plantios experimentais e fazendas modelo e companhias privadas bem circunscritas, pode-se dizer que

Até 1965 a silvicultura nacional viveu sua fase inicial. Nesse ano, as estimativas indicavam 400 mil hectares plantados com eucaliptos. A partir de 1966, o governo federal estabelece um forte programa de incentivos fiscais ao reflorestamento, permitindo uma rápida expansão na atividade. A política de incentivos fiscais, encerrada em 1986/87, representou a fase de ouro dos plantios florestais. A silvicultura se diferenciou da agronomia, surgindo faculdades próprias da ciência florestal, aumentando o conhecimento científico e a pesquisa tecnológica. Em 20 anos, 3,23 milhões de hectares foram plantados nas regiões sul e sudeste, conformando o setor florestal em grandes empresas, interessadas na madeira principalmente como matéria-prima para a fabricação de papel, a partir da extração da celulose. Surgiu

também a indústria de aglomerados, compensados e chapas de madeira, produtos utilizados na indústria moveleira (ALTOÉ, 2008, p. 26).

Na década de 1970, o projeto Madeira do Paraná, subsidiado pelo Estado Brasileiro, elencava quais as espécies nativas estavam ameaçadas de desaparecer por completo de seus ambientes naturais do Paraná e orientava o bioma aonde deveria ser reflorestado:

Relação das espécies prioritárias para reflorestamento

Angico – *Parapiptadenia rígida* (Benth) Brenam
 Araribá- *Centrolobium robustum* (Vellozo) Martius
 Baguaçu - *Talauma ovata* Saint Hilaire
 Bocuva – *Virola oleifera* (Schott) A. C. Smith
 Bracatinga – *Mimosa scabrella* Benth
 Cabreúva – *Myrocarpus frondosus* Freire Allemão
 Canafiscula – *Peltophorum dubium* (Sprengel) Taubert
 Canela-guaicá – *Ocotea puberula* Ness
 Canela-lageana – *Ocotea pulchella* Martius
 Canela-preta - *Ocotea catharinensis* Mez
 Canjerana – *Cabrelea glaberrima* A. Jussieu
 Carvalho-brasileiro – *Roupala brasiliensis* Klotzch
 Caxeta – *Tabebuia cassinoides* (Lam.) De Candolle
 Cedro – *Cedrela fissilis* Vellozo
 Erva-mate – *Illex paraguariensis* Saint Hilaire
 Estopeira – *Cariniana estrellesii* (Raddi) Kuntze
 Grábia – *Apuleia leiocarpa* (Vogel) Macbride
 Guajuvira - *Patagonula americana* Linné
 Guanandí – *Calophyllum brasiliensis* Cambessedes
 Guapuruvú – *Schizolobium parahyba* (Vellozo) Blake
 Guatambú – *Aspidosperma olivaceum* Müller Argoviensis
 Imbuia – *Ocotea porosa* (Ness) Liberato Barroso
 Ipê-roxo – *Tabebuia avellanadae* Lorentz ex Grisebach
 Jacatirão-açu – *Miconia cinnamomifolia* (De Candolle) Naudin
 Louro-pardo – *Cordia Trichotoma* (Vellozo) Arrabida ex Steudel
 Maçaranduba – *Minackara sbricea* (Mart.) Dubard
 Óleo – *Copaifera trapezifolia* Hayne
 Palmito – *Euterpe edulis* Martius
 Pau-jacaré – *Piptadenia gonoacantha* (Martius) Macbride var. *gonoacantha*
 Pau-marfim – *Balfourodendron riedelianum* (Engler) Engler
 Peroba – *Aspidosperma polyneuron* Müller Argoviensis
 Pessegueiro-bravo – *Prunus sellowii* Koehne
 Pinheiro – *Araucária Angustifolia* (Bertolini) Otto Kuntze
 Pinho-bravo – *Podocarpus lambertii* Klotzch
 Sassafrás - *Ocotea pretiosa* (Ness) Mez
 Timbaúva - *Enterolobium contortisiliquum* (Vellozo) Morong

Total das espécies - 37³⁵

35 Algumas destas espécies já podem ter desaparecido de ambientes naturais em estágio primário e serem encontradas somente em unidade de conservação. (INOUE, 1984. p.15)

A consolidação de uma nova técnica de cultivo florestal, ou seja, a monocultura extensiva de espécies adventícias do gênero *Pinus spp* nos Campos Gerais, de fato transformou a configuração da paisagem e modificou as mais diversas relações culturais para com as estepes ou *campos naturais*

Até a década de 1960, ainda que degradadas, poderíamos encontrar algumas áreas de Campos Gerais e algumas áreas com florestas latifoliadas pouco exploradas para plantio das monoculturas (LAVALLE, op. cit., p. 83). Gradual e paulatinamente este panorama foi sendo alterado. Algumas espécies introduzidas foram de suma importância econômica. A utilização da lenha de *Eucaliptus spp* como energia no processo de secagem de grãos nas cooperativas instaladas com o auxílio do PLADEI, a exemplo da Anderson Clayton, são significativos.

O relativo sucesso das monoculturas de espécies adventícias de *Pinus spp* dependia ainda de uma produção em grande escala, para tanto, técnicas e experimentos foram realizados. As técnicas mais comuns para melhoria de sementes e das plantas eram as seleções e hibridizações que facilitariam a sua aclimação ao novo habitat e ambiência.

De acordo com o pesquisador agrônomo João Rodrigues Mattos, que escreveu no contexto da década de 1970, já havia plantios experimentais com sementes provenientes de climas temperados do sudeste e sudoeste dos EUA nos estados do sul e sudeste do Brasil já na década de 1950. O autor inicia sua discussão contextualizando a importância das exóticas no processo de plantios industriais e matas econômicas do estado:

Nos últimos anos, as indústrias madeireiras têm se interessado muito pelo reflorestamento com essências florestais exóticas, especialmente as do gênero *Pinus*. Até mesmo as atenções de serviços florestais e Secretarias de Agricultura dos Estados se voltaram principalmente para as culturas de *Pinus*. A grande expansão de sua cultura no Brasil se deve, principalmente, à fácil adaptação ao nosso meio e relativamente rápido crescimento de algumas espécies, como o *P. taeda*, *caribaea* var. *hondurensis*, etc.; a própria despesa por áreas consideradas, de plantação de *Pinus*, é menor que noutras culturas florestais. Isto se deve a redução de operações dos “tratos culturais”, fechando-se, por conseguinte, mais rapidamente o mato e eliminando o mato existente. O desbaste se verifica, já aos 7-8 anos, dando lucro, portanto, para cobrir o capital empatado na plantação, com a venda do material eliminado.

Ultimamente, o reflorestamento com *Pinus* no Brasil tem aumentado muitíssimo, principalmente devido aos incentivos fiscais de 1966, criados pela lei n.º 5106. Além disso, as empresas particulares já se deram conta da importância dos investimentos no cultivo de essências florestais. É verdade, também, que os madeireiros já perceberam que as nossas reservas de florestas nativas estão no fim. Urge, portanto, que reflorestem rápido e intensamente para que a indústria madeireira não tenha, dentro de pouco tempo, sérios problemas com falta de matéria-prima. Pretendendo colaborar com os reflorestamentos, em nosso País, organizamos este pequeno e desprezencioso manual. Tivemos a intenção de oferecer, apenas, um trabalho preliminar, visto que pouco de conclusivo existe em relação ao cultivo do *Pinus*. Os nossos pinhais ainda estão em fase de experimentação e nossas plantações são novas. Somente após vários anos poderemos apresentar as conclusões almejadas, oriundas dos diversos projetos oficiais em andamento, bem como os de iniciativa privada. Coligindo dados esparsos publicados por diversos autores e mais as observações pessoais, pudemos apresentar esta contribuição ao estudo e cultivos das espécies de *Pinus*, em nosso País (MATTOS, 1977, p. 7).

Segundo Mattos, no Paraná os primeiros plantios experimentais do gênero foram feitos na cidade de Rio Negro, utilizando-se sementes da espécie *Pinus Taeda Lineu* provenientes da Georgia³⁶. Outros estudos e pesquisas de campo, como a da engenheira florestal Silvia Ziller, (2000) mostraram que a região dos Campos Gerais tem, de fato, características agrárias e climáticas propícias para o cultivo de adventícias *Pinus spp*. Com as sementes geneticamente modificados de *Pinus sp* as limitações de área de cultivo em campos naturais começam a desaparecer.

Institutos internacionais de pesquisa haviam feito melhoramentos em algumas espécies do gênero *Pinus* norte-americanos. Nas décadas de 1960 e 1970, sementes melhoradas na Carolina do Sul foram utilizadas como teste na Austrália.

Segundo Menezes (1970), cerca de 15000 híbridos de *P. ponderosa* e *P. jeffreyi*, em 1950, foram intercalados em 5 florestas naturais da Califórnia, híbridos estes da constituição: “*ponderosa* x *ponderosa* (var. *scopulorum*) *Ponderosa* x *ponderosa* (var. *latifolia*) *jeffreyi* x *jeffreyi* x *coulteri*”. Segundo o mesmo autor, no Instituto de Genética Florestal, em Placerville, na Califórnia, achavam-se estudo em 100 espécies e raças geográficas de *Pinus*. Além disso, faziam-se provas de progênie com 11 espécies deste gênero. As hibridações executadas eram as seguintes:

36 A espécie *Taeda Lineu* tem grande assimilação dentre investimentos estatais e privados. Diversos talhões e áreas de extrativismo florestal no tempo presente contém o *taeda* pelo seu sucesso na aclimação e por ser uma fonte de extração industrial da resina o chamado breu que é amplamente utilizado pela indústria química. MATTOS. Espécies de *pinus*, p. 74-75.

P. radiata x *P. attenuata*
P. caribaea x *P. taeda*
P. echinata x *P. taeda*
P. podenrisa (var. *jeffreyi*) x *ponderosa*
P. rígida x *P. taeda*

Estudos sobre raças geográficas eram realizados nos Estados Unidos, em diversas espécies como: *Pinus ponderosa*, *P. sylvestris*, *P. taeda*, *P. resinosa*. Na Europa estudos semelhantes são realizados em genética florestal na Alemanha, Suécia, Suíça, etc. Esses estudos visam o melhoramento das essências florestais com relação à qualidade da madeira, resistências às doenças e às inclemências do clima. Do melhoramento genético das essências florestais resultaria um substancial rendimento econômico. [...] Berenhauser (1970) informa o seguinte: [...]

“É certo o comportamento das raças geográficas dos pinheiros, no próprio “habitat” varia de região para região. Mas, se de um lado ficou comprovado que as sementes originárias da Flórida, quando empregadas em outras áreas do “habitat”, têm em geral produzido os piores resultados, em contrapartida na Austrália foram as melhores sucedidas, com diferenças até de 40% quanto ao *Pinus elliotti* e 80% quanto ao *P. taeda*. [...] (MATTOS, op. cit., p. 118)

As variáveis ambientais dos Campos Gerais do Paraná, como a altitude e o clima subtropical aliados aos trabalhos técnico-científicos de hibridizações e seleções, foram determinantes para o sucesso da introdução das adventícias do gênero *Pinus spp* provenientes do sudeste e sudoeste dos EUA na primeira metade do século XX (MATTOS, op. cit., p. 6-7).

Segundo Mattos, foram realizados plantios experimentais também nos Pampas do Rio Grande do Sul, mas tratavam-se de testes recentes e apenas com três espécies utilizadas: *Pinus Pineae*, *Pinus Pinaster*, *Pinus Sylvestris* (MATTOS, op. cit., p. 74).

O extremo sul do Brasil e os Campos Gerais Paraná aderiram a esse tipo de atividade não por acaso. Algumas das incentivadoras políticas governamentais na década de 1966, a exemplo da lei nº 5.106, propunha estimular os investimentos privados neste seguimento. Dentre os subsídios incluía-se o abatimento no imposto de renda através da Lei nº 5.106:

LEI Nº 5.106, DE 2 DE SETEMBRO DE 1966

Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art 1º As importâncias empregadas em florestamento e reflorestamento poderão ser abatidas ou descontadas nas declarações de rendimento das pessoas físicas e jurídicas, residentes ou domiciliadas no Brasil, atendidas as condições estabelecidas

na presente lei.

§ 1º As pessoas físicas poderão abater da renda bruta as importâncias comprovadamente aplicadas em florestamento ou reflorestamento e relativas ao ano-base do exercício financeiro em que o imposto fôr devido, observado o disposto no art. 9º da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964: (Revogado pelo Decreto-Lei nº 1.338, de 1974)

§ 2º No cálculo do rendimento tributável previsto no art. 53 da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964, não se computará o valor das reservas florestais, não exploradas ou em formação.

§ 3º As pessoas jurídicas poderão descontar do imposto de renda que devam pagar, até 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, as importâncias comprovadamente aplicadas em florestamento ou reflorestamento, que poderá ser feito com essências florestais, árvores frutíferas, árvores de grande porte e relativas ao ano-base do exercício financeiro em que o imposto for devido.

§ 4º O estímulo fiscal previsto no parágrafo anterior poderá ser concedido, cumulativamente, com os de que tratam as Leis nºs 4.216, de 6 de maio de 1963, e 4.869, de 1 de dezembro de 1965, desde que não ultrapasse, em conjunto, o limite de 50% (cinquenta por cento) do imposto de renda devido.

Art 2º As pessoas físicas ou jurídicas só terão direito ao abatimento ou desconto de que trata este artigo desde que:

a) realizem o florestamento ou reflorestamento em terras de que tenham justa posse, a título de proprietário, usufrutuários ou detentores do domínio útil ou de que, de outra forma, tenham o uso, inclusive como locatários ou comodatários;

b) tenham seu projeto previamente aprovado pelo Ministério da Agricultura, compreendendo um programa de plantio anual mínimo de 10.000 (dez mil) árvores;

c) o florestamento ou reflorestamento projetados possam, a juízo do Ministério da Agricultura, servir de base à exploração econômica ou à conservação do solo e dos regimes das águas.

Art 3º Os dispêndios correspondentes às quantias abatidas ou descontadas pelas pessoas físicas ou jurídicas, na forma do art. 1º desta lei, serão comprovados junto ao Ministério da Agricultura, de cujo reconhecimento dependente a sua regularização, sem prejuízo da fiscalização específica do imposto de renda.

Art 4º Para os fins da presente lei, entende-se como despesas de florestamento e reflorestamento aquelas que forem aplicadas diretamente pelo contribuinte ou mediante a contratação de serviços de terceiros, na elaboração do projeto técnico, no preparo de terras, na aquisição de sementes, no plantio, na proteção, na vigilância, na administração de viveiros e flores e na abertura e conservação de caminhos de serviços.

Art 5º Ficam revogados o art. 38 e seus §§ 1º e 2º da lei nº 4.771 de 15 de setembro 1965 e o art. 40 e seus §§ 1º e 2º da lei nº 4.862, de 20 de novembro de 1965.

Art 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Octávio Bulhões Severo Fagundes Gomes

Este texto não substitui o publicado no DOU de 5.9.1966³⁷

A monocultura de espécies adventícias do gênero *Pinus spp* foi saudada como uma forma de salvação da imediatista atividade econômica madeireira nos Campos Gerais de Ponta Grossa. O que, em tese, não deixaria que as madeiras debandassem para outras localidades a procura de matéria-prima. Na segunda metade do século XX, as reservas de florestais com essências nativas beiravam o seu fim e outras espécies também superexploradas. O plantio monocultor de espécies de coníferas nativas (BRASIL, 1977) foi também explorado e incentivado, mas de forma mais tímida. Um dos motivos da adesão do extrativismo florestal com exóticas se deve por causa dos ciclos produtivos das nativas serem de crescimentos naturalmente mais demorados quando não associadas a sua flora nativa. O crescimento de árvores nativas é maior quando associada a outras árvores nativas. Em oposição a algumas espécies adventícias do gênero *Pinus* que se mostraram de fácil adaptação, rápido desenvolvimento, baixa rejeição e a grande produtividade em seu novo meio natural homogêneo.

Nodari e Moretto nos levam a refletir sobre como a indústria madeireira recebeu ânimo momentâneo com as exóticas ou adventícias de *Pinus spp* e *Eucaliptus spp* nos Campos de Lages/SC. O florestamento em campo e o empreendimento de matas econômicas e plantios industriais, segundo elas,

Não foi só no Brasil que as espécies exóticas foram introduzidas para a manutenção da indústria madeireira. No Chile, o processo de inserção de espécies exóticas ocorreu de forma semelhante e contemporânea ao caso brasileiro. A espécie exótica preferível no caso chileno foram as coníferas da espécie *Pinus insigne*, e já havia em 1956 uma área de 250.000 hectares florestados com estas árvores (MORELLES, 2003). No estado de Santa Catarina as espécies mais utilizadas para o reflorestamento foram *Pinus spp* e *Eucalipto*. Os *Pinus spp* são espécies coníferas que se desenvolvem bem em diferentes tipos de solo e são germinados com pouquíssimas exigências nutricionais. Aos dez anos de idade já atingem 10 metros de altura e 17 centímetros de diâmetro. Quando atingem o porte adulto chegam a ter até 30 metros e 100 centímetros de diâmetro (LEÃO, 2000, p. 214). Depois de diversos experimentos visando à adaptação observou-se que no Brasil o *Pinus elliotii* desenvolveria melhor no sudeste e no sul, onde há ocorrência de chuvas uniformemente distribuídas durante todas as estações do ano, inverno frio e

sem déficit hídrico. O sul e o sudeste se mostraram aptos ao cultivo em função do clima e do solo (MORETTO; NODARI, op. cit., p. 10).

Quando da fase de testes desenvolvidos na Austrália e na Carolina do Norte, já se obtinham parâmetros e resultados satisfatórios aos técnicos para uma bem sucedida introdução de sementes e mudas de madeiras adventícias nos ambientes florestais do Brasil. Ao que parece, esse processo de introdução de áreas homogêneas de *Pinus spp* foi iniciada ao longo do século XX como uma panaceia a um momento de crise e para a exploração imediatista de madeira de construção plantada. As coníferas do gênero *Pinus* nos Campos Gerais têm um ciclo de crescimento rápido e retorno de investimentos com menores despesas com as áreas consideradas. Seu extrativismo é feito utilizando pouco espaço na área de cultivo, existe uma redução de operações e dos tratos culturais, devido sua galhada fechar e não deixar a vegetação primária crescer já partir dos 3 anos.³⁸

Portanto, uma genealogia sistemática da introdução da espécie se mostrou até momento impossível devido as limitações impostas pelas próprias fontes, porém nos permite fazer algumas inferências. A proposta de uma exploração extrativista homogênea do gênero *Pinus* poderia conter o desflorestamento de espécies nativas, suprir as necessidades da economia da extração de madeiras de construção, gerar postos de trabalho e servir de opção para também extrair óleo essencial da espécie *Pinus taeda* Lineu, a chamada Terebintina (MATTOS, p. 42-47). Os desflorestamentos de ambientes naturais não cessaram e se intensificaram até a supressão no fim da segunda metade do XX³⁹.

A exploração do que restou de florestas e campos remanescentes nativos se deu concomitante à introdução das espécies exóticas na segunda metade do século XX. Assim o campo foi sendo florestado com *Pinus spp* e *Eucaliptus spp* através de subsídios fiscais.

O gênero *Pinus spp* inicialmente não foi significado pelos pesquisadores como agente transformador da paisagem e capaz de invadir e transformar radicalmente diminuindo a biodiversidade brasileira

37 Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=565>. Acesso em 20 de maio 2014.

38 Tratos culturais é o processo de trabalho de desbaste dos galhos mais baixos (de baixo para cima) e próximos ao solo feitos manualmente por trabalhadores jornaleiros e boias-frias, sendo recomendado o processo de poda para aceleração do crescimento elevando os nutrientes o mais rápido possível até os galhos mais altos na copa das árvores. MATTOS, op. cit., p.7.

39 Restam no tempo presente 8,5% da composição "original" da FOD segundo dados de 2014 da ONG SOS Mata Atlântica. <http://www.sosma.org.br/>

e paranaense⁴⁰. As opiniões, no que tange o entendimento nos meios técnicos científicos com relação às exóticas, são controversas e divide opiniões.

A sua intensa utilização pode ser observada talvez como uma forma de acabar com os desflorestamentos dos últimos talhões de matas nativas que sobraram, e não interromper o fornecimento de madeira de construção e lenha. A região dos Campos Gerais se tornou uma referência na exportação de madeira, uma espécie de pólo madeireiro na década de 1940 e 1950. Percebemos que o *Pinus* foi saudado como elemento propulsor à modernidade, degrau para o progresso e de uma vitoriosa inovação tecnológica.

Os *Pinus spp* inicialmente foram percebidos como mais um dos elementos de arranque até a modernidade e desenvolvimento tecnológico, e foi ganhando terreno não somente do ponto de vista simbólico da aceitação científica, mas também do ponto de vista territorial⁴¹.

As coníferas *Pinus elliotti* e *Pinus taeda* são capazes de crescer rapidamente em solos do sul e sudeste brasileiros e foi alternativa de plantios industriais para corte e extração de essências florestais em um curto intervalo de tempo.

Uma de nossas escolhas foi verificar nos documentos se a maneira como foi significado persiste e se as opiniões sobre o *Pinus* foram mudando no meio científico a ponto de haver contradições e oposições discursivas. E, de fato, o adventício passou a ser considerado prejudicial enquanto conceituado como exótico invasor em alguns biomas a partir da década de 1970 por órgãos públicos, a um sinônimo de poluição ambiental por ambientalistas, órgãos ambientais e estudiosos bem circunscritos na virada do século XXI (BARROS, 2001).

As transformações e as mudanças ocorridas nos Campos Gerais de Ponta Grossa estão como que articuladas ao avanço destas espécies florestais adventícias e em um processo mais amplo. Trabalhos de pesquisa posteriores poderão focar seus olhares sobre as parcelas florestadas e reflorestadas e sobre as áreas de invasão de sementes no espaço de entorno das áreas rurais, bem como as relações mais tangíveis e manuais de trabalho. E, a partir destes vestígios, analisar se a monocultura de adventícias do gênero *Pinus spp* estão diminuindo as forças de tra-

balho no campo ao longo do século XX pelas suas características de crescimento e pelas introduções de maquinários mais contemporâneos no manejo. Warren Dean (1996, p. 308-333) em sua pesquisa tenta compreender a indiferente postura governamental quanto aos impactos socioambientais da exploração industrial. Projetos como esses de plantio homogêneo são partes constitutivas do que entendemos hoje como o “desenvolvimentismo”.

A atividade mais se parece a uma espécie de industrialização predatória com florestamento homogêneos de exóticas *Pinus spp* em campo. O Estado Brasileiro e as iniciativas privadas tiveram um papel mais que significativo no processo de aclimação, pois foram eles os principais agentes.

O processo histórico de adesão do manejo monocultor de arbóreas adventícias favorecera para nuançar e alterar socioeconomicamente as sociedades dos Campos Gerais paranaenses.

Ao longo do século XX a introdução da espécie *Pinus spp* foi muito bem sucedida no sul e sudeste brasileiro. As pistas e os vestígios sobre sua aclimação se baseiam em escassas notícias de sua introdução de forma imediatista, ou emergencial, e também em caráter ornamental e por intermédio de invasões involuntárias nos estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. O que fica mais divergente nessa análise de conteúdo é que o gênero *Pinus spp* estava proibido pela legislação da câmara do Rio de Janeiro por motivo de incêndios no século XIX.

Segundo Pádua, em 1859 já se poderia perceber que as exóticas foram plantadas sem muita precaução e já estavam ganhando terreno em áreas descobertas de floresta, áreas degradadas e em áreas urbanas abandonadas no Rio de Janeiro. Na citação a seguir de Pádua, embora não especifique textualmente, nos leva a crer que se refira a espécies do gênero *Pinus spp*:

O plantio de árvores deveria ser especialmente incentivado na capital do Império, pois em vinte anos o preço da lenha havia quadruplicado, tendendo esse processo a continuar “se com o aumento da população não se tratar da produção artificial de combustível”. As madeiras de construção também escasseando, começando a vir de “muito longe e por um preço exorbitante”. A falta de madeiras de lei brasileiras aumentavam o uso das importadas, que chegavam barato da Suécia, Inglaterra e Esta-

40 De acordo com sua tese, a doutora em engenharia florestal Sílvia Ziller acredita que a invasão descontrolada do gênero *pinus* norte-americano em áreas florestais campestres é a segunda maior causa da perda e destruição da biodiversidade perdendo somente para retirada da floresta.

41 Atualmente encontramos no Paraná terceira maior área extrativista de adventícias *Pinus spp* do país.³⁹ Restam no tempo presente 8,5% da composição “original” da FOD segundo dados de 2014 da ONG SOS Mata Atlântica. <http://www.sosma.org.br/>

dos Unidos, como no caso do Pinho. Este último, apesar de ter o seu uso proibido pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, se disseminava nas construções urbanas, aumentando os riscos de incêndios (PÁDUA, op. cit., 210).

Os motivos da espécie *pinho* ter sido citada pelos políticos republicanos do século XIX eram de caráter previdente com incêndios de espécies *resinosas*, sem muita preocupação para com a floresta nativa ou com uma consciência ecológica de proteção da biodiversidade.

Warren Dean, tendo como enfoque a história e a devastação da Floresta Atlântica, historiou esse processo na primeira metade do século XIX e o uso imediatista da espécie como medida de urgência para recobrir o que havia sido arrasado ou destruído de Mata em Minas Gerais. Segundo Dean,

No meio do século, propostas no sentido de replantar e proteger matas eram, se não frequentes, pelo menos comuns. Na verdade, afirma-se que isso foi feito em alguns lugares: um relatório de 1823 observava que no conselho municipal no distrito do Rio das Mortes, em Minas Gerais, foi levado pela escassez de madeira, “à extrema necessidade” (DEAN, op. cit., p. 237).

As florestas de madeiras nativas em Minas Gerais que foram no período colonial pujantes e frondosas e no contexto do século XIX já sucumbiam A introdução do ferro possibilitou outro tipo de intensificação do regime de derrubada e queima agindo machado não mais de diabasio dos diques mas sim com ferro dos machados e fogo dos tições (DEAN, op. cit., p. 93).

Segundo Moretto, na década de 1940 o *Pinus spp* já recebia pesadas críticas quanto ao seu uso extensivo, mesmo assim foi utilizado em grande escala e as orientações ignoradas, assim:

A araucária entrou na lista das espécies ameaçadas, mas poucas medidas foram tomadas para regeneração da espécie, uma vez que se introduziam cada vez mais espécies exóticas. No entanto, a prevenção de que a inserção de espécies exóticas poderia trazer um impacto negativo ao meio ambiente não era algo novo. Frederico Carlos Hoehne, pesquisador de visibilidade, diretor do Instituto de Botânica de São Paulo, preocupado com a conservação e preservação da floresta nativa, já alertava na década de 1940, que: Para a defesa biológica das florestas artificiais, recomendamos o emprego das essências lenhosas indígenas próprias da região e desaconselhamos o emprego de apenas uma espécie, porque, plantada em grande número de exemplares, fatalmente o bosque virá a sofrer com as pragas entomológicas e criptogâmicas... A natureza é a melhor mestra. Aquilo que ela reuniu numa floresta equilibra-se mutuamente e se do mesmo se escolher o melhor para se reconstruir florestas, o citado equilíbrio continuará

existindo. Para ambientar as aves e outros animais numa floresta artificial assim constituída, não devem ser esquecidas as árvores frutíferas. Muitas de entre elas fornecem excelentes madeiras e são de crescimento rápido (MORETTO, op. cit., p. 227).

No Brasil o reflorestamento começou a ser realizado no século XIX, de forma bem pontual, com espécies naturais do bioma e exóticas:

O marco para o reflorestamento no Brasil aconteceu durante o período de 1862 a 1887, quando noventa e cinco mil mudas foram replantadas no maciço da Tijuca no Rio de Janeiro. A questão primordial que levou ao reflorestamento daquela área foi a preocupação com o abastecimento de água para a Capital do país, já que ficava no maciço da Tijuca o berço das principais nascentes dos rios utilizados pela população carioca. O reflorestamento da Tijuca pode ser considerado um diferencial pelo seu pioneirismo e por mais três aspectos: o ritmo da plantação, o índice de sobrevivência e o emprego preferencial por espécies nativas (MORETTO, p. 153).

O reflorestamento da Tijuca foi bem sucedido e ficou evidenciado que foram feitas introduções de arbóreas adventícias junto a essências nativas, afinal os fins justificaram os meios.

Como relatado acima, as práticas florestadoras e plantios industriais deveriam ser adotados por países que quisessem um dia ser racionais, progressistas, modernos e industrializados. Não diferente, dos estados do sudeste os estados do sul, foram também alvo de práticas florestadoras e plantios industriais subsidiadas pelas iniciativas públicas e privadas. Nos Campos Gerais do Paraná, esse processo pôde ser identificado pelas nossas pesquisas ao longo do século XX e com maior intensidade a partir da década de 1960. Um série de fatores foram positivos para a implementação de matas econômicas em campos nativos, o motivo de maior importância foi a força política e econômica de seus mais ilustres concidadãos e agentes históricos.

O comércio nacional e internacional de madeira teve um papel significativo e relevante para o desenvolvimento econômico, socioambiental demográfico da região dos Campos Gerais do Paraná, nesse processo, uma nova paisagem regional começa a ser observada na zona rural no contexto da década de 1940.

As indagações, que se refletem em aspirações e desejos, imprimiram novas tonalidades as paisagens antropomorfizadas e as que mais chamam nossa atenção pelos relatos de ambientalistas e cientistas florestais são as de *Pinus spp* e *Eucaliptus spp*. No decorrer de nossa pesquisa, ambas as espécies aparecem imbricadas em alguns dos relatos analisados.

Os campos e florestas de Guarapuava foram intensamente explorados pelos puxadores e transportadores de madeiras desde a virada do século XX até 1960. Os carroções alemães da virada século XX faziam o transporte com tração animal do tipo vacuum e ficavam responsáveis pelo traslado das toras de araucárias, imbuías, cedros, perobas, guatambus etc., para regiões referências na compra e venda das madeiras, a exemplo de Ponta Grossa. Até meados da década de 1960 Ponta Grossa era importante para as questões administrativas e continha a maior concentração de serrarias registradas em todas as cidades dos Campos Gerais. Paulatinamente passa ter as adventícias *Pinus* e *Eucalyptus* para colheita, fato novo até então, pois as madeiras vinham de Guarapuava e recantos das áreas rurais dos Campos Gerais.

O historiador e deputado Alfredo Romário Martins foi colaborador do 1º código florestal do Paraná e do Brasil de 1906. As orientações do código de lei nº 706 - 01/04/1907 materializam alguns dos anseios exprimidos pelos governantes no tange ao destinos futuros dos campos e florestas do Paraná. O código de 1907, com o passar de 20 anos sofreu adaptações e modificações levando em consideração os impactos ambientais que as Florestas de Araucária vinham sofrendo desde aceleração da devastação e exploração no início do século XX. No capítulo VI do código reformado de 1926 fica explícita a preocupação de Romário Martins com a sustentabilidade da economia da madeira do Paraná. A madeira na década de 1940 já superava a exportação de erva-mate e era, nesse contexto, o principal produto de exportação do estado.

Pensando no futuro das matas econômicas, o discurso oficial legisla

Art. 28. – As reconstituições de florestas nativas serão feitas com iguais espécies ou de valor intrínseco correspondente e a arboricultura econômica, em zonas não florestadas, com essências:

- a) de rápido crescimento para corte remunerador em poucos anos;
- b) de resistência à insolação e às intempéries em geral, as moléstias criptogâmicas e ao ataque de insetos e outros animais nocivos; e
- c) de elasticidade de temperamento ou de adaptabilidade reconhecida

No plano prático as orientações e recomendações do aparato do Estado e da iniciativa privada

iriam se consolidar somente na década de 1950 e em regiões bem circunscritas. Porém, percebemos que, no plano discursivo, as orientações para desenvolver o cultivo de essências florestais econômicas é intenso desde a virada do século XX com as *mattas econômicas*, a criação de campos de melhoramentos e campos experimentais. As Fazendas-Modelos são um exemplo da tentativa de uniformização e dinamização da difusão das ideias sobre *mattas econômicas*, *hortos florestais*, *jardins botânicos* e práticas baseadas no conhecimento da ciência silvicultural. As aclimações de diversas adventícias já haviam sido feitas nos jardins botânicos espalhados pelo Brasil. O que se nota é que as espécies adventícias *Eucalyptus spp* e *Pinus spp*, dentre outras espécies, vinham sendo introduzidas desde a virada do século XX com relativo sucesso no território brasileiro. Nos campos de Ponta Grossa sua chegada parece ter sido simultânea à criação da Fazenda-Modelo em 1912 (STANCIK, 2012), pois, há menções como vimos, sobre o envio de sementes de *Pinus spp*, a utilização e os experimentos para aclimação para os Campos Gerais datados de 1912.

Os exemplares analisados dos jornais que circulavam na cidade de Ponta Grossa, tais como *O Progresso*, *Jornal da Manhã* e *Diário dos Campos* não fazem menção alguma e não estabelecem nenhum tipo de argumentação sobre a criação das *Mattas Econômicas* com arbóreas adventícias⁴². O que demonstra que um debate público não se estabeleceu em torno da chegada das espécies de *Pinus*. Não identificamos, portanto, discursos se posicionando em relação às práticas de florestamento e comércio de *pinhos estrangeiros*. Em relação às árvores nativas, no Jornal *O Progresso*, estão presentes anúncios de venda de imbuia – *Ocotea porosa* – desdobrada, serrada em tábuas, que foi muito utilizada nos carroções construídas por imigrantes alemães e poloneses, e como madeira de construção para dormentes da via férrea e seria substituída pela espécie australiana *Eucalyptus citriodora* seguindo as recomendações de Navarro no início do XX. A imbuia, natural da Floresta Ombrófila Mista, é uma arbórea muito resistente quando secada e armazenada e que pode ser utilizada para vigas em casas das diversas pessoas da região de Ponta Grossa do início do século XX.

O transporte de troncos de árvores nativas, muitas vezes feito de Guarapuava à Ponta Grossa

42 O Progresso de 27/04/1907 à 03/09/1912. nº1: 1p cópia 27/04/1907; nº6: 1p cópia 01/06/1907; nº545: 4p cópia 09/04/1912; nº606: 4p cópia 03/09/1912 e também do Jornal da Manhã: quarta página 04/11/1954; 18/11/1954 e 08/12/1954.

em “carros de boi”, não propiciou uma aceleração da derrubada na virada do século XX a ponto ser necessário replantar florestas com espécies adventícias arbóreas em uma escala industrial. Os obstáculos colocados pela própria topografia e hidrografia regional e a densidade da FOM foram aspectos limitadores de uma maior derrubada e transformação. Após a interligação com a construção de estradas pavimentadas, a ferrovia São Paulo-Rio Grande e do impacto dos automóveis e caminhões que o ciclo da madeira no Paraná adquiriu maiores proporções dentre os anos de 1920 até 1970.

Em 1941, com a fundação do Instituto Nacional do Pinho (INP), o estado brasileiro com apoio da iniciativa privada⁴³ cria um órgão regulador, técnico-científico e mediador de reflorestamentos, plantios industriais, matas econômicas, e florestamentos para tentar centralizar e orientar as práticas. O INP, com sede no Paraná na cidade de Irati, acumulou muitos documentos de compra e venda de madeiras *Araucária*, *Eucaliptus* e *Pinus*, e outras de espécies diversas, projetos e desenhos de plantas baixas de plantios econômicos ordenados, autorizações de plantio industrial, recomendações de colheita racionalizada, orientação para desdobros em metros, outros documentos diversos do instituto, etc⁴⁴. Os documentos arquivados no CEDOC da Unicentro/Campus Irati são registros sobre cortes de madeiras que começam a aparecer com datas a partir da década de 1950 em diante⁴⁵.

Nos relatórios do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas à Sociedade Nacional de Agricultura de 1912 à 1914, o Paraná foi o estado que mais solicitou mudas e sementes de arbóreas para aclimação. Em 1912, 1913 e 1914, a quantidade de envio de mudas e sementes férteis de *Eucaliptus spp* é muitas vezes maior que outras espécies, a exemplo do *Pinus spp*, devido essa planta ter uma baixa produtividade de sementes e se utilizar de reprodução vegetativa, e seu transporte e reprodução depende muito de um organismo vivo transportador. O *Eucaliptus spp* é uma espécie adventícia estabelecida em oposição algumas espécies de *Pinus spp* que possuem mecanismos de dispersão pelo ar,

que podem ser classificadas também como invasoras em determinados biomas. As reservas florestais com essências tipicamente brasileiras e paranaenses foram sendo devastadas ao longo do século XX. A atividade extrativa madeireira como citada acima havia sido iniciada na segunda metade do século XIX no Brasil e nos Campos Gerais de Ponta Grossa no Paraná somente no século XX.

A princípio, a espécie *Pinus spp* obteve incentivos de plantio do aparato de Estado do Brasil, setor privado e também por solicitações das câmaras municipais polarizadas por personagens de elites bacharelescas agricultoras nos Campos Gerais da virada do século XX: a extrativista agropecuária e a extrativista ervateira. O interesse em diversificar a produção no campo partia da facção agropecuária, que vinha advogando a assimilação de sistemas com matas econômicas e outras culturas agrícolas além da extração de erva-mate para exportação. A elite ervateira, embora dependesse da manutenção das matas nativas onde nasce a erva-mate pelo desenvolvimento produtivo ser maior quando associada a flora nativa e extraísse araucárias para confecção de barricas para exportação do mate e utilizações domésticas⁴⁶, não cuidou da proteção das florestas.

Na análise dos relatórios percebemos que o estado do Paraná, em 1913, ficou em terceiro lugar dentre os estados que mais receberam semente ou mudas de arbóreas frutíferas, ornamentais e “econômicas”. As espécies florestais *Pinus pinea* e *Pinus laricio*, *Poirot* advindos da Europa e África setentrional estão presentes no relatório do ano de 1913. A espécie *Pinus pinea* advém de solos áridos do mediterrâneo e está presente em Portugal como espécie nativa e se desenvolve de 0 à 1000 metros n.m de altitude chegando a produzir 1300 sementes a cada estação fria sendo de 80-90% o índice de sucesso no seu novo habitat. Os *Pinus laricio* ou *Pinus nigra* como também são conhecidos produzem, quando adultos cerca de 55 mil sementes, na estação fria dos Campos Gerais. Com índices de 70-80% de germinação em campos naturais. Ambas as espécies citadas têm mais necessidades físicas do que químicas do solo para sucesso da aclimação. Fatores como a

43 Sindicato Patronal de Exportadores de Madeira do Paraná de 1939, Convênio Madeireiro do Distrito Federal de 1947, Instituto da Madeira do Paraná de ?, Câmara de Expansão Comercial do Paraná e Comissão Coordenadora de Exportação de Madeiras e em 1964 a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento do Paraná).

44 Disponível em: <http://cedoc.unicentro.br/index.php/floresta-nacional-de-irati-flona-2;isad> Acesso em 26/09/2013.

45 Os documentos referidos estão na reserva técnica do acervo da Unicentro no CPDOC/CDPH pesquisa previa realizada no inverno 2013.

46 Lusos-brasileiros, alemães, e outros imigrantes estabeleceram comércios, tipografias e outras atividades comerciais em torno do mate, substituindo na virada do século XX os surrões de couro de gado vacuum por barricas confeccionadas de madeiras da *Araucária angustifolia*. PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889. UFPR, Curitiba, 1990. p.56.

falta de competição por luz solar, condições ecológicas compatíveis e da falta de um controle biológico permitiu sua reprodução acontecer com muito sucesso em sua nova paisagem. Porém, as espécies de *Pinus pinea* e *Pinus laricio*, *Poiret* não possuem grande assimilação e representatividade em relação as espécies mais utilizadas: *Pinus elliotti* e *Pinus taeda* ambas são nativas das florestas temperadas do Estados Sudeste e Sul dos Estados Unidos América do Norte. O gênero *Pinus spp* inicialmente não foi, num primeiro momento, significado pelos pesquisadores como agente transformador da paisagem e capaz de invadir e transformar radicalmente diminuindo a biodiversidade brasileira e paranaense⁴⁷.

A sua intensa utilização pode ser justificada como uma forma de acabar com os desflorestamentos dos últimos talhões de matas nativas que sobram (intenção que na prática não se realizou), e não interromper o fornecimento de madeira e lenha. E, de fato, a região dos Campos Gerais se tornou uma referência na exportação de madeira, uma espécie de pólo madeireiro na década de 1940 e 1950⁴⁸.

A pesquisa no aproximou de informações e relatos, de que o *Pinus* foi significado como elemento propulsor à modernidade e seu cultivo já era realidade em países “desenvolvidos”, onde o progresso estava aliado a plantios industriais e racionalizados.

Os *Pinus spp* inicialmente não foi percebido como causador de impacto socioambiental como no tempo presente, mas sim um dos elementos de arranque até a modernidade e desenvolvimento tecnológico, e foi ganhando terreno não somente do ponto de vista simbólico da aceitação científica, mas também do ponto de vista espacial. Todas as áreas de preservação públicas e privadas do Paraná estão com áreas de infestações no tempo presente.

Nossa intenção foi verificar nos documentos se a maneira como foi significado persiste e se as opiniões sobre o *Pinus* foram mudando no meio científico a ponto de haverem contradições e oposições discursivas. E, realmente, o adventício passou a ser considerado um sinônimo de poluição ambiental por ambientalistas, órgãos ambientais e estudiosos bem circunscritos.

As potencialidades como atividade econômi-

ca, o plantio industrial, aparecem nos Anais do 1º Congresso Florestal Brasileiro, realizado em 1953, organizado pelo próprio INP e empresários madeireiros, chamaram nossa atenção por conter um discurso laudatório. O artigo assinado pelo agrônomo Armando Navarro sobrinho de Edmundo Navarro faz uma argumentação em defesa dos plantios industriais serem incluídos na categoria reflorestamento, título de seu trabalho é *O Reflorestamento de Aplicação Industrial*.

ESCOLHA DO SOLO

É princípio básico de silvicultura que se não deve roubar terras apropriadas à agricultura para reflorestamento, devendo ser utilizadas para esse fim as terras de categoria inferior, pois o repovoamento do solo com a cultura florestal, promove a sua lenta recomposição, devido à queda contínua da folhada que, produzindo a monta que recobre esse solo, rehumificando, devolvendo-lhe paulatinamente, a fertilidade. No reflorestamento de aplicação industrial é, então, primordialmente importante ter em mente a necessidade de obtenção de uma essência florestal pouco importante com relação as propriedades químicas dos solos, o que não é difícil, pois grande parte das essências florestais econômicas no mundo são muito mais exigentes quanto às propriedades físicas que às químicas dos solos. Podemos citar exemplos das coníferas e dos eucaliptos que são plantados nas mais diversas regiões do globo, na sua maior parte em terras quimicamente pobres. É também, motivo de ordem econômica a escolha de terras menos ricas, de mais baixo preço, portanto, para o estabelecimento de culturas florestais com finalidade industrial. Justifica-se o emprego de terras em boa constituição, porém esgotadas por longas e sucessivas culturas anuais ou, mesmo, perenes, efetuadas sem controle racional de conservação do solo, como intermédio de reconstituição da camada húmifera desaparecida, sabido como é que um dos métodos clássicos de combate a erosão é o reflorestamento.⁴⁹

Segundo Navarro, as espécies exóticas arbóreas são de suma importância para o desenvolvimento e crescimento da nação e de uma rentosa produção de celulose e madeiras para construção, da qual países, como por exemplo, os Estados Unidos da América investem muito capital e avançam no desenvolvimento de técnicas e plantio, seleção de essências e hibridizações. Também nas palavras de Navarro encontramos a preocupação com o futuro do setor

47 Silvia Ziller acredita que a invasão descontrolada do gênero *pinus* norte-americano em áreas florestais campestres é a segunda maior causa da perda e destruição total da biodiversidade perdendo somente para retirada da floresta ou campo. No tempo presente, segundo a ABRAF o estado de Paraná lidera o ranking de maior produtor das adventícias *Pinus spp*. Mais um indício de um processo bem-sucedido de aclimação realizado no século XIX.

48 De 1917 à 1961 aumentou de 174 para 1.300 o número de madeiras no Paraná. CODEPAR, 1964.

49 NAVARRO, Armando. O reflorestamento de aplicação industrial: Estudo de espécies adequadas – sua execução por entidades particulares e oficiais. Anais do 1º Congresso Florestal Brasileiro. Curitiba, Imprensa do Paraná, 1954. p. 96.

no país e a importância da racionalização da atividade produtiva, algo ainda pouco difundida na prática. Navarro reclama que os eucaliptos não podem ser incluídos nas inglorias lutas nacionalistas que tanto divergem os humanos em diferentes territórios do planeta.

Em Rio Claro, sede do Florestal da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, possuímos um “arboretum”, criado por Navarro de Andrade em 1937, o qual totaliza hoje mais de 350 espécies florestais indígenas e exóticas. Necessário será salientar que com relação a essências exóticas também se pretendeu realizar campanha de nacionalismo em nossa terra. A primeira acusação feita ao eucalipto, quando Navarro o elegeu, após o cotejo experimental, para o reflorestamento industrial da Companhia Paulista, é de que se tratava de uma árvore estrangeira. Esqueciam-se, no entanto, os acusadores de que o cafeeiro, a cana de açúcar, a laranjeira, e o maior número de plantas econômicas, que têm realizado a prosperidade tão pouco são oriundas no nosso continente. Como se já não fossem suficiente as nacionalidades na espécie humana para produzir tanta luta e discórdia, desejavam elê introduzir, também as árvores nessa competição ingloria. Se prevalecesse esse conceito, não gastariam do Estados Unidos da América do Norte somas fabulosas tentando a introdução de plantas econômicas de outras regiões do globo em seu país, como é o conhecido caso da *Aleurites fordii*, que trazida da Mandichuria realiza hoje uma das rendosas fontes do magnífico “Tung-oil” americano (NAVARRO, p. 98).

Navarro também alerta que os plantios de matas econômicas deveriam ser realizados em solos não propícios a agricultura e depauperados e nem passíveis de reflorestamento com árvores nativas (NAVARRO, p. 98). Os artigos de Navarro e Francisco Ferdinando Perse faziam um balanço dos resultados obtidos através dos anos de pesquisas sobre aclimação de espécies adventícias e essências nativas úteis para carvão vegetal como a exemplo da Bracatinga – *Mimosa scabrella* – e *Eucaliptus*. Argumentam que os resultados obtidos com algumas espécies de *Pinus* não foram bem sucedidos

Tem o nosso Estado de São Paulo dois exemplos frisantes disso, com as tentativas oficiais realizadas, de introdução da cultura da Bracatinga (*Mimosa bracatinga* Hoehne) e, mais recentemente, do *Pinus radiata* (D. Don), vulgar e erradamente chamado de Pinheiro Chileno. Essas duas empreitadas, levadas a efeito sem indispensável ensaio prévio, redundaram em completo fracasso.⁵⁰

Os problemas enfrentados estavam nas técnicas de confecção de mudas e no seu transporte que iam

diminuindo as taxas de sobrevivências das mesmas pelas suas características de enraizamentos quando transportadas em caixas coletivas.

Percebemos também a permanência das queimadas realizadas pelos plantadores de adventícias relatados por Perse, que era Chefe do Departamento Florestal dos S.A. I. R. F. Matarazzo:

Parece também, que as objeções sobre um esgotamento dos solos por eucaliptos nestas rotações curtas, não se podem provar nos casos normais. Pelo Serviço Florestal da Cia. Paulista de Estradas de Ferro em Rio Claro foi já estabelecido, que um eucaliptal devolve ao solo, só na sua folhagem durante os 15 a 20 anos tudo o que foi consumido. Infelizmente as queimadas habituais nas ocasiões dos cortes, anulam quase toda a eficiência desta adubação, na qual participam também os galhos, a casca e outros resíduos (PERSE, 1954, p. 79).

Perse nos fala sobre um movimento de aversão a adventícia *Eucaliptus sp* rumando para o que ele chamou de uma “Eucalitptofobia”

A introdução do eucalipto provocou, porém, um movimento oposto, objetivando o combate a esta “praga exótica” e exigindo o reflorestamento com as espécies mais úteis das florestas nativas. Esta “Eucalitptofobia” justifica-se com diversos argumentos, sendo que nem todos eles parecem destituídos de razão (PERSE, 1954, p. 75-76).

Perse define o que se entende por um reflorestamento e um plantio industrial:

REFLORESTAR significa, reconstruir a floresta antigamente existente significa renovar todos os elementos, todas as circunstâncias que são características de uma floresta. Hoje, a ciência florestal já sabe que uma floresta não é somente “... um terreno destinado a produção de lenha ou madeira...”, (Endres), conforme a considerava a escola antiga do século passado, conhecida pela sua orientação “mecanística”, a qual resultou nos começos deste século num fracasso total, isto é, num falecimento em massa destas “florestas financeiras”, monoculturas dedicadas ao ganho do dinheiro. Em vista do fracasso da escola mecanística, as pesquisas decenais resultaram na orientação “orgânica” da ciência florestal, baseada nos estudos novos da biologia, microbiologia, fisiologia, sociologia vegetal, etc., Sob estes aspectos uma FLORESTA é uma comunidade viva e equilibrada entre diversos elementos da natureza viva e morta, entre certo elementos da flora e fauna. É um equilíbrio natural entre micro e macro-clima, micro e macro-flora, micro e macro-fauna, etc. É simultaneamente um Bioceno e um Holoceno, desenvolvendo-se pelas leis internas próprias e pelas leis de um certo ambiente natural durante os séculos. “ Numa floresta, fala o biólogo Seeholzer, reúne-se a comunidade vital com todas as forças

50 *Pinus radiata* D. Don ou Insigne é natural das florestas de coníferas de clima temperado da Califórnia nos EUA Idem, p. 97.

atuantes no espaço vital, formando uma totalidade contínua, um sistema, o qual não só pode tratar como estático, mas sim, como dinâmico. “... Uma floresta é mais do que uma comunidade vital. Ela é uma parte da natureza”. Koestler considera a floresta uma “interpelação”, acrescentando assim “a mútua condicionalidade de todas as partes: as bióticas como também as abióticas, numa única totalidade” (PERSE, p. 78).

Para ele, a competência de reflorestar era função exclusiva do Estado Brasileiro. Também defende uma menor intervenção do estado em questões de plantios industriais e passa a defender o livre comércio, mais autonomia para a iniciativa privada, que segundo ele daria contornos mais dinâmicos a prática econômica de plantio de exóticas.

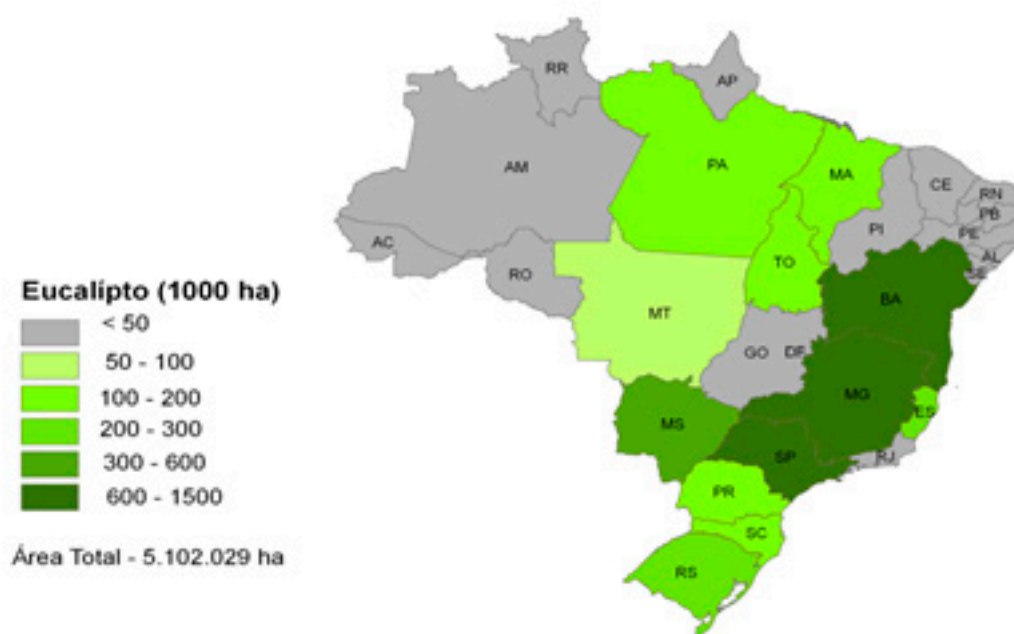
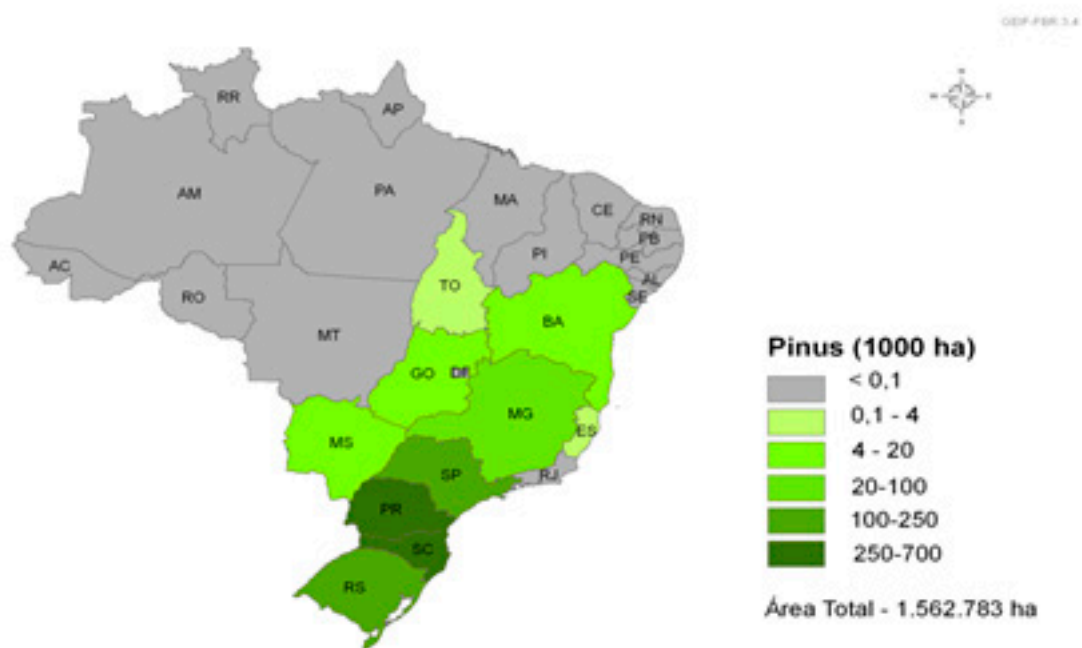
Perse orienta que as plantações deveriam ser realizadas em curvas de níveis como nos plantios industriais dos Estados Unidos da América, para proteção do solo, esse tipo de orientação não aparece nos relatórios do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, caracterizando para nós, uma transformação nas orientações técnico-científica no manejo de adventícias e do uso solo.

Os barrancos e regos foram atulhados com faxinas e outros materiais, detendo as águas das enxurradas, represando as torrentes, plantando capinzais nas perambeiras, introduzindo as arações em curvas de nível, misturando as culturas “descobridoras do solo”, (pela necessidade das carpas de enxadas), com culturas “ conservadoras do solo”, especialmente de “ adubos verdes”; finalmente, praticando as plantações florestais permanentes nos altos das colinas, etc. Somente as instituições públicas podem cumprir este dever de reflorestar no sentido técnico-florestal o que é devastado, fazendo gastos a atualmente e preparando os benefícios só para as gerações vindouras. Os particulares sejam companhias grandes, ou proprietários singulares, não se podem empenhar nestas tarefas, porquanto as leis econômicas não lhes permitem calcular em século. Mas, também eles deveriam tentar executar as plantações industriais de talhados de eucalipto com maior rigor, empregando as mudas selecionadas, insistindo nas plantações bem “fechadas, evitando ultrapassar 5 a 10% de falhas nestas plantações, assegurando assim a proteção mais perfeita possível dos solos em apreço, plantado por baixo talvez os adubos verdes, etc. Poder-se-ia também obrigar os particulares a desistirem das derrubadas totais das matas ainda existentes e nos eucaliptos industriais, particularmente nos cimos do relevo topográfico, etc., a favorecerem a intercalação das plantas indígenas também nestas plantações industriais, etc., o modificações dos eucaliptais “baixos” no sentido de construção das florestas “médias” (ou “talhados – compostos”, etc. está campanha deve ser organizada na base administrativa dos municípios e o poder público deve estimular estas atividades dos particulares, com prêmios facilitando-lhes por exemplo no setor dos impostos, nas aquisições das mercadorias importadas, com assistência técnicas grátis,

fornecendo as sementes selecionadas, as mudas vigorosas, etc., etc. Em conclusão, distinguindo as “plantações industriais”, da ação verdadeiramente reflorestadora, podemos evitar equívocos e desapontamentos e servir-nos da espécie eucalipto para cumprir satisfatoriamente os nossos deveres nestes dois setores vitais da nossa presente economia e do nosso futuro nacional (PERSE, p. 81-82).

As áreas de campos e de pastagens deveriam ser melhores exploradas para plantios florestais econômicos segundo argumentos de Perse. Diante do gradativo decréscimo na quantidade de florestas nativas do Paraná do século XX anteriormente explorados e devastados, percebemos uma mudança conceitual no meio técnico-científico florestal e agrônomo no que tange as suas relações com as *Mattas Econômicas* e transformações no que tange a percepção da importância ecológica e longevidade econômica das matas. No contexto das décadas de 1960 e 1970, a prática de extrativismo florestal vigente desde o 1900 vai sendo processualmente resignificada até tornar-se um “Manejo Sustentável de Florestas”, que por sua vez adota, em tese, práticas e características mais previdentes no consumo do mundo natural.

As áreas em verde claro assinaladas na foto aérea, quando observadas de perto, revelam que as áreas de plantios industriais exóticas só não se confundem as áreas remanescentes de floresta nativas pelo seu plantio ordenado e “racionalizado”. O que nos propusemos inicialmente é uma história da introdução de espécies adventícias do gênero *Pinus spp* no ecossistema dos Campos Gerais. Nesse sentido, analogamente a outros locais do Brasil da década de 1970, essa região passou por uma série de tentativas de estimulação extrativista no campo florestal. Os incentivos dos discursos oficiais deixaram marcas e mudanças profundas perceptíveis a nós não só na paisagem e nas moradias, mas também nos diversos atores protagonistas e coadjuvantes rurais dos Campos Gerais do Paraná do século.



Fonte dos dados: ABRAF (2013).

FONTES

BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas à Sociedade Nacional de Agricultura. Relatórios do Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1909-1927. Disponível em: <<http://www.crl.edu/sites/default/files/attachments/pages/Memorias%20Brazil.pdf>> Acesso em: 20 junho de 2012.

O PROGRESSO, Ponta Grossa. 27 abr. 1907 à 03 set. 1912.

JORNAL DA MANHÃ, Ponta Grossa, nov-dez. 1954.

REFERÊNCIAS

1º CONGRESSO DO INSTITUTO NACIONAL DO PINHO (INP). 9., 1951. Anais NAVARRO, Armando. O Reflorestamento de Aplicação Industrial: Estudo de espécies adequadas – sua execução por entidades particulares e oficiais. Curitiba: INP, 1951. p. 95-104.

1º CONGRESSO DO INSTITUTO NACIONAL DO PINHO (INP). 7., 1951. Anais PERSE, Francisco Ferdinando. O Reflorestamento sob o Aspecto Técnico-Florestal. Curitiba: INP, 1951. p. 75-82.

ABRAF.(MAPA).Disponívelem:<http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http%3A%2F%2Fwww.florestal.gov.br%2Fsnif%2Fimages%2Fstories%2FRecursosFlorestais%2Fflorestas_plantadas.png&imgrefurl=http%3A%2F%2Fwww.florestal.gov.br%2Fsnif%2Frecursos-florestais%2Fas-florestas-plantadas&h=3623&w=2564&tbid=m2bmjmmPctAGrNM%3A&zoom=1&docid=CweHbaja9R_QrM&hl> Acesso em 10 de setembro de 2014.

ALTOÉ, Fábio Espósito. História e Evolução da Colheita Florestal no Brasil. Monografia – (Bacharelado em Engenharia Florestal). 2008, 51f. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

BIGARELLA, João José; BECKER, Rosemeri Dora; SANTOS, Gilberto Friedenreich; PASSOS, Everton; SUGUIO, Kenitiro. Estrutura e Origem das Paisagens Tropicais e Subtropicais. Fundamentos Geológicos-Geográficos, Alteração Química e Física das Rochas e Relevo Cárstico e Dômico. Florianópolis: Ed. UFSC, 1994. p.74-75.

BARBOSA, Walmir. Sociologia e Trabalho: Uma Leitura Sociológica Introdutória. IFG, Pesquisa síntese do livro MATTOSO, Jorge. A Desordem do Trabalho. São Paulo: TT Scritta, 1996. p.36-68.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Press Universitaires de France, 1977. p.42-43; p.44-46; p. 106 .

BARROS, Carlos Julio. Cartilha Deserto Verde: Os impactos do cultivo de Eucalipto e Pinus no Brasil. Disponível em: < <http://pt.slideshare.net/EliegeFante/cartilhadeserto-verde>> Acesso em: 10 de setembro de 2012.

BITENCOURT, Ana Luisa Vietti; KRAUSPENHAR, Patrícia Maria. Possible prehistoric anthropogenic effect on araucaria angustifolia (Bert.) O. Kuntze Expansion during the late Holocene. In: Revista Brasileira de Paleontologia. São Leopoldo: UNISINOS. 2006. p.109-116.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: Editora da VERI, 1998. p. 84-91.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. Apologia da História ou O ofício de Historiador. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar. 2002. p. 51-55.

BOSETTI, Elvio P. Paleontologia do Devoniano nos Campos Gerais. In: O patrimônio natural dos Campos Gerais e a sustentabilidade regional. Ponta Grossa: UEPG, 2007. p.35-47.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Manual de classificação da vegetação brasileira. Rio de Janeiro, 1992. 92 p.

_____. Ministério da Indústria e Obras e Viação Pública à Sociedade Nacional de Agricultura. Relatórios do Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1909-1927.

_____. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos: Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=565>>. Acesso em 20 de maio 2014.

BRAUDEL, Ferdinand. Escritos sobre a história. São Paulo: Perspectiva. 1978.

CERTEAU, Michel de. Operação historiográfica. In: A escrita da história. Rio de Janeiro. Forense – Universitária, 1982. p. 65-109.

CHARTIER, Roger. A história cultural. 2.ed. Al-gés: Difel. 2002. p.23-25.

CRUZ, Gilson Campos Ferreira da. Alguns Aspectos do Clima dos Campos Gerais. In: O patrimônio natural dos Campos Gerais e a sustentabilidade regional. Ponta Grossa: UEPG, 2007. p.61-72.

CROSBY, Alfred W. Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900. São Paulo: Companhia da Letras, 2011.

DICIONÁRIO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DOS CAMPOS GERAIS (DHGCG). Mapa da distribuição original dos Campos Gerais do Paraná Disponível em: <http://www.uepg.br/dicion/campos_gerais.htm> Acesso em 12 de abril de 2012.

DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 482p.

DEBRET, Jean-Baptiste. Ponta Grossa (1827). Aquarela 10,5 x 21,5 cm. In: Pintores da paisagem paranaense. Secretaria de estado da Cultura: Solar do Rosário, 2001. p.88-89.

DITZEL, Carmencita de Holleben de Mello. Manifestações Autoritárias: O integralismo nos Campos Gerais (1932-1955). Tese (Doutorado em História Cultural). Florianópolis, 2004. UFSC. 290 p. 1 cd ROM.

DRUMMOND, José Augusto. A História ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991. p.177-197.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo. Editora Global, 48ª ed. 2003.

GONÇALVES, Maria Aparecida Cezar e PINTO, Elisabete Alves. Ponta Grossa: um século de

vida (1823-1923). Ponta Grossa: Klugler Artes Gráficas Ltda. 1983.

KERN, Arno. Tradição e transformações históricas nas fronteiras coloniais: jesuítas, guaranis e sexualidade. In: História: Fronteiras. XX Simpósio Nacional da ANPHU. Florianópolis, Anphu, 1999. p. 261-279.

LAVALLE, Aida Mansani. A Madeira na Economia Paranaense. Dissertação de Mestrado em História. UFPR. Curitiba, 1974.

LEANDRO, José Augusto. Na puxada: devastação de florestas, contrabando de madeira e violência no litoral norte do Paraná na segunda metade do século XIX. In: ____ Meio ambiente, crise e cidadania: tensões e articulações no debate ecológico. Edina SCHIMANSKI, E.; BRONOSKY, M. E. orgs). Ponta Grossa: Toda Palavra, 2011. p. 95-118.

LEFF, Enrique. Construindo a História Ambiental da América Latina. Tradução: Ely Bergo de Carvalho. Esboços. V.13. Dossiê História Ambiental. Florianópolis: Programa de Pós- Graduação em História da UFSC, 2005.

LE GOFF, Jacques. Documentos/Monumento. In: História e memória. Trad. Bernardo Leitão. 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994, p. 535-553.

INOUE, Mario Takao. Projeto Madeira do Paraná. Curitiba: Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, 1984. p.11-12.

MAACK, Reinhard. Breves notícias sobre a Geologia do estado do Paraná e Santa Catarina. Arquivos de Biologia e Tecnologia. Curitiba, v.2, n.7, p. 63-15, 1947.

_____. Geografia Física do Paraná. 4ªed. Ponta Grossa: UEPG, 2011. p.255-260.

MARTINS, Romário. História do Paraná. Curitiba: Guaíra Ltda, 3ªed, 1950.

MATTOS, João Rodrigues. Espécies de pinus cultivados no Brasil. São Paulo: Grupo Editorial Chácaras e Quintais. 1977.

MORETTO, Samira Peruchi. Remontando a floresta: a implementação do Pinus e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960 – 1990). 2010, 285f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

_____. NODARI, Eunice Sueli. (Re) Florestar: A introdução das espécies exóticas no sul do Brasil no século XX. 2º Simpósio Internacional Ambiental e Migrações. LABIMHA, UFSC, 2012.

PÁDUA, José Augusto. Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Zahar. 2ªed, 2004.

_____. As bases teóricas da história ambiental. Revista Estudos Avançados. Rio de Janeiro. UERJ, 2010. p.81-101.

PARANÁ. Instituto Ambiental do Paraná. Plano de Manejo do Parque Estadual de Vila Velha. Ponta Grossa, 2004. 304p. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br>> Acesso em 13/08/2012. Histórico do Parque Estadual de Vila Velha como estação experimental de espécies adventícias do gênero Pinus norte-americano e gênero Eucalyptus spp.

_____. Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Portaria 192. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Pesquisa%20em%20UCs/resultados%20de%20pesquisa/149_09_Maria_do_Rocio_Lacerda_Rocha.pdf> Acesso em: 20 de julho de 2013.

_____. Universidade Estadual do Centro Oeste. Disponível em: <http://cedoc.unicentro.br/index.php/floresta-nacional-de-irati-flona-2;isad>. < acesso em 26 de setembro de 2013>.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889. UFPR, Curitiba, 1990.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pela Comarca de Curitiba. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

RICHARDSON, David. M. (ed.). 1998. Ecology and Biogeography of Pinus. Cambridge

University Press, Cambridge. p.2-3. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=YawYOzQmcHEC&printsec=frontcover&dq=Richardson.+D.+M.+ecology+and+biogeography+of+pinus+em+pdf&hl=ptBR&sa=X&ei=NL9aVMOvHcWoNvmgJgN&ved=0-CBQQ6AEwAA#v=onepage&q&f=true>> Acesso em: 10 de junho de 2014.

SCHAMA, Simon. Memória e paisagem. SP: Companhia das Letras, 1996. p. 20.

SAUER, Carl O. Geografia Cultural. Espaço e Cultura. Rio de Janeiro, 1997. p. 3- 5.

_____. A morfologia da paisagem. In: Paisagem Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: UERJ. 2ªed, 2004. p.59.

SILVA, Jose Aparício da. Fatores endógenos e exógenos que levaram a migração/resistência dos pequenos produtores do distrito de Itaiacoca Ponta Grossa-PR na década de 1970. 2008, 192f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008.

STANCIK, Marco Antonio. Fazenda Modelo de Ponta Grossa: pecuária, ciência e sociedade – anos 1910-1930. Londrina: IAPAR, 2012.

STELMACKI, Roberto Junior. Avaliação da potencialidade de estruturação e de desenvolvimentos do Arranjo Produtivo Local (APL) na indústria madeireira no município de Ponta Grossa – PR. 2008, 185f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008.

SOS Mata Atlântica. Disponível em: <<http://www.sosma.org.br/>> Acesso em: 10 de novembro de 2014.

THOMAS, Keith. O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e os animais, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 537p.

ZILLER, Silvia. A estepe gramíneo-lenhosa no segundo planalto do Paraná: diagnóstico ambiental com enfoque na contaminação biológica. 2000,

265f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

_____. Os processos de degradação ambiental originados por plantas exóticas invasoras. Revista Ciência Hoje, São Paulo, 2001.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: vol. 4, n.8, 1991. p.198-215.

WILLIAMS, Raymond. Base e Estrutura na Teoria Cultural Marxista. Revista Espaço e Cultura. UERJ, 2002. 14p.

_____. Ideia sobre Natureza. In: Cultura e materialismo. Tradução de Luiz Menna-Barreto e Rogério Monteiro de Siqueira. London: Verso Books, 2005. p. 91-114.



Ateliê de História

Palavras - chave:
Sarandi. História Oral.
Memória.

Resumo: A estudo da história de uma cidade perpassa pela busca da memória coletiva de seus habitantes que transformam a cidade em algo mais que uma mera coleção de prédios, dessa forma entender a história de Sarandi-Pr, exige que se contextualize a cidade na realidade da frente pioneira no Norte Paraná em meados do século XX, fenômeno ocorrido na primeira metade do século XX, e posteriormente a busca pelos elementos da memória dos primeiros habitantes, a partir da história oral, desvenda-se aspectos e elementos da memória dos habitantes mais antigos da cidade de Sarandi-Pr, e os embates na memória desse grupo sobre o discurso dominante frente a colonização do Norte do Paraná, bem como, aspectos sociais dessa comunidade na sua forma que seus membros têm de se relacionar.

“NO DIA EM QUE CHEGAMOS”: A MEMÓRIA DOS MIGRANTES NA CIDADE DE SARANDI-PR

Fellipe Luiz Totoro Ognibeni ¹

Fernando Bagiotto Botton ²

INTRODUÇÃO

Hoje o Norte do Paraná é bastante desenvolvido, densamente povoado, possui grandes empresas e excelentes universidades, porém ainda que esse progresso nos salte aos olhos, essa região é muito nova, sua formação se iniciou na década de 1930, seguindo até a década de 1960, como indica (NETO, 2008). Essa velocidade com a qual a região foi ocupada se deve em grande parte à forma com a qual sua colonização foi feita. Em aproximadamente três décadas entre 1927 e 1960 a colonização da região Norte do Paraná foi direcionada por uma empresa privada de capital inicialmente britânico e posteriormente brasileiro, como relata Paulo Cesar Tomaz, 2008 em sua tese se mestrado, Cidade, Memória e Patrimônio.

A vinda da população para essa nova região de Sarandi foi acompanhada de desejos de uma vida melhor e construção de um patrimônio, sabemos que a Companhia dava boas condições de pagamento, e que as terras eram baratas, também sabemos que havia uma propaganda muito intensa feita para promover as novas terras, como já foi muito estudado e abordado por diversos autores que estudam o processo de colonização no norte paranaense (CAVALCANTE, 2013).

Mas os primeiros habitantes guardam é claro a lembrança da mudança, não apenas da viagem, da mudança física, ou da memória oficial engendrada pela Companhia e pelos políticos desde o início da colonização, ou mesmo a memória que trazem os trabalhos acadêmicos, mas uma lembrança viva, carregada de sentimentos e significados, que marcam o processo, sofrido, de deixar seu espaço e passar a viver num outro. A cidade de Sarandi era, nesse momento, um mundo novo, não havia uma relação, sentimento de pertença, história, uma tradição ou laço entre o espaço em questão (que em pouco tempo seria a cidade de Sarandi) e a população que ali chegava, era a mudança para um lugar completamente novo e estranho.

O momento da chegada da nova população foi o momento do encontro dessa população com o novo espaço no qual construiria o novo lar, e marca já a formação dos laços desses colonizadores com a cidade que se formava. Hoje vemos que a população da cidade tem sua memória, baseada nos seus próprios lugares, fatos e personagens, que vão muito além do discurso engendrado por meios de comunicação, ou prefeituras, ou pela historiografia mais tradicional que fala sobre a região.

1 Graduado em História pela Universidade Estadual de Maringá. Especialista em História, Arte e Cultura pela UEPG. Email: fellipe_totoro@yahoo.com.br

2 Orientador. Graduado em História e, mestre em História pela UFPR, doutorando do Programa de Pós-graduação da UFPR.

HISTÓRIA ORAL, A MEMÓRIA E A HISTÓRIA, UMA QUESTÃO TEÓRICA

É função da história enquanto área do conhecimento, problematizar a memória e transformá-la em conhecimento histórico, afinal, como afirma Pierre Nora “uma memória sem passado que reconduz ternamente à herança, conduzindo o antigamente dos ancestrais ao tempo dos heróis” (NORA, 85, p.8), mediar o enfrentamento entre a memória e a história aproximando a primeira do conhecimento científico é fundamental para que o passado não recaia sobre a um tempo mítico existente apenas no **senso comum**, para que a visão sobre o passado não seja simplesmente esse senso comum, ou a crítica vazia de uma geração sobre a outra, expressa em frases como: “no meu tempo as coisas eram melhores”, no meu “tempo não era assim”.

Nessa transformação da memória em história, o historiador necessita de fontes, metodologias e paradigmas teóricos que o direcionam e orientam nesta tarefa. Especificamente para o nosso trabalho devemos considerar que antes de mais nada, estamos falando de uma cidade, o que implica em um recorte mais específico e análise de características próprias do espaço urbano em questão, abrindo-se assim à interpretações que muitas vezes fogem a esquemas macroexplicativos. Sobre isso o professor Arturo Almandoz, afirma:

en los últimos años la historia cultural y social ha abandonado las “grandes narrativas” o esquemas estructuralistas, bien sean de inspiración marxista o de la *longue durée* de la escuela de los *Annales*, a favor de estudios más focalizados, o “*Imicrohistoria*” en que se enfatizan la contingencia y autonomía de las formas culturales (ALMANDOZ, 2003, p. 146).

Nesse momento estudo sobre a cidade, seja ela qual for, busca entender especificidades daquela comunidade, levando a metodologias e fontes que permitam a análise de um objeto tão específico. Para esta faina o historiador tem em seu arsenal, entre outras armas, a *história oral*, muito bem aplicada e discutida por vários autores, tais como Michael Pollak, Pierre Nora e Verena Alberti. Pollak compara a importância e as possibilidades de estudos que usam como fonte os relatos orais, com os estudos

que usam fontes escritas, ou qualquer outro tipo de fonte, ainda que cada tipo de fonte exija tratamento e metodologias diferentes: “se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral” (POLLAK, 1992, p. 8).

Outro autor de suma importância para esse processo de construção do conhecimento histórico e entendimento da memória é Pierre Nora, que opõe a memória e a história como sendo análogas. A história é claro fica reservada a síntese científica, entretanto a memória é definida como sendo, dinâmica, atual, e ligada a um determinado grupo social, que encontra sua identidade nessa memória que o permeia:

[...] sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido ela está sempre em evolução, aberta à dialética de lembranças e do esquecimento, inconscientemente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptíveis de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivo no eterno presente. [...] A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une. O que quer dizer, como Halbmach fez que há tantas memórias quantos grupos existentes, que ela é, por natureza, múltipla, coletiva plural e individualizada. [...] A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto (NORA, 85, p. 9).

Michel Pollak em seu trabalho, *Memória e Identidade Social*, expõe suas experiências em trabalhos passados de história oral, sobre a relação da memória com a história, e questões teóricas acerca da memória, para ele a memória é uma construção social que ainda aparentando um caráter individual, ela congrega e une um grupo, criando os elementos que o mantém e dando os pilares para a identidade deste determinado grupo. Não é possível estudar a identidade sem antes conhecer é claro os elementos que a definem. Dessa forma Pollak afirma:

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita

3 Leocádio Pereira da Costa (1832-1884), em 1862, fundou o primeiro jornal de Paranaguá, O Comércio do Paraná; Leocádio José Pereira (1848-1886) foi médico humanitário e de grande cultura; Ermelino de Leão (1834-1901) foi um dos principais historiadores da geração paranista; João Regis Pereira da Costa (1863-1935), jornalista, foi do grupo de Leôncio Correia, Nestor Victor e Romário Martins. Cf. COSTA, Samuel Guimarães. O último capitão-mor: 1782-1857. Curitiba: Scientia Et Labor/Editora da UFPR/Prefeitura Municipal de Paranaguá, 1988, p. 233.

entre a memória e o sentimento de identidade (POLLAK, 1992, p. 5).

Mais adiante o autor define ainda a própria identidade, sua relação entre a identidade individual e a coletiva estabelecendo a importância da identidade para a relação entre os indivíduos do grupo.

Que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLAK, 1992, p.5).

A noção da identidade como imagem de si, para si e para os outros (POLLAK, 1992), é basilar na prática da história oral uma vez que revela ainda o caráter coercivo que pode ter as relações dentro da memória e da identidade coletiva. Essa relação pode ser facilmente observada, no conflito entre o que é dito pelo indivíduo, ou seja, a informação que ele tenta transmitir, e a forma com que ele diz (por vezes ainda o que ele não diz), que revela o conflito, os momentos em que as memórias, coletiva e individuais, destoam entre si. Na verdade Pollak nos ajuda a entender que “a priori, a memória parece ser um fenômeno individual” (POLLAK, 1992, p.2), entretanto é um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. (POLLAK, 1992, p.2).

Pierre Nora também analisa a relação da memória com a história e afirma que a coerção de um indivíduo passa pela construção da memória e do indivíduo, que reconstrói e ressignifica seu passado a partir de uma memória geral, assim memória individual é própria do indivíduo, porém ela é ainda um fragmento de uma memória coletiva.

[...] porque a coerção da memória passa definitivamente sobre o indivíduo e somente sobre o indivíduo, como sua revitalização possível repousa sobre sua relação pessoal com seu próprio passado, a atomização de uma memória geral em memória privada da lei da lembrança um intenso poder de coerção interior. Ela obriga cada um a lembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade [...]. (NORA, 85, p.18)

Esse construto permite que os membros de cada comunidade compartilhem determinadas lembranças, lugares de memória como define Nora, reconhecendo-se assim como iguais. Temos aí, a memória criando um sentido de pertença e agindo como elemento consolidador da identidade, seja ela

coletiva ou individual, no caso de Sarandi, como de praxe em toda a zona pioneira ao norte do Estado, a memória e as representações construídas na época da colonização, atual como esse elemento aglutinador, e funda um grupo, o pioneiro, logo mais que uma pessoa que atenda a um simples critério temporal (como é a definição de pioneiro para os outros municípios, como o de Maringá), o pioneiro também partilha um conjunto de representações e valores sobre sua própria vida.

Neste sentido Pollak descreve que na formação da identidade a partir da memória, existem elementos que invariavelmente estão presentes: a unidade física, fronteiras dos grupos, certa continuidade construída pelo grupo, e finalmente coerência entre os diferentes elementos constitutivos da identidade:

Nessa construção da identidade [...] há três elementos essenciais. Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. (POLLAK, 1992, p.5)

Ainda sobre a formação da identidade, Pollak lembra que elementos da memória mudam por conta dos seus interlocutores, tornando assim a memória em elementos que constituem a identidade, um processo dinâmico:

Em certo sentido, determinado número de elementos, tornam-se realidade, passam a fazer parte da própria essência da pessoa, muito embora outros tantos acontecimentos e fatos possam se modificarem função dos interlocutores, ou em função do movimento da fala. (POLLAK, 1992, p.2)

Perceberemos essa dinâmica natural da memória e da identidade, no discurso construído sobre Sarandi acerca de sua fundação, discurso que na verdade sempre esteve ligado a demandas contemporâneas e não necessariamente à busca pelo fato histórico. Finalmente Pollak e Nora definem o que seriam os elementos constitutivos da identidade:

Além dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os lugares. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória

da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu. (POLLAK, 1992, p.2)

Dentre os tais elementos que constituem a memória e a identidade, destacam-se os lugares de memória, segundo Nora esses seriam, “a forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama” (NORA, 85, p.13). Ao discorrer sobre os lugares de memória o autor lembra-se de duas formas de classificá-los, pela sua natureza e pela sua complexidade (NORA, 1985,). Entretanto define que estes são construídos historicamente e socialmente e que seu significado e importância residem nessa construção, e não no elemento físico e real que por ventura seja o lugar de memória:

[...] Diferentemente de todos os objetos da história, os lugares de memória não têm referentes na realidade. [...] o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações. (NORA, 85, p.27)

A prática da história oral permite que o historiador encontre esses lugares de memória, acesse a identidade de um grupo, ao buscarmos os elementos comuns ao grupo, sem desprezarmos, as individualidades de cada informante, uma vez que as entrevistas são feitas com o indivíduo e de preferência em um ambiente livre de influências e interferências externas que possam de alguma forma influenciar o relato colhido (ALBERTI, 2004). Comumente os elementos comuns a todo um grupo estariam ligados à: personagens, eventos, lugares de memória entre outros. O importante é ressaltar que esses elementos não podem ser vistos de forma factual, mas como representações caras à população em questão que por vezes se apoiam em algo real, mas que traz consigo um significado e um discurso que vai além do concreto, assim um lugar de memória é mais que um lugar, mas sim um lugar no espaço e tempo onde o grupo deposita um valor específico, e que para indivíduos de fora do grupo não significa nada (NORA, 1985). Nesse momento o lugar de memória ajuda a definir um limite entre o grupo em questão e o outro, também fundamental para a noção de identidade.

SARANDI E SUA CRIAÇÃO

A Companhia de Terras Norte do Paraná tinha capital britânico e visava inicialmente a exploração do mercado imobiliário, no norte do Paraná, em outras palavras o que a Companhia fez foi adquirir a preços módicos uma vasta área de terras ao norte do Estado e iniciar um processo de ocupação no qual ela empregou conceitos modernos de urbanização trazidos da Inglaterra, hoje esse conceito é mais conhecido como a *cidade jardim* (NETO, 2008). Ainda que a memória coletiva tenha internalizado o café como um dos pilares da colonização e da história do Norte Paranaense, a princípio não se havia planejado isso, a importância que o café adquire nesse processo se deve ao momento que vivia a própria economia cafeeira em meados do século XX (NETO, 2008).

Por mais de cem anos a economia cafeeira esteve centralizada na região sudeste do país, porém nas décadas de 1910 e 1920, houve o deslocamento dessa economia para o norte do Estado do Paraná, uma região que até então era vista como um grande sertão de terras devolutas (terras tidas como improdutivas e não ocupadas que estavam em posse legal do Estado), de acordo com a visão das elites da época, ainda que estudos atuais apontem para a presença de vários grupos de indígenas e de caboclos, entrem os autores que estudam esse tema, um dos mais destacados é o Professor Francisco Silva Noelli que afirma: Muitos estudiosos contribuíram para o conhecimento da região norte paranaense, e mesmo aqueles que apenas se referem a ela, entregam-se ao discurso dominante que omite ou desqualifica a presença indígena na região (NOELLI, 1999, p. 52).

Noelli ainda estuda os elementos que contribuíram para a formação desse discurso, e sobre eles afirma:

[...] os agentes dessa construção são muitos: desde a história oficial das companhias colonizadoras, os discursos governamentais; os escritos que fazem a apologia da colonização; os geógrafos que escrevem sobre a ocupação nas décadas de 30 e 50 do século XX; a historiografia paranaense produzida nas universidades e, por fim, os livros didáticos que se utilizam dessas fontes, repetem para milhares de estudantes do estado a ideia de que as terras indígenas do terceiro planalto do Paraná constituíam um imenso “vazio demográfico”, para ser ocupado pelos pioneiros. (NOELLI, 99, p.31)

Segundo ele o discurso do vazio demográfico é uma construção que ocorreu nos primeiros anos de colonização, levada a cabo pela própria Companhia e pelas elites locais.

Em 1927 a empresa privada “Companhia de Terras Norte do Paraná”, assume após um contrato com o governo do Paraná, o monopólio da exploração imobiliária de parte das terras “devolutas” ao norte do Estado, dando início assim um processo de colonização mais rápido e efetivo que propiciou uma imensa imigração de pessoas vindas de todas as áreas do Brasil e também do exterior, a fim de se instalarem nessa região de ocupação recente, tal processo foi responsável pelo estabelecimento de 63 cidades e patrimônios, incluindo Londrina e Maringá (NETO, 2008), as maiores cidades do interior do Estado, além de vários outros centros com relativa importância para o Estado como Apucarana, Campo Mourão e Umuarama, além claro do discurso dominante sobre a história dessa nova região. Sobre a construção desse discurso.

Desde 1950, muitos foram aqueles que descreveram e analisaram o processo de (re)ocupação da região hoje situada ao norte do estado do Paraná. Além dos escritores locais que normalmente escreviam pequenos estudos sobre a sua cidade. A maioria deles procurou confirmar o discurso dominante, quando não construí-los. (TOMAZI, 2007, p.51)

Porém esse discurso foi construído excluindo outros atores sociais considerados como sendo subalternos ou mesmo indignos pela elite dominante, a pesquisa histórica traz à tona, os elementos negligenciados, ou deliberadamente excluídos das escritas oficiais da história.

Entende-se que a fórmula trinomial Café/Companhia/Pioneiro, mais do que provocar um reducionismo analítico da história maringaense e regional, também causa sensação enfadonha e insossa, pois segue um tom monótono, sem surpresas e descobertas reveladoras. Desposar tal modelo é empobrecer irritantemente a história de uma comunidade rica em lances e nuances. Ao longo do tempo, a hegemonia do trinômio redutor vem cumprindo exitosamente um objetivo maléfico, o de transformar uma experiência vibrante e original em matéria incolor, insípida e inodora. (LEAL, 2011, p. 43)

As críticas feitas a essa historiografia que mantém e reproduz o discurso oficial dominante, abriram então, caminho para novas pesquisas que resgatam as histórias e experiências esquecidas por essa história oficial. É nesse momento que abre-se caminho para que se escreva a história de Sarandi, uma

cidade pequena no subúrbio de uma metrópole, e o resgate da memória dos pioneiros, indiferente de sua classe social ou gênero, ainda que isso vá de encontro com o discurso dominante.

A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Cerca de dez anos após o início da ação da Companhia já existiam os primeiros brancos na região que hoje é Sarandi, Veroni Friedrich, estuda a evolução da política patrimonial em Maringá e revela a ação da população local em construir uma capela em regime de mutirão a partir de 1939, a capela de São Bonifácio, localizada atualmente na divisa dos municípios de Maringá e Sarandi (FRIEDRICH, 2010) nesse momento ainda não haviam núcleos urbanos definidos, o mais próximo era ainda Lovat, atual Mandaguari (REGO; MENEGUETTI, 2006), uma vila dentro do imenso território de Londrina, deste período não foi encontrado nenhum pioneiro, os pioneiros mais antigos encontrados chegaram à cidade por volta do ano de 1947, ano de criação do Município de Mandaguari, e ainda guardam a memória desse período, e da relação que existia com a sede do município.

Nesse final da década de 1940, Sarandi ainda tinha uma realidade bastante precária, o único acesso à região era uma estrada de terra aberta no meio da mata fechada. Em épocas de chuva quando tais rios enchiam e a lama e água tomavam conta da estrada, essa se tornava intransitável e isolava as comunidades que ficavam às suas margens (LUZ, 1999).

Vários entrevistados lembraram-se da madeira e da mata de onde ela era extraída, Sr. Luiz diz que ao caminhar pelas florestas, a árvore mais comum era de longe a peroba, e que também era a melhor para construções, de fato, um dos marcos do Norte do Paraná em suas primeiras décadas é a arquitetura em madeira, como afirma Antônio Carlos Zani em *Arquitetura em Madeira* de 2013, característica presente ainda hoje em Sarandi. Aparentemente nos relatos dos pioneiros, a tarefa de derrubar a mata foi desde cedo masculina e hoje parece ficar marcada como um dos elementos que dão mérito à ação desses homens.

Essa relação com o ambiente é marcante na história da cidade, entretanto é na década de 1940 que vemos a derrubada da mata representada como tarefa hercúlea, os colonos que se instalaram nesse momento realmente chegaram a um espaço des-

provido de infraestrutura, de habitações, plantações, abrir a mata naquele momento foi visto como o legítimo ato de pioneirismo. Podemos perceber tal visão sobre a derrubada da mata, nos relatos daqueles que chegaram à Sarandi na década de 1940. Dona Rosa lembra do processo de derrubar a mata, e transformá-las em tábuas para a construção:

Os homem entrava na mata e derrubava as tora, depois levava lá no fim da picada pra fazer as tabua, era bem difícil naquela época. (Dona Rosa)

Sr. Luiz descreve as árvores na mata com empolgação, e depois fala das qualidades da madeira:

Tinha aquelas arvore grande que precisava de dois, três home pra abraça, precisava de uma turma pra derruba essas arvore, e mais uns tanto pra leva as tora pra serraria. E dava uma madeira boa, a peroba é a melhor madeira que tem pras casa de tábua né. Essa casa ai tem mais de 50 ano e ta ai boa forte ainda né. (Sr Luiz)

É fato que a Cidade de Sarandi só desenvolveu seu núcleo urbano depois de Marialva e de Maringá, suas vizinhas mais próximas, mas para entendermos como foi esse desenvolvimento, e como Sarandi se inscrevia no contexto regional, é necessário olhar para o modelo de planejamento urbano adotado pela Companhia Melhoramento Norte do Paraná, desde a formação de Londrina, primeira cidade formada pela CTNP, foi adotado o modelo da cidade jardim, onde as cidades não poderiam ser muito grandes, mas também não poderiam ser isoladas, assim o correto seria um arquipélago de cidades pequenas ao redor de uma cidade maior, com isso haveria mercado, mão-de-obra, desenvolvimento de um grande centro, mas sem os problemas de superpopulação, e sem perder os laços com o mundo rural (Neto, 2008).

Para garantir a aplicação desse conceito de urbanização, a Companhia planejou cada cidade que seria criada, bem como sua população e o modelo de propriedade que cercaria cada uma dessas cidades, e ligando todo seu arquipélago, uma estrada de rodagem em paralelo com uma ferrovia. O Município de Sarandi não se achava nesse plano, nele havia Ma-

ringá, desde o projeto um centro regional, Marialva, distantes cerca de 15Km, e um pequeno patrimônio próximo a uma estação da ferrovia (REGO; MENE-GUETTI, 2006), o qual anos mais tarde daria origem ao atual município.

Quando nos voltamos para a memória da população que viveu esse período, percebemos que ainda não há Sarandi propriamente dito, há apenas Maringá e Marialva, estes são os lugares administrativamente definidos, entretanto existe o sentido de comunidade entre a população rural que vive nessa área, tal sentido de comunidade não se restringia é claro aos limites políticos administrativos, mas já é uma forma dessa população distinguir-se das populações vizinhas, é um momento da entrevista em se pergunta a Sr. Luiz desde quando ele vive na região de Maringá, imediatamente ele responde: *não, sempre aqui em Sarandi!*

Em 1965 foi criado oficialmente o distrito de Sarandi, pela lei estadual N° 5076 começando então a delimitação de um território ao qual a memória se vinculou, mas o núcleo urbano já existe desde fins dos anos de 1940, dado trazido à tona por Rego e Meneguette, e nos relatos percebemos as memórias e impressões sobre a cidade ainda em fins dos anos 40, na verdade a criação do Distrito de Sarandi em 1965 foi um fato lembrado apenas por uma entrevistada, Dona Dionísia, já que seu pai *comissário de menor* segundo a mesma, do distrito, logo estava inserido nas questões político administrativa. Possivelmente a criação do distrito jurídico administrativo em 1965 apenas formalizou algo que já existia, a existência de Sarandi dentro do território de Marialva, porém distinta de Marialva, por isso só se lembrou da data a filha de um dos novos funcionários que trabalharam para esse distrito, Dona Dionísia. Por fim a importância parece ter desaparecido frente ao 14 de outubro de 1981, data da emancipação política do Município. Percebe-se ainda que a população que viveu na cidade nesse período em que o distrito fez parte de Marialva, se ressentia da cidade mais antiga, como afirmam alguns entrevistados:

Marialva tem uma dívida muito grande com Sarandi, Maringá também tem, mas Marialva tem mais. (Dona Dionísia)

5 Renomado escritor francês nascido em 2 de abril de 1840, faleceu em 29 de setembro de 1902. Em 1898 denunciou erros jurídicos e complô do exército francês no caso Dreyfus, o que pode ter levado a sua morte.

6 Alfred Dreyfus acusado injustamente em 1894 por trair o exército francês entregando ao exército alemão documentos secretos. Um dos casos de erro jurídico mais famoso da história.

7 Filósofo, cientista político, comunista e político italiano, 1891-1937.

8 Importante lembrar que a visão de Gramsci é traçada pelo marxismo, por isso, o intelectual orgânico deve defender os interesses das classes subalternas.

Os político de Marialva não fazia nada por Sarandi, só cobrava imposto e aqui não tinha nada, por isso que o povo quis separar. (Sr. Pedro Basse)

Há, depois que separe de Marialva ai as coisa começo a melhora, porque ai tinha um político daqui né, um prefeito daqui. (Dona Cida)

Quanto aos espaços dentro da própria cidade, devemos lembrar que ainda nos anos de 1940, na fase inicial da (re)colonização (LUZ, 1999), não havia ainda a ocupação efetiva, ou centros urbanos mais desenvolvidos, as localizações davam-se de acordo com a quilometragem da estrada que ligava Londrina, ao Porto São José, passando por Maringá e Paranaíba (NETO, 2008). Segundo o relato de todos os entrevistados, logo que a população rural se estabeleceu ainda nos anos de 1940, no que hoje é Sarandi, começaram a surgir estabelecimentos, em um determinado ponto da estrada, pouco a pouco surge um povoado não planejado pela Companhia Melhoramentos, ao redor de uma venda e de uma antiga máquina de beneficiamento de arroz, devido à sua localização da estrada, o local ficou conhecido como Km 115, ou simplesmente 15. Essa informação foi fornecida pelos informantes, e de fato não foi encontrado nenhum registro bibliográfico sobre o planejamento desse povoado, bem como o de tantos outros na região, mesmo pelo seu tamanho bastante reduzido, porém sabemos que ele existiu e, pelos relatos, que é tão antigo quanto, ou ainda mais, que o patrimônio planejado pela Companhia, Dona Dionísia afirma que:

A igreja da comunidade foi feita primeiro lá no 15, porque todo mundo esperava que o centro fosse ser lá, porque lá era mais desenvolvido que aqui, ninguém esperava que a cidade crescesse aqui (km 118, ou Sarandi Velho, hoje corresponde ao centro da cidade). (Dona Dionísia)

Tinha gente que saia aqui do Sarandi (e ai fazer compra lá no 15 porque lá era mais desenvolvido, até farmácia tinha lá. (Sr. Luiz)

A um caso interessante de uma foto que está em uma publicação da prefeitura de 1983, na qual esta foto bastante famosa e 3 entrevistados a reconheceram como sendo a instalação do cruzeiro nessa região chamada Km 115, porém nas publicações da prefeitura: Sarandi 1983 O Futuro Esta Nasceu de, e Sarandi cidade em Progresso do Paraná de 1988, ela aparece apenas como instalação do cruzeiro em Sarandi, e foram encontradas fotos da capela que existia no Km 115, percebemos que nesse

contexto a história desse segundo eixo na formação da cidade foi possivelmente excluído, para que se estabelecesse um discurso de uma elite política.

Em 1954 chega a cidade o primeiro trem, a estação ferroviária ficava no patrimônio planejado pela CMNP, localizado 3 quilômetros mais adiante do já mencionado 15, por isso inicialmente esse povoado foi chamado de Km 118, ou O Sarandi (hoje esse espaço, é conhecido como Sarandi Velho) desde então o fluxo de pessoas para a nova região aumenta, porém agora os novos moradores também iram se estabelecer na área urbana ao redor da estação. Segundo Dona Dionísia alguns anos depois da estação, foi feita a estrada nova, asfaltada (BR 376, que ao cortar Marialva, Sarandi e Maringá, ganha o nome de Avenida Cristovão Colombo) que passava pela cidade, “isso deixou o 15 de vez para trás”.

A VINDA

É claro que não podemos esquecer que tal processo de ocupação começa ainda antes da instalação dos colonos na região, os primeiros passos são as ações de propagandas e publicidade, lançadas pela Companhia, que arregimentavam os futuros habitantes da região com promessas de terras férteis e colheitas fartas (NETO, 2008), tais propagandas não aparecem em nossas entrevistas, provavelmente pela tenra idade em que nossos informantes chegaram ainda muito novos à Sarandi e por isso guardam poucas lembranças desse processo. Também encontramos nos relatos de Dona Maria, Dona Laura, Sr. Pedro, Mesmo Dona Dionísia e Dona Cida, outra informação relevante, estes informantes que vieram ainda no início da colonização, foram precedidos por parentes que relataram a fertilidade da terra e as boas condições de pagamento, assim se torna evidente um movimento espontâneo, onde famílias inteiras acabam indo para a região da frente pioneira. Obviamente a propaganda produzida pela CTNP, e posteriormente CMNP é o início do discurso que ainda hoje é engendrado e reproduzido. Mas é claro que a experiência real de quem deixou o lugar de origem, para se instalar em uma região nova e desprovida de infraestrutura ou recurso é bastante diferente.

Foi unânime entre entrevistados e na bibliografia a respeito, que o movimento populacional foi movido por desejos e esperanças de uma vida melhor, e da construção de um patrimônio, este tema já se evidencia pelo conteúdo das campanhas publi-

citárias da Companhia, este tema já foi bastante explorado por autores como: José Miguel Arias Neto (2008), Francisco Silva Noelli (1999), Joel Júnior Calvalcante (2013), Paulo Cesar Tomaz (2008), e o próprio José Ferreira Duque Estrada (2014), primeiro a escrever um livro sobre a formação de Maringá. Como já se evidencia na produtividade das terras, divulgada pelas propagandas da Companhia. Mas os primeiros habitantes guardam é claro a lembrança da mudança, não apenas da viagem feita em *pau de arara* e ônibus antigos e precários, mas também do processo sofrido de deixar seu espaço e passar a viver em outro.

De Apucarana para cá não tinha (trem), aí nós viemos de caminhão mesmo todo mundo lá encima, aí deve coincidir com o que minha irmã falou naquele pau-de-arara, e descemos ali na venda que tem no Vera Crus, então nós viemos na estrada velha e descemos ali, mas viemos assim, meu pai, minha mãe, minha irmã e eu, e alguns sacos, mais nada, nossa mudança estava toda nos sacos, roupas, coisas de cozinha, tudo dentro dos sacos. (Dona Dionísia)

Sarandi nesse momento era um mundo novo para os novos habitantes que tinham, uma tradição ou laço entre o espaço em questão e a população que chegava, não era uma mudança para a casa de um parente que vivia numa cidade afastada, era a mudança para um lugar completamente novo e estranho.

meu pai saía de lá e ia trabalhar lá na Cuiabá (atual avenida Cuiabá), porque ele tinha que lá não tinha serviço. (Dona Dionísia)

Entre os entrevistados, Seu Luiz e Dona Rosa, não se lembram da vinda, pois chegaram a cidade ainda em idade muito tenra, vindos ainda nos anos 1940, por isso guardam apenas poucos fragmentos da viagem e da mudança. Entretanto aqueles que vieram posteriormente guardam ainda a memória desse processo, sempre doloroso. É interessante nesse momento o relato de Dona Dionísia, que veio para a cidade aos 8 anos, e Dona Maria, que chegou aproximadamente aos 10 anos. Ambas relatam a dor em deixar a cidade em que viviam:

Eu chorava muito, porque eu não queria vim, lá agente tinha nossa casa, mas a gente tinha que vim, eu lembro que eu não largava minha irmã, ela também não se conformava com sai de lá. Aqui não tinha nada, nossa casa era de palmito com chão de terra batida. (Dona Dionísia)

Esse depoimento é corroborado pela irmã de Dona Dionísia, Dona Cida. Também Dona Maria lembra-se do caráter impositivo da viagem. Ela vivia em sua cidade natal, Cornélio Procopio, já no Paraná.

Ah! eu não queria vim não, eu gostava de lá, da fazenda, a gente conhecia todo mundo que morava lá na colônia, mas o pai fez agente vim, né! Fazer o que! O pai manda a a gente obedece. (Dona Dionísia)

Dona Cida, irmã mais velha de Dona Dionísia, se lembra melhor da do impacto de viver em uma região tão diferente:

E a gente moro aqui, no ranchinho enquanto meu pai e minha mãe abriu a chácara, lembro que agente chorava porque tinha carvão a gente se sujava muito a terra vermelha, e no estado de São Paulo não tem terra vermelha é areia, a gente não se sujava. (Dona Cida)

Devido à falta de infraestrutura a viagem era feita em dois modais, o trem de passageiros chegava somente até Apucarana, como descrevem Dona Cida e sua irmã. Este fato é lembrado também por Dona. Pasqualina e a Dona Laura. Depois de Apucarana a viagem era completada pela precária estrada de rodagem aberta ainda na década de 1920 e percorrida por ônibus antigos (jardineiras) da lendária *Viação Garcia* e por caminhões (*pau de arara*), usados pela maioria, onde os passageiros se equilibravam nas caçambas com seus poucos pertences a tiracolo. Ao longo desse trecho com aproximadamente 70 quilômetros, feito ao longo de uma tarde ou uma manhã inteira, haviam inúmeros locais de parada onde os viajantes descansavam do incomodo sacolejo.

Tais pontos de parada eram as famosas *vendas de secos e molhados* e bares, que nesse momento se proliferavam tanto pelos nascentes centros urbanos, como pelas margens das estradas, cada vez mais movimentados. Tanto em Sarandi como em Maringá, os paus de arara e jardineiras da Garcia paravam nos mesmos locais pré estabelecidos.

Dona Dionísia, sua irmã, D. Cida, S. Luiz, e S. Pedro Basse. Todos citaram muitos eventos e eventualmente datas bastante precisas, entretanto foi interessante um contraste, Dona Rosa, Dona Cida, e S. Luiz não guardavam com clareza as datas públicas, guardando melhor as datas de família, D. Dionísia chegou a lembrar o dia em que chegou à Sarandi em 30 de agosto 1952, porém não guardaram as datas de eventos públicos, ainda que mais marcantes nos

relatos, tais como a emancipação política de Marialva (já que por mais de 30 anos a cidade foi distrito de Marialva, incluindo sua colonização e crescimento urbano, além da instalação dos primeiros serviços públicos como escolas e postos de saúde, e claro, a primeira paróquia) ou a emancipação política de Sarandi. Esse efeito foi ainda descrito por Pollak:

[...] as datas precisas que pudemos identificar em seus relatos eram as da vida familiar: nascimento dos filhos, até mesmo datas muito precisas de nascimento de todos os primos, todas as primas, todos os sobrinhos e sobrinhas. Mas havia uma nítida imprecisão em relação às datas públicas, ligadas à vida política.

No extremo oposto, só para marcar a polaridade, se fizemos entrevistas com personagens públicas, a vida familiar, a vida privada, vai quase que desaparecer do relato. Iremos nos deparar com a reconstrução política da biografia, e as datas públicas quase que se tornam datas privadas. (POLLAK, 1992,3)

O Senhor Pedro Basse e Dona Dionísia foram esse extremo oposto ao enfatizar a vida pública, foi interessante que em determinados momentos foi necessário trazer o senhor Pedro de volta ao assunto, pois este estava apenas descrevendo de forma quase que cronológica a história política da cidade. Muito interessante também que Sr. Pedro se coloca sempre como um participante bastante ativo, quase primordial, das mudanças políticas ocorridas na cidade, em especial da emancipação política. Quando ele dá seu relato sobre a emancipação política do município, ele e seu irmão veem como os precursores desse processo.

[...] os primeiros, espetaculares e triunfantes, imponentes e geralmente impostos, quer por uma autoridade nacional, que por um corpo construído, mas sempre de cima, tem muitas vezes a frieza ou a solenidade das cerimônias oficiais. Mais nos deixamos levar do que vamos a eles. Os segundos são os lugares refúgio, o santuário das fidelidades espontâneas e das peregrinações do silêncio. É o coração vivo da memória [...]. (Nora, 85, p.26)

OS ESPAÇOS E A MEMÓRIA

Na marcha que acompanhou a formação das cidades nessa região, inicialmente todas as terras formadas pela “Mesopotâmia, Tibagi, Ivaí, Paranapanema” até a foz do Ivaí, pertenciam ao município de Jataizinho, em 1934 Londrina foi emancipada, então todas as terras a oeste do Tibagi e a norte do Ivaí tornam-se território de Londrina (Neto, 2008), em 1947 Mandaguari emancipa-se de Apucarana, e fica

com o imenso território ia até a foz do Ivaí. O novo município de Mandaguari já surge com 3 distritos: Marialva, Maringá e Paranavaí. Finalmente em 1951 Marialva é elevada a município (Duque Estrada, 2008), e dentro de Marialva surgiu o distrito de Sarandi, como se evidencia nas publicações realizadas pela prefeitura nos anos de 1980.

Já nesse momento começamos a formar os primeiros locais, fisicamente falando, de memória eminentemente dentro da cidade, por exemplo, o Bar Azul, uma venda de secos e molhados, às margens da estrada de rodagem na localidade do 115. As irmãs descrevem o estabelecimento inicialmente, ao descreverem a viagem de até Sarandi, elas saem de Bernardino de Campos, no interior de São Paulo, e desembarcaram em Apucarana, ponto final da estrada de ferro, de lá a família embarcou em um caminhão *pau de arara*, que seguiu pela estrada tomada pela terra e poeira. O ponto de chegada em Sarandi foi justamente o Bar Azul. Além das irmãs, o Sr Luiz o descreve como o usual ponto de chegada dos “*paus de arara*” e das “*jardineiras*” que traziam os migrantes, como parada de descanso para os que seguiam viagem para Maringá ou as cidades que ficavam ao longo da estrada, Sr Luiz também lembra do Bar como ponto de encontro entre os homens que moravam naquela área.

Essa estrada seguiu por muitos anos como a principal via de comunicação do Norte Novo do Paraná, Dona Cida Lembra-se das condições de circulação nessa estrada:

Tinha um barro, a estrada era ali onde tá a Avenida Maringá, acho que por isso que chama Avenida Maringá. Era um barro que você nem imagina. O ônibus atolava, caminhão atolava, e tinha um ponto de ônibus bem ali no cantinho da praça. Tinha uma mulher que chamava Maria que tinha um quiosque e vendia salgado. (Dona Cida)

Interessante que este bar se localiza no povoado do 115, local mais distante do centro urbano planejado pela Companhia, outro ponto chave é que durante as entrevistas houveram relatos de inúmeras edificações, entretanto 4 se destacam: o Bar Azul, a capela do centro da cidade (que deu origem a atual Paróquia Nossa Senhora das Graças), a Igreja dos Padres (Capela de São Bonifácio), e a antiga Escola Isolada de Sarandi. Mas o que torna a antiga venda de secos e molhados ainda mais excepcional, é que ela é a única ainda existente e hoje localizada no município de Sarandi :

* A Igrejinha no centro da cidade, deu lugar a nova Igreja Matriz de Nossa senhora das Graças;

* A antiga Escola Isolada de Sarandi, posteriormente Escola Municipal de Sarandi e depois Escola Santa Cecília, dividiu espaço com o Colégio Estadual Olavo Bilac, após o fechamento da Santa Cecília, o espaço que tradicionalmente era dedicado a educação e escolarização seguiu tendo a mesma função, dado que o terreno que um dia abrigou a primeira escola de Sarandi e abriga ainda hoje o colégio mais antigo da cidade (BERTONHA, 2010);

* A Capela dos padres passou por algumas modificações, nos anos de 1990 foi restaurada, posteriormente tombada, mas não se localiza no território hoje pertencente à Sarandi, além do mais com a construção de uma Igreja no centro do povoado, aos poucos eliminou sua importância, ao ponto de nenhum dos entrevistados saber se ela ainda estava em pé;

* Porém o Bar Azul seguiu sua história quase sem nenhuma alteração em sua estrutura, que ainda hoje é conservada pelos proprietários. Dessa forma das 4 edificações mais lembradas, o Bar é a única que, ainda, permanece presente para a comunidade.

Como já foi observado, nesse momento que Sarandi tem uma origem dupla por assim dizer, pois ainda que os registros da companhia tragam a formação da cidade no Km 118 da estrada de rodagem, no Km 115 temos também a formação de um povoado, este povoado é bastante presente na memória dos pioneiros, pois ali se realizavam inúmeros eventos religiosos, além de existir ali certo comércio que servia a toda a população. Este povoado no Km 115 e o novo povoado planejado pela CMNP, que constituiu no núcleo central do que hoje é o município de Sarandi, estavam separadas, com o crescimento urbano as duas áreas se fundiram e hoje o Km 115, mais antigo segundo os relatos, é apenas uma região da periferia da cidade, um processo semelhante também foi observado por Noelli (NOELLI, 1999), onde o atual centro de Maringá se encontra em um ponto planejado pela CMNP, porém o início da cidade se deu em outro ponto, a partir de um povoado hoje conhecido como Maringá Velho.

O processo de colonização se deu de forma muito rápida, no início da década de 1940, existiam apenas uma capela, poucas propriedades que pouco produziam e uma estrada, 10 anos mais tarde duas vilas, dois núcleos urbanos bem próximos, comércio cada vez mais aquecido e rápido crescimento populacional. Isso produziu certo estado de

euforia dado o caráter pioneiro de tudo que se fazia (NOELLI, 1999), em contraste com a euforia típica de uma zona pioneira haviam as dificuldades em decorrência da falta de infraestrutura (também descritas por Noelli entre outros autores). Esses problemas relacionados aos serviços básicos povoam a memória daqueles que viveram esses primeiros anos.

Dona Dionísia lembra-se com orgulho da mãe que andava cerca de quatro quilômetros para conseguir lavar roupa na casa de um parente, onde havia um poço e um tanque, segundo ela a roupa era levada em trouxas na cabeça da mãe, demorou cerca de 2 anos para a família se mudar para outra casa, já no 118, onde havia um tanque. Dona Dionísia hoje é professora aposentada e teve participação bastante ativa na via política da cidade, sendo diretora do que foi por décadas o único colégio estadual da cidade, o já referido Colégio Olavo Bilac, além de ajudar a rede municipal de educação quando essa se expande nas décadas de 1980 e 1990. Porém a informante relata que teve seus estudos atrasados, e que isso lhe frustrava muito. Os anos de atraso seriam em decorrência da falta de escola na cidade. Sr Luiz e Dona Pasqualina relatam o mesmo problema, na verdade ambos estudaram apenas os primeiros anos do primário em um grupo escolar que funcionava no galpão de um sítio próximo ao Km 115, do qual não foram encontrados registros oficiais.

Não eram apenas as escolas, Dona Dionísia chega a rir quando fala do abastecimento de água feito por um poço artesiano que ficava em seu quintal, e que fornecia água para sua casa e para os vizinhos.

No quintal atrás da nossa casa tinha um poço e todo mundo ia busca água lá, puxava água na manivela, era engraçado, porque a água as vezes derramava um pouco, e o quintal da minha mãe vivia cheio de lama, ela ficava brava porque ela gostava muito de limpeza. (Dona Dionísia)

Dona Dionísia relata que seu pai era muito participativo na comunidade e por isso ela se lembra bem das mudanças pelas quais a cidade passou desses seus primeiros anos.

A luz elétrica quando chegou aqui, os postes eram de eucalipto, quando chegou a Coopel, meu pai e seu Salvador Jordano, fizeram um

9 O movimento Paranista foi um movimento artístico, cultural e social a favor do desenvolvimento e busca de identidade do Estado. Buscava-se signos que representassem o estado e sua intelectualidade, relacionados ao contexto político e econômico do início do século XX.

abaixo assinado, cada um dava um poste para pôr luz no Sarandi, era só ali na Praça Ipiranga, só La na praça, só ali naquele contorno e na Igreja, depois foi expandindo, foi pela Londrina, Maringá. Daí troco os postes e estendeu pra Sarandi. (Dona Cida)

As obras feitas na cidade eram sempre em regime de mutirão como relembram os entrevistados e também em, exemplo de outras obras significativas presentes na região, com a Capela de São Bonifácio, a igreja dos padres, como as principais obras foram feitas com a cooperação da comunidade ela se torna mais um motivo de orgulho e referência identitária, percebemos isso de forma muito intensas nos relatos de Dona Dionísia, Dona Rosa e Sr. Pedro, pois suas famílias tiveram participação política mais ativa na cidade ou tinham meios para exercer certa influência, assim Dona Rosa ressalta a participação sua e de seu pai na construção da primeira igreja, ainda no começo da década de 1950.

A madeira daquela igreja ali no centro, foi meu pai quem doou, ele e mais uns sitiante, doaram as toras, depois levou lá no *Fim da Picada*, (localidade de Maringá onde encontrava-se uma das primeiras serrarias da região), para fazer as tábuas, depois os homens trabalhavam para construir a igreja. A primeira missa, foi eu que bordei a toalha do altar. Branca com um bordado verde e figuras de uvas. Eu que fiz ela. (Dona Rosa)

Dona Dionísia tem um relato parecido sobre a eletrificação de Sarandi:

Não tinha energia, que tudo escuro, tinha um grupo de pessoas que tinha o meu pai, e junto de político de Marialva e trouxeram a energia, mas os postes eram todos de eucalipto, eles foram corta eucalipto ali perto do Vera Cruz, ai eles plantaram os postes e trouxeram a luz, ai ia toda noite eu minha irmã eu meu pai com uma chave, liga a chave para acender a luz da rua. Ai quando trouxe a luz, meu pai foi o primeiro que teve energia em casa, foi uma festa. (Dona Dionísia)

Outro relato bastante interessante é do Sr Pedro Base, famoso construtor de casas da cidade, que ajudou a construir o salão paroquial da cidade em substituição ao salão antigo feito em madeira nos anos de 1970. Ele relata ter construído o primeiro sobrado e a primeira casa de alvenaria da cidade, em outro momento ele também fala sobre um certo plebiscito promovido pelo seu irmão, que pretendia a separação do Distrito de Sarandi do Município de Marialva e sua anexação ao Município de Maringá, dado ao nítido avanço que Maringá já apresentava frente a Marialva e a dependência econômica que Sarandi desenvolveu com a nascente metrópole.

CONVIVÊNCIA COM A COMUNIDADE, RELAÇÕES COM O OUTRO

Quando os entrevistados foram perguntados sobre a convivência com a comunidade todos relembram de com saudosismo das amizades entre pessoas e famílias, além de brincadeiras na rua e nos sítios. A primeira coisa que devemos lembrar é que todos os informantes passaram sua juventude na Sarandi dos anos de 1950, logo suas lembranças desse período iram remeter a sua infância e suas relações com amigos e com sua própria família, e claro, às relações mediadas pela Igreja.

Por volta de 1952 a primeira igreja já estava em construção no Km 118, hoje centro de Sarandi, e nesse momento ela aparece como um elemento aglutinador da comunidade, sendo ela centro de parte das atividades familiares, seu prédio e suas celebrações são importantes para a coesão da comunidade. Como já foi mencionado, Dona Rosa orgulha-se por seu pai ter fornecido madeira para a primeira igreja, construída no início da década de 1950, e por haver ela bordado a toalha que cobriu o altar para a primeira missa dessa igreja, em um momento anterior a construção desta igreja, a dificuldade da prática religiosa imposta pelas distâncias era marcante, levando os habitantes da zona rural a caminharem mais de 10 km para participarem das missas.

O caráter aglutinador que a Igreja tem para essa comunidade dos anos de iniciais da colonização, pode ser visto pelo caráter comunitário da construção dos principais prédios da cidade, tais como a primeira escola os primeiros postes de iluminação e claro da igreja, tanto da Religião Católica como da Congregação Cristã do Brasil. A esse respeito, Dona Cida lembra-se da convivência que tinha com a comunidade e da socialização que girava em torno da Igreja:

[...] tinha igreja né, todo mundo se reunia, os amigos ajudavam, se tinha uma família pobre todas as mulheres, se ajuntavam e ajudavam. (Dona Cida).

Nessa fala a entrevistada menciona o sistema de mutirão, que se mostra em outros momentos da história de Sarandi e da região, como pode-se perceber em outros documentos. A própria informante lembra-se de outros lugares exemplos do sistema de mutirão para as obras em Sarandi:

Fizeram a Igreja, a escola, a Assembléia de Deus, a Cristão, a Congregação Cristã do Brasil) foi a primeira igreja evangélica do Sarandi. Então o povo se unia e colaborava com dinheiro mesmo. (Dona Cida)

Lembramos que nesse momento não existem muitas atividades de lazer, ou de interação social, assim o calendário de festas da Igreja é fundamental para essa comunidade, os principais eventos organizam-se principalmente em torno da Igreja, aos poucos o entorno da igreja torna-se por si só um centro de convivência, organizando ali lugares como: Bar do Bocha e o Bar do Basquete, jogos como: bocha, malha e futebol, os primeiros comércios da cidade, ou um simples local para passeios e encontros.

Os habitantes mais antigos lembram-se das atividades de lazer e de recreação disponíveis na cidade em seus primórdios, tais atividades são muito bem descritas por três pioneiros específicos: Seu Luiz, Dona Dionísia e Dona Pasqualina. Relatam os bares que se multiplicavam ao redor da Praça Ipiranga, ponto central da cidade ainda nos dias de hoje, além das partidas de futebol realizadas quase que diariamente nos campos improvisados no descampado da praça ainda sem nenhuma infraestrutura, somente a Igreja, um coreto, um ponto de ônibus da viação Garcia e um salão paroquial ainda em construção. A esse respeito Dona Dionísia relata:

Meu pai sempre era envolvido na parte política, apesar de que nunca foi candidato, ele sempre esteve envolvido, querendo trazer coisas. A única coisa que tinha na época era a igreja, ela era o centro de tudo. Tinha a Igreja, a escola do lado e as vendas no entorno da igreja. Então Sarandi tinha um centro que era ali, tinha um centro de convivência que era ali, fora dali mais nada. (Dona Dionísia)

Finalmente uma questão fundamental que não pode ser desprezadas ao se resgatar a memória sobre a cidade, e principalmente as relações entre os membros da comunidade, são as questões gênero, muito bem estudados por Scott:

(...) Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de idéias sobre as papeis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gêneros” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta a um corpo sexuado. (SCOTT, 1995, p. 75).

Quando perguntadas das relações interpessoais com os familiares, percebe-se que as famílias no

meio urbano eram menores e nucleares, uma média de 5 pessoas: Pai, Mãe, 3 filhos. No meio rural as famílias eram, em geral, extensas e bem numerosas, média de nove pessoas por família (chegando até mesmo a 19 pessoas na mesma casa), contando com avós, tios e primos. Além disso, aparentemente as famílias no meio urbano tinham uma relação mais estreita entre pais e filhos.

Percebemos que nos relatos dos habitantes da zona rural, é muito forte a poder masculino sobre a família e tanto a mulher como filhos devem obedecer ao pai incondicionalmente, quanto aos assuntos de fora da casa, foi unânime também a fala que quem mandava dentro da casa eram as mulheres. Porém em relatos feitos pelos habitantes que vinham da zona rural, foram descritas situações tais como a do banho, onde os homens tomavam banho antes das mulheres, e por vezes isso fazia com que elas tomassem banho com água fria, mesmo quando os relatos falam que a mulher é que mandava na casa, esse mando era justamente no universo doméstico, e a serviço da primazia masculina.

Haviam outras formas de separação dos sexos, uma delas era a liberdade que se dava aos homens a partir de certa idade, ao passo que as mulheres seguiam rigidamente controladas pela família, interessante que este controle não vinha apenas do pai ou dos irmãos, mas também das mães e avós, assim a mulher nesse contexto reproduz a dominação masculina sobre a própria mulher. Dona Maria dá a informação mais interessante a esse respeito, ao falar da relação com seus pais, ela lembra que por vezes seu pai lhe dava mais liberdade e que ambos eram quase companheiros, porém sua mãe que lhe impunha o cuidado com a casa, com seus irmãos pequenos ou como se comportar. Nesse momento das entrevistas temos um excelente exemplo daquilo que Pierre Bourdieu chama de violência simbólica, “uma violência que vai do oprimido para o oprimido, violência suave, invisível às suas próprias vítimas” (BOURDIEU, 2002, p. 3)

Ainda sobre essas relações de gênero, Dona Pasqualina traz uma experiência interessante, sua mãe faleceu quando esta tinha cerca de 10 anos, assim seu pai viúvo fez com que ela assumisse o cuidado com a casa, porém ela não sabia como fazer todo o trabalho doméstico, quando não conseguia, seu pai lhe batia, segundo ela, esses castigos físicos eram comuns. Quando ela foi perguntada sobre como ela se sentia sobre os castigos do pai, ela respondeu, *era ruim, ele tava no direito dele, tava certo*. Bourdieu

também revela características importantes da violência masculina sobre a mulher: a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação (BOURDIEU, 2002, p. 10). Novamente há um exemplo da violência simbólica, pois ainda que o pai a tenha castigado, ela não vê isso como algo errado, mas sim direito do pai sobre ela, que como ela própria disse, *era moça né!*

Os habitantes da cidade relataram relações mais flexíveis dentro da família, possivelmente em decorrência do número menor de membros nas famílias urbanas, ainda que o homem fosse mais forte que a mulher, havia mais liberdade de trabalho para as mulheres, que poderiam buscar colocações fora do universo doméstico, ainda que inferiores às dos homens. Porém esse ambiente urbano não está livre da violência simbólica. Dona Cida lembra em um momento, das vestes, e afirma:

as veis, eu lembro, as menina era bem cuidada, não podia namora. E quando uma usava calça cumprida então, o povo já começava a fala que era... que era mulher da vida, mulher não podia usar calça cumprida de home né! (Dona Cida)

Mais adiante a mesma informante elogia o fato da filha ser mais comportada que as meninas da mesma idade:

Graças a Deus a Rebeca nunca me deu trabalho, nunca me deu desgosto, nunca namoro, num fica por rai que nem as menina de hoje, num vai pra bar bebe guaraná, num bebe cerveja. O primeiro namorado é esse que ela tá. (Dona Cida)

Novamente ao passar esses padrões de comportamento à filha, na verdade ela, enquanto mulher reproduz os valores machistas sobre a mulher, os valores do dominador sobre o dominado. Talvez a informação mais interessante foi fornecida por Dona Cida, que ao ser questionada sobre como era a cidade de Sarandi, quando ela saiu da área rural para a cidade, ela respondeu sem pensar muito, *“tinha muito bandido”*. Esse relato vai de encontro com o que os habitantes das zonas rurais relatam, de que o início da colonização era um período mais tranquilo e pacífico, livre de violências. Aparentemente os relatos sobre essa suposta violência dizem que ela cessou entre fins da década de 1950 e início de 1960, segundo parte dos entrevistados, isso se deve ao fato de a Companhia de Terras, parar de vender as terras loteadas, e diminuir o fluxo populacional para a nova região.

Apenas uma entrevistada, Dona. Cida relatou que o marido era bastante irascível e sofria de alcoolismo, entretanto, indiferente ao espaço em que viviam, não houveram relatos de violência contra a mulher ou abusos contra as crianças, ainda que tenha ficado clara a visão que essa população tinha em relação ao comportamento da mulher.

Aparentemente a mulher teria uma posição tão subalterna nessa sociedade que até mesmo o direito há memória foi cerceado, sempre quando uma mulher era entrevistada, ouvia-se ao fim da entrevista uma fala muito interessante: *de repente um homem pode te dar mais informações*, como se essa mulher não tivesse a capacidade de lembrar o passado e por isso precisam do homem, até mesmo para guardar a sua própria memória.

As famílias extensas eram mais comuns na zona rural, ou mesmo antes da formação do núcleo urbano inicial, onde várias gerações dividiam uma mesma propriedade. Nos relatos colhidos houve várias referências a famílias de até 19 pessoas, todos vivendo em uma mesma casa.

Para o trabalho é evidente a divisão por sexo, o trabalho era basicamente rural, tanto para homens como para mulheres, porém as possibilidades para trabalho feminino eram mais escassas, até que a cidade cresceu e surgiram formas de trabalho urbano.

... e aqui também na cidade ainda era aquele estilo do povo do sítio, porque praticamente todo o pessoal que veio aqui naquela época era todo povo da Roça, que trabalhava na lavoura, então não era assim tão difícil naquela época porque já havia mudado muito, Né, já começo a entrar a fazenda de mecanização muitas pessoas do sítio já andaram comprando carro trator... (Sr. Luiz)

Os laços não eram estabelecidos apenas por casamentos entre as famílias, mas também por questões culturais e religiosas, como o apadrinhamento dos filhos de amigos, sobre isso Dona Cida recorda:

Se a minha mãe fosse contar o número de compadres e comadres que ela tinha em Sarandi, o meu pai foi compadre no Neco da Carminha. Nossa naquela época era... Casamento era um festão, porque casou né! Hoje nem casa direito, hoje casa e separa, naquela época não tinha divórcio, separação nada, mulher era criada para casar e ser feliz no casamento, hoje não, deu certo deu não deu desse, não tem mais compromisso. Os filhos não viam briga, eu nunca vi meu pai minha mãe brigando, hoje em dia os filhos até entram na briga. Quando era natal as vezes meu pai convidava os compadre, e todo mundo se dava, mas hoje vira costas, naquela época em Sarandi não.

Tinha uma pessoa precisava de ajuda nossa tinha o apostolado da oração, até a sua avó foi, ia na casa. (Dona Cida)

Ao falar das relações interpessoais é complicado separar a convivência familiar da convivência com o resto da comunidade, pois nos anos de 1940 havia apenas uma parca população, e apenas na zona rural e distante em relação aos nascentes centros urbanos, faziam com que a convivência fosse bastante restrita aos entes da família, como indica dona Dionísia, mesmo os namoros deveriam ocorrer sob o olhar vigilante de um dos membros da família da moça. A vivência fora do sítio da família é restrita às atividades religiosas, basicamente missas aos domingos de manhã e quermesses, pelas quais se chegava a caminhar por horas sob o frio, ou garoa. Talvez por essa dificuldade em participar da missa que a “Fazenda dos Padres” tenha ficado marcada na memória desses pioneiros.

À medida que ocorriam os casamentos, os casais passavam a viver com uma das famílias, assim formavam-se as famílias extensas, bem características da zona rural. Depois do crescimento das primeiras zonas urbanas em Sarandi, a convivência social se amplia e os laços vão além da sua própria família. É nesse momento que novos lugares de referência aparecem, todos ao redor da Praça Ipiranga, na qual estava a igreja católica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação colonizadora da Companhia de Terras, foi um pilar em que se apoiou o discurso histórico sobre a formação do Norte do Paraná, sendo assim, percebemos isso no relato da população mais simples que foi entrevistada, ou nos textos oficiais publicados pela prefeitura municipal, a internalização e reprodução do discurso tradicional sobre a cidade e moldou também a memória coletiva de sua população. Porém com o uso da história oral e novos paradigmas teóricos revelou o dinamismo inerente a uma colonização, e a fundação de uma cidade criou uma memória que distingue Sarandi do restante da imensa região (re)ocupada pela CMNP.

Essas novas metodologias e paradigmas mais recentes revelaram elementos que ajudam a identifica-

de de determinada população, como também permitiu o questionamento de verdades consolidadas pelo grupo, que por seu caráter muitas vezes coercitivo agem tanto quanto os laços emocionais como formador dessa memória e discurso que fundam o sentimento de pertença da população que os absorveu e os reproduz. Finalmente encontramos um contexto onde a mulher relega ao homem a capacidade de guardar a própria história, suas impressões, suas vivências, suas experiências, a visão que essa mulher cria em torno de si própria é uma imagem de submissão.

FONTES

TEXTUAIS

Sarandi 1983 O Futuro Esta Nascendo. **Prefeitura de Sarandi**. Sarandi Pr, 1983. vol único.

Sarandi cidade em Progresso do Paraná. **Prefeitura de Sarandi**. Sarandi Pr, 1988. vol único.

Orais

Entrevista gravada em Audio com Dona Dionísia Munhoz;

_____ Dona Laura Martins;

_____ Senhor Luiz Totoro.

_____ Dona Maria Aparedida Munhoz.

_____ Dona Maria Irene Falasque.

_____ Dona Marina Neuza Mello Totoro.

_____ Dona Pasqualina Guisso Carnio.

_____ Senhor Pedro Basse.

_____ Dona Rosa Paulina Previato.

10 O medo de uma possível mudança de local da capital existe nesse período, já que o Brasil passava por um processo de redemocratização durante a década de 1980, e durante o período do Estado Novo, sob as ordens de Getúlio Vargas, foram criados novos territórios nas fronteiras, pois com a intervenção federal direta, seria mais fácil a soberania sobre essas regiões com relação aos estrangeiros. No caso do Paraná, foi criado o Território Nacional do Iguaçu, que também abrangia Santa Catarina, extinto em 1946, teve capital onde hoje é a atual Laranjeira do Sul. <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/724-4.pdf>

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história Oral**. FGV Editora, São Paulo. 2004
- ALMEIDA, Orlando Lisboa. **Aspectos da História de Mandaguapé: o contexto das frentes pioneiras da cafeicultura e visão dos pioneiros do município**. Maringá, 2009.
- ALMEIDA, Shirlene Vieira de. **Memórias dos Trabalhadores: a procura do eldorado 1950-60**. Maringá 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.
- CAVALCANTE, Joel Júnior. **A Presença Nordestina Em Maringá: Memória E Sociabilidade Dos Migrantes**; disponível em <<http://nou-rau.uem.br/nou-rau/document/?view=vtls000209730>> acessado em 25/jun/2015.
- DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. *Maringá e o Norte do Paraná: Estudos de História Regional*. Maringá, Eduem, 1999.
- FERNANDES, Loureiro; BLASI, Oldemar. *Boletim do instituto histórico geográfico e Etnográfico Paranaense: Jazidas Arqueológicas do Planalto paranaense*. Vol VI – Fasc. 3-4 -1956.
- GEERTZ, Clifford. **Conocimiento Local**. 1 ed. Buenos Aires. Paidós. 1994.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. São Paulo, Paz e Terra, 1984.
- NORA, Pierre, **Entre Memória e História**. Disponível em <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>> Acessado em 7/abr/2015.
- POLLAK, Michael. **Memória E Identidade Social**. Disponível em <http://www.pgdef.ufpr.br/downloads/Artigos%20PS%20Mest%202014/Andre%20Capraro/memoria_e_identidade_social.pdf#page=1&zoom=auto,-266,792> acessado em 07 de abr de 2015.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. Disponível em <http://gephishnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/dicionario_de_conceitos_historicos.pdf> acessado em 7 abr de 2015.
- SCOTT, Joan. **Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica**. Disponível em <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%Aanero-Joan%20Scott.pdf>, acessdo em 22/jun/2015.
- TOMAZ, Paulo Cesar. **Cidade, Memória E Patrimônio: A Experiência De Tombamento Do Edifício Sede Da CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná**. Disponível em <<http://nou-rau.uem.br/nou-rau/document/?view=vtls000172241>> acessado em 17/mai/15.
- ZANI, Carlos Antonio. **Arquitetura em madeira**. EDUEL. SP. 2003.

CULTURA POLÍTICA E A LEGITIMAÇÃO DO PODER DE OTÁVIO CÉSAR POR MEIO DAS REPRESENTAÇÕES EM MOEDAS ROMANAS REPUBLICANAS: UMA ANÁLISE DAS CUNHAGENS MONETÁRIAS DO CATÁLOGO DO BRITISH MUSEUM (43 A.C. - 31 A.C.).

Litiane Guimarães Mosca ¹
Julio Cesar Magalhães de Oliveira ²

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa foram analisadas as representações utilizadas por Otávio César, em cunhagens monetárias emitidas em Roma, no período da República romana tardia, entre 43 e 31 a.C. Esta análise teve como objetivo entender como este tipo de uso da imagem pôde contribuir para que o líder Otávio, que no futuro torna-se Augusto, o primeiro imperador romano, se destacasse politicamente e legitimasse seus atos em Roma durante as guerras civis instaladas na região, após a morte do Ditador Júlio César. Para alcançar este objetivo, pautou-se numa abordagem cultural da política, realizando o estudo das imagens veiculadas em moedas que constam no catálogo de cunhagens monetárias republicanas disponível no site do British Museum.

Por “representações” entende-se como sendo a maneira como os indivíduos concebem a sua realidade, como a julgam, a conceituam e como qualificam os elementos, as relações, as pessoas e a si próprios no mundo social. Essas representações fazem com que os indivíduos percebam a sua realidade, pautem sua existência e formulem considerações a respeito de seu meio. Para Roger Chartier (1990, 2002),

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990, p. 17).

Considerando a afirmação de Chartier, de que as representações podem ser compreendidas como estratégias políticas, entende-se que aqueles que detêm o poder político ou se opõem a ele, possuem influência para destacar suas manifestações de concepção de mundo, veiculando representações, por meio de símbolos, que legitimem seu poder ou contestem o poder dos outros. A historiadora Lynn Hunt, analisando as representações no contexto da Revolução Francesa, revela que os símbolos, além de expressar as posições políticas, também são meios pelos quais “as pessoas se apercebiam de suas posições. Tornando clara uma posição política, possibilitavam a adesão, oposição e a indiferença. Dessa maneira, constituíam um campo de luta política” (HUNT, 2007, p. 77-78).

Sobre a importância das representações nas relações políticas, Hunt (2007) afirma que o exercício de poder sempre requer práticas simbólicas e

Palavras - chave:

Otávio César.
Representações. Legitimação.
Cunhagens monetárias.
Cultura política.

Resumo: Este artigo teve como objetivo analisar as representações utilizadas por Otávio César a partir das cunhagens monetárias do final da República romana, com intuito de verificar como este meio contribuiu para que ele legitimasse seus atos e seu poder. O estudo foi pautado numa abordagem cultural da política e, seu foco, foi conceber a função da moeda em seu caráter simbólico nas representações políticas apresentadas por Otávio.

¹ Especialista em História, Arte e Cultura pela UEPG. Email: litianepr@hotmail.com

² Professor orientador. Possui Doutorado em *Histoire et archéologie des mondes anciens* pela Université de Paris X e Pós-Doutorado pela Universidade Estadual de Campinas. É professor de História Antiga da Universidade de São Paulo.

por isso, não há governo sem histórias, sinais e símbolos, pois são estes meios que transmitem e reafirmam a legitimidade de governar. Neste aspecto, quando surge numa sociedade um movimento que contesta a legitimidade do governo tradicional, este também contesta seus adornos tradicionais, pois a legitimidade, segundo a autora, em certo sentido, é a concordância geral sobre os sinais e símbolos do poder. Assim sendo, é necessário que o grupo revolucionário crie novos símbolos, novas representações, que expressem seus ideais e princípios, transformando a cultura política da sociedade, como pode ser constatado na análise proposta em relação às representações de Otávio na República tardia.

Por “cultura política”, entendemos como um conjunto de crenças, valores e atitudes políticas que podem ser tomados como recursos de maneira diversa, como as representações, por diferentes grupos sociais. De acordo com Ronald Formisano (2001), o conceito surge na ciência política essencialmente para comparar as tendências mais amplas dos sistemas políticos entre dois ou mais territórios distintos. Segundo Formisano, quando os historiadores começaram a fazer o uso do conceito, o fizeram de maneira diversa, ou seja, não apenas de forma comparativa, mas como uma abordagem capaz de ampliar e permitir o aprofundamento do estudo da política para além do estudo institucional, para entender, por exemplo, o pensamento das pessoas, tanto atores formais como informais, em relação à política.

Na concepção de Hunt (2007), a cultura política não só configura a política como determina o próprio posicionamento político dos indivíduos durante aquela revolução. Para Formisano (2001), no entanto, a cultura política não precisa ser vista como um todo compartilhado que articula o consenso e ela não deveria nos desviar de uma análise mais detida das relações de poder que explicam como e por que grupos diferentes utilizam os mesmos recursos da cultura política de maneira diversa. Essas diferenças de interpretação, como veremos, são as mesmas que têm marcado o estudo da cultura política na República romana.

A REPÚBLICA TARDIA COMO OBJETO DE DEBATES E O USO DO CONCEITO DE CULTURA POLÍTICA

O contexto da República tardia, também denominado por muitos autores como período de “crise da República romana”, demonstrou a instabilidade

política e social de Roma culminando na criação do novo regime político do Principado. A crise da República romana é, em grande parte, o resultado da incapacidade de Roma de distribuir igualmente os benefícios do império entre seus cidadãos. É dessa incapacidade que resultam as disputas entre populares (partidários da liberdade do povo, ainda que muitas vezes aristocratas, como César) e oligarcas (partidários da autoridade do senado) que marcam todo o último século da República.

Após o assassinato de Júlio César, o confronto político se intensifica. Além da oposição entre as facções dos seguidores de César contra seus assassinos, cada um dos líderes também cultivavam suas próprias ambições pessoais. Surge então neste momento o segundo triunvirato, entre Otávio, Marco Antônio e Lépido, objetivando controlar Roma e vingar a morte de César. Após os três líderes eliminarem seus adversários políticos e dividirem o território romano entre eles, instaura-se um embate político entre os próprios triúnviros. Em 36 a.C., Lépido, ao instigar rebeliões contra Otávio, é derrotado por ele e exilado perdendo seu território e suas tropas. Em 32 a.C., Otávio, ao ler publicamente o testamento de Marco Antônio que constatava doações para a rainha do Egito, conquista o apoio do senado e declara guerra a Marco Antônio. O confronto acaba em 31 a.C. com a vitória da batalha do Ácio e o suicídio de Antônio e Cleópatra. A partir daí, Otávio centraliza o poder e, em 27 a.C., torna-se *princeps*, alterando o sistema político romano.

Atualmente, a dissolução da República romana tem sido alvo de debates, em particular desde a publicação do livro de Fergus Millar, *The Crowd in Rome in the Late Republic*, de 1998. Millar (MILLAR, 2002 apud DUPLÁ 2007, p. 190), analisando o conflito da época, traz à luz uma perspectiva de política na qual se percebe a população como protagonista ao ponto mesmo de atribuir um caráter democrático ao sistema republicano. Uma vez que todos os cargos e todas as leis eram votadas pelas assembleias populares, Millar acredita poder definir a República romana tardia como uma forma de democracia direta. Daí a importância da oratória e da persuasão dirigida ao povo, pois era do convencimento que dependia a vitória dos grupos em disputa. No entanto, Jehne e Hölkerskamp (JEHNE, 2006. HÖLKERSKAMP, 2005. apud DUPLÁ 2007, p. 192-194), em resposta a Millar, acreditam que ele enfatizou demasiadamente posições institucionais e questionam o suposto protagonismo do povo e o caráter democrático

co da atividade legislativa popular, advogando o uso do conceito de cultura política para o estudo de tal período. Analisando os ritos, o capital simbólico, e a semiótica política, os críticos de Millar acreditam que, por mais que as instituições pareçam democráticas e a oposição entre populares e oligarcas pareça substancial, a cultura política da República tardia era, no fundo, consensual. Isso porque era uma cultura política hierárquica e tradicional, o que reforçava sempre o poder da oligarquia e não deixava possibilidades de subversão por parte do povo.

Recentemente, Alexander Yakobson (2010), que compartilha as posições de Millar, reconheceu a importância de uma abordagem baseada na cultura política, por permitir ultrapassar o foco anterior na política institucional da República romana. O autor, no entanto, critica o tipo de análise defendido por Jehne e Hölkerskamp (JEHNE, 2006. Hölkerskamp, 2005. *apud* DUPLÁ 2007, p. 192-194) que interpreta a cultura política como um todo partilhado e consensual. Yakobson acredita que apesar de a cultura política do período republicano ser de fato hierárquica e tradicional, ao contrário do pensamento de Jehne e Hölkerskamp, ela não era consensual. Os conflitos entre a elite e o povo ou entre oligarcas e populares eram bastante reais e, assim sendo, o povo tinha real participação no sistema republicano. Yakobson (2010) ressalta que apesar da hierarquia na política da República impedir que membros do povo apresentassem propostas nas assembleias, as propostas defendidas pelos líderes políticos não eram equivalentes. Do mesmo modo, se havia naquela sociedade uma cultura política de valorização do passado romano, esse passado era interpretado de modo muito diferente por populares e oligarcas. Se por um lado, os Optimates enfatizam a tradição trazendo à mente o passado romano para amenizar o conflito e fortalecer o Senado, por outro, os populares se utilizam do passado para respaldar a defesa da *libertas*, retomando como no passado, em nome da liberdade, a população se opôs ao Senado e aos patrícios. Nesta perspectiva, a argumentação de Yakobson nos lembra como uma mesma cultura política pode servir como recurso para promover campanhas políticas divergentes.

Com a motivação dos debates acima, propõe-se pensar a cultura política do contexto das guerras civis republicanas não como promotora do consenso, mas como um conjunto de recursos partilhados por grupos sociais que fazem uso dos recursos desse conjunto, de acordo com seus interesses políti-

cos. Neste trabalho, considera-se que a cultura política é um processo em constante transformação e por isso, o foco será analisar as representações das moedas para entender como a cultura política republicana, que nunca deixou de ser apropriada por diferentes grupos para diferentes fins, foi, no entanto, modificada ao longo das guerras civis que culminaram com a ascensão de Otávio ao poder imperial. Para alcançar este objetivo, a aplicação da comparação do período em estudo com o anterior ou posterior a ele, será fundamental pois, assim, pode-se conceber quais foram as modificações e quais foram as continuidades da cultura política vigente. Ressalta-se, que a cultura política não é algo que explica as interações políticas numa dada sociedade e sim algo que deve ser explicado. Assim, considera-se que é a cultura política um dos fatores que promove um novo poder, o de Otávio, e não é ela a explicação dessa transformação social.

AS REPRESENTAÇÕES UTILIZADAS POR OTÁVIO PARA LEGITIMAÇÃO DE SEU PODER: ANÁLISE DAS MOEDAS

O catálogo de moedas romanas republicanas ao qual se faz referência neste trabalho é parte da coleção de moedas e medalhas do British Museum e são datadas de 300 a.C. a 31 a.C.. Estas moedas foram emitidas em todo território romano e estão acessíveis no site institucional do Museu. Afim de viabilizar a pesquisa, optou-se pela seleção de 24 moedas distintas, todas elas emitidas por Otávio no período de 43 a.C. a 31 a.C. É importante mencionar que, embora estas moedas sejam diferentes uma das outras, há na série do Museu muitas delas que se repetem, totalizando um conjunto de noventa e cinco moedas selecionadas. Com a intenção de facilitar a leitura e compreensão da análise, há em anexo um catálogo das emissões analisadas em formato de fichas. Nestas fichas, está assinalado o período e o local em que as moedas foram cunhadas, a quantidade de cópias, o conteúdo iconográfico e suas inscrições do averso e reverso. A ordem de análise será temática e as moedas serão mencionadas de acordo com seu número nas fichas propostas.

A interpretação das imagens cunhadas nas moedas foi norteada pela significação da mensagem. As imagens foram decodificadas e, a partir desta decodificação, buscou-se os significados dos sím-

bolos emitidos de acordo com seu contexto histórico e realizou-se a tradução das inscrições cravadas. Após terem sido decifradas a iconografia e a inscrição, elaborou-se a análise do conteúdo. As imagens das cunhagens foram admitidas como um mecanismo criador de pensamento e de persuasão. A metodologia de análise está alicerçada no estudo de Carlan, Funari e Moreira (2015) com base no roteiro de percurso analítico exposto na obra. Deste modo, a análise das cunhagens foi dividida em três aspectos: a) Dados introdutórios (contextualização); b) análise do signo em si mesmo (significação, leitura); c) analogia.

O BUSTO DE OTÁVIO

Das vinte e quatro moedas distintas (recorde-se que com as repetições, totalizam noventa e cinco) selecionadas para análise, é possível contemplar o busto de Otávio em dezessete delas (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 21 e 23). Pensando ainda em relação ao conjunto das cunhagens com suas cópias, a efígie de Otávio aparece em 80% delas, em todos os tipos monetários da época e abrangendo todo o período contextual. Esses dados evidenciam a relevância que Otávio nutria na propagação de sua própria imagem naquele momento.

Ao ser observado o catálogo do British Museum, é possível perceber que as moedas datadas antes de 44 a.C. possuem representadas em seus aversos e reversos deuses, símbolos e inscrições e que inexistem representações de bustos de líderes políticos na face das moedas. Segundo Martins (MARTINS, 2011, p. 49), a modificação nas representações monetárias, destacando o busto de líderes políticos, iniciou-se depois da inédita cunhagem da cabeça de Júlio César, tornando-se assim mais um suporte de afirmação para a autoridade política. É importante destacar que a utilização do busto do líder cunhado em moeda foi uma inspiração das cunhagens helenísticas, como as de Alexandre, o Magno, e seus sucessores, que serviram de exemplo para os líderes romanos.

Considera-se que a originalidade de César em Roma, ao mandar cunhar seu busto em moedas, é a primeira grande evidência de uma ruptura com

a cultura política republicana. A partir de César, é notável perceber que os líderes romanos, partidários de César ou não, começaram a representar seus bustos em conjunto com símbolos referentes à sua *persona*, o que não ocorria antes de 44 a.C.. Nota-se assim que essa mudança de representações foi generalizada, não afetando apenas um determinado grupo.

Destaca-se nas moedas selecionadas, o busto de Otávio “barbado”, o que não é visto em moedas do período posterior, do Principado. Para explicar este fato remete-se a algumas possibilidades: a primeira que Otávio mandou cunhar seu busto com barba para parecer mais velho do que de fato era, considerando que ele tinha menos de 20 anos quando César faleceu e, assim, propagar uma imagem mais madura, principalmente por saber que outros líderes, como Marco Antônio, ou Bruto, seus rivais, também veiculavam suas próprias imagens barbados³. A segunda, é que talvez fosse um tipo de demonstração de status político, o que também explicaria a demonstração das faces barbadas dos outros líderes. Como não se tem conhecimento de algum estudo relacionado a essa questão, não é possível se posicionar sobre o assunto. No entanto, ressalta-se que a barba foi muito utilizada nas iconografias da República tardia, fazendo parte dos adornos dessa cultura política mas, ao se transformar, com o passar do tempo, deixou de fazer parte do uso nos bustos no período do Principado.

Na leitura das inscrições, é possível perceber que Otávio, desde 43 a.C., adota para si e utiliza o nome de César, como meio de dar credibilidade à sua postura política, associando o fato de ter sido adotado por Júlio César como filho à legitimidade de ser um herdeiro de César, o que era algo incomum pois, geralmente, os líderes veiculavam apenas seus próprios nomes. Percebe-se também que, assim como o próprio César e os outros líderes do triunvirato, Otávio descreve seus atributos e diferentes cargos políticos em suas emissões, o que é mais uma novidade da cultura política transformada pois, antes de 44 a.C., o líder usava as inscrições com a finalidade de somente o nomear.

Otávio deixa em evidência que é um IMPERATOR, ou seja, um general militar, um dos triúmviros de Roma. Quando descreve que é Pontífice e Áugure, evidencia os cargos religiosos que detinha naquele momento. Segundo Martins, “[...]”

3 Pode-se afirmar que além de Otávio, Marco Antônio e Bruto também mandavam cunhar suas imagens barbadas, com base nas observações das moedas desses líderes no próprio catálogo do British Museum: Moneyer Mark Antony (ref: 488.1.1). Moneyer Marcus Junius Brutus (ref: 508.3.2).

a figuração de Otávio caracteriza-se sempre pela cumulação de referências, e nunca subtração de elementos em detrimento de um mais recente” (MARTINS, 2011, p. 73). Concordando com o autor, observa-se nesta seleção, que cada título ou cargo conquistado por Otávio, é propagado por ele em todo o período de sua campanha, sempre demonstrando que não está substituindo um poder pelo outro e sim agregando-os.

Por ser um rapaz jovem, desconhecido politicamente até a morte de César, acredita-se que foi fundamental propagar as representações de sua imagem e de seu projeto político em emissões monetárias ou em outros meios de comunicação, descrevendo suas funções e sua importância para com Roma, a fim de concorrer e combater campanhas adversárias. Para tornar-se “conhecido”, o nome de César lhe foi um grande reforço, pois demonstrava ser seu descendente, seu filho legítimo e herdeiro. Assim, a veiculação de sua efígie, com a apropriação do nome de seu pai adotivo falecido, foi um dos elementos chave da nova cultura política utilizados por Otávio, para que obtivesse apoio político, agregasse novos cargos e conquistasse seus objetivos.

JÚLIO CÉSAR

Um outro recurso da nova cultura política em construção na República tardia, é a imagem cunhada de Júlio César ou, de elementos referentes a ele como pode-se visualizar na moeda 2:



Anverso: Busto de Otávio. C · CAESAR · · COS PONT · AVG · (Caio César, pontífice, cônsul, áugure). **Reverso:** Busto de Júlio César. C · CAESAR DICT · PERP PONT MAX – Caio César Ditador, Pontífice Máximo Perpétuo.

Nesta cunhagem, se utilizando da imagem po-

lítica de Júlio César, Otávio o traz à memória, enobrecendo-o com seus cargos conquistados em vida, como o de Ditador (magistrado mais poderoso da República romana) e Pontífice máximo (sacerdote supremo da religião romana). Como dito anteriormente, em 43 a.C., considerando que após a morte de César, Otávio não era uma figura conhecida no meio político, evocar a lembrança de seu pai adotivo entre os veteranos e o povo romano, foi algo decisivo e, significava também, demonstrar que seu projeto político era uma continuidade ou uma herança de seu pai adotivo.

É relevante considerar que Otávio não foi o único em adotar como recurso a referência a César em campanhas políticas. Marco Antônio em suas emissões monetárias, também se utilizou do busto de César laureado⁴ e de inscrições de seus cargos políticos, como meio de realçar sua campanha. Bruto, um dos assassinos de César, mandou cunhar moedas⁵ com imagem e inscrição sobre os idos de março, fazendo alusão ao dia da morte do Ditador, na tentativa de angariar o reconhecimento de Roma por seu ato de “proteção à República”.

Nota-se que Otávio, manipula a imagem de César (que torna-se um elemento forte nessa cultura política) utilizando-a de uma maneira que nenhum outro poderia fazer. Nas moedas selecionadas datadas a partir de 38 a.C., anexos 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23 e 24, após Júlio César ter sido reconhecido em Roma como uma divindade, é possível perceber que Otávio se auto denomina como DIVI F(ilius), ou seja, filho do “Divino Júlio”. Nota-se também que, a partir de 38 a.C., a efígie de César ou a iconografia de alguns símbolos referentes a ele, vêm acompanhados da inscrição o denominado Divos IULIUS, “O Divino Júlio”, nos anexos 15, 17, 18, 22. Neste sentido, ressalta-se que Otávio dá origem à novos símbolos referentes à divinização de Júlio César nesta nova cultura política, e assim, diferentemente de Marco Antônio que usa a imagem de Júlio César apenas de forma política, e principalmente de Bruto que celebra a morte do Ditador, Otávio modifica-a e passa a usá-la de uma forma pessoal, sempre passando a impressão de uma profunda relação entre ele e seu pai, insinuando ser o filho e o herdeiro político legítimo de César. É importante destacar que esta nova simbologia da divinização de César, ou seja, “a deificação de um líder romano”, ao fim das

4 No catálogo do British Museum. Moneyer Mark Antony (ref: 488.1.1)5 Freguesia significa: Clientela, grupo de compradores. Distrito de uma paróquia. Pequena povoação. (FERREIRA, 2008 – 2014).

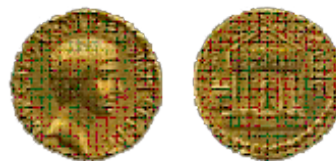
5 Idem. Moneyer Marcus Junius Brutus (ref: 508.3.2)

guerras civis, no período do Principado, será essencial para a afirmação do poder imperial pois, todos os imperadores serão divinizados, a começar com o próprio Otávio que torna-se *DIVUS AVGVSTUS* (o Divino Augusto).

A demonstração de uma forte relação entre César e Otávio, fica ainda mais evidente na moeda do anexo 15. Emitida por Otávio e seu aliado Agripa, em 38 a.C., a moeda possui em seu averso o busto de duas pessoas juntas, Otávio e Júlio César, um de frente para o outro, e a inscrição *DIVOS IVLIVS-DIVI F.* (Divino Júlio- Filho do divino). Não se sabe se esta iconografia foi inédita no período em questão mas, se pode afirmar que não comum nas emissões. Como é possível perceber, a inscrição dessa moeda não se refere a cargos públicos e sim à divinização de César e a herança divina de Otávio. A representação do pai e do filho juntos passa a noção de um elo entre eles, cujo pai inspira e abençoa o filho. Agripa é representado na inscrição do reverso, sem qualquer iconografia, promovendo seu cargo político, *M. AGRIPA. COS* (M. Agripa cônsul). Nota-se assim que a divulgação da imagem de César como um deus, faz de Otávio o filho de um deus o que, considerando a importância dada à religião neste contexto histórico, pode ter causado grande impacto para sua aceitação e afirmação política. Quanto a Agripa, tanto na moeda 15, quanto na 16, ambas emitidas em 38 a.C., se promove associando-se ao impacto que a imagem construída por Otávio poderia causar.

A partir de 38 a.C. em diante, evidenciam-se representações nas emissões de Otávio de elementos simbólicos relacionados a César e sua deificação, como se nota na moeda 18. Nesta cunhagem, junto ao busto de Otávio, há a representação de uma estrela que, segundo Zanker (2008, p. 54), se remete à deificação de Júlio César que foi confirmada por um sinal milagroso, um cometa que ficou conhecido na época como *sidus Iulium*. Este sinal apareceu por sete dias durante os jogos realizados em homenagem a César, os *Ludi Victoriae Caesaris*, logo após sua morte. Depois de 42 a.C., quando Otávio oficializa o culto estatal a César, ele manda propagar este acontecimento, incluindo em todas as estátuas de César, assim como em suas emissões monetárias, um símbolo do cometa,

em forma de estrela. A estrela é também concedida na moeda de 36 a.C., de iconografia bastante elaborada do anexo 22, retratada a seguir:



Anverso: Busto de Otávio. Inscrição: *IMP · CAESAR DIVI · F · III · VIR ITER · R · P · C* (Imperador César, filho do Divino, triúviro da Constituição da República Romana).

Reverso: Templo de quatro colunas; no interior do templo, figura vestindo véu e segurando uma lituus na mão direita; na arquitrave uma inscrição; dentro do frontão uma estrela; na esquerda, altar iluminado; ao redor, inscrição. Inscrição ao redor: *COS · ITER · ET TER · DESIG* (Cônsul designado novamente e pela terceira vez). Inscrição dentro da arquitrave - *DIVO · IVL* (Divino Júlio).

No anverso está o busto de Otávio e inscrição que o denomina “Imperador César, filho do Divino, triúviro da Constituição da República Romana”. No reverso, visualiza-se um templo cujo frontão possui o símbolo do *sidus Iulium* cunhado e, abaixo dele, lê-se *DIVOS IULIUM* (Divino Júlio) o que se faz inferir ser o templo da divinização de Júlio César. Segundo Zanker (2008, p.56) a construção do templo de César foi concluído em 29 a.C., ou seja, observando que esta moeda é datada de 36 a.C., percebe-se que a propagação da representação do templo de César inicia-se, pelo menos, sete anos antes do mesmo ser inaugurado. Este fato, induz a entender que a propagação deste templo, símbolo criado por Otávio, era um elemento muito relevante para sua campanha. Na imagem da moeda visualiza-se que há, dentro do templo, uma personalidade usando um véu, numa clara referência à divindade. Ela/ele segura um *lituus* na mão, símbolo do colégio dos áugures (propagado em todo período republicano e também no Principado), o qual Otávio estava relacionado. Ainda, ao lado do templo, vê-se um altar que, segundo Zanker (1992, p. 56), trata-se de ser um monumento que foi erigido no lugar onde o corpo de César foi incinerado, outro elemento que Otá-

6 Segundo Rosas, o nome da cidade é uma “homenagem” a Martinho de Mello e Castro, Ministro dos Negócios Ultramarinos de Portugal. Por volta do início da década de 1780, foi preso o Capitão Manuel Guimarães residente da Freguesia do Sant’Ana do lapó, acusado de sonegação de impostos, ficando recluso na prisão de Limoeiro em Lisboa. Em encontro com o Ministro Mello e Castro, o capitão propôs um acordo, que “se lhe concedesse liberdade trabalharia junto aos seus amigos para que a freguesia fosse elevada à Vila, com o nome do Ministro”. Fato que se concretizou após o retorno de Guimarães ao Brasil. (ROSAS, p. 37-52)

vio concebe nesta cultura política. Nota-se assim, uma iconografia de carga extremamente emotiva, feita para comover o público, numa constante afirmação da divinização de César que agora teria um templo construído para seu culto, valorizando a ideia da origem divina da família dos Júlios.

Um recurso importante muito utilizado por Otávio, que neste período também faz referência a César, é o louro. O busto de César coroado de louros aparece nas moedas 2, 4, 15 e 17 de nossa seleção. O louro, símbolo muito utilizado pelos romanos em todo o período republicano e que tem continuidade na cultura política romana até o período imperial, é também encontrado nas moedas dos adversários de Otávio. Nas emissões de Bruto, a coroa laureal aparece sobre a cabeça de Apolo⁶; Marco Antônio, além de mandar cunhar o busto de Hércules com a coroa de louros, também promove, assim como Otávio, o busto laureado de César⁷. Segundo Chevalier (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2015, p. 561), o louro está ligado às plantas que permanecem verdes durante o inverno, o que indica a “imortalidade”. Para os romanos, o louro era consagrado ao deus Apolo (o que explica a aplicação de Bruto) e era o emblema da glória dos vencedores. Receber uma coroa dessa planta, significava estar imortalizado por suas vitórias conquistadas, que poderiam ser pelas armas ou pelo espírito. Neste sentido era essa a concepção transmitida em relação a Júlio César laureado, demonstrar ter sido vitorioso e por isso glorificado, imortalizado. É interessante notar que além do busto laureado de César, as moedas também apresentam a grinalda laureal representada individualmente, nas moedas 7, 18 e 20. Abaixo, a cunhagem 7, de 42 a.C. :



Anverso: Busto de Otávio barbado. Inscrição: CAESAR · III · VIR · R · P · C (César, Imperador, triúmviro da constituição da República).

Reverso: Cadeira Curul na qual, na frente e atrás das pernas, estão decoradas com águias esculpidas. Acima da cadeira há uma inscrição. Acima da inscrição visualiza-se uma grinalda laureal. Beira de pontos. Inscrição: CAESAR · DIC · PER (César Ditador Perpétuo).

É possível evidenciar que o símbolo da grinalda laureal também se refere a César, pois tanto na moeda acima, como nas outras, há outros elementos no conjunto das imagens que levam o receptor a inferir essa concepção. Neste aspecto, na moeda exposta acima, há a representação da *sella curulis* de César e a inscrição que indica “César Ditador Perpétuo”, cargo que César ocupava no momento de sua morte; a inscrição DIVOS IULIUS (Divino Júlio) do anexo 18; ou ainda, na moeda 20, a representação de um caldeirão em um tripé, objeto utilizado em cultos às divindades (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2015, p. 166) o que se relaciona à deificação de César.

A *sella curulis* da representação do denário exposto acima, era uma cadeira de Estado e, por isso, simbolizava “poder” na República Romana. Júlio César em campanha, recebeu a honra do Senado em possuir sua própria *sella curulis*, o que explica a apropriação dela nas representações de Otávio, tornando-a mais um recurso da cultura em transformação. A princípio, como neste anexo, a “cadeira curul” é utilizada por Otávio como um elemento de afirmação política, vinculando-a a César, mas depois, no período do Principado, é representada como sendo a cadeira do próprio Otávio (MOSCA, 2011, p. 34), propagando ser detentor de todos os poderes. As águias esculpidas nas pernas da cadeira eram atribuídas ao deus Júpiter e mensageiras de sua vontade. A águia foi o emblema das legiões de César, como símbolo de suas vitórias militares e por isso, utilizada nas moedas de Otávio como um novo recurso. As moedas que possuem as águias representadas são datadas de 44 a.C., reafirmando personificar a continuidade política de César e inferindo ser um vitorioso militar. Isso fica ainda mais evidente no denário do anexo 8, de 44 a.C., cujo anverso possui o busto de Marte, com um capacete militar e uma lança sobre o ombro e, no reverso, uma figura que segura dois escudos, para cima, num gesto de vitória, em cima de uma águia. Neste ano de emissão, Otávio comemorava a vitória do Triunvirato na Batalha de Filipos contra Cássio e Bruto, o que explica os elementos militares da cunhagem e a águia como símbolo da conquista. O Busto de Marte cunhado, elemento tomado da cultura política republicana, provavelmente está ligada à promessa que Otávio fez que seria erigido um templo para *Mars Ultor* (Marte Vingador) caso o Triunvirato derrotasse

6 Moeda do catálogo do British Museum: Moneyer Marcus Junius Brutus (ref: 506.2.6)

7 Idem. Moneyer Mark Antony (ref: 488.1.1)

os assassinos de César. O Templo a Marte Vingador foi dedicado anos depois.

MARCO ANTÔNIO

Em 43 a.C., num esforço de pôr fim às guerras civis, foi decretado pelo Senado que se formasse um triunvirato em Roma entre Lépido, Otávio e Marco Antônio. Após esse decreto, foram cunhadas pelos triúnviros moedas comemorativas ao triunvirato. Dentre as moedas selecionadas, a moeda 5 corresponde a esse período, que propaga este decreto. Nesta emissão, há o busto de Otávio no anverso e, o busto de Marco Antônio no reverso, representados em proporções iguais, de forma que se compreenda que os dois se encontram no mesmo plano político. Ressalta-se que esta atitude de propagar moedas com suas faces representadas com dois líderes distintos também é um recurso novo e distinto da cultura política republicana.

Mesmo que a intenção fosse propagar certa igualdade política entre os dois triúnviros, ainda assim é possível perceber certo destaque para si mesmo na emissão de Otávio: no busto que corresponde a ele visualiza-se a inscrição “Caio César, imperador, triúnviro da constituição da República, pontífice e áugure”, enquanto na efígie de M. Antônio vem acompanhada de “M. Antônio, imperador, triúnviro da constituição da República, áugure”, ou seja, Otávio enfatiza ser “Pontífice”, o que o diferencia em relação ao outro triúnviro, indicando ter um sacerdócio a mais. É interessante notar que, no mesmo ano, Marco Antônio também emite um áureo⁸, nos mesmos padrões da moeda de Otávio e, junto a seu próprio busto, numa forma de destacar-se ou se diferenciar em relação a Otávio, cunha um *lituus* (símbolo do colégio áugures).

Na seleção das moedas, também aparecem cunhagens de 39 a.C., cujas emissões corresponde a ambos, M. Antônio e Otávio: 11, 12, 13, 14. Analisando tais moedas, percebe-se que se trata de uma propagação de uma aliança entre os dois, possivelmente para o combate de Sexto Pompeu. Na moeda 11, cujo anverso e reverso possui o busto de cada um deles, não há destaques para um ou outro, a exemplo das moedas de 43 a.C. Ambos são representados de forma que se entenda de fato estarem no mesmo patamar. Nas cunhagens 12 e 13, há em seus aversos o busto de Otávio e Antônio, respectivamente e, em

seus reversos, as duas possuem um *caduceus*, que segundo Chevalier (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2015, p. 160), considerava-se ser símbolo do “equilíbrio” entre duas potências. Neste sentido, o *caduceus*, símbolo conhecido na cultura republicana, neste período das guerras civis, tornou-se um recurso veiculado para se conceber a imagem de dois líderes unindo forças. O *caduceus* também aparece no reverso da moeda 14 junto a duas mãos entrelaçadas, emitindo a ideia de cordialidade e união entre os chefes. Para enfatizar esta noção, em seu anverso a moeda 14 possui cunhada a deusa Concórdia, a personificação do acordo, da harmonia e da união, muito conhecida em todo o período republicano. Sublinha-se assim, que nesta cultura política em transformação, muitos símbolos, como o *caduceus* e a deusa Concórdia e ainda outros já citados anteriormente, são mantidos e continuam a ser veiculados, no entanto, percebe-se que a finalidade de seus usos são, em muitos casos, são modificados.

Há também na seleção, moedas de Otávio cunhadas após o falecimento de Marco Antônio, em 31 a.C., que aparecem vários outros recursos simbólicos que já eram veiculados em todo o período republicano, demonstrando continuidades na cultura política. Nos anexos 23 e 24, cujos reversos expõe a deusa Vitória, personificação da conquista e da glória, pisando uma *sphaera*, símbolo do império universal, propagando a mensagem da derrota de seu rival e da conquista do poder no Império. No anverso da 23, há a representação de Júpiter Amon, rei dos deuses para os romanos, que também era representado pelo símbolo de um relâmpago, como na moeda 10, inferindo a noção de ser um protegido deste deus e por isso, um vitorioso. No anverso da 24, a imagem de uma mão aberta indica a afirmação de poder (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2015, p. 592), que de fato Otávio conquistou, após o fim do triunvirato.

FIGURA EQUESTRE



Anverso: Otávio barbado; ao redor, inscrição. Beira de pontos.
Inscrição: C · CAESAR · IMP (Caio Cé15sar Imperador)
Reverso: Estátua equestre de Otávio voltado à direita, com o braço direito levantado. Inscrição: S. C. (Senatus Consultum)

8 Moeda do catálogo do British Museum: Moneyer Mark Antony (ref: 492.1.1)

A cunhagem exposta na tabela é a moeda 3 de nossa seleção que, assim como nas cunhagens de anexo 1, 6 e 9, são emissões que valorizam a iconografia da figura equestre, do início de sua campanha, entre 43 a.C. - 41 a.C. Todas elas possuem em seus aversos o busto de Otávio e inscrições o denominando “Imperador” (isto é, “general”) e “Triúmviro”, títulos ligados à sua autoridade militar. Segundo Chevalier (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2015, p. 200), as estátuas ou retratos equestres, glorificavam o chefe vitorioso, como símbolo de seu triunfo pois, assim como doma o seu cavalo, também domina as forças adversárias.

A figura equestre emitida em moeda não era uma novidade no contexto de Otávio e já fazia parte da cultura política republicana anterior a Júlio César. Antes de 80 a.C., por exemplo, L. Sila já aparecia em emissões monetárias representado em cima de um cavalo, com um dos braços levantado (ZANKER, 2008, p. 60). O retrato equestre transmitia, para os romanos, a noção de que o retratado teria participado diretamente dos combates (MARTINS, 2011, p. 68), um verdadeiro beligerante.

Para combater discursos adversários ou difamações que pudessem denegrir sua imagem, a figuração equestre foi utilizada por Otávio personificando-o como um general presente, corajoso. Além disso, é muito provável que este tipo de representação também demonstrava que Otávio nutria respeito à classe equestre, contribuindo para seu ganho em apoio político. Outro ponto a ser destacada nas moedas 1, 3 e 6, são seus reversos que contam com a inscrição S. C., (Senatus Consultum) o que, segundo Zanker (2008, p. 59) “[...] enfatizam que el homenaje tiene su origen en resolución oficial del Senado”. Assim, a sigla S.C. conferia à moeda credibilidade, elemento importante para legitimação de Otávio. Na moeda 9, de 41 a.C., há cunhada em seu reverso a inscrição POPVL. IVSSV (Por decisão popular), numa clara tentativa de conquista de apoio do povo, demonstrando assim a importância da aprovação dos populares em relação à política.

SÍMBOLOS RELIGIOSOS

Ao se observar as moedas republicanas do British Museum, nota-se que o uso de símbolos refe-

rentes à religião romana é bastante comum em todo o período e assim como Otávio, seus adversários políticos⁹, também usaram em suas emissões esse tipo de representação. É interessante mencionar que esse tipo de recurso é uma continuidade da cultura política anterior e eram símbolos, além de conhecidos, provavelmente, bastante apreciados pela população. Estes símbolos eram propagados na intenção de demonstrar fazerem parte de um determinado sacerdócio.

Percebe-se que um dos símbolos que mais se destaca nas moedas analisadas é o *lituus* pois, das vinte e quatro moedas distintas desta seleção, o *lituus*, aparece em 4 delas: nos anexos 6, 19, 22 e 23. De acordo com Zanker (2008, p. 259), o símbolo *lituus*, era a representação de um bastão utilizado pelo adivinho para, por exemplo, fazer a leitura das entranhas de um animal. O uso do símbolo especificava que aquela pessoa fazia parte do colégio sacerdotal dos adivinhos. Os símbolos de outros colégios sacerdotais também são cunhados com o mesmo objetivo de indicação ao sacerdócio, como se vê nas moedas 19 e 21. Nestas moedas há as representações do *simpulum*, no formato de uma concha, que era utilizada em sacrifícios para provar bebidas; o “jarro de libações”, que era onde se guardava as bebidas nos sacrifícios que eram derramadas na cabeça das vítimas; e o *aspergillum*, que era um instrumento para aspergir e era utilizado pelos sacerdotes nos rituais religiosos. Essas representações indicavam que Otávio era um sacerdote Pontífice.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se observar as moedas do catálogo do British Museum da República tardia, é, portanto, possível perceber que, após 44 a.C., há uma notável ruptura em relação à cultura política anterior. Júlio César, ao mandar cunhar sua efígie em moedas de forma inédita abre um novo capítulo no que se refere à propagação de representações para fins políticos: César tornou-se objeto de inspiração, não somente por ter demonstrado a possibilidade de um novo projeto político unipessoal, mas também por ter dado o exemplo de uma nova forma de propagar o poder.

De acordo com a análise realizada, nesta nova

9 Como exemplo de apropriações de símbolos religiosos por adversários de Otávio, na moeda do catálogo do British Museum, ref. 492.1.1, no averso, Marco Antônio emite sua efígie junto a um *lituus*.

cultura política, as representações dos bustos dos líderes e dos símbolos referentes a eles, passam a ser propagados como um suporte de legitimação de seus projetos políticos em busca de consolidação. Este tipo de recurso foi muito bem utilizado por Otávio para articular representações estratégicas, como se constatou na análise das moedas: o uso que ele fez do nome e da imagem de Júlio César, a fim de torna-se conhecido; da manipulação da deificação de César na política, divulgando a essência divina da família dos Júlios; ou na propagação de figuras equestres, personificando-se nelas, demonstrando ser um heroico general militar. Assim sendo, acredita-se que essas iconografias, e ainda outras, foram delineadas para promover a campanha de Otávio, de uma forma ou de outra, legitimando seu poder.

Percebe-se que muitos símbolos utilizados por Otávio também eram utilizados por seus adversários, Bruto e Antônio, porém, de maneira diversa. Por exemplo, o louro foi usado por Otávio no período republicano, como referência a César, a fim de glorificá-lo. Nas emissões de Bruto, a coroa laureal aparece sobre a cabeça de Apolo e, nas cunhagens de Marco Antônio, o louro está associado ao busto de Hércules e, assim como nas emissões de Otávio, ao busto de César. Este fato reforça a noção de que as representações possuem múltiplas configurações na sociedade e, por isso, podem ser expressadas de maneiras diferentes. Desta forma, entende-se que cultura política neste período não era consensual pois os recursos partilhados entre os grupos sociais eram utilizados de acordo com seus interesses.

A análise proporcionou conceber, por um lado que no contexto da República tardia, surgiram novas iconografias e símbolos, transformando a cultura política, tais como: a figuração de duas efígies juntas, como a de César e Otávio; a imagem de anverso e reverso com os bustos de dois líderes em demonstração de aliança; a cadeira curul de César; a representação do templo em homenagem a César ou da estrela simbolizando o *sidus Iulium*. Por outro lado, percebe-se que muitos símbolos do período republicano permaneceram, por exemplo: a figuração dos deuses, o símbolo do louro e a figura equestre. É importante ressaltar que, conforme análise, verificou-se que alguns destes símbolos, tanto os novos como os antigos, se comparados suas significações com outro período, têm seus sentidos alterados, por exemplo: no Principado, Otávio não mais utiliza

o louro e a cadeira curul para referenciar a César como no período republicano, mas sim, a ele mesmo; ainda no Principado, a figura equestre transmite a ideia do personagem representado como um libertador o que, na República tardia transmitia a noção do personagem figurado como um general de guerra vitorioso (ZANKER, 2008, p. 60). Esses exemplos, reafirmam a hipótese de que a cultura política está sempre em constante transformação.

FONTES

THE BRITISH MUSEUM: Augustus Caesar, Roman emperor: Disponível em: <http://www.britishmuseum.org/> Acesso em: 27 de Set. 2014.

Autores modernos:

CARLAN, Cláudio Umpierre; FUNARI, Pedro Paulo. *Moedas: a numismática e o estudo da História*. São Paulo: Annablume, 2012.

CARLAN, Cláudio Umpierre; MOREIRA, Ronaldo Auad; FUNARI, Pedro Paulo. *Iconografia e semiótica, uma abordagem histórica*. São Paulo: Anablume, 2015.

CHARTIER, Roger. *A história cultural; entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. *A beira da falésia*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. Tradução de Vera da Costa Silva; Raul de Barbosa; Angela Melim; Lúcia Melim. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

DUPLÁ, Antonio. Interpretaciones de la crisis tardorrepública; del conflicto social a la articulación del consenso. *Studia Historica, Historia Antigua*. Salamanca, p. 185-201, 2007.

FORMISANO, Ronald P. The Concept of Political Culture. *Journal of Interdisciplinary History*, v. 21, n.3, p. 393-426, 2001.

HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na revolução francesa*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.

MARTINS, Paulo. *Imagem e poder: considerações sobre a representação de Otávio Augusto*. São Paulo: Usp, 2011.

MOSCA, Litiane Guimarães. Propaganda po-

12 Informações obtidas durante o período de estágio pela Secretaria Municipal de Esporte e Cultura de Castro, atuando no Museu do Tropeiro e Museu Casa de Sinhara, de outubro de 2011 a novembro de 2012.

lítica e a construção da imagem de Augusto em cunhagens monetárias. *Roda da Fortuna: Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo*, v. 1, n. 1, p. 25-44, 2012.

YAKOBSON, Alexander. Traditional Political Culture and the People's Role in the Roman Republic. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, Stuttgart, v. 30, p. 1-21, 2010.

ZANKER, P. *Augusto y el poder de las imágenes*. Tradução de Pablo Diener. Madri: Alianza Editorial, 2008.

ANEXOS

Moedas selecionadas para análise do catálogo do British Museum, emitidas por Otávio (43 a.C.-39 a.C.):

MOEDA 1



Identificação da moeda no site: 490.1.3

Quantidade: 3 Denominação: denário

Lugar de Produção: Cunhadas na Gália (Cisalpina) e na Itália

Data: 43 A.C

Textos que acompanham as figuras no reverso e no anverso:

Anverso: C · CAESAR IMP Reverso: S · C

Descrição e decodificação da iconografia:

Anverso: Otávio barbado; ao redor uma inscrição. Beira de pontos.

Reverso: Estátua equestre de Otávio, com a mão direita levantada; abaixo uma inscrição. Beira de pontos.

MOEDA 2



Identificação da moeda no site: 490.2.1

Quantidade: 2 Denominação: áureo

Lugar de Produção: Cunhadas na Gália (Cisalpina) e na Itália

Data: 43 A.C.

Textos que acompanham as figuras no reverso e no anverso:

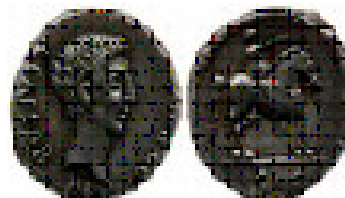
Anverso: C · CAESAR · · COS PONT · AVG

Reverso: C · · CAESAR DICT · · PERP PONT · MAX

Descrição e decodificação da iconografia:

Anverso: Otávio, voltado à direita, barbado; ao redor, inscrição. Beira de pontos. **Reverso:** Cabeça laureada de Júlio César, olhando à direita; ao redor, inscrição. Beira de pontos.

MOEDA 3



Identificação da moeda no site: 490.3.1

Quantidade: 4 Denominação: denário

Lugar de Produção: Cunhadas em Gália (Cisalpina) e na Itália

Data: 43 AC

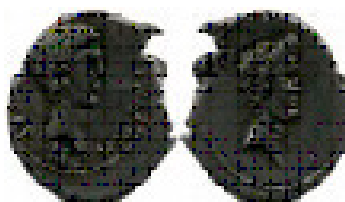
Textos que acompanham as figuras no reverso e no anverso:

Anverso: C · CAESAR · IMP **Reverso:** SC

Descrição e decodificação da iconografia:

Anverso: Otávio barbado; ao redor, inscrição. Beira de pontos. **Reverso:** Estátua equestre de Otávio voltado à direita, com o braço direito levantado; abaixo inscrição. Beira de pontos.

MOEDA 4



Identificação da moeda no site: 490.4.1

Quantidade: 1 Denominação: denário

Lugar de Produção: Cunhadas em Gália (Cisalpina) e na Itália

Data: 43 AC

Textos que acompanham as figuras no reverso e no anverso:

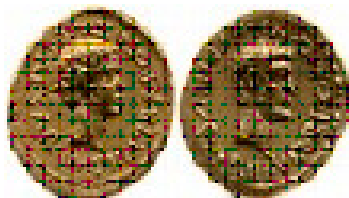
Anverso: C · CAESAR · III · VIR · R · P · C

Descrição e decodificação da iconografia:

Anverso: Busto voltado à direita de Otávio, barbado; ao redor, inscrição. Beira de pontos.

Reverso: Cabeça laureada de César, votada à direita. Beira de pontos.

MOEDA 5



Identificação da moeda no site: 493.1.1

Quantidade: 1 **Denominação:** áureo

Lugar de Produção: Cunhadas em Gália (Cisalpina)

Data: 43 AC

Textos que acompanham as figuras no reverso e no anverso:

Anverso: C · CAESAR IMP · III · VIR · R · P · C · PONT AVG **Reverso:** M · ANTONIVS IMP · III · VIR · R · P · C · AVG

Descrição e decodificação da iconografia:

Anverso: Otávio voltado à direita, barbado; ao redor, inscrição. Beira de pontos. **Reverso:** M. Antônio voltado à direita, barbado; ao redor, inscrição. Beira de pontos.

MOEDA 6



Identificação da moeda no site: 497.1.1

Quantidade: 1

Denominação: áureo

Data: 42 AC

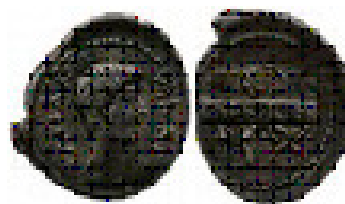
Textos que acompanham as figuras no reverso e no anverso:

Anverso: CAESAR · III · VIR · R · P · C **Reverso:** SC

Descrição e decodificação da iconografia:

Anverso: Otávio barbado; ao redor, inscrição. Beira de pontos. **Reverso:** Estátua equestre de Otávio voltado à esquerda, segurando um lituus na mão direita.

MOEDA 7



Identificação da moeda no site: 497.2.1

Quantidade: 5

Denominação: denário

Data: 42 AC

Textos que acompanham as figuras no reverso e no anverso:

Anverso: CAESAR · III · VIR · R · P · C **Reverso:** CAESAR · DIC · PER

Descrição e decodificação da iconografia:

Anverso: Otávio voltado à direita; ao redor, inscrição. Beira de pontos.

Reverso: Cadeira Curul na qual, na frente e atrás das pernas, estão decoradas com águias esculpidas. Acima da cadeira há uma inscrição. Acima da inscrição visualiza-se uma grinalda laureal. Beira de pontos.

MOEDA 8



Identificação da moeda no site: 497.3.1

Quantidade: 5

Denominação: denário

Data: 42 AC

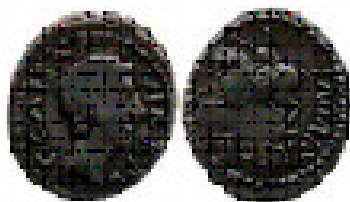
Textos que acompanham as figuras no reverso e no anverso:

Anverso: Esquerda: CAESAR; Direita: III · VIR · R · P · C **Reverso:** SC

Descrição e decodificação da iconografia:

Anverso: Com capacete, o busto de Marte, voltado à direita, com veste drapeada e possuindo uma lança sobre o ombro; atrás, inscrição; antes, inscrição. Beira de pontos. **Reverso:** Em cima de uma águia, uma figura vencedora, com vestes militares, segurando dois escudos. Beira de pontos.

MOEDA 9



Identificação da moeda no site: 518.2.1
Quantidade: 3

Denominação: denário

Data: 41 AC

Textos que acompanham as figuras no reverso e no anverso:

Anverso: C · CAESAR · III · VIR · R · P · C **Reverso:** POPVL · IVSSV

Descrição e decodificação da iconografia:

Anverso: Busto de Otávio voltado à direita; ao redor, inscrição. Beira de pontos. **Reverso:** estátua de galope equestre; abaixo e à direita inscrição. Beira de pontos.

MOEDA 10



Identificação da moeda no site: 523.1.1
Quantidade: 8

Denominação: denário

Data: 40 AC

Textos que acompanham as figuras no reverso e no anverso:

Anverso: C · CAESAR · III · VIR · R · P · C **Reverso:** Q · · SALVIVS IMP · · COS DESIG

Descrição e decodificação da iconografia:

Anverso: Otávio barbado; ao redor, inscrição. Beira de pontos. **Reverso:** Relâmpago; ao redor, inscrição. Beira de pontos.

MOEDA 11



Identificação da moeda no site: 529.1.1
Quantidade: 2

Denominação: áureo

Data: 39 AC

Autoridade: Marco Antônio e Otávio

Textos que acompanham as figuras no reverso e no anverso:

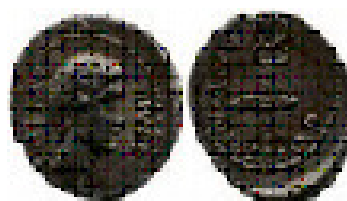
Anverso: CAESAR - IMP **Reverso:** IMP - ANTONIVS

Descrição e decodificação da iconografia:

Anverso: Otávio barbado voltado à direita, atrás dele uma inscrição; na sua frente uma inscrição. Beira de pontos.

Reverso: M. Antônio voltado à direita; atrás, inscrição; na frente inscrição. Beira de pontos.

MOEDA 12



Identificação da moeda no site: 529.2.1
Quantidade: 6 **Denominação:** denário

Data: 39 AC

Autoridade: Marco Antônio e Otávio

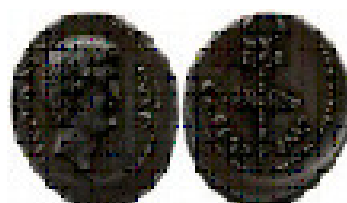
Textos que acompanham as figuras no reverso e no anverso:

Anverso: CAESAR - IMP **Reverso:** ANTONIVS · IMP

Descrição e decodificação da iconografia:

Anverso: Otávio barbado; atrás, inscrição; antes, inscrição. Beira de pontos. **Reverso:** Caduceus; ao redor, inscrição. Beira de pontos.

MOEDA 13



Identificação da moeda no site: 529.3.1
Quantidade: 3 **Denominação:** denário

Data: 39 AC

Autoridade: Marco Antônio e Otávio

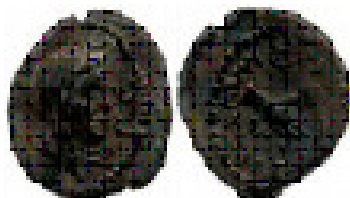
Textos que acompanham as figuras no reverso e no anverso:

Anverso: ANTONIVS · IMP **Reverso:** CAESAR - IMP

Descrição e decodificação da iconografia:

Anverso: Busto de Marco Antônio; atrás, inscrição; antes, inscrição. Beira de pontos. **Reverso:** Caduceus; ao redor, inscrição. Beira de pontos.

MOEDA 14



Identificação da moeda no site: 529.4.1

Quantidade: 5 **Denominação:**denário

Data: 39 AC

Autoridade: Marco Antônio e Otávio

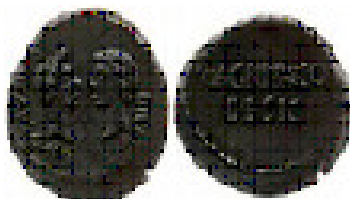
Textos que acompanham as figuras no reverso e no anverso:

Anverso: III · VIR · R · P · C **Reverso:** M · ANTON · C · CAESAR

Descrição e decodificação da iconografia:

Anverso: A Concórdia voltada à direita, vestindo diadema e um véu; ao redor, inscrição. Beira de pontos. **Reverso:** Duas mãos entrelaçadas e um caduceu; ao redor, inscrição. Beira de pontos.

MOEDA 15



Identificação da moeda no site: 534.2.1

Quantidade: 3 **Denominação:** denário

Data: 38 AC

Autoridade: Agripa e Otávio

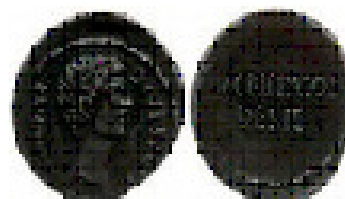
Textos que acompanham as figuras no reverso e no anverso:

Anverso: Divos · IVLIVS - DIVI · F **Reverso:** M · Agripa · COS

Descrição e decodificação da iconografia:

Anverso: cabeça laureada de Júlio César e Otávio juntos, um de frente para o outro; na esquerda, inscrição; na direita, inscrição. Beira de pontos. **Reverso:** Inscrição. Beira de pontos.

MOEDA 16



Identificação da moeda no site: 534.2.1

Quantidade: 4 **Denominação:** denário

Data: 38 AC

Autoridade: Agripa e Otávio

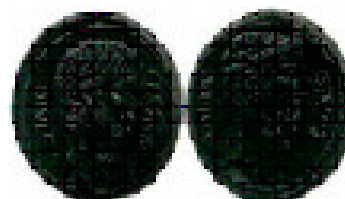
Textos que acompanham as figuras no reverso e no anverso:

Anverso: IMP·CAESAR·DIVI·IVLI·F **Reverso:** M · Agripa · COS

Descrição e decodificação da iconografia:

Anverso: Busto de Otávio voltado à direita; inscrição ao redor. Beira de pontos. **Reverso:** Inscrição. Beira de pontos.

MOEDA 17



Identificação da moeda no site: 535.1.4

Quantidade: 9 **Denominação:** sestércio

Lugar de Produção: Cunhadas na Itália

Data: 38 AC (possivelmente)

Textos que acompanham as figuras no reverso e no anverso:

Anverso: DIVI · F – CAESAR **Reverso:** IVLIVS - - Divos

Descrição e decodificação da iconografia:

Anverso: Otávio barbado; antes, inscrição; atrás, inscrição. Beira de pontos. **Reverso:** Busto laureado de Júlio César; antes, inscrição; atrás, inscrição. Beira de pontos.

MOEDA 18



Identificação da moeda no site: 535.2.1

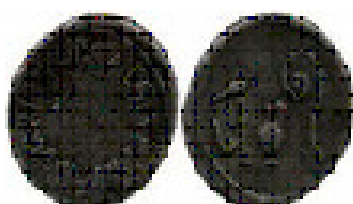
Quantidade: 6 **Denominação:** sestércio
Lugar de Produção: Cunhadas na Itália
Data: 38 AC (possivelmente)
Textos que acompanham as figuras no verso e no anverso:

Anverso: DIVI · F **Reverso:** Divos IULIUS

Descrição e decodificação da iconografia:

Anverso: Otávio barbado; na frente dele uma estrela; atrás, inscrição. Beira de pontos. **Reverso:** grinalda laureal e dentro dela uma inscrição. Beira de pontos.

MOEDA 19



Identificação da moeda no site: 537.1.1

Quantidade: 3 **Denominação:** denário

Data: 37 AC

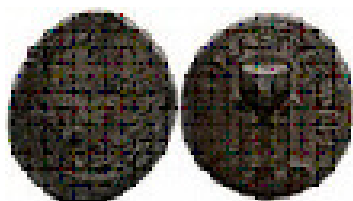
Textos que acompanham as figuras no verso e no anverso:

Anverso: IMP · · CAESAR DIVI · F · III · VIR · R · P · C

Descrição e decodificação da iconografia:

Anverso: Ao redor, inscrição. Beira de pontos. **Reverso:** simpulum, aspergillum, jarro e lituus. Beira de pontos.

MOEDA 20



Identificação da moeda no site: 537.2.1

Quantidade: 1 **Denominação:** denário

Data: 37 AC

Textos que acompanham as figuras no verso e no anverso:

Anverso: IMP · CAESAR **Reverso:** COS · ITER · · ET TER · DESI

Descrição e decodificação da iconografia:

Anverso: Grinalda laureal e dentro dela uma inscrição. Beira de pontos. **Reverso:** Tripé com caldeirão; ao redor, inscrição. Beira de pontos.

MOEDA 21



Identificação da moeda no site: 538.1.4

Quantidade: 6 **Denominação:** denário

Data: 37 AC

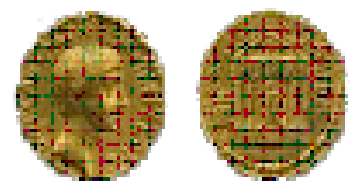
Textos que acompanham as figuras no verso e no anverso:

Anverso: IMP · · CAESAR DIVI · F · III · · VIR ITER · R · P · C **Reverso:** COS · ITER · · ET TER · DESIG

Descrição e decodificação da iconografia:

Anverso: Otávio barbado; ao redor, inscrição. Beira de pontos. **Reverso:** simpulum, aspergillum, jarro e lituus; acima, inscrição. Beira de pontos.

MOEDA 22



Identificação da moeda no site: 540.1.1

Quantidade: 1 áureo e 8 denários **Denominação:** áureo e denário

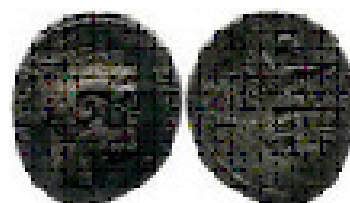
Data: 36 AC

Textos que acompanham as figuras no verso e no anverso:

Anverso: IMP · · CAESAR DIVI · F · III · · VIR ITER · R · P · C **Reverso:** COS · ITER · · ET TER · DESIG - DIVO · IVL

Anverso: Busto de Otávio, barbado; ao redor, inscrição. Beira de pontos. **Reverso:** templo de quatro colunas; no interior do templo, figura vestindo véu e segurando uma lituus na mão direita; na arquitrave uma inscrição; dentro do frontão uma estrela; na esquerda, altar iluminado; ao redor, inscrição. Beira de pontos.

MOEDA 23



Identificação da moeda no site: 546.4.1

Quantidade: 1 **Denominação:** denário

Data: 31 AC

Autoridade: L Pinarius Scarpus e Otávio

Textos que acompanham as figuras no reverso e no anverso:

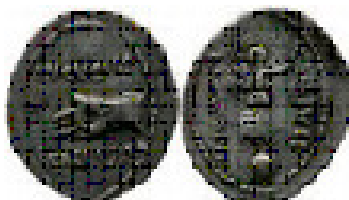
Anverso: PONTIF – AVGVR **Reverso:** IMP CAE[SAR] DIVI F

Descrição e decodificação da iconografia:

Anverso: Cabeça de Júpiter Ammon; atrás dele, inscrição; antes, inscrição. Beira de pontos.

Reverso: A Vitória em cima de uma *sphaera*; de um lado e de outro, inscrição. Beira de pontos.

MOEDA 24



Identificação da moeda no site: 546.6.1

Quantidade: 4 **Denominação:** denário

Lugar de Produção: Cunhadas em Cirenaica (arcaico) (África, Líbia, Cirenaica)

Data: 31 AC

Autoridade: L Pinarius Scarpus e Otávio

Textos que acompanham as figuras no reverso e no anverso:

Anverso: IMP Caesari - SCARPVS IMP **Reverso:** AVG · PONT- DIVI F

Descrição e decodificação da iconografia:

Anverso: Mão aberta; acima, inscrição; abaixo, inscrição. Beira de pontos.

Reverso: A Vitória em cima de uma *sphaera*; de um lado e de outro, inscrição. Beira de pontos.

Resumo: A pesquisa teve por objetivo analisar os conhecimentos históricos mobilizados por estudantes do 7º ano a participarem de jogos eletrônicos envolvendo conteúdos da disciplina de História. O estudo de caso foi desenvolvido com alunos da Escola Estadual Professora Shirley Saurin - Ensino Fundamental situada no município de Palotina-Pr. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário com todos os alunos da escola para identificar a importância e a proporção em que esta tecnologia estava inserida no contexto dos alunos. Com o desenvolvimento do projeto foi possível identificar alguns traços de mobilização de conhecimento histórico, principalmente, porque os alunos se sentiram valorizados por ter uma professora mostrando interesse em melhorar o nível de aprendizagem dos mesmos. O nível de interesse pelo jogo e por todo o conteúdo que permeou as aulas anteriores e posteriores ao jogo foi alto, o que evidencia que os alunos querem jogar na escola. Esta pesquisa também me proporcionou repensar e melhorar a prática pedagógica enquanto professora da educação básica.

JOGOS VIRTUAIS NA CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS HISTÓRICOS DE ESTUDANTES DE 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Marcela da Silva Soares ¹

Caroline Pacievitch ²

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetivou analisar os conhecimentos históricos mobilizados por estudantes do 7º ano ao participarem de jogos virtuais envolvendo conteúdo da disciplina de História. O estudo foi desenvolvido com alunos da Escola Professora Shirley Saurin - Ensino Fundamental, situada no município de Palotina-PR, desenvolvida no período de agosto a novembro de 2014.

Como professora de História há anos, percebi que certos modelos pedagógicos modificam-se num ritmo diferente, comparados às necessidades dos alunos. Esta premissa mobilizou para a realização de uma pesquisa que pudesse ajudar a melhorar a minha prática pedagógica, e, principalmente, fazer uma reflexão teórico-metodológica a fim de aproximar os entendimentos sobre a construção do conhecimento histórico dos alunos, podendo contribuir com os demais profissionais da área.

O ponto de partida foi observar os alunos em seu contexto como participantes de uma sociedade tecnológica, resultado de uma nova cultura para a qual nós, professores, não nos sentimos preparados para lidar de forma adequada. A escola escolhida foi a qual ministrava aulas no ano da pesquisa, 2014, Escola Estadual Profª Shirley Saurin que localiza-se no município de Palotina-PR, pertence ao Núcleo Regional de Educação (NRE) de Toledo, oferta as vagas do Ensino Regular de 6º a 9º ano no período matutino e vespertino, foi criada em 1995, e o prédio no qual reside é compartilhado com a Escola Municipal Professora Terezinha Giron Agustini e CAIC – Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente.

Antes de definir o objeto de pesquisa- jogos virtuais- o anseio pautava-se em trazer para as aulas de História algo do cotidiano dos educandos - as tecnologias. Mas como? Sempre utilizei recursos tecnológicos nas aulas, mas ainda faltava algo, precisava de um aprofundamento teórico-metodológico, precisava entender essa cultura contemporânea tão imersa no virtual, e buscar respostas ou mais indagações de como poderia utilizá-la de forma a contribuir na construção de conceitos históricos.

Segundo Cerri (2011, p.142), é de extrema importância repensar estratégias para mobilizar o conhecimento histórico, considerando o papel que o ensino de História exerce na sociedade, que é de estimular reflexões para

1 Professora de História da rede Pública de Ensino do Estado do Paraná. Especialista em História, Arte e Cultura pela UEPG. Email: marcelaprof2011@hotmail.com

2 Orientadora. Doutora em Educação. Professora Adjunta na área de Ensino de História, do Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. História (UEPG).

que os indivíduos se reconheçam enquanto sujeitos ativos e também parte de um coletivo, ajudando a criar uma identidade e estimulando a autonomia.

Mas como atingir o objetivo da disciplina de História, com alunos reais? Aqui cabe uma afirmação muito oportuna de Cerri: “o ensino de História – escolar ou extraescolar, formal ou informal – é uma arena de combate em que lutam os diversos agentes sociais da atualidade” (2011, p. 15-16). Ou seja, pensar o Ensino de História é justamente pensar em um combate, de ideias, de tempo, identidade, indivíduos e fatos históricos e como ensinar nesta arena de embates? O professor de história é um intelectual que analisa como vivem, pensam e aprendem os alunos e produz formas de ensinar e aprender a partir dessas interpretações (CERRI, 2011, p. 18).

Com o desenvolvimento da pesquisa, comecei analisar não só o que lia, mas também minhas próprias aulas, e notei que nas coletas de informações direcionadas no laboratório de informática, o desejo dos alunos em jogar era latente, primeiro tentando “driblar” a atenção para discretamente jogar. Outros alunos tentavam negociar: “profe, se acabar bem rapidinho, posso jogar joguinho?”. Por que jogar? Talvez seja porque “jogar na aula de História é um belo exercício amoroso, uma vez que o jogo pressupõe uma entrega ao movimento absoluto da brincadeira” (GIACOMONI; PERERIRA, 2013, p. 19).

As observações que comecei a realizar nas aulas consolidaram meu interesse pela pesquisa. Valorizando o saber e o interesse evidenciado pelos alunos, vi a possibilidade nos jogos virtuais o ensinar e aprender história que pode começar com boas indagações sobre o tempo presente, buscando os elementos para compreensão do contexto estudado e sempre levando em consideração a cultura juvenil (GIACOMONI; PEREIRA, 2013, p. 31).

Segundo Meinerz (2013, p.108), “o lúdico proporciona igualmente liberdade de arriscar-se e errar, experiência importante para a aprendizagem dos alunos, uma vez que a consequência do erro nunca vai além do jogo”. Segundo a autora, é reconhecer o lúdico como elemento para potencializar a prática educativa. É preciso “pensar o jogo numa perspectiva metodológica educativa, pressupondo que o fundamental está no processo de criação de situações pedagógicas” (MEINERZ, 2013, p.115), observar e pensá-lo como um aliado à aprendizagem, mas é fundamental que haja planejamento. É preciso que o professor tenha domínio das estratégias que utiliza-

rá e objetivos pré-estabelecidos, para que o recurso não se torne apenas ilustrativo do conteúdo, a atividade desenvolvida deve possibilitar ao educando subsídios para compreensão de como se estrutura uma dada situação, bem como suas mudanças e permanências.

Com base nessas observações, comecei a organizar a pesquisa com os alunos da escola mencionada, buscando entender a construção do conhecimento histórico por meio dos jogos virtuais. Mas antes da experiência com um jogo com uma das turmas, investiguei se esta tecnologia (os jogos virtuais ou eletrônicos) fazia parte da realidade desses alunos e qual turma se identificava mais com esse recurso.

CAMINHOS PERCORRIDOS: A ESCOLHA PELA TURMA

Como premissa para pesquisa, comecei a observar meus alunos e identificar que para ensinar História nos dias de hoje é preciso levar em conta as transformações da sociedade contemporânea e também as novas perspectivas historiográficas para traçar novos métodos de ensinar (SCHIMIDT; CAINELLI, 2004, p.24). Buscando explicar o termo cultura contemporânea uso a definição dada pela professora Elaine Lima em sua tese de doutorado:

A cultura contemporânea não está vinculada a uma mídia ou a artefatos culturais específicos. Cruza fronteiras entre textos, músicas, pintura, cinema, televisão, moda, novas tecnologias, formas midiáticas tradicionais, interagindo, quando crianças e jovens se movem entre uma forma cultural e outra, passando por livros escritos em papel, e-books e jogos. (LIMA, 2013, p. 226-227)

Nesse sentido, a escola de hoje não contempla as necessidades destes jovens inseridos na cultura contemporânea. Segundo a autora, a produção de novos conhecimentos a partir desta cultura, “a escola, com seus aparelhos tradicionais de ensino, como o livro didático e a lousa, se alterna com o mundo jovem, da transitoriedade e das redes sociais. Para esses alunos, aprender História está muito distante de seu cotidiano” (LIMA, p.169). É preciso recriar meios e encontrar o tempo dos alunos para criar um ambiente propício à aprendizagem de modo conexo com sua realidade, ampliando o campo da construção do conhecimento histórico.

Segundo Lima (2013, p.210), “é um desafio para os docentes conseguir que alunos conectados

na lógica das redes tecnológicas se interessem pelas propostas em sala de aula”. Desta forma, por meio da coleta de dados, busquei identificar a importância e proporção que esta tecnologia estava inserida no contexto dos meus alunos. Com os resultados em mãos pude, por meio de critérios, escolher uma turma para aplicar um jogo virtual. A tecnologia desempenha um importante papel na construção de conhecimentos históricos, e ter conhecimento da realidade em que os alunos estão inseridos faz toda a diferença.

Pierre Lévy (1999) reflete sobre o impacto das tecnologias sobre a construção da inteligência coletiva. Apesar da influência marcante da tecnologia no modo de pensar e agir da sociedade, ela se encontra condicionada, mas não definida. Para ele, o que surge são novas formas de se construir conhecimento, devido a democratização do acesso à informação, e a emergência de novos estilos, lugares de aprendizagem e inteligência coletiva. Os profissionais da educação, segundo ele, devem ampliar seus conhecimentos e articular as novas perspectivas de educação, em função das novas formas de se construir conhecimento e novos estilos de aprendizagem.

É perceptível que a tecnologia não é algo novo para os alunos. Identifiquei que elementos tecnológicos como computador, tablet, Playstation, celular com acesso à internet, Xbox, fazem parte do cotidiano desses alunos, porém, a intenção foi utilizar aquilo que já conhecem e gostam para outros fins, a educação sistematizada, de forma a contribuir para a construção do pensamento histórico por parte deles. Arruda (2009, p. 11) pontua que a influência da linguagem digital na sociedade faz surgir uma nova cultura jovem, exigindo novas formas de aprendizagem.

Optamos por fazer a sondagem com todas as turmas para somente depois, com os critérios já estabelecidos, escolher a turma em que seria experimentado um jogo virtual. Partindo do pressuposto de uma aprendizagem significativa, termo de “raiz ausubeliana”. Para Valadares (2011, p. 37), aprender de forma significativa não é uma tarefa fácil, mas necessária, para dar um significado ao que se ensina. Além de ser algo que deva partir do contexto dos alunos, possuindo um significado lógico para eles, é preciso que as atividades e desenvolvimento das aulas sejam bem planejadas para que a partir disto os educandos consigam estabelecer as relações necessárias. O pensamento de David Ausubel foi introduzido no Brasil no início da década de 70 pelo Prof.

Joel Martins, quando começou a ministrar cursos de Pós-Graduação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, baseados nas ideias desse pesquisador norte americano” (RONCA, 1994, p. 91).

Antes do início da pesquisa, tanto os responsáveis pelos alunos, quanto a gestão da escola firmaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Depois, criou-se um questionário que se constituiu de 19 perguntas objetivas e subjetivas, com o intuito de apanhar informações sobre o perfil desses alunos: com quem moram; atividades desenvolvidas fora da escola durante a semana e nos finais de semana; se possui computador e/ou outros aparelhos eletrônicos; acesso à internet, em que locais e durante quanto tempo; o que acessam; se gostam de jogos virtuais e digitais e quanto tempo costumam jogar; que jogos acessam; se conhecem jogos que tratam de temas históricos e se gostariam que os professores utilizassem jogos nas aulas.

Os resultados dessa etapa foram disponibilizados aos alunos e equipe escolar em forma de mural. Com os resultados tabulados em mãos, estabeleci os critérios para a escolha da turma na qual seria aplicado um jogo virtual, como instrumento para mobilização de conhecimentos históricos. Através de uma leitura crítica dos dados obtidos, estabeleci quatro critérios para a escolha da turma para aplicação do jogo virtual. A seguir, apresentarei esses critérios e apenas alguns dos dados coletados, que me permitiram escolher a turma.

Primeiro foi por maior número de participação na entrega dos TCLE, 7º ano obteve maior participação em relação às demais turmas, ficando com 100%.

Em segundo lugar, na análise das respostas dos estudantes, foi possível perceber que entre as atividades praticadas pelos alunos no período de contraturno às aulas e nos finais de semana, os jogos ficam em 4º lugar em ambas. E o 7º B aparece como os alunos que mais jogam, tanto durante a semana, como nos finais de semana. Durante a semana, o 7º B aparece com 23% e nos finais de semana com 15%.

Percebe-se que o ato de jogar é uma prática rotineira, “porque cresce a tradição dos jogos digitais na contemporaneidade, sejam eles eletrônicos ou virtuais. Crianças e jovens nos comunicam seus momentos de diversão vinculados a essas práticas” (MEINERZ, 2013, p. 114). Desta forma, utilizá-los torna-se uma prática com grande potencialidade ainda pouco explorada por professores da área de

História.

Em terceiro lugar, a turma que indica o menor número de alunos que não jogam. Apenas 11 alunos entre os pesquisados relataram não jogar no 7º B e no 6º A nenhum aluno relatou que não joga, ou seja, todos dessas duas turmas disseram que jogam pelo menos nos finais de semana, o que considero como meu terceiro critério para a escolha da turma, em que apenas neste caso o 7º B ano e 6º A empataram.

Quarto ponto, turma que apresenta o maior número de alunos que relatam gostar de jogos virtuais. A turma do 7º ano B foi a única em que todos os alunos disseram gostar de jogos virtuais. É possível observar também que a preferência por jogos virtuais está presente em todas as turmas.

As informações obtidas com a tabulação dos dados dos questionários que foram aplicados com 105 alunos, dos 117 matriculados na escola, ou seja, 89,7 % dos alunos das sete turmas participaram da pesquisa, ajudam a justificar este objeto de estudo. Já que 90% dos alunos entrevistados declaram gostar de jogos virtuais e mesmo os 10% restantes que declaram não gostar de jogar, quando questionados sobre a frequência em que jogam, respondem jogar várias vezes por semana. Quando questionados se gostariam que os professores utilizassem jogos com eles, 100% dos alunos respondem que sim. As respostas dadas por que gostariam que esta estratégia fosse utilizada foram agrupadas em categorias, conforme suas respostas: 35% declaram que dessa forma seria mais fácil aprender, 35% seria divertido, para 20% aprendizagem seria fácil e divertida e apenas 10% apresentam outras respostas. São raros os que colocam em dúvida a possibilidade de aprender história por meio de jogos. Os alunos de todas as turmas concordaram que é uma estratégia de aprendizagem na qual eles terão benefícios, suas justificativas parecem concordar com Giacomoni e Pereira (2003, p.19) quando escreveram que “jogar é desobrigar-se das utilidades da sala de aula. Jogar é instalar-se na passagem, em um intervalo do nosso cotidiano”.

Com os dados obtidos, é importante refletir sobre o potencial das relações entre cibercultura e ensino de História e investigar estratégias de como utilizar os jogos na produção do conhecimento histórico. Já que se encontra tão presente no contexto dos meus alunos, torna-se uma ferramenta de grande potencialidade para o processo de ensino aprendizagem, se bem explorada.

Neste sentido, segundo Meinerz, (2013) é preciso reconhecer o potencial que os jogos de computador e o celular têm na vida desses adolescentes e incorporá-los a situações didáticas como forma de mobilização do conhecimento, e levar esse conhecimento para suas atividades cotidianas.

CAMINHOS PERCORRIDOS: AULA PRÁTICA

Escolhida a turma, o desafio pautou-se em escolher um jogo que despertasse o interesse dos alunos e que estivesse em consonância com os conteúdos de História do 7º ano. Houve dificuldade em se encontrar um jogo educativo adequado ao currículo, já que, segundo Bittencourt e Girafa (2003, p.04) “os jogos educativos em geral não são atrativos, por não criar uma sensação de imersão, trata o jogador como um estudante, pois possui uma forte abordagem educacional”.

Foi escolhido o jogo “Aldeia Virtual”, presente em um site educativo³ -O Instituto Socioambiental (ISA) é uma associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), desde 21 de setembro de 2001. Fundado em 22 de abril de 1994, o ISA incorporou o patrimônio material e imaterial de 15 anos de experiência do Programa Povos Indígenas no Brasil do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (PIB/CEDI) e do Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) de Brasília. Ambas, organizações de atuação reconhecida nas questões dos direitos indígenas no Brasil- sobre os povos indígenas no Brasil. O conteúdo abordado era a Corrida da Tora, praticada por etnias indígenas do Cerrado brasileiro. O site também apresenta diversas informações sobre os povos indígenas no Brasil. Para jogar, primeiro o aluno cria uma conta no site e escolhe uma etnia para criar seu avatar. São sete etnias: Ashaninka, Asurini do Xingu, Karajá, Krahô, Matis, Xikrin Kayapó, Yanomami. Criado seu avatar e atribuído um nome, ele pode passear pela aldeia virtual conhecendo algumas particularidades da aldeia e pode interagir com os demais avatares.

As dificuldades para a implementação da pesquisa não foram apenas para encontrar um jogo que atendesse os interesses da investigação. Escolhida a turma e o jogo, restava testar o jogo nos computadores da escola e planejar as aulas. A Aldeia Virtual

3 Disponível em: <http://pibmirim.socioambiental.org/institucional/quem_somos>

foi testada no sistema Windows e nos computadores da escola que possuem o sistema linux. No Windows o jogo Aldeia Virtual funcionou perfeitamente, na escola o jogo não carregava. A partir desse momento vi isso como um desafio e optei por não trocar de jogo.

O jogo escolhido viria complementar as aulas que vinha desenvolvendo ao longo do ano letivo sobre os povos indígenas, visita de campo a uma Aldeia da região, confecção de painel e apreciação de vídeos. Então, foi decidido não mudar o foco das aulas, algo que já vinha sendo construído ao longo do ano letivo. A busca pela solução do problema foi longa, mas, todas tentativas esbarravam em burocracia, até que uma escola de informática da cidade disponibilizou suas salas com computadores conectados à internet, totalmente gratuito, para efetivação do projeto. Solucionado esse problema, pude dar início à parte prática da pesquisa.

Durante todo o projeto, 13 alunos participaram. O trabalho com os alunos levou 13 horas-aulas de 50 minutos, divididas em 5 momentos.

Levando em consideração que para “serem utilizados com fins educacionais os jogos precisam ter objetivos de aprendizagem bem definidos e ensinar conteúdos das disciplinas aos usuários, ou então, promover o desenvolvimento de estratégias ou habilidades importantes.” (GROS, 2003, In:SAVI, ULBRICHT, 2008, p.2), utilizei o jogo aliado aos objetivos propostos das minhas aulas, não como algo isolado, mas sim articulado aos conteúdos. A estruturação das aulas se deu da seguinte forma:

Na primeira aula, os alunos do 7º ano foram levados para o laboratório de informática da escola. A aula foi desenvolvida de forma expositiva e dialogada, com o auxílio de slides projetados no aparelho data show da escola, abordando algumas características dos povos indígenas no Brasil, com dados informativos e tabelas coletadas no site da FUNAI referente ao último Censo (2010).

Ao longo da aula, os alunos teceram vários comentários, como: “Não imaginava que tinha tanto índio assim”. “Professora podemos ir visitar uma aldeia lá do norte?”. “Será profe, que tem mesmo tanta língua indígena assim?” Essas ideias refletem que “uma aprendizagem significativa em História para os alunos começa com boas indagações sobre o presente” (SEFFNER 2013, p.31) e que o professor de História não deve estar mergulhado só no passado, saindo dos conteúdos apresentados apenas nos livros didáticos. Foi perceptível o interesse pelos alunos, já que a aula partia de um contexto

atual, quando foram apresentados os dados dos povos indígenas de acordo com o último Censo (2010) e as informações presentes no site Pibimirim. Foi possível perceber nos olhares e indagações dos estudantes que, apesar de já ter sido um conteúdo tão trabalhado no bimestre anterior e em outras séries, ainda percebiam os povos indígenas como distantes e isolados da realidade deles.

A parte da aula em que houve maior participação dos estudantes foi a de conhecer os avatares. À medida que íamos explorando as principais informações de cada etnia, cada dois ou três alunos escolhiam o seu, para realizarem a coleta de dados. O que mais chamava a atenção era a característica física que cada etnia era representada nos avatares, diziam ser “esquisito” “engraçado”, “bonitinho”.

Na segunda aula, os alunos do 7º ano foram levados novamente para o laboratório de informática da escola, para trabalho de coleta de dados, acessaram o site <http://pib.socioambiental.org> para verificar informações da etnia referente ao avatar escolhido. Foram orientados que deveriam fazer as devidas anotações de acordo com o roteiro recebido.

Apesar do comprometimento dos alunos com o trabalho, houve dificuldade em ler o conteúdo do site e extrair dele as principais informações descritas no roteiro. O mais comum entre os alunos era copiar alguns parágrafos aleatoriamente. Ao longo do trabalho tentei orientar que a melhor forma era ler na íntegra o texto e só depois extrair as principais informações.

Observei que os grupos identificaram corretamente os outros nomes que a etnia pesquisada recebia, a sua localização e população e a família linguística, mas quando se tratava da organização social e política, da organização econômica, da expressão de religiosidade ou espiritualidade que estavam em textos maiores, a dificuldade em ler e extrair as principais ideias era maior. Seffner (2013, p.39) argumenta que “toda produção escrita individual tem que dialogar com o que foi discutido em sala”. Apesar de o trabalho ser realizado em equipe e com minha orientação, não notei diálogo com a aula anterior. Este pode ser um indício de que o contato com o mundo virtual não substitui o trabalho com outras habilidades importantes que devem ser desenvolvidas pelos estudantes, principalmente no Ensino Fundamental, relacionadas à leitura e à escrita.

No terceiro momento, realizamos socialização da coleta de dados feita na aula anterior e posteriormente criamos o avatar. Já na sala de informática,

duas equipes informaram que não tinham concluído o trabalho porque estavam com dúvidas em alguns itens, o fato de os alunos reconhecerem suas dificuldades e pedir para que suas dúvidas fossem sanadas pode demonstrar situação de aprendizagem, já conseguem identificar onde não conseguem e quais pontos precisam melhorar.

Alguns alunos se sentiram envergonhados ou inseguros para explicar. Autorizei que lessem o trecho pesquisado e assim concluíssem a leitura com uma explicação. Todos observaram atentamente as apresentações, mas fizeram poucas interferências, pois estavam ansiosos para a criação do avatar. Segundo Lima (2013, p.219), é preciso que a “produção dos saberes e a sistematização de novos conhecimentos, a partir da mediação do professor, [levem] os alunos à superação do senso comum”. A mediação e transmissão de conhecimento foram indispensáveis nesta aula. Durante a exposição das equipes o site ficou aberto no telão, para as demais equipes poderem se situar. Alguns alunos começaram a apagar o que haviam escrito e reescreverem, o que mostra um possível entendimento do conteúdo, a partir da percepção das falas dos colegas e das minhas orientações. Em um segundo momento da aula, cada aluno abriu o site no seu computador e orientei para criação do avatar a partir da projeção no telão.

A quarta aula ocorreu no contraturno na escola de informática da cidade, mesmo utilizando os equipamentos atualizados, ocorreram alguns problemas técnicos, pois o site não suportava o acesso de todos os alunos ao mesmo tempo. A solução foi dividir os 12 alunos em 3 equipes de 4 alunos. Apenas com quatro alunos jogando funcionou, mas sempre havia um aluno em que o avatar não marcava os pontos que acumulava com o jogo da Tora e apenas um aluno acumulou pontos o suficiente para comprar objetos na casa da Moca, mesmo assim ele não conseguia comprar. Cheguei a entrar em contato com o site, mas a resposta veio após alguns dias, notificando que já estavam tentando solucionar o problema.

Apesar dos contratempos, os alunos demonstraram interesse, exploraram todo o site, descobriram o outro jogo de Aldeia Virtual sem que eu contasse que existia. O entusiasmo dos alunos foi fantástico: “a boa aceitação pelos alunos é um critério importante. Embora não deva ser supervalorizada, é necessário perceber que os alunos demonstram boa receptividade à atividade” (SEFFNER, 2013, p.37).

O problema técnico fez com que os alunos explorassem pouco a Aldeia, indo direto para o jogo.

Muitos fizeram anotações sobre as características da Aldeia Virtual e sobre o que era a corrida da Tora, mas ficaram ansiosos porque o site não correspondia. Dois alunos foram embora sem jogar, chegamos a criar uma nova conta e outro avatar para eles, mas mesmo assim não conseguiram entrar na Aldeia Virtual.

Os alunos gostaram muito de dialogar entre eles por meio do Avatar, chegavam a dar gritinhos de alegria, quando viram seu nome no Avatar. Essa animação com a atividade desenvolvida foi muito importante já que “o formato de uma atividade, a sua metodologia de ação, o modo como os alunos participaram são elementos fundamentais. [...] pode esquecer o assunto que foi estudado, mas lembra da estrutura da atividade” (SEFFNER, 2013, p. 42). Apesar da aula não ter ocorrido conforme o planejado, já que o jogo só funcionava com no máximo quatro avatares, a participação dos alunos e interesse pela atividade foi unânime. Apenas um aluno faltou, por motivos alheios à sua vontade.

A quinta e última aula foram três aulas seguidas com a turma. Os alunos foram instigados a relatarem sobre a aula dos jogos. Todos expressaram sua opinião, mas apenas alguns autorizaram que as falas fossem gravadas. Quando questionei como avaliavam o jogo, disseram que foi muito divertido, e alguns relataram que:

“Eu consegui aprender com o joguinho, porque tipo... o conteúdo do livro eu só consegui aprender no jogo, porque é mais fácil, eu gostei. Eu tinha mais dificuldade, antes.” (Aluna Joana, depoimento cedido a profª no dia 28 nov 2014)

“Foi fácil, sabe? No final do ano a gente já não interage muito, e agora a gente interagiu, porque tem jogo, a gente saiu da sala, a gente usou muito o computador.” (Aluna Lorena, depoimento cedido a profª no dia 28 nov 2014)

Todos os alunos, de forma geral, apesar de ficarem tristes pelo fato de o site travar, relataram ter gostado muito das aulas como um todo, mas confessaram que o melhor foi ir jogar. As falas de Joana e de Lorena são representativas da opinião da turma, pois relataram ter aprendido mais por causa da metodologia diferenciada e por esse motivo conseguiram interagir durante as aulas.

Os alunos também escreveram o que aprenderam com as aulas. Um indício de aprendizagem e interesse foi a rapidez com que responderam, levando em consideração que essa é uma turma que demonstra muita dificuldade de expressar por escrito o que aprende. Após este momento, dei sequ-

ência com aula expositiva e dialogada do conteúdo com auxílio de slides e vídeo projetados no telão trazendo informações sobre a corrida da Tora que eles presenciaram no jogo virtual. A interação da turma com o conteúdo foi intensa, demonstraram mais interesse nos documentários que mostram os Jogos dos Povos Indígenas, e sugeriram entusiasmos que fôssemos visitar o que ocorrerá em 2015 na cidade de Palmas. Após o fim da explicação, apesar de não estar no planejamento, solicitei que escrevessem em poucas linhas o que entenderam sobre A Corrida da Tora.

CAMINHOS PERCORRIDOS: O POTENCIAL DOS JOGOS VIRTUAIS

A metodologia de análise das aulas, buscando perceber os jogos virtuais como instrumento e forma de mobilização dos conhecimentos históricos, foi a elaboração de síntese e tabulações a partir dos roteiros de observação, das fichas com questionamentos para os alunos e também das observações seguida de registros escritos e de gravações de todas as aulas.

Segundo Cerri (2011, p.65), “no ensino de história, o mais importante não é estudar os conteúdos em si, mas o método, a forma de pensar, produzir e criticar o saber sobre os seres humanos no tempo”, portanto, quando utilizo um “artefato da contemporaneidade”(LIMA, 2014) no caso os jogos virtuais, é na tentativa de tornar o conteúdo mais significativo para os alunos, pelo desenvolvimento de pensamento histórico, apostando em um instrumento que leve ao envolvimento do aluno na aula.

O jogo virtual utilizado: “A Aldeia Virtual”, fez parte de um conjunto de aulas que já vinha sendo desenvolvida ao longo do ano. Afinal, o recurso tecnológico por si só não ensina, deve estar articulado aos objetivos da aula, na esteira da sugestão de Seffner: “o uso das tecnologias é importante em sala de aula cuidando para não exagerar, para não fazer da aula um show de recursos midiáticos” (2013, p. 44). Com esses cuidados, o jogo virtual foi parte de um conjunto de estratégias de ensino e de aprendizagem.

Na quarta etapa das aulas, que foi realizada na escola de informática, elaborei um roteiro para observação da aula prática, tentando identificar: 1) envolvimento dos alunos na atividade e interesse pelo conteúdo apresentado; 2)estratégias utilizadas para acumular pontos e reunir as informações apresentadas no jogo; 3)interação entre os colegas; 4) se

os alunos seguiram orientações, visitando a Aldeia com o Avatar para conhecer e registrar a cultura da etnia representada; 5) se reconheceram o Jogo da Tora, como representação cultural de alguns grupos indígenas.

Em primeiro lugar, notou-se que não se preocupavam em ler as regras. As descobertas ocorriam na prática com os erros e acertos, estratégia utilizada por eles, provavelmente, em outros jogos. Apesar de não ler as regras, seguiam-nas corretamente. Um aluno construiu relação do Buriti apresentado na aldeia virtual com o coquinho que seu avô coloca na pinga. Falavam uns para os outros que o jogo era “legal”, mas o envolvimento na atividade foi prejudicado pelo fato de o site ter travado. Mostraram mais interesse pelos avatares.

Os alunos passeavam pela aldeia conforme orientação, anotavam pequenos resumos das informações sobre elementos culturais apresentados, mas essa parte do trabalho também foi prejudicada pelas razões técnicas. Na aula anterior, os alunos haviam expressado dificuldade em coletar informações do site e explicá-las aos colegas. Na aula com o jogo, eles escreviam o que realmente entendiam, ou seja, foi possível perceber que eles possuem conhecimentos e habilidades de leitura e escrita, mas talvez não façam as atividades porque não veem um objetivo significativo.

Todos seguiram corretamente as orientações, visitando a Aldeia com o Avatar para conhecer e registrar a cultura da etnia representada; não foi possível identificar se reconheceram o Jogo da Tora, como representação cultural de alguns grupos indígenas.

Na quinta e última aula do projeto com a turma, os alunos responderam um roteiro constituído por questões subjetivas. Como já mencionado, foi visível a facilidade com que registraram suas respostas, não se preocuparam em olhar em anotações do caderno e nem mesmo as respostas dos colegas, cada um sabia o que queria registrar, sem mostrar nenhuma dificuldade e com rapidez.

A partir da análise das respostas dadas na primeira pergunta, a grande maioria dos alunos descreveram aquilo que foi mais visual, mas sem muitos detalhes. A primeira questão pedia para os alunos descreverem o que conseguiram aprender sobre os povos indígenas ou sobre a etnia de seu avatar, através do Jogo: “Aldeia Virtual”. O que mais ficou evidente nos registros dos alunos foi a clareza que tiveram da heterogeneidade nos costumes dos povos

estudados e as diversas formas de representações de cada etnia: “Seus costumes, suas vestimentas, Aldeia circular, algumas das suas plantas e seus rituais como a corrida da tora”(Ana Claudia). João Gabriel ressalta as características peculiares das etnias que vão desde o espiritual, crença e rituais até as representações como o que o aluno define “tatuagens” que seriam os desenhos corporais, descreve: “Suas roupas e os desenhos no corpo são características de seu povo, cada aldeia tinha suas tatuagem, religião, uma crença, sua língua”. Ambos não vão muito além do que perceberam visualmente nas aulas, mas frisam a diversidade cultural, assim como a aluna Stephanie, que também relata em sua resposta essa diferença na forma das etnias se expressarem: “Seus costumes, suas vestimentas, suas diferenças, sua aldeia que é circular, sua religião: xamanismo,- termo que representa a religião indígena e os alunos tiveram contato com ela, na aula de coleta de dados no site pibmirim- mas cada um se expressa conforme suas crenças e diversidade de línguas”. Ela classifica a religião indígena como xamanismo, mas destaca as diferenças na forma de praticá-la de acordo com a etnia, a Stephanie usa não só os elementos visuais aprendidos nas aulas, mas as informações que obteve com a coleta de dados sobre os povos indígenas.

Quando os alunos são questionados como se sentiram fazendo uma visita virtual à aldeia de seu avatar e o que mais lhe chamou a atenção, as respostas vão desde curiosidade, até sentir-se bem sendo um avatar: “Curiosa para saber mais sobre o jogo e as etnias. Me chamou bastante atenção o fato de poder interagir com os outros personagens e a corrida da tora” (Ana Claudia). Gustavo também relata curiosidade e no seu ponto de vista divertido: “Muito interessante, mas tinha coisas que eu fiquei interessado porque não entrava, mas foi muito divertido porque deu para conhecer como era a aldeia dele” (Gustavo). Percebe-se que o avatar foi algo que despertou o interesse dos alunos, como mencionado: “Queria ter conhecido as casinhas por dentro, mas não deu, queria ter comprado algumas coisas, mas não deu, porque não marcava ponto, achei um máximo ver os avatarzinhos dançando conversando um com os outros, achei eles uma fofura”(Joana).

Os alunos se sentiram bem, talvez na esteira do que afirma Arruda: “é possível proporcionar aos alunos um novo espaço para aprendizagem, devido às linguagens mais próximas da sua realidade e uma maior liberdade de ação”(ARRUDA, 2009, p.42). Relatam não só curiosidade, mas também entusias-

mo em se conhecer aquilo que estava apresentado, sentimento de pertencimento, como podemos observar na escrita do Victor: “Me senti melhor indo à Aldeia virtual do que na sala de aula, e o que me chamou a atenção foi o jogo da tora”.

Segundo Cerri (2011, p.130), é preciso “ensinar história considerando a consciência histórica e desenvolver atividades que permitam que o educando conheça a história (...) ao mesmo tempo em que conhece diferentes formas pelas quais lhe atribui significado”. Ou seja, é possível que o aluno produza seu conhecimento, conheça a história, desde que lhe seja dado condições para isto, não desconsiderando o que ele sabe, mas partindo disto, para que conheça a história dando-lhe um significado.

O fato de poderem interagir virtualmente também foi algo que despertou o interesse dos alunos, atribuindo significado, como a Joana descreve: “(...) gostei ao ver que podíamos dialogar com os outros das etnias”, aspecto presente também no relato da Milene: “Eu estava me sentindo lá, mas também fiquei me sentindo um pouco triste por meus pontos não terem aumentado, também achei muito legal conversar com os outros avatares, poderia substituir o facebook”. Ambas descrevem o prazer que sentiram em poder dialogar virtualmente com seus amigos. O conteúdo estava sendo abordando de forma que os alunos se sentiam parte dele, sujeitos ativos do processo, e não apenas como receptores. Mesmo que virtualmente, os estudantes se colocaram no lugar de indígenas brasileiros, não de forma genérica, mas nas suas especificidades.

A terceira questão objetivou investigar se os alunos conseguiam perceber a diferença entre aprender o mesmo conteúdo com uma aula “comum” e com o jogo. E se a resposta fosse positiva, que descrevessem as diferenças e as semelhanças. Como esperado, os alunos relataram que o jogo fez o conteúdo ter mais sentido para eles:

“Sim. Porque é mais interessante e podemos desenvolver mais conhecimentos fazendo o que gostamos.” (Ana Claudia)

“Sim. É mais divertido de aprender com um jogo e a gente experimenta a realidade”(Jessica)

“Sim, eu prestei muito atenção, achei diferente, consegui aprender brincando, uma aula diferente com jogo, além dos livros de leitura, explicação é um aprendizado diferente.” (Joana)

“Sim, é divertido porque interagimos, nos interessamos, ficamos ativos ao perceber que não vamos estudar no livro e sim ter uma aula interativa.” (Lorena)

“Sim, é mais divertido interagimos na aula, deu para entender melhor e experimentamos a realidade.” (Nayure)

“Sim, é mais divertido porque gosto de jogo e nós interagimos com o jogo e gostamos da aula,” (Ryan)
“Sim. Quando a professora explica o conteúdo parece que não entra, mas com o jogo a explicação fixa no cérebro, mas precisa de explicação também.” (Stephanie)
“Sim. Porque aprende mais e a profe ajudando mais e no jogo aprende mais e mais interessante o jogo.” (Wemerson)

Para os alunos, jogar na escola, articulado aos conteúdos, facilita a aprendizagem, tornando a aula mais dinâmica e interativa, proporcionado a eles um maior envolvimento com o conhecimento, mas o que é importante ressaltar, é que reconhecem a importância da professora. Como cita a Stephanie, dizendo que o jogo facilita a aprendizagem, mas que a explicação da professora é fundamental para que isso ocorra.

A quarta questão foi dividida entre a, b, c, organizada de forma a identificar a opinião do aluno no conjunto das aulas, sobre os povos indígenas. Pontuando da seguinte forma: a) Você percebeu alguma relação entre Aldeia indígena Y'hory, localizada no município de Guaíra-Paraná, com a Aldeia virtual que visitamos com o avatar? Destaque semelhanças e diferenças que você estabeleceu.

Essa pergunta ofereceria um parâmetro para analisar os resultados de uma aula “diferente” sem uso dos jogos que são artefatos da contemporaneidade e uma aula “diferente” com o seu uso, abordando o mesmo conteúdo: povos indígenas. Na primeira atividade os povos indígenas eram de etnias mais próximas à realidade dos alunos, ao contrário da Aldeia virtual que trabalhava com etnia indígena de regiões territoriais distantes, mas o recurso utilizado partiu do seu contexto.

Novamente, os alunos não conseguiram ir muito além do visual, destacando que perceberam diferenças no que diz respeito à sua forma de organização, como destaca Lorena: “as aldeias são diferentes, a virtual era circular e a de Guaíra não, assim percebemos que nem todas são iguais”.

A questão b solicitava que escrevessem: “Seus conhecimentos sobre os povos indígenas no Brasil se modificaram após esse conjunto de aulas? Como? Cite alguns exemplos, caso haja modificações”. Os alunos descreveram os conceitos sobre as etnias indígenas anteriores e posteriores às aulas. Opinião da Ana Claudia: “Eu pensava que índios eram selvagens e andavam nus, agora eu vejo que índios são pessoas normais, mas com costumes diferentes, eles pensam mais na natureza”. Ela consegue perceber que ter um costume diferente ao dela, não é sinôni-

mo de “anormais”. Ou ainda o relato de Joana que consegue desconstruir o conceito de “índio folgado, sem cultura”: “Eu achava que índio andava pelado, achava que eles eram folgados, não sabia ler nem escrever, achava que eles não tinham religião. Agora não, eu descobri que muitos deles não são nem reconhecidos. Agora penso diferente”. Ela utiliza elementos aprendidos não somente no jogo, mas também na coleta de dados feita no site Pibimirim e nas aulas expositivas, nas quais são apresentadas informações sobre as diversas etnias e suas peculiaridades, como as diversas línguas que um grupo pode falar, algo que surpreendeu muito os alunos.

O João Gabriel conseguiu identificar outro elemento, a expressão religiosa: “Minhas ideias mudaram muito, porque pensei que os índios viviam no interior, que eles eram como qualquer outro. Mas agora sei que cada um vive de acordo com sua religião, tem seus rituais e seus deuses”. Também denota em sua frase sentido de mudança na forma de ver e pensar os povos indígenas, principalmente no que diz respeito de como expressam sua espiritualidade e rituais. Elemento também presente na fala da Lorena: “eles têm seus ritos particulares diferentes de outras etnias, eu pensava que era tudo igual sem diferença alguma, fora o pensamento de que eles eram selvagens, mas agora sei que tem várias etnias e não andam nus”.

Os alunos utilizaram os conhecimentos adquiridos transpondo para reformulação de outros conceitos, como por exemplo, a questão territorial. Não chegamos a discutir a posse e demarcação de terra por povos indígenas, mas na coleta de dados e na entrevista feita na visita de campo da Aldeia Indígena Y'hory observaram essas questões. No conjunto das aulas, construíram conhecimento histórico, observou-se mudança na forma de pensar como eles mesmos relatam: “eu pensava que índio só andava pelado, ficavam roubando nossas terras, mas agora eu sei que eles não fazem isso, eles estão tentando pegar o que é deles por direito” (Luan). A questão da posse de terra também está presente na fala da Milene: “eu aprendi que os índios não andam pelados e não querem tomar terras de outras pessoas. Eu fico morrendo de vergonha em falar o que eu pensava dos índios antes, eram muitas besteiras”. A Nayure também relata mudança na sua forma de pensar: “cada um tem suas características, os índios sofrem discriminação. Eu pensava que índios andavam pelados, mas com as aulas e o jogo vi que eles não andam mais pelados. Pensava que eles

não tinham crenças e agora percebi que cada etnia tem a sua crença”. A ideia que essa aluna transmite é que para ela o indígena era um “papel em branco”. Apesar de todos os alunos confirmarem que ainda achavam que “índio andava nu”, a questão do respeito pela diversidade ficou presente em alguns relatos como da Stephanie: “Eu pensava que eles ficavam pelados, todos eram iguais. E agora penso que os índios são pessoas que merecem respeito, por serem discriminados, pensam diferente”.

Ainda na quarta questão na letra C, busquei investigar não só o que aprenderam, mas o significado das aulas para eles, perguntando: “Quais aulas foram mais significativas, do seu ponto de vista? Por quê?”. As descrições dos alunos ajudaram a justificar meu objetivo com o trabalho ao utilizar um elemento da cultura digital deles, porque apesar de ambas as aulas: visita de campo e com o jogo, propiciarem a interação e envolvimento do aluno com o conteúdo explorado, em sua maioria preferiram e avaliaram a aula do jogo como sendo mais significativa para sua aprendizagem, sete alunos tiveram essa opinião e disseram que aprenderam mais com o jogo. Justificando:

O joguinho parece muito real e parece que você está dentro do jogo e é legal. (Gustavo)

No jogo deu para ter experiência (Joana).
Do jogo. Porque é uma coisa que nos interessa. (João Gabriel)
Além de termos as explicações escritas podemos vivenciar (virtualmente) (Lorena).
Nos jogos, também aprende coisa da história. (Luan)
Porque gostamos de Jogar. (Ryan)
Na aula que fomos na [escola de] informática porque fizemos algo novo diferente” (Victor)

É perceptível como os alunos relatam que o jogo faz aprenderem dando mais sentido ao conteúdo abordado. Apesar dos outros seis alunos considerarem que não foi apenas a aula com o jogo que foi significativa para eles, nenhum aluno descreve apenas a aula da visita de campo como mais importante, destacando que ambas proporcionaram interação. Segundo eles:

Os dois, porque nos dois nós interagimos, e recebemos explicações importantes. (Ana Claudia)
Os dois, porque na visita a gente viu os índios de perto e o jogo a gente teve a possibilidade de conhecer os que não podemos visitar. (Jessica)
Os dois porque uma completa a outra (o que uma não tem a outra tem) (Milene)
Os dois porque na aldeia deu para ver que tudo era realidade e no jogo deu para aprender melhor. (Nayure)

A de ontem dia 27/11/14 e do dia que fomos visitar a aldeia. Porque com o jogo eu pude me identificar, apreender mais e com a visita também podemos aprender. (Stephanie)

Os relatos acima evidenciam a consciência de que ambas as aulas visavam o aprendizado e que se completavam abordando diferentes aspectos de um mesmo conteúdo. Mesmo assim a Nayure coloca que com a visita foi possível ver a realidade, mas, o aprendizado ela considera ter vindo com o jogo, no entanto, na realidade o jogo foi apenas uma linguagem digital que por si só não teria produzido sentido.

A quinta questão foi mais específica, pedindo para que eles descrevessem como foi jogar nas aulas de História e como se sentiram e o que aprenderam naquele momento. Com as descrições, percebe-se empatia histórica e interesse: “me senti emocionado e interessado no que tinha na aldeia virtual” (Gustavo). Os alunos descreveram ainda que os problemas técnicos os deixaram com raiva, mas que mesmo assim “Jogar na aula de História foi legal. Eu senti raiva no começo porque não queria entrar, kkkk. Mas depois entrou e eu gostei e foi legal demais muito legal. Amei” (Joana). Sentimento de pertencimento: “me senti um membro das etnias ali presentes” (Lorena). De forma geral, relatam terem gostado de jogar, e de sentirem que faziam parte da aula, que não estavam ali passivos, mas ativos, interagindo com o conhecimento.

Na sexta questão foi perguntado “Quais as suas considerações sobre este jogo? O que você mais gostou nele, e que sugestão você daria ao jogo e às próximas aulas de História?”. Como resposta a essa pergunta, Ana Claudia expõe: “É um jogo educacional muito bom, mas existem alguns problemas, (...) eu adorei meu avatar ele é muito fofo e bonitinho. Poderia dar para entrar nas cabanas e ir a outros lugares e gostaria muito que em todo bimestre nós jogássemos um jogo”. Além de descrever os problemas técnicos enfrentados, ela cita elementos da sua curiosidade em o site não proporcionar ao aluno explorar mais elementos culturais presentes no jogo, como no caso entrar nas casas, também fala de seu interesse em jogar mais vezes ao longo dos bimestres. O Gustavo também fala que além dos problemas técnicos gostou do jogo e que gostaria “que cada bimestre tivesse uma aula prática”. Entre a análise de todas as falas dos alunos, todos disseram que gostaram e que queriam jogar mais vezes, mas a única aluna que foi possível identificar um indício de aprendizagem foi a Lorena, porque além de comen-

tar ter gostado de jogar, descreve: “é um jogo muito bom, te mostra localizações” ela conseguiu perceber que no início do jogo tem a opção de escolher a região, que leva para o jogo da “corrida da Tora” ou “coleta de pupunha” e “arco e flecha”.

Como última questão, os alunos descreveram o que haviam aprendido sobre a Corrida da Tora e as respostas demonstraram indícios de aprendizagem. Em sua maioria, relataram que ela possui vários significados, que vai de acordo com a crença de cada etnia que a pratica, e também perceberam que não são todos que possuem essa prática: “tem vários significados: esporte, espiritual e diversão. Ela é realizada de 2 em 2 anos nas olimpíadas indígenas, que eu conheci hoje com a explicação da professora” (Ana Claudia). É possível perceber a importância que a aluna dá a explicação da professora, mais uma vez o reforço de que os recursos por si só não fazem sentido. A “Corrida da Tora é um rito que faz a cada 2 anos, é tipo um jogo olímpico e não são todas as etnias que participam da Corrida da Tora” (Gustavo). Ambos demonstram entender a simbologia da Corrida da Tora para os povos que a praticam, reforçando que o significado para cada grupo não é o mesmo.

Diante do exposto, considera-se que os alunos tiveram a oportunidade de ter acesso ao conhecimento sistematizado a partir do contexto digital ao qual estão inseridos, mas muito mais do que isso, faço minhas a expressão de Cerri, (2011, p.70-71), pois tive consciência de que a educação é principalmente um diálogo, [no qual busquei no contexto do aluno, aquilo que fazia sentido pra ele] que me proporcionou um rico material para rever minhas próprias concepções e, assim, também aprender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso desenvolvido com estudantes do 7º ano, com objetivo de analisar os conhecimentos históricos mobilizados por eles a partir de jogos virtuais, envolvendo conteúdos da disciplina de História, proporcionou não apenas uma reflexão teórica-metodológica sobre o assunto, mas principalmente um exame da teoria atrelada à prática, com alunos e situações reais de aprendizagem. As investigações realizadas fizeram com que percebesse que os artefatos da contemporaneidade, no caso os jogos virtuais, podem ser um objeto para se chegar à aprendizagem, desde que estes façam parte do contexto dos alunos e que estejam articulados

aos objetivos do conhecimento que se quer formar.

Jogar nas aulas de História proporcionou resultados satisfatórios, quando observados os resultados de interação e entusiasmo dos alunos: “Foi muito legal, eu me senti muito bem porque eu conversei, aprendi e brinquei, foi uma coisa nova e bem interessante a se fazer” (Ana Claudia). A aluna expressa entusiasmo e prazer em aprender. É perceptível que querem jogar na escola e isso faz com que o conhecimento faça mais sentido para eles, despertando assim um maior interesse pelas aulas, como consequência melhorando o conhecimento.

A busca por encontrar formas para mobilizar o conhecimento histórico em meus alunos, fez com que percebessem o quanto me importo com a aprendizagem deles. Isso já passou a ser algo significativo em meio aos alunos, muitos disseram que se espantaram por saber que os professores se importavam em melhorar sua prática pedagógica.

Existem muitos trabalhos realizados sobre jogos e aprendizagem, mas no que esta pesquisa se diferencia é o fato de que o jogo virtual foi aplicado com uma turma, só a partir do momento que se identificou, por meio de sondagem, que realmente este artefato fazia parte da realidade deles, ou seja, era algo que realmente fazia parte do cotidiano do meu aluno, algo que os interessava, e por se tratar dos meus próprios alunos tive condições de avaliar o desenvolvimento deles nas aulas sem jogos e a aula do projeto com o jogo virtual.

Eles puderam vivenciar nas aulas de história, através de um jogo virtual, características peculiares de uma aldeia indígena. Jogo este que fez parte de um conjunto de aulas, que só passou a fazer sentido para eles quando utilizei um artefato da sua contemporaneidade, não alterei meu conteúdo, eu só incorporei aquilo que gostam de fazer, mas para fins educacionais. Com isso, tiveram mais facilidade de expressar e escrever o que aprendiam, talvez não em um nível conceitual esperado, mas notou-se a partir da análise das fontes, que obtiveram um envolvimento significativo durante as aulas. Foi nítido que a utilização de jogos virtuais, mesmo não sendo um jogo com o potencial envolvente dos jogos mercadológicos, chamou a atenção dos alunos criando condições de desenvolver empatia histórica.

Foi possível perceber que através do jogo, mais especificamente com a criação dos avatares, eles passaram a identificar a existência da diversidade indígena: “cada um tem sua característica, (...) pensava que eles não tinham crenças e agora percebi que

cada etnia tem a sua crença.” (Nayure)

Além do já exposto, consideramos também que esta pesquisa fez com que pudesse repensar e melhorar a prática pedagógica enquanto professora da educação básica, porque “a educação, também não é um ato unilateral, mas um processo em que todos estão envolvidos, e o professor também se abre para ser conscientizado sempre, adotando uma postura de pesquisador diante da atividade educativa” (CERRI, 2011, p.71).

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Eucídio. **Jogos digitais e aprendizados: o jogo Age of Empires III desenvolver ideias e raciocínios históricos de jovens jogadores?** 2009. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. 2009. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FA-EC84YTDL/teseucidio.pdf?sequence=1>> Acesso em 27 julho 2014.
- BITTENCOURT, João Ricardo; GIRAFFA, Lucia Maria. **Modelando Ambientes de Aprendizagem Virtuais utilizando Role-Playing Games.** XIV Simpósio Brasileiro de Informática na Educação - NCE - IM/UFRJ 2003 Disponível em: <<http://www.nce.ufrj.br/sbie2003/publicacoes/paper71.pdf>> Acesso em 12 abril 2015.
- CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea.** RJ: Editora FGV, 2011.
- GIACOMONI, Marcello Paniz (Org.); PEREIRA, Nilton M. (Org.). **Jogos e Ensino de História.** Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/lhiste/download-jogos-e-ensino-de-historia/>> Acesso em 28 julho 2014 1ª edição 2ª impressão Porto Alegre, 2013.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.
- LIMA, Elaine. **A escola como não lugar no ensino de História: redes, conexões e cultura contemporânea.** Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Unicamp. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=000905521> Acesso em 28 jul. 2014.
- MEINERZ, Carla. **Jogar com a História na sala de aula.** In: PEREIRA, Nilton; GIACOMONI, Marcello (orgs.). **Jogos e Ensino de História.** Porto Alegre, 2013, p 99-117.
- PROJETO Político Pedagógico da Escola Estadual Professora Shirley Sarun - Ensino Fundamental. (2011).
- RONCA, Antonio Carlos Caruso. **Teorias de ensino: a contribuição de David Ausubel.** Temas psicologia v.2 n.3 Ribeirão Preto dez. 1994. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413389X1994000300009&script=sci_arttext> Acesso em 26 out. 2014. P.91.
- SAVI, Rafael; ULBRICHT, Vania Ribas. **Jogos Digitais Educacionais: Benefícios e Desafios. Novas Tecnologias na Educação.** V. 6 Nº 2, Dezembro, 2008.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história.** São Paulo: Scipione, 2005.
- SEFFNER, Fernando. **Aprendizagens significativas em História: critério de construção para atividades em sala de aula.** In: PEREIRA, Nilton; GIACOMONI, Marcello (orgs.). **Jogos e Ensino de História.** Porto Alegre, 2013, p 47-62.
- VALADARES, Jorge. **A Teoria da Aprendizagem significativa como Teoria Construtivista.** In: **Aprendizagem Significativa em Revista/Meaningful Learning Review**, v.1, p.36-57, 2011.



Ateliê de História

Palavras - chave:

Comida nordestina. Memória social. Narrativa. Identidade.

A ROTA DOS ALIMENTOS NORDESTINOS QUE ABASTECEM CUBATÃO-SP E O CONSUMO DE REFEIÇÕES TÍPICAS COMO REFERÊNCIA IDENTITÁRIA DOS MIGRANTES NORDESTINOS DA CIDADE. UM ESTUDO NO ANO DE 2015

Morgana Souza Monteiro ¹

Alessandro Alberto Atanes Pereira²

INTRODUÇÃO

Resumo: Cubatão é uma cidade paulista em que 26,38% dos moradores são nascidos no Nordeste de acordo com o último recenseamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Parte desses migrantes que adotaram o município como terra de vivência ainda possui profundo laço identitário com a Região de origem, ligação essa manifestada através do consumo de alimentos procedentes do Nordeste. Nesse sentido, destaca-se em Cubatão a presença de um centro de distribuição desses alimentos, a “Casa Sergipe”, que traz dentro de um caminhão, duas vezes por mês, 23 toneladas dessas diversas mercadorias. Os itens viajam 2.300 quilômetros da cidade de Itabaiana, Sergipe, até as escarpas de Cubatão e tem destino certo: as chamadas Casas do Norte, estabelecimentos comerciais especializados na venda de produtos nordestinos. Essa rota compreende a distribuição dessas mercadorias para pequenas Casas do Norte situadas em Cubatão e outros municípios próximos. A partir daí, os alimentos seguem para as casas dos migrantes, que podem saborear o gosto da terra natal por meio da farinha de mandioca, castanha de caju, inhame, por exemplo. Este artigo destaca a rota desses produtos típicos e aponta as refeições nordestinas como referências identitárias para o migrante nordestino em Cubatão. A autora sugere que essas referências desenvolvem o papel de indutoras de narrativas da memória social.

Itabaiana, Sergipe, ano de 1999. Carlos Domingos Santos, na época com 32 anos de idade, abandonou a lavoura de caju para buscar trabalho na cidade de Cubatão, litoral de São Paulo. Em Itabaiana, ficaram a esposa, três filhos, a mãe e nove irmãos. Carlos caminhou 12 quilômetros por uma estrada de terra batida para embarcar na viagem de ônibus que durou três dias. Pisou em terras cubatenses em julho daquele mesmo ano. Na mala, apenas um punhado de roupas, um lençol, uma rede e um par de chinelos. Veio com a ajuda do cunhado, também nordestino, que já morava em Cubatão e que nas conversas por carta ou telefone destacava o potencial comercial e industrial do município, além da grande presença de contrerrâneos vivendo na cidade.

Na chegada, recebeu de presente do cunhado cinco quilos de castanha de caju e uma saca com 25 quilos de amendoim. O primeiro trabalho de Carlos Domingos Santos em Cubatão foi como ambulante, vendendo castanha e amendoim torrado na principal avenida do município, a Nove de Abril. Incluindo cada vez mais produtos no seu cardápio de venda, Carlos notou que era muito mais do que um hábito para os seus iguais consumir alimentos típicos da Região Nordeste: as pessoas comentavam, por exemplo, que o sabor da castanha fazia lembrar o sertão (informação verbal)³. Tratava-se do papel da memória gustativa no processo de reconstrução da identidade do nordestino vivendo longe da terra natal. Afinal, “a comida desperta lembranças que permitem reconstruir a memória, o que possibilita redefinir e reconstruir identidades” conforme nos afirma Carlos Roberto Antunes dos Santos (SANTOS, 2005, p.18).

Após identificar o filão comercial, o sergipano adquiriu o primeiro estabelecimento comercial até se tornar proprietário de um centro distribuidor de alimentos nordestinos na cidade de Cubatão, a Casa Sergipe, batizada por ele em homenagem ao estado de seu nascimento. Desde o ano de 2010, Carlos envia quinzenalmente um caminhão-baú até Itabaiana, que retorna carregado, em média, com 20 toneladas de alimentos, bebidas e objetos nordestinos que tem destino certo: as chamadas Casas do Norte, estabelecimentos comerciais que vendem alimentos e/ou refeições típicos das regiões Nordeste e Norte. Esses comércios estão

1 Especialista em História Arte e Cultura pela UEPG. E-mail: morgana.monteiro2@gmail.com

2 Orientador. Mestre em História Social (USP), São Paulo, SP.

3 Entrevista concedida por Carlos Domingos Costa nos dias 15 de março e 20 de abril de 2015.

localizados em Cubatão e em outros quatro municípios do litoral paulista. O presente artigo destaca a rota percorrida pelos produtos nordestinos mais vendidos por este distribuidor – farinha de mandioca, castanha de caju, coco seco e inhame; identifica, através de pesquisa quantitativa, o número de Casas do Norte em Cubatão que comercializa e serve refeições tipicamente nordestinas; e constata a tentativa dos migrantes em manter a referência identitária com o Nordeste por meio da memória gustativa, indutoras de narrativas de uma memória social.

Metodologicamente, a autora utilizou a consulta de relatórios de viagens, relatórios de produtos trazidos nas viagens Itabaiana(PE)-Cubatão(SP), sites oficiais, documentos virtuais e, principalmente, as técnicas da História Oral, de maneira que foi possível coletar e analisar depoimentos pessoais que são uma das fontes dessa pesquisa. Verena Alberti afirma que a metodologia da história oral é bastante adequada para o estudo de memórias e porque a memória é mutante, é possível falar de uma história das memórias de pessoas ou grupos, passível de ser estudada através de entrevistas de história oral (ALBERTI, 2004, p.27).

Por meio de entrevistas feitas pela autora com proprietários do centro distribuidor de alimentos nordestinos, administradores e proprietários de Casas do Norte, foram levantados dados a respeito da memória, importante para a escrita da história local. As memórias e informações fornecidas por esses entrevistados foram exploradas de maneira expressiva, uma vez que eles também são migrantes nordestinos vivendo na cidade de Cubatão. A técnica da história oral foi aplicada, ainda, por conta da carência e, até mesmo, a inexistência de documentos oficiais e de trabalhos científicos específicos sobre o tema. Já por esse

motivo, o presente artigo justifica-se.

REFEIÇÕES E ALIMENTOS NORDESTINOS: PONTE PARA A MEMÓRIA

A história da migração de Carlos Domingos Santos confunde-se com a de milhares de outros nordestinos que fixaram residência em Cubatão desde o século passado. A partir dos anos de 1930, com a expansão industrial, a migração interna no Brasil foi impulsionada⁴ e Cubatão começou a atrair migrantes dos mais diversos estados brasileiros. Mas foi das terras nordestinas que o fluxo populacional tornou-se crescente e abundante na cidade. “Em meados do século XX, a população de Cubatão já era composta por jovens de correntes migratórias nordestinas que traziam em sua bagagem os traços da cultura de origem” (CRESPO, 1985, p.19).

Essa constatação da historiadora Luzia Maltez da Guarda Crespo (CRESPO, 1985) está refletida em números e ainda é atual: o censo demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, registrou em Cubatão a população de 118.720 habitantes (IBGE, 2010), sendo que nesta pesquisa, a amostra de população residente por local nascimento aponta que 31.324 pessoas nasceram no Nordeste, o que representa 26,38% do total dos moradores da cidade. O índice, pouco mais de um quarto da população, é superior ao de residentes em Cubatão nascidos em outras regiões do País como a Sul (1,27%), Norte (0,26%) e Centro-Oeste (0,41%)⁵. Neste censo demográfico realizado no ano de 2010 verifica-se que em Cubatão o índice percentual de nordestinos que residem no município, proporcionalmente ao número total de

4 Somente a partir de 1930, São Paulo e Rio de Janeiro, eixo industrial brasileiro, receberam a grande massa de nordestinos oriundos dos longínquos recônditos, fugindo da seca e/ou motivados pelo alcance de uma vida melhor, vindos principalmente dos estados da Bahia, seguido por Pernambuco, Alagoas, Ceará, Sergipe e Paraíba, fenômeno que ocorre até os dias de hoje. (MARINELLI, Edson Bastos. “A saga do migrante nordestino em São Paulo” in Revista Educação. Goiânia, Ed. UnG, 2007, Vol.2, p.3-17)

5 Resultado completo disponível no site do IBGE. IBGE. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=3513-70&idtema=97&search=saopaulo|cubatao|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-migracao-->>>. Acesso em 22 jun. 2015.

6 Região Metropolitana da Baixada Santista está situada no litoral do estado de São Paulo. É composta pelas cidades de: Bertioga, Guarujá, Cubatão, Santos, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe. Foi criada mediante Lei Complementar Estadual 815, de 30 de julho de 1996, tornando-se a primeira região metropolitana brasileira sem status de capital estadual.

7 Resultado completo disponível no site do IBGE. IBGE. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=3518-70&idtema=97&search=saopaulo|guarujá|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-migracao-->>>. Acesso em 22 jun. 2015.

8 Resultado completo disponível no site do IBGE. IBGE. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=354-850&idtema=97&search=saopaulo|santos|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-migracao-->>>. Acesso em 22 jun. 2015.

9 Resultado completo disponível no site do IBGE. IBGE. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=355100&idtema=97&search=sao-paulo|sao-vicente|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-migracao-->>>. Acesso em 22 jun. 2015.

habitantes, é superior ao registrado em outras cidades da região da Baixada Santista⁶ como Guarujá (19,88%)⁷, São Vicente (16,29%)⁸ e Santos (11,65%)⁹, dados também analisados de forma proporcional entre residentes nascidos no Nordeste e população total dos municípios.

Há, também, uma estimativa divulgada pela Prefeitura Municipal de Cubatão no ano de 2011 que aponta que 60% dos moradores da cidade são nascidos no Nordeste ou seus descendentes diretos – filhos e netos. A informação é da Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura de Cubatão. A estimativa serviu de base para a elaboração do Festival da Cultura Nordestina – Cubatão Danado de Bom¹⁰.

A cidade de Cubatão, a terra de conquista, tornou-se, então, a terra de vivência dos nordestinos. A história nos mostra por meio de seus acontecimentos que os grandes deslocamentos populacionais fizeram com que as populações que se deslocaram levassem com elas seus hábitos, costumes e necessidades alimentares (MACIEL, 2005, p.51). Os migrantes nordestinos adaptaram-se à vida urbana de Cubatão, mas não deixaram, apesar de tudo,

de se apegarem aos sedimentos da cultura original de cada indivíduo, sensíveis ao olfato e ao paladar (CRESPO, 1985, p.19)

Expressa no prato, a cultura alimentar do nordestino está presente na vida comercial de Cubatão. O centro distribuidor de alimentos nordestinos, a Casa Sergipe, que citamos no início desse artigo, abastece, além da própria loja e de duas Casas do Norte em Cubatão, outros 18 estabelecimentos comerciais nas cidades de Praia Grande, Santos, São Vicente e Guarujá. Na viagem de retorno no dia 15 de março de 2015, o caminhão-baú estacionou carregado com 23 toneladas de alimentos a granel e embalados, bebidas e objetos, tudo adquirido no Nordeste. A lista de produtos chegou a 17 itens: farinha de mandioca, coco seco, castanha de caju, inhame, gengibre, amendoim cozido, bolachão do norte, rapadura, batata doce, abóbora, polvilho, tapioca granulada, massa puba, cachaça e objetos como chapéu de palha, gaiola de madeira para passarinho e raspador de coco. Os alimentos: farinha de mandioca, castanha de caju, coco seco e inhame destacam-se pela quantidade trazida, conforme o quadro seguinte:

Alimento	Quantidade de sacas	Peso por saca	Peso total
Farinha de mandioca	300	50 quilos	15 toneladas
Castanha de caju	60	25 quilos	1,5 toneladas
Coco seco	70	20 quilos	1,4 toneladas
Inhame	20	70 quilos	1,4 toneladas

QUADRO 1 – Alimentos nordestinos mais vendidos pelo centro de distribuição Casa Sergipe – 2015
Fonte: Pesquisa da autora mediante relatório de retorno de viagem do caminhão-baú do dia 15 mar./2015

10 Festival da Cultura Nordestina - Cubatão Danado de Bom criado em novembro de 2011 pela Prefeitura Municipal de Cubatão mediante e instituída festividade oficial do município pela lei municipal 3445/11. Realizado em 2011, 2012 e 2014, reúne música, manifestações populares e culinárias nordestinas. O objetivo é valorizar a cultura nordestina presente na cidade e na vida de seus moradores. O Festival integra o calendário estadual de eventos por meio da lei 14528.

Um dos estabelecimentos comerciais abastecidos pela Casa Sergipe em Cubatão, a Mercearia Princesa do Nordeste, está situada em uma praça na região central da cidade. Os mais de 70 itens de alimentos e objetos nordestinos vendidos ali estão dispostos pendurados em varais. Há também os que são comercializados a granel, depositados em caixotes de madeira inspirados naqueles utilizados nos mercados nordestinos. O caminhão-baú da Casa Sergipe descarrega nesta Mercearia, duas vezes por mês, a cada viagem: 400 quilos de farinha de mandioca, 100 quilos de inhame e outros 25 quilos de castanha de caju. O restante dos produtos vendidos no estabelecimento (carne seca, fava, queijos, feijão de corda, entre outros) é adquirido na região central da cidade de São Paulo pois o custo é menor (informação verbal)¹¹, conforme afirma José Luciano de Lima, administrador da Mercearia Princesa do Norte. Porém, ele explica que os alimentos trazidos diretamente do Nordeste têm melhor qualidade e que a farinha de mandioca é o item mais vendido no estabelecimento: 800 quilos mensais.

José Luciano, um cearense de Morada Nova, conta que 80% dos clientes da mercearia são migrantes nordestinos identificados geralmente pelo sotaque e que utilizam a farinha de mandioca em diversas refeições, junto com arroz e feijão ou caldos. Os nordestinos estão acostumados a consumir os alimentos típicos no dia a dia (informação verbal)¹². Hobsbawm e Ranger destacam que os hábitos e práticas alimentares de grupos sociais que podem vir a constituir-se em tradições culinárias, fazem, muitas vezes, com que o indivíduo se considere inserido num contexto socio-cultural que lhe imputa identidade, reafirmada pela memória gustativa (HOBSBAWM; RANGER, 1997 apud SANTOS, 2005, p.15).

O ato de incluir a farinha de mandioca¹³ na dieta adotada em uma cidade distante daquela de origem, garante a esse migrante uma referência identitária e não a cristalização da identidade, uma vez que é a identidade social é um processo dinâmico, relacionado a um processo coletivo que inclui uma constante reconstrução (HALL, 1999, p.88) e, dessa forma, as cozinhas típicas agiriam apenas como referenciais

identitários (MACIEL, 2005, p.50). É o que Roberto da Matta expressa ao afirmar que a comida tem o papel de destacar identidades (DA MATTA, 1987, p.22).

A farinha de mandioca vendida a granel na Mercearia Princesa do Nordeste também abastece as mesas desse mesmo estabelecimento, onde, aos sábados, são vendidas refeições como Sarapatel e Caldo de Moco-tó, por exemplo. Fato concreto na cidade de Cubatão é que muitas Casas do Norte, além de comercializarem alimentos nordestinos, também oferecem refeições típicas da Região Nordeste aos seus clientes.

De acordo com informações da Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Cubatão, o município possui oito estabelecimentos denominados Casas do Norte. O levantamento foi realizado em 2011 e serviu de subsídio para a página virtual do Festival da Cultura Nordestina da cidade¹⁴. Nota-se, no entanto, que dois dos estabelecimentos, o Cantinho do Nordeste e Casa do Norte Bom Jesus não mais existem. Portanto, a pesquisa foi realizada junto a seis Casas do Norte. O levantamento realizado pela autora indica quais estabelecimentos servem¹⁵ ou comercializam refeições nordestinas e em quais deles os alimentos nordestinos a granel, in natura ou embalados estão à venda, conforme tabela:

Estabelecimento	Comercializa alimento nordestino a granel, in natura ou embalado?	Serve ou vende refeição nordestina?
Mercearia Princesa do Nordeste	Sim	Sim
Rainha do Nordeste	Sim	Não
Casa do Norte Cearense	Sim	Sim
Sol Nascente	Não	Sim
Adega do Chico	Sim	Sim
Mercearia Saldanha	Sim	Sim

QUADRO 2 – Casas do Norte em Cubatão que comercializam alimentos nordestinos e/ou refeições típicas nordestinas – 2015
Fonte: Pesquisa realizada pela autora no dia 17 mar./2015

11 Entrevista concedida por José Luciano de Lima, administrador da Mercearia Princesa do Nordeste em 13 de junho de 2015.

12 Acostumados ou habituados ao uso da farinha de mandioca durante as refeições do almoço e jantar. Entrevista concedida por José Luciano de Lima, administrador da Mercearia Princesa do Nordeste em 13 de junho de 2015.

13 De acordo com Carlos Roberto Antunes Santos, a farinha de mandioca, juntamente com arroz e feijão foram, desde o século XVIII, a base do cardápio a maioria da população brasileira (SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A alimentação e seu lugar na história" in História: Questões & Debates. Curitiba, Ed. UFPR, 2005, nº42, p.11-31).

14 A pesquisa feita pelo Festival da Cultura Nordestina – Cubatão Danado de Bom levantou o número de Casas do Norte existentes na cidade de Cubatão e está disponível para consulta pública. Disponível em: <<http://www.cubataoda nadodebom.com.br/sobre.asp>>. Acesso em 22 abr. 2015.

15 Entende-se, nesse contexto, servir sem cobrar nada dos clientes por isso.

Dos seis estabelecimentos pesquisados, dois - Rainha do Nordeste e Merceria Saldanha - vendem alimentos nordestinos, porém, não servem nem comercializam pratos prontos inspirados na culinária nordestina. Outros três locais - Merceria Princesa do Nordeste, Casa do Norte Cearense e Sol Nascente - comercializam refeições nordestinas como carne-seca na manteiga, sarapatel, caldo de mocotó, baião-de-dois, fava, buchada, dobradinha, entre outros pratos, uma vez que há clientela para isso (informação verbal)¹⁶. Já a Adega do Chico, situada no bairro Jardim Costa e Silva, vende alimentos nordestinos mas não comercializa refeições típicas, porém, pelo menos uma vez por mês, o proprietário do estabelecimento, Francisco Pereira Gomes, serve gratuitamente para os amigos e frequentadores do local, almoço ou jantar com um cardápio onde só há espaço para a comida nordestina. Muitas vezes, suas reuniões contam com trilha sonora também apimentada, conforme destacou o jornalista Thiago Macedo (MACEDO, 2013) em uma de suas reportagens¹⁷ sobre o tema e sobre o proprietário da Adega do Chico:

Uma das poucas coisas que Francisco Pereira Gomes encontra tempo durante o período em que fala de política e toca seu negócio é divulgar a cultura nordestina. No seu vestuário, camisas com a frase “orgulho de ser nordestino” e com a bandeira da Paraíba são comuns, assim como patrocinar festas do gênero e promover almoços e jantares cujo cardápio é recheado de pratos da culinária nordestina. Na última quarta-feira, ele promoveu em sua adega um evento desse tipo, onde tocaram muito Luiz Gonzaga (MACEDO, 2013, p.6).

O paraibano Francisco Pereira promoveu uma dessas reuniões no dia 10 de junho de 2015. Foram servidos Rubacão, Chá-de-Burro e Quirela, tudo preparado pela esposa dele. Neste dia, 30 pessoas se reuniram para saborear os saborosos pratos com gosto de Nordeste. Francisco organiza os encontros regados a pratos típicos pelo prazer de reunir seus conterrâneos e matar saudades da terra natal (informação verbal)¹⁸. Le Goff discorreu a respeito da importância da memória como elemento que auxi-

lia na busca pela identidade social ou coletiva (LE GOFF, 2003, p.469 apud CORÇÃO, 2007), neste caso, a memória gustativa.

IDENTIDADE REFERENCIADA NO PRATO, COMO UM ESPELHO

Esse encontro dos migrantes nordestinos ao redor da mesa reforça duas afirmações de Góes (GÓES, 2008): a comida envolve emoção, trabalha com a memória e com sentimentos, e facilita a projeção das identidades através do comer, definido por ele como uma atividade essencialmente social¹⁹. Sophie Bessis (BESSIS, 1995), parodiando a conhecida frase de Brillat-Savarin “dize-me o que comes e te direi quem és”, escreveu:

Dize-me o que comes e te direi qual deus adoras, sob qual latitude vives, de qual cultura nasceste e em qual grupo social te incluis. A leitura da cozinha é uma fabulosa viagem na consciência que as sociedades têm delas mesmas, na visão que elas têm de sua identidade (BESSIS, 1995, p.10 apud MACIEL, 2005, p.50).

Para Amon e Menasche, as histórias que a comida de outro lugar conta no lugar que a hospeda, resgatam a memória do lugar de origem (AMON; MENASCHE, 2008, p.19-20). O estabelecimento neste artigo da relação de alimentos e comidas²⁰ nordestinas como referências identitárias dos migrantes nordestinos residentes em Cubatão aponta para seu papel como indutoras de narrativas da memória social.

O presente artigo não explora a questão da identidade nordestina referenciada por meio da comida típica na tentativa de cristalizar essa identidade, mas como forma de apontar que, ainda que esteja distante do ponto de origem, isto é, da terra natal, e embora tenham assimilado outras culturas flutuantes que existem no atual local de vivência - Cubatão, os migrantes nordestinos identificam sua cultura de origem por meio dessa obra gastronômi-

16 Entrevista concedida por José Luciano de Lima, administrador da Merceria Princesa do Nordeste em 13 de junho de 2015.

17 A Casa do Norte Adega do Chico é tema frequente de reportagens em jornais locais. Em um artigo veiculado pelo Jornal A Tribuna, de Santos, ressaltava os encontros nordestinos promovidos no local, com presença de trio de forró (MACEDO, Thiago. O Nordeste mora na Adega do Chico. Jornal A Tribuna. Santos, 5/11/2012, p.A-12).

18 Entrevista concedida por Francisco Pereira Gomes em 10 mar. 2015.

19 Para Góes, os alimentos são concebidos para serem compartilhados com outras pessoas. Sua preparação e apresentação, o modo de servir, etc., tudo isso expressa a forma com que os indivíduos de diferentes sociedades projetam suas identidades (GÓES, José Ângelo Wenceslau. “Hábitos Alimentares – globalização ou diversidade? Maria do Carmo Soares de Freitas; Gardênia Abreu Vieira Fontes, Nilce de Oliveira (org.) in Escritas e Narrativas sobre Alimentação e Cultura. Salvador, Ed. EDUFBA, 2008, V.60, p.376-404).

20 Comida é entendida aqui no sentido de prática da alimentação, no original em inglês, foodways (YODER, Don. “Folk Cookery”. In Folklore and Folklife: An Introduction. Chicago: University of Chicago Press, 1972. P. 325-250).

ca, afinal, a alimentação é marca de identidade (SAVARIM, 1995, p.15).

Podemos, ainda, ao analisar a cozinha típica dentro do universo dos migrantes nordestinos como uma cozinha emblemática, que atua de maneira simbólica, novamente, referenciando a identidade nordestina junto à memória do paladar. Entendemos a palavra emblema, nesta pesquisa, como uma figura que simboliza a apresentação de um grupo, faz parte de um discurso que expressa um pertencimento e, assim, uma identidade (MACIEL, 2005, p.50).

Os alimentos nordestinos que tornaram Seu Carlos Domingos Costa bem sucedido – ele, que é o dono do centro distribuidor citado no início do artigo – são os mesmos que ele próprio consumia nas refeições em Itabaiana quando jovem e aprecia atualmente na mesa de sua casa, em Cubatão. Cheiros, cores, sabores: os alimentos e refeições também têm voz e é por meio da memória gustativa que essa voz fala e se pronuncia. As comidas nordestinas contam muitas histórias em Cubatão, permitindo que a comunidade migrante do Nordeste tenha uma linha de referência que a ligue ao seu passado, presente e futuro. A identidade referenciada do migrante nordestino em Cubatão está revelada no prato, como um espelho.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, 196p.
- AMON, Denise; MENASCHE, Renata. Comida como narrativa da memória social. In: **Sociedade e Cultura: Revista de Pesquisas e Debates**. Goiás, Ed. UFG, 2008, Vol.1, nº1, p.13-21.
- ARMESTO, Felipe F. **Comida: uma História**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004. 362p.
- BRILLAT-SAVARIM, Jean Anthelme. **A fisiologia do gosto**. São Paulo: Cia das Letras, 1995. 352p.
- CARNEIRO, Henrique S. “Comida e Sociedade: Significados sociais na história da Alimentação” In **Revista História: Questões & Debates**. Curitiba: Ed.UFPR, 2005, nº42, p.71-80.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1983, 972p.
- CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28.
- _____. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: **Estudos Históricos**. Vol. 7, n. 13. Rio de Janeiro: 1994, p. 97-113.
- _____. **Conexões** [setembro de 2014]. Entrevistador: Kamyla Maia. Goiânia, TV UFG, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZCji5oJZ-rc>>. Acessado em 5 mar. 2015.
- CORÇÃO, Mariana. **Memória Gustativa e Identidades: de Proust à Cozinha Contemporânea**. In: **XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, São Leopoldo. XXIV Simpósio Nacional de História- Caderno de Resumos**. São Leopoldo: Editora Oikos Ltda, 2007.
- _____. **Receita velha é que faz comida boa**. In: **Revista de História**. Rio de Janeiro, Ed. Biblioteca Nacional, 2013, p.58-61.
- CRESPO, Luzia Maltez da Guarda. **Antologia do Folclore Cubatense**. 1º ed. Santos: Ed. Gráfica A Tribuna, 1985. Vol.1, 74p.
- DA MATTA, Roberto. Sobre o simbolismo da comida no Brasil. In **O Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro: Ed. UNESCO, 1987, Vol.15, nº7, p.22-23.
- _____. **O que faz o Brasil, Brasil?** 9.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- FERREIRA, Cesar Cunha; FERREIRA, Francisco Rodrigues Torres; BORGES, Welington Ribeiro. **Cubatão, caminhos da História**. São Paulo: Ed. Design & Print, 2007, 98p.
- GÓES, José Ângelo Wenceslau. “Hábitos Alimentares – Globalização ou diversidade?” In: Maria do Carmo Soares de Freitas; Gardênia Abreu Vieira Fontes; Nilce de Oliveira (Org.). **Escritas e Narrativas sobre Alimentação e Cultura**. Salvador: Ed. EDUFBA, 2008, Vol.60, p.376-404

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 9.ed. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2004. 99p.

_____. El legado de Stuart Hall em los Estudios Culturales. [março de 2014]. TV Universidad Andina Simón Bolívar-Sede Ecuador, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UCbl2kar0o>>. Acesso em 3 mar. 2015.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org). **A invenção das tradições**. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa do Registro Civil de 2010**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=351350>>. Acesso em 22 jun. 2015.

_____. **Resultados da mostra migração**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=351350&idtema=97&search=sao-paulo|cubatao|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-migracao-->>>. Acesso em 22 jun. 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5a ed., Campinas: Ed.UNICAMP, 2003.

MARINELLI, Edson Bastos. “A saga do migrante nordestino em São Paulo” in **Revista Educação**. Goiânia: Ed. UnG, 2007, Vol.2, p.3-17.

MACEDO, Thiago. Cantinho do Nordeste aqui. **Jornal O Dia**. Santos, julho/2012, p.6

_____. O Nordeste mora na Adega do Chico. **Jornal A Tribuna**. Santos, 5/11/2012, p.A-12.

MACIEL, Maria Eunice. Olhares antropológicos sobre a alimentação: Identidade Cultural e Alimentação. In: CANESQUI, A.M.; GARCIA, R.W.D.. (Org.). **Antropologia e Nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005, p.49-55.

_____; MENASCHE, Renata. **Alimentação cultura identidade e cidadania: você tem fome de quê?** 2003. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=7855?>>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

PASSERANI, Marildo. **Cubatão: a rainha das Serras**. São Paulo: Ed. Noonha América, 2005.

PINTO, Celma de Souza. Cubatão – História de uma cidade industrial. Cubatão: Ed. do Autor, 2005, 192p.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: 1992, Vol.5, nº10.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. “Por uma História da Alimentação” In **História: Questões & Debates**. Curitiba: Ed. UFPR, 1997, nº 26-27, p.154-171

_____. “A alimentação e seu lugar na história” In **História: Questões & Debates**. Curitiba: Ed. UFPR, 2005, nº42, pp.11-31.

YODER, Don. “Folk Cookery”. In **Folklore and Folklife: An Introduction**. Chicago: University of Chicago Press, 1972. P. 250-325).

SAVARIM, Brillat. **A fisiologia do gosto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, E. A.; SANTOS, F. L.; DENIPOTI, C. L. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em História II** Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2011.

GLOSSÁRIO

BAIÃO-DE-DOIS: Receita criada no estado do Ceará. Consiste em um preparado de arroz, feijão verde ou feijão novo, carne-seca ou carne de charque, queijo-coalho, arroz da terra, manteiga de garrafa, nata fresca, pimentão, condimentos, farinha de mandioca ou de milho.

BUCHADA: Também conhecida como buchada de bode, é feita com as entradas do bode (rins, fígado e vísceras), lavadas, aferventadas, cortadas, temperadas e cozidas em bolsas feitas com o estômago do animal.

CALDO DE MOCOTÓ: Feito com o mocotó do boi trata-se de um caldo. Os mocotós são cozidos em água com cebola, temperos, molho de tomate, pimenta e azeite. Servido com farinha de mandioca.

CHÁ-DE-BURRO: Iguaria feita com milho de canjica, feijão de corda e as mesmas partes do porco que vão na feijoada.

DOBRADINHA: Receita que inclui o bucho do boi, cozido em pequenos pedaços com grande variedade de condimentos e acompanhamentos. Embora tenha sido adotada pelos nordestinos, surgiu em Portugal, onde é conhecida como Dobrada.

FAVA: Ou feijão-fava, trata-se de um legume, um feijão de cor branca e maior do que o feijão carioca. Consumido cozido.

MASSA PUBA: É uma massa extraída da mandioca fermentada e bastante utilizada na produção de bolos, biscoitos e outras receitas. O processo de obtenção da puba consiste em deixar a mandioca de molho em um recipiente com água por uma semana.

QUIRELA: Prato típico preparado com milho triturado e as mesmas partes do porco que vão na feijoada. Na Paraíba também é conhecido como Xerém.

RASPADOR DE CÔCO: Instrumento culinário feito com cabo de madeira e concha de metal ou alumínio para retirada de toda massa do côco seco.

RUBACÃO: Receita que compreende os mesmos ingredientes do Baião de dois, além, de feijão verde ou feijão novo e creme de leite.

SARAPATEL: Guisado preparado com sangue, tripas e miúdos de porco ou carneiro, bem condimentado. Serve-se acompanhado de farinha de mandioca e arroz. Muito apreciado em Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.

TAPIOCA GRANULADA: É feita de mandioca, em pequenos grânulos. Necessita de hidratação antes de ser utilizado para o pudim de tapioca, bolinho de estudante e cuscuz. Também conhecida como tapioca quebrada ou farinha de tapioca.

DEPOIMENTOS ORAIS

Carlos Domingos Costa. Entrevista concedida a Morgana Souza Monteiro em 15 de março e 20 de abril de 2015. Acervo da pesquisadora.

Fernando Alberto Henriques Junior. Entrevista concedida a Morgana Souza Monteiro em 18 de março de 2015. Acervo da pesquisadora.

Francisco Pereira Gomes. Entrevista concedida a Morgana Souza Monteiro em 10 de março de

2015. Acervo da pesquisadora.

José Luciano de Lima. Entrevista concedida a Morgana Souza Monteiro em 13 de junho de 2015. Acervo da pesquisadora.

Wellington Ribeiro Borges. Entrevista concedida a Morgana Souza Monteiro em 13 de junho de 2015. Acervo da pesquisadora.



Ateliê de História

Palavras - chave:
Ensino. Arte. Inovação.

PRÁTICA PEDAGÓGICA ARTÍSTICA: A INOVAÇÃO DO ENSINO DE ARTE NO MUNICÍPIO DE AMPÉRE (PR), DE 2009 A 2014

Raquel Antunes Silva ¹
Gustavo Ellwanger Calovi ²

INTRODUÇÃO

Resumo: Após alguns estudos realizados ao longo da especialização em “História, Arte e Cultura” iniciamos a pesquisa sobre a prática pedagógica artística enquanto forma inovadora do ensino de Arte no sudoeste do Paraná entre os anos de 2009 a 2014. Para tanto, a problemática que norteia a investigação do trabalho consiste em verificar de que forma a Prática Pedagógica do Curso de Licenciatura em Artes da Faculdade de Ampére – FAMPER pode ser vista como uma forma de ensino inovador e criativo na colaboração do processo de ensino aprendizagem. Desse modo, na primeira parte do trabalho apresentaremos o contexto histórico de Ampére, da Faculdade e do Curso de Arte. Já num segundo momento será abordado sobre a Prática Pedagógica, que funciona como um laboratório pedagógico do referido curso. Por fim, será analisado de que forma tal prática contribui para a formação do arte educador enquanto uma possibilidade de explorar a criatividade da metodologia de ensino de arte. Para isso, busca-se apresentar o significado de prática pedagógica artística e suas implicações na comunidade amperense, e também compreender por meio de alguns projetos de Práticas Pedagógicas sobre as formas inovadoras de ensino. Essa questão é fundamental uma vez que a temática central vai ao encontro dos anseios e exigências da sociedade contemporânea.

O objetivo deste trabalho é investigar o modo como a prática pedagógica artística pode ser vista como forma inovadora de ensino e suas implicações na comunidade, tendo em vista que a sociedade contemporânea exige novas metodologias de ensino a fim de fugir dos modelos estereotipados de ensino.

Em busca da identificação de novas propostas e metodologias de ensino inovadoras para com disciplina de Arte nas escolas do sudoeste do Paraná, este estudo foi pautado em autores do campo do conhecimento pedagógico e metodológico para o ensino das artes, além de historiadores que embasam a relação da formação do espaço e da constituição da cidade.

Nesse sentido, apresento a prática pedagógica artística desenvolvida no sudoeste do Paraná, com enfoque especial sobre o Município de Ampére, sobre o qual esta implantada a Faculdade de Ampére – FAMPER, com o curso de Licenciatura em Artes. Com base nas Práticas Pedagógicas desenvolvidas pelo curso mencionado, busca-se analisá-la enquanto forma inovadora do ensino de Arte no sudoeste do Paraná entre os anos de 2009 à 2014.

Desse modo, para dimensionar a importância de tal proposta se faz necessário conhecer o contexto histórico do município de Ampére, da Faculdade e do Curso de Graduação em Arte para que possamos analisar a realidade sócio cultural das escolas atendidas com as práticas. Além disso, é pertinente abordar e apresentar como funciona o laboratório do curso de Artes – Prática Pedagógica, a fim de identificar a sua contribuição para a formação do arte educador enquanto uma possibilidade de explorar a criatividade para com a metodologia de ensino aplicada.

Tendo em vista que o arte educador contemporâneo está inserido no contexto da dialética teoria – prática, encontra-se entre suas responsabilidades: o processo de sensibilização de seu educando para com o mundo das artes, o ensino da história da arte, o estímulo e a mediação para com o fruir artístico, conforme apontam as diretrizes curriculares de arte.

Os educadores contemporâneos devem buscar metodologias de trabalho que supram as necessidades encontradas no contexto ao qual estão inseridos. Com base nestes apontamentos, a seguir será tratado sobre o contexto de inserção dos educadores de arte no sudoeste do Paraná.

1 Graduada em Artes pela Faculdade de Ampére – FAMPER. Especialista em História, Arte e Cultura pela UEPG. E-mail: raquelantunesds@hotmail.com

2 Orientador. Mestre em Filosofia. Doutorando em Filosofia, ambos pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/RS.

CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE AMPÉRE

O município de Ampére faz parte dos quarenta e dois municípios que formam a região sudoeste do Paraná, ele foi povoado em meio a um período conflituoso na região, período este intitulado Revolta dos Posseiros ocorrido em 1957³, além disso, destaca-se que até 1950 “existiam na região somente os municípios de Palmas e Clevelândia e após a Marcha para o Oeste surgiram outros municípios, como por exemplo, Pato Branco, Francisco Beltrão, Santo Antônio do Sudoeste e Capanema”⁴. Sabe-se que os primeiros moradores ocuparam a cidade de Ampére por volta de 1947, mas a cidade só foi oficialmente registrada anos mais tarde, como podemos observar o registro dos documentos,

[...] em 30 de dezembro de 1957 Ampére foi elevada a condição de distrito. [...] A emancipação política do município de Ampére foi determinada pela Lei Estadual nº 4348, em 11 de abril de 1961, e instalado em 28 de novembro do mesmo ano, sendo desmembrado de Santo Antônio do Sudoeste e Capanema. A origem do nome ainda hoje é uma incógnita havendo várias hipóteses para isso.⁵

Desta maneira, compreende-se que o povoamento da cidade de Ampére foi marcado pelos resquícios e anseios de moradores oriundos de diversas culturas e naturalidades. Cabe destacar também, o fato de haver poucos registros históricos que poderiam servir de base para uma pesquisa referente ao processo de colonização da cidade, uma vez que até mesmo a origem do nome da cidade ainda é impreciso.

Ao analisar os dados gerais do município o IBGE (2014) registra 18.439 habitantes, destes cerca de 66% vivem no meio urbano e apenas 33% no meio rural, sobre uma área de unidade territorial de 298,349 km². Sobre este aspecto, a administração pública entende o município como característico pelo dinamismo e diversidade econômica em consequência do processo de industrialização desen-

volvido na cidade e reconhecida na esfera regional, estadual e nacional.

Ou seja, a população amperense está estruturada sobre uma cidade movimentada principalmente pelas indústrias⁶, as quais ganham destaque proporcionando a divulgação do município, consolidando assim um discurso aplicado como Ampére sendo um pólo de referência industrial e por extensão uma cidade com estrutura adequada aos municípios.

Nesse sentido ao pensar sobre o desenvolvimento da cidade, destaca-se que o espaço geográfico é constituído de elementos cruciais que são de extrema importância para a compreensão e entendimento da cidade. Assim, para refletir historicidade devemos pensar também geograficamente os espaços, para tanto, em geografia existem três conceitos-chaves fundamentais, a saber, o espaço, lugar e território. Por mais parecidos que estes conceitos podem aparentemente ter, cada um representa uma definição singular.

Em suma, espaço é à base de onde as ações acontecem e sobre os quais os demais conceitos se formam, ou seja, é onde acontecem a interação da natureza com o homem. E ainda, existem os chamados adjetivos do espaço, conforme apontado por Denipoti, “o espaço público, o espaço cultural ou espaço virtual” (DENIPOTI, 2009, p. 142) sendo que ambos encontram-se em constantes variações.

Passamos aos conceitos de lugar e território, estes por sua vez são conceitos derivados do espaço e são as parcialidades do espaço. Primeiramente, o lugar, é o espaço de vivência das relações cotidianas, onde o ser humano realiza as suas ações e cria afetividade. Já o território é o espaço ocupado efetivamente e que marca a posição, ou seja, é o espaço geográfico onde uma sociedade expressa suas relações de poder, estando relacionado a uma porção de terra, água e espaço aéreo, estruturado sob as leis que regem um país. Em outras palavras o território pode ser considerado como o desenvolvimento de relações de poder.

A partir destas explicitações, podemos notar

3 Conflito armado pela disputa de posse de terras na região de fronteira entre Santa Catarina e Paraná. “A revolta dos posseiros foi um movimento contra as companhias de terras que se instalaram na região no início da década de 1950. A maioria dos colonos que foram para a região do sudoeste do Paraná chegou durante os anos 1940. Em 1943, foi instalada a Cango – Colônia Agrícola Nacional General Osório, uma instituição criada pelo governo Getúlio Vargas dentro do Projeto de Marcha para o Oeste para ocupação das regiões de fronteira do Brasil. Com isso, se fez uma intensa propaganda para que as pessoas fossem ocupar aquela região”. Iria Zanoní Gomes em entrevista para Instituto Humanitas Unisinos - IHU On-Line. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/8992-a-revolta-dos-posseiros-50-anos-depois-entrevista-especial-com-iria-zanoní-gomes>.

4 Ampére Terra de Oportunidades. Disponível em <<http://www.ampere.pr.gov.br/sobre>> Acesso em: fev. 2015..

5 Ibidem.

6 Salienta-se que este estudo não tem prioridade em analisar o processo de industrialização do município, mas cabe destacar apenas em nível de contextualização a sua interferência na construção da identidade do município.

que os conceitos interagem de maneira dinâmica, formando um ambiente de vivencial social, sobre o qual se sobressaem as chamadas relações de poder, com base nessas informações, ao refletir sobre as cidades nos deparamos com diferentes segmentos que compõem a construção social do meio urbano.

Ao refletir sobre urbano e cidade, encontramos uma vasta aproximação das historicidades e embora ambos os termos como mencionado por Denipoti, “estão intrinsecamente ligados, não são sinônimos”, o que os difere é que o primeiro “é um fenômeno, uma articulação entre questões sociais, culturais, políticas, econômicas e técnicas”, já o segundo, volta-se as “manifestações físicas”, ou seja, através dela identifica-se determinados grupos sociais que formam o espaço urbano. (DENIPOTI, 2009, p. 153).

Frente ao que foi abordado anteriormente, podemos interpretar que é na cidade que identificamos os símbolos da cultura, esta preconizada pelas questões apresentadas nas transformações desenvolvidas pelo homem sobre o espaço territorializado. O homem em meio a estes espaços transforma e molda suas ações de acordo com as suas necessidades, atribuindo assim questões particulares de cultura e tradições.

É pertinente reconhecer estes instrumentais como referência de manutenção da memória social, fator tão importante para a cidade, e perante deste contexto junto a esta pesquisa busca-se identificar as referências de memória social da cidade de Ampére. Considerando que após 44 anos da sua emancipação política surge a Faculdade de Ampére a qual hoje tem papel fundamental para a construção de uma nova identidade cultural da cidade.

O INÍCIO DO ENSINO SUPERIOR EM AMPÉRE

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Artes da Instituição a Faculdade de Ampére - FAMPER é uma instituição de Ensino Superior credenciada pela Portaria de nº. 2287/05 (2011, p. 7), a qual atualmente oferta 07 (sete) cursos de graduação entre eles, quatro (04) de Licenciaturas (Pedagogia, Letras Português/ Espanhol, Matemática e Artes). A oferta destes cursos possibilitou o acesso mais próximo para aqueles que desejassem graduar-se nas áreas.

As estatísticas registradas no site da Associação

dos Municípios do Sudoeste do Paraná – AMSOP⁷, marcam a existência de vinte e uma (21) instituições de ensino de terceiro grau, e ofertados por estas, cento e trinta e oito (138) cursos de graduação e dentre estes encontramos apenas quatro (4) em Arte e estas instituídas apenas após 2006.

Frente a esse contexto, temos por objetivo analisar apenas o curso de Licenciatura em Artes da FAMPER, o qual iniciou sua primeira turma em 2009 e formou entre 2012 a 2014 aproximadamente cento e quarenta (140) profissionais. Desse modo, temos uma significativa relação com a importância histórica, social e educacional, da instituição com a comunidade, uma vez que, anterior à fundação da Faculdade, havia uma expressiva carência de profissionais na área da educação, em especial em Arte, na região.

Com o intuito de proporcionar novos conhecimentos à comunidade, surge o curso de Artes conforme apontado no Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Artes,

[...] as Artes como ciências humanas que leva a manifestação dos valores, sentimentos e culturas de cada tempo, baseado na mudança que a sociedade é submetida, levando a necessidade de repensar modelos tradicionalmente arraigados na cultura e nos processos ideológicos, estabelecendo um novo olhar na construção de saberes capazes de solucionar os entraves da ação prática, aproximando-se de uma práxis que repense os desencontros verificados entre sua aprendizagem e as situações cotidianas. Uma vez que a concepção mercadológica cria interferências que não podem ser esquecidas, necessário se faz diversificar o conhecimento que carece cumprir sua função social e chegar a sua aplicabilidade, como elemento transformador da sociedade. (FAMPER, 2011, p. 15)

Podemos considerar analisando a problemática que desde o início do curso de Artes em 2009, a realidade do ensino de Arte sofreu uma mudança histórica na região. Essa mudança ocorreu partir da execução das Práticas Pedagógicas, pois através do laboratório de atuação de tal curso, tornou-se possível o estímulo para um processo de ensino inovador e diferenciado do universo artístico. Esse fato propiciou uma aproximação entre a Faculdade e a comunidade regional, pois, além de ser um laboratório para o curso, também atua como um projeto de extensão.

De acordo com o Projeto Pedagógico (2011), o Laboratório do curso tem como objetivo estimular os acadêmicos a tornarem-se sujeitos ativos e pes-

7 Disponível em: http://www.amsop.com.br/downloads/cursos_graduacao.pdf. Acesso em maio 2015.

quisadores, além de viabilizar a prática de ensino. Para tanto, todos os alunos do curso devem cumprir uma carga horária de quatrocentos e vinte (420) horas de Prática Pedagógica ao longo de sua graduação e para que isso aconteça os acadêmicos devem mapear o seu entorno para elaborar seus projetos de intervenção na comunidade.

A fim de conhecer tal processo, verifica-se no Manual da Prática Pedagógica as seguintes pontuações, “as práticas pedagógicas são propostas a serem desenvolvidas tanto na educação formal quanto não-formal, desde que em horário contra-turno às atividades obrigatória escolares”. (FAMPER 2014, p. 03)⁸. Ainda, de acordo com o Manual “os projetos podem abordar as mais diversas áreas das artes, entre elas as artes visuais, a música, as artes cênicas, a dança, o folclore e a literatura” (FAMPER, 2014, p. 03), prezando pela busca da desenvoltura de atividades de pesquisa, percepção, imaginação e criação.

Entende-se que este laboratório age de forma autônoma por parte dos acadêmicos que são supervisionados por um orientador que avalia os projetos desenvolvidos e os resultados angariados a partir dos mesmos. Mas o seu desenvolvimento deve prezar as diretrizes estabelecidas pelo curso e dentre elas buscar trabalhar a interdisciplinaridade do ensino, uma vez que agem além da grade curricular da educação formal, quanto ao agir na educação informal.

A interdisciplinaridade na educação tem sido um forte apontamento pelos pensadores na área da educação desde meados do século XIX e cada vez mais se faz necessário investir em pesquisas neste campo a fim de angariar conhecimentos articulados, em conformidade ao que Suero explana,

[...] a interdisciplinaridade sugere um conjunto de relações entre disciplinas abertas sempre a novas relações que se vai descobrindo. Interdisciplinar é toda interação existente dentre duas ou mais disciplinas no âmbito do conhecimento, dos métodos e da aprendizagem das mesmas. Interdisciplinaridade é o conjunto das interações existentes e possíveis entre as disciplinas nos âmbitos indicados. (SUERO apud YARED, 2008, p. 161-162).

Yared (2008) ao expor o pensamento de Suero, recupera a discussão sobre a significação da interdisciplinaridade e salienta a necessidade do educador praticar por meio do ensino em sala de aula a interdisciplinaridade. Nesse sentido, é possível perceber como a elaboração do material pedagógico da

Faculdade de Ampére está em consonância com as discussões atualizadas sobre a prática educativa que busca o diálogo entre disciplinas. Assim, reforçamos que as atividades do curso de graduação em artes, explicitadas no Manual, têm a preocupação com a formação de alunos capazes de atuar de modo nessa interface entre áreas diferentes do saber,

A prática pedagógica visa integrar as demais disciplinas cursadas durante o semestre, bem como agregar a prática das demais ao longo do curso, onde deverá ser desenvolvidos trabalhos de caráter teórico/prático e que terá como produto final um projeto de intervenção. Concomitantemente, às ações educativas a prática pedagógica, constitui-se num laboratório de formação de e para professores, onde o acadêmico capacita-se não só, didaticamente ao planejar, organizar e executar oficinas, como também exercitando os conhecimentos, teóricos práticos, adquiridos no Curso de Licenciatura em Artes. (FAMPER, 2014, p. 3)

Ao analisar as atividades desenvolvidas ao longo da formação do arte educador como registros de fonte de informação percebe-se que o laboratório do curso vai ao encontro do pensamento de Fusari e Ferraz (1992, p.20-21), quando afirmam

Para compreendermos e assumirmos melhor as nossas responsabilidades como professores de Arte, é importante saber como a arte vem sendo ensinada, suas relações com a educação escolar e com o processo histórico-social. A partir dessas noções poderemos nos reconhecer na construção histórica, esclarecendo como estamos atuando e como queremos construir essa nossa história. (1992, p. 20-21).

Ou seja, se faz necessário ao futuro arte educador compreender o processo ao qual será inserido, uma vez que ao longo da jornada acadêmica é muito importante vivenciar o ato de docência não apenas durante o processo de estágio, mas através de novas experiências que permitam a prática docente a contribuir para a sua formação profissional. Referente a esse conjunto Guarnieri salienta,

Considerando-se a relação teoria-prática, nota-se que a prática mediatiza a relação do professor com a teoria, o que implica um movimento de superação de adesão acrítica às teorias e aos modismos pedagógicos. A teoria, por sua vez, mediatiza a relação do professor com a prática, podendo possibilitar o movimento de superação de uma visão exclusivamente pragmática do trabalho docente. (GUARNIERI, 2005, p. 12)

Para que possamos compreender este processo de mediação entre a teoria e a prática aplicada,

8 Manual interno ao curso, desenvolvido semestralmente onde encontram-se orientações aos acadêmicos sobre o procedimento das atividades previstas, carga horária a ser cumprida, regramentos para com o planejamento e execução das ações, entre outras questões pertinentes.

se faz necessário utilizar como material de apoio os próprios projetos de intervenção elaborados pelos acadêmicos, bem como os relatórios construídos pelos mesmos ao final de sua atuação laboratorial.

Foram verificados 40 exemplares de projetos de intervenção desenvolvidos no município de Ampére⁹ e destes utilizados 10 exemplares como fonte de pesquisa¹⁰. Entre estes, inicialmente é possível considerar uma significativa evolução tanto ao longo da jornada do próprio acadêmico, quanto perante aos projetos coletivos. Tal fato mostra-se evidente uma vez que os acadêmicos ao passar pela experiência tanto da pesquisa, como da docência vão adquirindo experiências e valores que aos poucos ampliam sua bagagem cultural e enriquecem sua experiência profissional.

Para que os acadêmicos busquem aperfeiçoamentos à sua prática de docência vê-se a necessidade de ir ao encontro do que o Sacristán (1995) define sobre a profissionalidade do professor. O autor menciona que “a afirmação do que é específico na ação docente, isto é, o conjunto de comportamentos, conhecimentos, destrezas, atitudes e valores, que constituem a especificidade de ser professor” (SACRISTÁN, 1995, p.65). Ou seja, há uma necessidade do profissional para com o ato de docência, uma vez que ao longo da jornada acadêmica não é suficiente para atender todo o quadro curricular do magistério, e a fim de evitar defasagens busca-se o exercício laboratorial para com a futura docência.

No próximo momento, será explicitado de que forma a prática pedagógica artística pode ser considerada uma inovação no ensino das artes no sudoeste do Paraná.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA ARTÍSTICA ENQUANTO FORMA INOVADORA DO ENSINO DE ARTE NO SUDOESTE DO PARANÁ, UMA ANÁLISE ENTRE OS ANOS DE 2009 À 2014

Tendo em vista que os estudos e pesquisas sobre o arte educador no Brasil têm crescido cada vez mais nas últimas décadas, e por isso há direcionamento para os graduandos iniciarem as suas pesquisas e aguçamento do olhar sobre as necessidades a comunidade é fundamental.

Para que o educador exerça a inovação em sua metodologia de ensino ele deve conhecer o tradicional e buscar estipular novas metodologias para a aplicação do novo, primando pela qualidade e satisfação com os resultados, Assim como define Carbonell (2002), inovação pedagógica pode ser considerada como,

[...] um conjunto de intervenções, decisões e processos, com certo grau de intencionalidade e sistematização, que tratam de modificar atitudes, ideias, culturas, conteúdos, modelos e práticas pedagógicas. E, por sua vez, introduzir, em uma linha renovadora, novos projetos e programas, materiais curriculares, estratégias de ensino-aprendizagem, modelos didáticos, e outra forma de organizar e gerir o currículo, a escola e a dinâmica da classe. (CARBONELL, 2002, p.19)

Diante dos apontamentos de Carbonell podemos considerar que existem várias formas de definição sobre o inovador, mas quando tratamos especificamente de inovação educacional, devemos cumprir com uma sequência de ações que amparam o trabalho didático pedagógico em prol da ação docente.

Sobre o exercício docente Penna descreve em seu verbete, “refere-se às questões implicadas no desempenho da função de professor, função específica e socialmente instituída, cujo desempenho diz respeito à institucionalização da escola moderna e aos processos de escolarização dela decorrentes” (PENNA, s/a, s/p.).

Penna esclarece somente sobre a significação do exercício docente, no entanto, compreende-se que o profissional docente esta arraigado por uma série de fatores, a saber, atividade docente, função docente, exercício de docência, entre outros termos que especificam as ações em torno do ambiente educacional. Esses fatores contribuem para a formação da identidade do professor na medida em que a identidade docente é “conjunto de características, experiências e posições de sujeito atribuídas (e auto atribuídas) por diferentes discursos e agentes sociais aos docentes no exercício de suas funções, em instituições educacionais mais ou menos complexas e burocráticas.” (GARCIA, s/a s/p.).

A partir do que foi descrito anteriormente podemos verificar que ambos os verbetes buscam delinear a significação a cerca dos atos docentes,

9 Registra-se que a prática pedagógica já atendeu 17 municípios do sudoeste, ao longo deste processo. Podendo variar semestralmente de acordo com os acadêmicos residentes na região.

10 Optou-se por não divulgar os nomes dos autores dos projetos, para tanto será apenas mensurado os resultados a partir dos relatórios destes projetos.

mesmo que um seja/esteja próximo ao outro, tais ações se completam e formam a figura do profissional educador. Dessa forma, novamente vamos ao encontro do pensamento de Sacristán ao mencionar sobre as ações educativas diz, “a ação é expressão da pessoa e esta será construída por seus atos. O professor age como pessoa e suas ações profissionais o constituem” (SACRISTÁN, 1995, p. 31).

Podemos considerar que tanto Garcia, quanto Sacristán apontam a forma em que o profissional da educação constitui o seu perfil de trabalho, e dessa forma, cabe destacar que o exercício em formato de prática pedagógica em meio à formação do professor seja uma alternativa pertinente para o desempenho futuro destes profissionais.

É com esse intuito que ao laboratório da prática pedagógica serve como suporte aos acadêmicos, uma vez que eles podem aproveitar este tempo para pesquisar e colocar em prática suas experiências. Já que o exercício da prática pedagógica antecede a experiência de atuação em sala de aula como profissional e dessa forma proporciona a integração e a familiarização com o ato de ensinar e também com o próprio ambiente escolar.

A pesquisa e aplicação dos projetos de prática pedagógicas desenvolvidos através do curso de artes, são estruturados a partir, de uma análise do educador sobre a sua poética, o contexto cultural de sua cidade e a necessidade dos educandos. Tendo em vista que é possível exercer de tal maneira o cunho pedagógico como também desenvolver projetos ao encontro de temáticas atualizadas para trabalhar ao encontro com as necessidades locais e culturais.

Para isso, após o desenvolvimento dos projetos de intervenção, convida-se os educandos a participarem das atividades com o intuito de que eles aprimorem o desenvolvimento sensorial, motor e psicológico, o que gera apoio da escola e dos familiares.

Tal exemplo, é percebido ao analisar os projetos construídos pelos arte educadores ao longo de 2009 a 2014, percebe-se que em nenhum momento foi registrado problema com a abertura da sociedade para com os projetos. Mas sim, turmas participativas não só em um único momento, mas sim, em várias edições dos projetos. O que podemos entender como um dos pontos positivos do resultado do trabalho desenvolvido.

Para complementar, buscamos o que preza as Diretrizes Curriculares de Arte (2008) ao relatar

que

[...] a escola deve incentivar a prática pedagógica fundamentada em diferentes metodologias, valorizando concepções de ensino, de aprendizagem (internalização) e de avaliação que permitam aos professores e estudantes conscientizarem-se da necessidade de “... uma transformação emancipadora. E desse modo que uma contraconsciência, estrategicamente concebida como alternativa necessária à internalização dominada colonialmente, poderia realizar sua grandiosa missão educativa” (MÊSZÁRIOS, *apud* DCE's 2008, p. 15)

No entanto, os gestores dos espaços possíveis de trabalhar os projetos não deixam de incentivar tanto a proposta quanto os participantes e o desenvolvimento como o todo das atividades. Neste aspecto também cabe destacar sobre a prática de ensino que desconstrói o tradicionalismo do ensino, pautando sobre novas metodologias defendidas pela pedagogia da escola nova. Como salienta Souza,

Compreender a prática pedagógica no momento atual da sociedade brasileira requer a utilização da categoria totalidade, entendida como a expressão das características marcantes da sociedade que influenciam a realidade educacional. Ter como ponto de partida os aspectos da formação socioeconômica brasileira, as relações de produção, classes sociais, cultura como prática social e ideologia é fundamental para analisar os múltiplos determinantes da prática pedagógica. (SOUZA, 2005, p.01).

Frente ao que foi descrito acima acreditamos que se faz necessário abordar a significação da escola tradicional uma vez que na atualidade a ruptura com alguns paradigmas de ensino é fundamental para que possa ser falado em uma proposta de ensino inovadora. Desse modo podemos salientar o modelo tradicional

A organização dessa escola do século passado seguia os passos determinados por essa teoria pedagógica que permanece atual em seus pontos principais: Como as iniciativas cabiam ao professor, o essencial era contar com um professor razoavelmente bem preparado. Assim, as escolas eram organizadas em forma de classes, cada uma contando com um professor que expunha as lições que os alunos seguiam atentamente e aplicava os exercícios que os alunos deveriam realizar disciplinadamente. (SAVIANNI, 1991. p.18).

A escola tradicional¹¹ trabalha com a ideia de que o conhecimento humano é cumulativo e adquirido a partir da transmissão de conhecimento realizada na instituição escolar. Há também como pressuposto que o educando possui uma capacidade de armazenar informações uma vez que o conhecimento não é construído mais sim transmitido.

Perante a este contexto salientamos que ele pode ser caracterizado pela passividade, pois

atribui-se ao sujeito um papel irrelevante na elaboração e aquisição do conhecimento. Ao indivíduo que está adquirindo. Conhecimento compete memorizar definições, enunciados de leis, sínteses e resumos que lhe são oferecidos no processo de educação formal a partir de um esquema atomístico. (MIZUKAMI, 1986. p.11).

Tais considerações apontam que a escola tradicional está pautada por uma metodologia de ensino que não enfatiza o refletir, o pensar a realidade social, mas apenas a acumulação de conhecimento a partir da transmissão do mesmo com ênfase na capacidade de armazenamento de informações. Julgamos que para falar em um ensino inovador precisamos romper com algumas amarras que ainda persistem na atualidade.

Uma vez que é preciso rever e atualizar os métodos de ensino e ainda considerá-los como inovadores podemos adentrar na metodologia construtivista de ensino:

Construtivismo significa isto: a ideia de que nada, a rigor, está pronto, acabado, e de que, especificamente, o conhecimento não é dado, em nenhuma instância, como algo terminado. Ele se constitui pela interação do indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano, com o mundo das relações sociais; e se constitui por força de sua ação e não por qualquer dotação prévia, na bagagem hereditária ou no meio, de tal modo que podemos afirmar que antes da ação não há psiquismo nem consciência e, muito menos, pensamento. (BECKER, 1993. p.88).

O construtivismo¹², diferentemente da metodologia tradicional de ensino não coloca o professor no centro do processo e, nem tampouco, afirma a questão da acumulação de conhecimento. A ideia do construtivismo é pensar o professor como mediador do processo de ensino e, além disso, entende que o educando tem de saber pensar o mundo. Assim, salientamos que

O pressuposto filosófico do Construtivismo é, de fato, um pressuposto iluminista. Sem a razão, teríamos a des-razão, teríamos a loucura, teríamos a impossibilidade de pensar o mundo, de ordenar, de construir uma visão, uma concepção sobre o mundo, da natureza e o mundo social, ou seja, a sociedade. Portanto, existe implícito no Construtivismo

um postulado que eu chamaria de universalismo cognitivo. Potencialmente, o homem é um ser dotado de razão. Ou seja, ele tem um potencial cognitivo de pensar o mundo, de reconstruir no pensamento, nos conceitos, o mundo da natureza e de ordenar o mundo (inclusive o mundo social), com o auxílio de critérios racionais. (FREITAG, 1993. p.28).

Diante do que foi exposto acima temos que considerar de que forma podem ocorrer à aplicação pedagógica das teorias construtivistas. Dentre os autores que tematizam sobre essa forma de ensino a teoria de Piaget tem papel de destaque, no entanto, nosso intuito aqui não é descrever a teoria de Piaget sobre a referida temática. A teoria construtivista reconhece a importância do papel do professor, contudo, ele é o mediador do processo de aprendizagem na medida em que é ele quem vai estar

Criando situações problemáticas estará permitindo o surgimento de momentos de conflito para o alfabetizando e, conseqüentemente, o avanço cognitivo; estará considerando o aprendiz como um ser ativo, aquele que não espera passivamente que alguém venha lhe ensinar alguma coisa para começar a aprender, uma vez que por si só compara, ordena, classifica, reformula e elabora hipóteses, reorganizando sua ação em direção à construção do conhecimento. (ELIAS, 1992. p.50).

Perceber a necessidade de saber investigar o contexto educacional contemporâneo antes de adentrar as salas de aula é extremamente importante, pois a prática pedagógica é entendida como as atividades e mediações rotineiras de um professor. Assim, podemos dizer que o professor deve conhecer os elementos que possam interferir no desempenho de sala de aula durante sua prática, a fim de consolidar a construção de sua prática pedagógica. Além disso, a autora também faz referência ao processo da prática pedagógica descrevendo que

As práticas reprodutivas expressam a necessidade de controle dos alunos na sala de aula, uma vez que estes apresentam resistências ao processo educativo, caracterizado como cansativo e sem sentido para a vida prática. As práticas que inquietam geram angústias entre os professores que se perguntam a respeito de qual é o caminho mais adequado para a educação. São professores que apriorizam o sentido da busca do objetivo educacional, que não é meramente a reprodução de conteúdos, mas sim a provocação da indagação entre os alunos, de for-

11 . No entanto é preciso advertir que a escola tradicional possui um caráter científico e se estruturou a partir de um método. Para Saviani (1991) "é o método expositivo, que todos conhecem, todos passaram por ele, e muitos estão passando ainda, cuja matriz teórica pode ser identificada nos cinco passos formais de Herbart. Esses passos, que são o passo da preparação, o da apresentação, da comparação e assimilação, da generalização e da aplicação, correspondem ao método científico indutivo, tal como fora formulado por Bacon, método que podemos esquematizar em três momentos fundamentais: a observação, a generalização e a confirmação. Trata-se, portanto, daquele mesmo método formulado no interior do movimento filosófico do empirismo, que foi a base do desenvolvimento da ciência moderna". (SAVIANI, 1991. p.55).

ma que a apropriação dos conhecimentos ocorra via problematização e não simplesmente pela transmissão de conteúdos poucos significativos socialmente. (SOUZA, 2005, p. 04)

O que Souza quer evidenciar é que muitos profissionais ainda apegados ao tradicionalismo educacional não conseguem extrair bons resultados de sala de aula. Por outro lado, o profissional atualizado, fruto do seu trabalho de pesquisa, mesmo afligido com o processo, buscam propor o conhecimento correlacionados ao dia a dia do aluno.

Considerando que o ensino por meio de projetos também tem sido uma vertente significativa em meio a metodologia de ensino das artes, Hernandez (1998), destaca que o ensino por meio de projetos é possível sobre qualquer eixo, desde que haja busca por uma resposta, ou seja, tenha algo que o instigue a conhecer ou resolver.

O mesmo autor ainda evidencia a necessidade da inovação em meio ao processo de ensino, e entre as possibilidades de definição de inovação ele destaca inovação como, “qualquer aspecto novo para um indivíduo dentro de um sistema” (HORD *apud* HERNANDEZ, 2000, p. 19), e continua ao descrever “o que é inovação para uma pessoa pode não sê-lo para outra dentro do mesmo sistema” (HERNÁNDEZ, 2000, p. 19).

Ponderando esta colocação, em que inovação não é uma determinada ação exclusiva aos sujeitos, ou exclusiva de um grupo, considera-se que a vivência escolar seja pertinente para descobrir o que pode ser inovador em um ou outro grupo. No entanto, para que se alcancem estas medidas, devemos levar em consideração o que Hernández nos alerta sobre o ensino por meio de projetos, os quais,

constituem um planejamento de ensino e aprendizagem vinculado a uma concepção da escolaridade em que se da importância não só a aquisição de estratégias cognitivas de ordem superior, mas também ao papel do estudante como responsável por sua própria aprendizagem. Significa enfrentar o planejamento e a solução de problemas reais e oferece a possibilidade de investigar um tema partindo de um enfoque relacional que vincula ideias-chave e metodologias de diferentes disciplinas. (HERNÁNDEZ, 1998, p. 89)

Ou seja, para a construção de um projeto de ensino inovador envolve não só o professor como

também o educando segundo apontado por Souza ao mencionar sobre a prática pedagógica.

Ao investigar os projetos desenvolvidos no laboratório do curso, alguns se destacam em suas atuações com a comunidade amperense. Dentre as principais atividades desenvolvidas lista-se, atividades de artes visuais, desenvolvendo atividades de fotografia, cinema, pintura, mandalas, customização, modelagem, além de artes cênicas, música e dança, ou seja, uma variedade de possibilidades dentre as linguagens artísticas.

As intervenções viabilizam a ampliação do olhar e do conhecimento da comunidade atendida, em prol do ambiente das artes, levando em consideração que tais atividades são ministradas em período de contra-turno escolar, aplicadas por meio da interdisciplinaridade e ludicidade correlacionada aos conteúdos artísticos.

Registra-se nos projetos abrangentes a região de Ampére que os arte educadores em formação, buscaram alavancar meios junto a suas práticas pedagógicas para solucionar problemas levantados na comunidade onde atuaram. Por vezes, estes foram problemáticas vinculadas às preocupações para com o Meio Ambiente e as ações sustentáveis, integração escola comunidade, vivências sociais e desenvolvimento das expressões das quatro linguagens artísticas.

A Arte serve como um viés de aprimoramento não só para o educador, mas também para o educando, atividades desenvolvidas para dar forma a algo novo, sempre respeitando o contexto histórico cultural dos educandos, em prol da significação da arte e o processo criativo.

É pertinente destacar que em Ampére não há fortes contatos com as manifestações artísticas, o que dificulta parcialmente a compreensão dos alunos por não haver referências próximas, além da sensibilidade aguçada perante obras de arte. Porém, a explanação dos conteúdos e da proposta de trabalho deverá oferecer subsídios para que o aluno compreenda a proposta sugerida e desenvolva um trabalho artístico criativo e inovador.

Sacristán (1999), entende que o professor é um agente transformador e interativo, ou seja, o desempenho de seu trabalho em sala de aula transforma e trará resultados ímpares. Dessa forma, entende-

12 . Na proposta construtivista é preciso pensar a formação do professor. Assim, Macedo menciona “o papel do professor Primeiro: é importante para o professor tomar consciência do que faz ou pensa a respeito de sua prática pedagógica. Segundo, ter uma visão crítica das atividades e procedimentos na sala de aula e dos valores culturais de sua função docente. Terceiro, adotar uma postura de pesquisador e não apenas de transmissor. Quarto, ter um melhor conhecimento dos conteúdos escolares e das características de aprendizagem de seus alunos”. (MACEDO, 1994. p.59).

-se a mediação do educador no processo de ensino aprendizagem como fundamental para o alcance de resultados singulares.

A partir destas considerações, entendemos a arte como um excelente mediador para com a relação arte/conteúdo, o aprendiz e o mediador do conhecimento – o educador. Assim sendo, ao desenvolver projetos de intervenção na comunidade o educador sintetiza o problema e busca por meio de sua prática instigar a solução, de forma que, os participantes possam interagir e manifestar sua produção e verificar-se possíveis resultados.

O resultado atingido com a prática pedagógica dos futuros arte educadores apresenta-se favorável também para os regentes em arte dos alunos que participam das práticas. Pois, retornam para a sala de aula com um olhar mais aguçado, demonstram maior interesse pelas abordagens em sala de aula. Diante disso, podemos salientar que o arte educador, ainda acadêmico, exerce a troca de conhecimentos teóricos aplicados a prática, permitindo uma melhor compreensão da realidade que o espera logo após a conclusão de sua graduação de licenciatura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das práticas pedagógicas em artes aplicadas pelos acadêmicos do curso de Licenciatura em Artes, verificamos um significativo avanço para com a didática do professor. O qual ao exercitar o trabalho docente evolui profissionalmente, pois vai além dos saberes oriundos das aulas e estabelece relação com a prática docente contextualizada.

O arte educador em formação precisa fazer a associação dos conteúdos aprendidos ao longo do curso para desenvolver os projetos de intervenção, uma vez que essa troca de experiências permite ao acadêmico trabalhar a prática da teoria desenvolvida em sala de aula tanto ao desenvolver a pesquisas para dar suporte aos seus projetos, quanto aplicando tal a teoria na prática educativa.

A ideia central da prática pedagógica justamente é estimular e desenvolver a didática, metodologia, postura, conhecimento e senso crítico dos futuros arte educadores, formados pela Faculdade de Ampére – FAMPER, para tanto, procura-se de identificar o nível de evolução e maturidade do educador, o qual busca desenvolver novas habilidades e formas de ensinar conforme elucida a pedagogia construtivista, mostrando-se assim uma preocupação ao

mesmo tempo em que inova ao trabalhar esta metodologia na região.

Ao construir os projetos de intervenção buscam dinamizar as suas práticas enquanto docente, bem como refletir sobre sua capacidade de mapeamento e avaliação da realidade em que está inserido, interpretação da realidade, desempenho e ascensão do aluno. Sendo que o contato com os educandos também possibilita uma auto avaliação dos erros e acertos enquanto docente, permitindo assim corrigir-se constantemente para formar-se um excelente profissional da área de docência.

A partir do exercício da prática pedagógica mostra-se possível uma significativa melhoria ao abordar e trabalhar a diversidade cultural, as temáticas que envolvem o educando no ambiente escolar e o ambiente externo a escola, como apontado pelos pensadores acerca de educação, tendo em vista que o profissional carece exercitar suas teorias para aprimorar sua desenvoltura educadora.

Ampére como uma cidade caracterizada pela população trabalhadora, oriunda de um processo de povoamento turbulento conforme mensurado no início desta pesquisa, mostrou-se aberta a conhecer e experimentar novas maneiras de trabalhar a sensibilidade artística, a qual é significativamente pouco explorada na região sudoeste, tendo em vista que a região é formada em sua grande maioria por pequenas cidades.

Entre os resultados atingidos com as ações da prática pedagógica artística em Ampére, junto com a desenvoltura da atuação da Faculdade de Ampére, observa-se entre 2009 a 2014 um avanço na comunidade a oferta de atividades extensionistas, a participação da população em meio a estes projetos cresce constantemente, a valorização de tais atividades também tem sido uma crescente.

As atividades propostas pelos projetos de intervenção da prática pedagógica buscaram desenvolver a inibição dos participantes, através de atividades que permitissem a sua participação e sensibilização da importância de sua participação em meio ao grupo.

Assim como as atividades desenvolvidas no período de contra turno escolar puderam alavancar os conhecimentos culturais, algumas delas, estenderam-se para discussões e intervenções no ambiente familiar, o que superou as expectativas iniciais do planejamento e desenvolvimento dos trabalhos. O que, por sua vez, contribuiu com uma rede de sensibilização educacional que ultrapassou os muros es-

colares e superou as fronteiras que costumam manter escola e família apartadas, contribuindo, desse modo, para um ensino mais integrado.

Com isso, reforçamos a necessidade e a importância de práticas pedagógicas de ensino de arte que prezem pela interdisciplinaridade e que não ignorem a necessidade dessa comunhão entre disciplinas e mesmo esse diálogo com a sociedade, em suas diferentes esferas. Defendemos, portanto, que a concepção que norteia o modelo educacional do curso de graduação em artes da FAMPER, contribui com o avanço e a atualização do ensino de arte, numa dinâmica que preza pela formação consistente e atualizada do educador no seu trabalho em sala de aula. O que cria condições para que o educador rompa com os paradigmas que associam o ensino apenas a recreação, num movimento contrário a marginalização que ainda encontramos em muitos currículos escolares do ensino médio e fundamental. E, consequentemente, prepara-se, com isso, um base adequada para que o aluno desenvolva suas habilidades e percepções, num movimento de integração entre arte-conhecimento-mundo.

REFERÊNCIAS

- BECKER, F. O que é construtivismo. **Idéias**. São Paulo: FDE, n.20, p.87-93, 1993.
- CARBONELL, J. **A aventura de inovar: a mudança na escola**. Trad. MURAD, F. de. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.
- DENIPOTI, C. et. al. **Especialização em História Arte e Cultura**. Ponta Grossa: UEPG/NU-TEAD, 2009.
- ELIAS, M. C. **As Ideias construtivistas mudam os caminhos da prática da alfabetização**. São Paulo: Revista da Ande, v.11, n.18, p.49-56, 1992.
- FAMPER. Faculdade de Ampére. Curso de Licenciatura em Artes. **Projeto Pedagógico**. Ampére, 2011.
- _____. Curso de Licenciatura em Arte. **Manual da Prática Pedagógica**. Ampére, 2014.
- FREITAG, B. Aspectos filosóficos e sócio-antrropológicos do construtivismo pós-piagetiano. In: GROSSI, E.P., BORDIM, J. **Construtivismo pós-piagetiano: um novo paradigma de aprendizagem**. Petrópolis: Vozes, 1993, p.26-34.
- FUSARI, M. F. R.; FERRAZ, M. H. C. T. **Arte na educação escolar**. São Paulo: Cortez, 1992.
- GARCIA, M. M. Identidade Docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação. Disponível em: <http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=290>. Acesso em maio de 2015.
- GOMES, I. Z. **A revolta dos posseiros. 50 anos depois**. Entrevista especial com Iria Zanoni Gomes. Instituto Humanitas Unisinos - IHU On-Line. 2007. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/8992-a-revolta-dos-posseiros-50-anos-depois-entrevista-especial-com-iria-zanoni-gomes>. Acesso em 13 de abril de 2015.
- GUARNIERI, M. R. (Org.). **Aprendendo a ensinar: o caminho nada suave da docência**. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- HERNÁNDEZ, F. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**. Trad. Jussara H. Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- HERNÁNDEZ, F. et al. **Aprendendo com as inovações nas escolas**. Trad. Ermani Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410100&search=parana|ampere|infograficos:-informacoes-completas>. Acessado em abril 2015.
- MACEDO, L. **Ensaio construtivistas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.
- MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.
- PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Departamento da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares de Arte para a Educação Básica**. Curitiba: SEED/DEB, 2008.

PENNA, M. G. O. Exercício docente (efetivo exercício). In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação. Disponível em: <http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=290>. Acesso em maio de 2015.

PESQUISA AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, junto as instituições de ensino superior - Fevereiro 2014. Disponível em: http://www.amsop.com.br/downloads/cursos_graduacao.pdf. Acesso em maio 2015.

Prefeitura Municipal de Ampére. **Ampére Terra de Oportunidades**. Disponível em <<http://www.ampere.pr.gov.br/sobre> > Acesso em: 22 Fev. 2015.

SACRISTÁN, J. G. **Poderes Instáveis em Educação**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

SAVIANI, D.. **Escola e democracia**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SOUZA, M. A. **Prática Pedagógica: Conceito, Características e Inquietações**. IV Encontro Ibero-Americano de Coletivos Escolares e Redes de Professores que Fazem Investigações na sua Escola. 2005.

YARED, I. O que é interdisciplinaridade? In: FAZENDA, I. (org.) **O que é Interdisciplinaridade?**. São Paulo: Cortez, 2008.